



Anais

II Seminário Internacional América Latina: Políticas e conflitos contemporâneos **SIALAT**

Tema:
Colonialidade, Poder e Territórios

Edna Maria Ramos de Castro
Suely Rodrigues Alves
(Orgs.)

27 a 29 de novembro de 2017
Universidade Federal do Pará/UFPA
Belém, Brasil



Universidade Federal do Pará - UFPA

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Rômulo Simões Angélica

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA

Diretor: Durbens Martins Nascimento

Diretor Adjunto: Sílvio José de Lima Figueiredo

Editora

Nirvia Ravena - Editora-Chefe

Lairson Costa - Diretor Executivo

Comissão Editorial

Nirvia Ravena - NAEA/UFPA (Presidente)

Edna Castro - NAEA/UFPA

Flavio Gaitán - UNILA

Gisela Leitão - EUC (Colômbia)

Lucimara Costa - UFAM

Marion Glaser - LCTME (Alemanha)

Monica Aparecida da Rocha Silva - UFT

Peter May - UFRJ

Renato Boschi - IESP/UFRJ

Coordenação de Comunicação e Difusão Científica

Ana Lúcia Prado Reis dos Santos

REALIZAÇÃO



PATROCÍNIO



PARCERIAS





Anais

II Seminário Internacional América Latina: Políticas e conflitos contemporâneos **SIALAT**

Tema:
Colonialidade, Poder e Territórios

Edna Maria Ramos de Castro
Suely Rodrigues Alves
(Orgs.)

Belém
NAEA/UFPA
2017

Arte da Capa
Andréa Pinheiro

Capa
Ione Sena

Editoração
Ione Sena
Suely Rodrigues Alves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Seminário Internacional América Latina: política e conflitos contemporâneos – SIALAT (2.: 2017: Belém, PA)
Anais do II Seminário Internacional América Latina: política e conflitos contemporâneos [recurso eletrônico] / Edna Maria Ramos de Castro, Suely Rodrigues Alves (organizadoras) _ Belém: NAEA, 2017.

6.0000 páginas
ISBN: ISBN:978-85-7143-167-6

1. Território – América Latina. 2. Poder regulamentar – América Latina. 3. Conflito social – América Latina. 4. América Latina – Política governamental. I. Castro, Edna Maria Ramos de. II. Alves, Suely Rodrigues. III. Título.

CDD 22. ed. 320.12098

Comissão Científica

Ana Maria Araújo – Universidad de la República – Uruguay
Andréa Zhouri – GESTA/PPGA/UFMG
Ana Prado - NAEA/UFPA
Antônia Nascimento - PPGSS/UFPA
Assunção José Pureza Amaral - UFPA-Castanhal
Carmem Izabel Rodrigues – PPGSA/IFCH/UFPA
Cristina Cancela - PPGHIST/UFPA
Edna Ramos de Castro – GETTAM/NAEA/UFPA
Edila Arnaud Moura – PPGSA/IFCH/UFPA
Eduardo Gudynas – Centro Lati no Americano de Ecologia Social/CLAES – Uruguaiy
Eliane Cantarino O’Dwyer - UFF
Emilie Stoll - Museum Nati onal d’Histoire Naturelle - França
Elenise Scherer - UFAM
Dalva Mota – CPATU/EMBRAPA
Delma Pessanha Neves - UFF
Eunápio do Carmo – CESUPA e GETTAM/NAEA
Elaide Martins – PPGCOM/UFPA
Fabiano Bringel - UEPA
Fabio Castro - PPGCOM/UFPA
Flávio dos Santos Gomes - UFRJ
Francilene Rodrigues - PPGSOF/UFRR
Gilberto Marques - PPGE/ICSA/UFPA
Helena Lúcia Zagury Tourinho - UNAMA
Hector Atilio Poggiere - UBA-Argentina
Izabel Valle - UFAM
Indira Rocha - ICSA/UFPA
Jose Vicente Tavares dos Santos – ILEA/UFRGS
João Márcio Palheta - PPGE/UFPA
James Léon Parra Monsalve - Colômbia
José Sobreiro Filho - UFPA-Ananindeua
José Raimundo Trindade - PPGECO
Juarez Carlos Brito Pezzuti - NAEA/UFPA
Luzia Álvares – PPGCP/UFPA
Luis Aragón Vaca – NAEA/UFPA
Luis Fernando Novoa Garzon – UNIR
Marcela Vecchione Gonçalves – NAEA/UFPA
Mirleide Char – NAEA/UFPA
Maria José Aquino – PPGSA/IFCH/UFPA
Marcel Hazeu – PPGSS/ICSA/UFPA
María Ernestina Garreta Chindoy – Colômbia
Nirvia Ravena – NAEA/UFPA
Otacílio Amaral Filho - ILC/UFPA
Paola Bolados Garcia – Instituto de Hist. y Ci. Sociales de la Univ. de Valparaíso, Chile
Pascale de Robert - IRD – França
Philippe Plas – Universidade Paris 13, França
Pierre Salama – Universidade Paris 13, França
Pedro Staevie – UNILA
Pierre Teisserenc – Univesite Paris 13, França
Rodrigo Peixoto – PPGSA/UFPA
Renan Freitas Pinto – UFAM
Sara Alonso – Universidade de Barcelona, Espanha
Saint-Clair Trindade – NAEA/UFPA



Sandra Helena Ribeiro Cruz - ICSA/UFPA
Simaia das Mercês - NAEA/UFPA
Sirlei Silveira - UFMT
Silvio Figueiredo - NAEA/UFPA
Socorro Amora - ICSA/UFPA
Solange Gayoso - ICSA/UFPA
Sabrina Mesquita - ICSA e GETTAM/NAEA/UFPA
Simy Corrêa - MPF - GETTAM/NAEA/UFPA
Vera Lúcia Gomes - PPGSS/UFPA
Violeta Loureiro - PPGSA/UFPA
Voyner Ravena Cañete - PPGSA/UFPA
Welson Cardoso - ICSA/UFPA-GETTAM
Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega - UFRN
William Santos de Assis - NCADR/UFPA
Jondison Rodrigues - GETTAM/NAEA
Jader Gama - GETTAM/NAEA/UFPA
Rosane de Seixas Brito Araujo - NAEA/UFPA
Larissa Carreira - GETTAM/NAEA/UFPA
Marília Lobato - UNIFAP
Alexandre Lins - PPGDSTU/UFPA
Raifran Abidimar de Castro - IFMA
Ireneide Souza Silva - GETTAM/NAEA/UFPA
Amarildo Ferreira Júnior - UFRR
Pedro Henryque Loureiro de Bragança - ESTÁCIO FAP - GETTAM/NAEA

Comissão Organizadora

Edna Castro – GETTAM/NAEA - Coordenadora
Eunápio do Carmo – CESUPA – GETTAM/NAEA
Silvio José de Lima Figueiredo – NAEA/UFPA
Suely Rodrigues Alves – GETTAM/NAEA
Jondison Rodrigues – GETTAM/NAEA
Nirvia Ravena - NAEA/UFPA
Edila Arnaud Moura - IFCH/UFPA
Larissa Carreira – GETTAM/NAEA
Jader Gama – GETTAM/NAEA
Domingos Ribeiro – GETTAM/NAEA
Rosane Brito – IFCH – GETTAM/NAEA
Sabrina Mesquita – ICSA – GETTAM/NAEA
Marcel Hazeu – ICSA – GETTAM/NAEA
Welson de Souza Cardoso – ICSA – GETTAM/NAEA
Rafaela Santos Carneiro - GETTAM/NAEA
Marília Lobato - UNIFAP - GETTAM/NAEA
William Rocha – UNAMA – GETTAM/NAEA
Simy de Almeida Corrêa - GETTAM/NAEA
Ireneide Silva – PPGDSTU/GETTAM/NAEA

Comissão de Apoio

Raissa Nobre Barros - IFCH/UFPA
Natália Camila Ferreira de Souza - PIBIC - CCS/IFCH/UFPA
Matheus Ricardo da Silva Lima - PIBIC - CSS/ICSA/UFPA
Juliana Azevedo Hamoy - Mestranda do PLADES/NAEA/UFPA
Samyra Milleno Rocha das Mercês - Graduanda/Jornalismo - FEAPA
Thamara Magalhães - Graduanda/Jornalismo - FEAPA
Mônica de Melo Medeiros - Graduada pelo ICSA/UFPA
Maria da Paz Saavedra - Técnica - NAEA/UFPA
Laurêncio Oliveira - Graduando/Jornalismo - FEAPA

Introdução



O II Seminário Internacional América Latina: conflitos e políticas contemporâneas/ II 2017 pretende ampliar o debate sobre questões cruciais que tem estado nas preocupações das ciências sociais, e dos movimentos sociais, na América Latina. Trata-se de temas relacionados aos processos políticos do desenvolvimento, aos conflitos e à colonialidade, considerando abordagens críticas e comparativas. Pretende criar um espaço para o debate e a análise de situações comuns que ocorrem em muitos países da América Latina, em especial no Brasil, com base em resultados de pesquisas produzidas em universidades, em institutos de pesquisa, em programas de pós-graduação e outras instituições reconhecidas pela sua excelência acadêmica, mas também integra as análises produzidos pelos movimentos sociais e étnicos, por organizações ativistas que têm contribuído para renovar o campo conceitual e teórico, portanto, o conhecimento, a partir de uma reflexão mais pertinente sobre a prática e as experiências sociais, culturais e políticas de grupos que são marcados por grande diversidade. Espera-se, assim, aprofundar o debate crítico sobre as políticas, os conflitos sociais, o processo histórico de transformação de territórios, as lutas sociais, os movimentos sociais no contexto de conjunturas de crise econômica e política e da globalização de mercados.

Este encontro almeja fomentar uma revisão de saberes cristalizados, estimular a busca de novos esquemas interpretativos, a revisão de conceitos e a produção de leituras críticas através de estudos comparativos e do que nos ensinam os processos insurrecionais que atravessam toda a América Latina. E por isso, o entendimento do Brasil para além dele mesmo, no sentido de gestar olhares críticos sobre as narrativas ocidentais que tem predominado na interpretação da sociedade brasileira. Cabe ainda ressaltar a contribuição do evento para ampliar os interesses de pesquisadores e aumentar a inserção dos programas de pós-graduação nos estudos internacionais, com intercâmbios direcionados à América Latina. Reafirmamos que isso constitui uma lacuna nos centros de formação localizados no Brasil, sobretudo tributários da ciência produzida na Europa e nos Estados Unidos, exigindo um esforço complementar de formação de agendas, como esta proposta pelo II SIALAT ao definir como tema central *Colonialidade, Poder e Territórios*.

A programação do II SIALAT/2017 está composta de várias atividades de caráter científico, tecnológico, político e cultural. Conta-se com as seguintes atividades: Conferência, Mesas Redondas, Grupos de Trabalho (apresentação de Trabalhos Completos e de Pôsteres), Minicursos, Oficinas, Mostra de Filmes da América Latina e Ações Culturais. Essas atividades estão estruturadas pelo eixo temático do evento, buscando manter coerência com o tema abordado.

A relevância do evento também pode ser vista pelo alcance de público. O SIALAT 2015, realizado em novembro de 2015, contou com poucos recursos, entretanto foi registrado aproximadamente 500 participantes. Para o II SIALAT a submissão de trabalhos foi surpreendente, com 1.020 resumos para trabalhos completos e pôsteres recebidos. O público alvo é formado por docentes e discentes de Programas de Pós-Graduação, de Grupos de Pesquisa, de demais professores, pesquisadores, estudantes de graduação, de professores da rede de ensino médio e básico, técnicos, gestores públicos, movimentos sociais, profissionais e interessados em geral nas temáticas abordadas.

Desta forma, este evento propiciará o intercâmbio de ideias, estudos, pesquisas e debates na análise de experiências de pesquisa sobre o Estado, governos e suas políticas, pensamento social no Brasil e na América latina, lutas sociais e organizações da sociedade civil, processos de trabalho, relações de gênero, processos de migração e deslocamentos forçados, imaginário, mídia e poder, mudanças no agrário, transformação do urbano, grupos étnicos, natureza e direitos, cultura e turismo, mineração e grandes obras hidrelétricas, todos eles temas que têm incrementado o intercâmbio acadêmico-científico tomando como referência os próprios programas de pós-graduação que incutem problemas relacionados ao desenvolvimento capitalista - esses temas são priorizados nos treze Grupos de Trabalho.

Um evento como este não se faz sem o apoio de instituições, grupos de pesquisa e pessoas. Inicialmente um agradecimento para a Universidade Federal do Pará através da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação e do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, essenciais na sua execução. Ao CNPq, à CAPES e a FAPESPA, como agências de financiamento que acreditaram e apoiaram este projeto. Às instituições parceiras com as quais esperamos continuar realizando atividades acadêmicas e políticas, como o CLACSO, a SBS, a ANPUR, o PPGSA/IFCH/UFPA, o ILEA/UFRGS e a UNILA (no seu núcleo sobre a Amazônia). E, em especial a todos que compõem a equipe do Grupo de Pesquisa Estado, Trabalho, Território e Mercados Globalizados (GETTAM), formada por docentes e discentes da pós-graduação do NAEA, de professores do CESUPA e da UNAMA, responsáveis pela organização do II SIALAT 2017.

Edna Castro
Coordenadora do GETTAM/NAEA/UFPA



Programa

II Seminário Internacional América Latina:
Políticas e conflitos contemporâneos

II SIALAT



PROGRAMAÇÃO

27 de novembro de 2017, segunda-feira

08h30 às 18h00

Credenciamento

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

09h30

Mesa de Abertura

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

10h30

Mesa Redonda 01 – Razão Descolonial e Pensamento Crítico Latinoamericano

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Coordenação: Nirvia Ravena - NAEA/UFPA

Expositores:

Adélia Maria Miglievich Ribeiro- UFES

Carlos Walter Porto-Gonçalves - UFF

Hector Atilio Poggiese – FLACSO, Argentina

Edna Castro - NAEA/UFPA

12h40 às 14h00

Almoço

14h00 às 18h00

Grupos de Trabalho

Local: Salas do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) - Setor Profissional/Campus da UFPA

18h00 às 18h30

Coffee Break

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA



18h30 às 20h00

CONFERÊNCIA DE ABERTURA: La política de los extractivismos sudamericanos: progresistas y conservadores

Conferencista: Eduardo Gudynas - Centro Latino Americano de Ecología Social (Montevideu)

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

20h00 às 21h00

Lançamento de Livros

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA



28 de novembro de 2017, terça-feira

08h30 às 10h30

Mesa Redonda 02 – Conjuntura política, violências e lutas sociais na América Latina

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Coordenação: Silvio Figueiredo - NAEA/UFPA

Expositores:

José Vicente Tavares dos Santos - ILEA/UFRGS

Ana Maria Araujo - Universidad de la República, Uruguay

Marcela Vecchione Gonçalves - NAEA/UFPA

Jacques Rhéaume - UQAM, Canadá

10h40 às 12h40

Mesa Redonda 03 - Hidrelétricas no contexto das políticas de grandes obras de infra-estruturas e privatização

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Coordenação: Luis Aragon Vacca - NAEA/UFPA

Expositores:

Philip Martin Fearnside - INPA

Luis Fernando Novoa Garzon – UNIR

Sara Alonso - Universidade Ramon llul-Barcelona, Espanha

Edizângela Alves Barros – MAB

Dion Monteiro – Xingu Vivo

12h40 às 14h00

Almoço

14h00 às 18h00

Grupos de Trabalho

Local: Salas do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) - Setor Profissional/Campus da UFPA

14h00 às 18h00

Minicurso I: Teoría de los extractivismos: conceptos, dinámicas, impactos y derrames.

Local: Auditório do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA

Professor: Eduardo Gudynas – Centro Latino Americano de Ecologia Social (Montevideu)

18h00 às 18h30

Coffee Break

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA



18h30 às 20h30

Mesa Redonda 04 - Mineração, desastres socioambientais e novas configurações econômicas

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Coordenação: France Rodrigues - UFRR

Expositores:

Paola Bolados - Universidad de Valparaíso, Chile

Ester Limonad - UFRJ

Violeta Loureiro - PPGSA/UFPA

Silvia Molina - CEDLA, Bolívia

Eunicéia Fernandes Rodrigues - Com. de Curuperé – Barcarena Livre

18h30 às 20h30

Oficinas

Local: Salas do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)

Oficina 01: Ciência de Dados e Big Data, possibilidades e desafios à pesquisa na área das Ciências Sociais

Proponente: Jader Gama - Pesquisador do GETTAM e da IPPA (Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia).

Público-alvo: Estudantes de graduação e pós-graduação da área de Ciências Humanas e Computação.

Oficina 02: TV Digital no Brasil e na Amazônia

Proponente: Thiago Novaes (UFF)



29 de novembro de 2017, quarta-feira

08h30 às 10h30

Mesa Redonda 05 - Agriculturas em disputa, territórios sociais e étnicos sob ameaças

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Coordenação: Edila Moura PPGSA/UFPA

Expositores:

Delma Neves - UFF

Dalva Motta - EMBRAPA

Eliane Cantarino O'Dwyer - UFF

Pascal De Robert - IRD/França

10h40 às 12h40

Mesa Redonda 06 - África e América Latina: histórias entrecruzadas, subalternidade e resistência

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Coordenação: Gilmar Pereira da Silva - UFPA

Expositores:

Flávio dos Santos Gomes - UFRJ

Zélia Amador de Deus - PPGCOM/UFPA

Ernesto Renan de Freitas Pinto - PPGSC/UFAM

Representante de Movimento Social

12h40 às 14h00

Almoço

14h00 às 18h00

Grupos de Trabalho

Local: Salas do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) - Setor Profissional/Campus da UFPA

14h00 às 18h00

Minicurso II: Psicosociología Clínica

Local: Auditório do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA

Professores: Ana Maria Araujo (Universidad de la República – Uruguay) e Jacques Rhéaume (Université du Québec à Montréal/UQAM)

14h00 às 18h00

Minicurso II: Psicosociología Clínica

Local: Auditório do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA

Professores: Ana Maria Araujo (Universidad de la República – Uruguay) e Jacques Rhéaume (Université du Québec à Montréal)



14h00 às 16h00

Minicurso III: Traços da Urbanização Recente no Brasil e suas interações com a América do Sul

Local: Auditório do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA

Professora: Ester Limonad – UFF- Rj

16h00 às 18h00

Oficina

Local: Sala do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)

Oficina 03: Agitação e propaganda

Proponente: Érica Souza-MAM

Público-alvo: movimentos sociais e estudantis



GRUPOS DE TRABALHO E LOCALIZAÇÃO

GT 01 - Estado, políticas e novas configurações do mercado na América Latina

Coordenadores: Nirvia Ravena (NAEA/UFPA), Marcela Vecchione Gonçalves (NAEA/UFPA), José Raimundo Trindade (PPGECO/UFPA), Rosane de Seixas Brito Araújo (NAEA/UFPA) e Jader Gama (GETTAM/NAEA/UFPA)

Sala 12 e 13 - NAEA

GT 02 - Movimentos sociais e lutas sócio-territoriais: olhares sobre a África e a América Latina

Coordenadores: Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF), Rodrigo Peixoto (PPGSA/UFPA), Pierre Teisserens (Université Paris 13), Flávio dos Santos Gomes (UFRJ), Assunção José Pureza Amaral (UFPA-Castanhal), José Sobreiro Filho (UFPA-Ananindeua) e Raifran Abidimar de Castro (IFMA).

Sala 15 e 17 - NAEA

GT 03 - Colonialidade e grandes obras de infra-estrutura: hidrelétricas, portos, hidrovias, rodovias e ferrovias

Coordenadores: Luiz Fernando Novoa (UNIR), Sara Alonso (Universidade de Barcelona), Sabrina Mesquita (ICSA e GETTAM/NAEA/UFPA) e Jondison Rodrigues (GETTAM/NAEA).

Sala Ip 02 - Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 04 - Natureza, sociedade e direitos: políticas e conflitos na América Latina e na Pan-Amazônia

Coordenadores: Edila Moura (PPGSA/UFPA), Voyner Canete (PPGSA/UFPA), Juarez Carlos Brito Pezzuti (NAEA/UFPA), Emilie Stoll (Museum National d'Histoire Naturelle), Maria José da Silva Aquino (PPGSA/UFPA) e Maria Ernestina Garreta Chanoy (Colômbia), Simy Correa (GETTAM/NAEA/UFPA).

Sala Ip 03 e Sala Ip 04 - Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 05 - Mineração, desastres e neoextrativismos na América Latina

Coordenadores: Eunápio do Carmo (CESUPA e GETTAM/NAEA/UFPA), Paola Bolados (UV - Chile), Gilberto Marques (PPGE/ICSA/UFPA), Indira Rocha (ICSA/UFPA) e Pedro Henrique Paes Loureiro de Bragança (UNAMA e GETTAM/NAEA/UFPA)

Sala Ip 05 - Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 06 - A Mídia, produção de imagens e estratégias de discursos em disputa

Coordenadores: Fabio Castro (PPGCOM/UFPA), Ana Prado (NAEA/UFPA), Elaine Martins (PPGCOM/UFPA), Otacílio Amaral Filho (ILC/UFPA) e Larissa Carreira (GETTAM/NAEA/UFPA)

Sala Ip 06 - Pavilhão de Aulas do ICSA



GT 07 – Cidades e transformações do urbano na América Latina

Coordenadores: Saint-Clair Trindade (NAEA/UFPA), Simaia das Mercês (NAEA/UFPA), Philippe Plas (Universidade Paris 13, França), Sandra Helena Ribeiro Cruz (ICSA/UFPA), Helena Lúcia Zagury Tourinho (UNAMA) e Welson Cardoso (ICSA/UFPA-GETTAM).

Sala Kp 12 e Kp 10 – Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 08 – Migração, mobilidade e deslocamentos: exclusão social, diferenças culturais e ação política

Coordenadores: Luis Aragon Vacca (NAEA/UFPA), Marcel Hazeu (ICSA/UFPA-GETTAM), Pedro Staevie (UNILA), France Rodrigues (PPGSOF/UFRR) e Solange Gayoso (ICSA/UFPA)

Sala Hp 12 – Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 09 – Pensamento social e imaginário na América Latina

Coordenadores: Ana Maria Araújo (Udelar-Uruguai), Renan Freitas Pinto (UFAM), Edna Castro (GETTAM/NAEA/UFPA), Sirlei Silveira (UFMT) e Amarildo Ferreira Júnior (UFRR)

Local: Mini-auditório do NAEA (Altos)

GT 10 – Campesinato e conflitos fundiários na América Latina

Coordenadores: William Santos de Assis (NCADR/UFPA), Delma Pessanha Neves (UFF), Dalva Motta (EMBRAPA), Fabiano Bringel (UEPA) e James Léon Passa Monsalve (Colômbia)

Sala Hp 11 e Ip 12B – Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 11 – Gênero, colonialidade e teorias feministas na América Latina

Coordenadores: Luzia Álvares (PPGCP/UFPA), Cristina Cancela (PPGHIST/UFPA), Socorro Amora (ICSA/UFPA)

Sala Hp 10 – Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 12 – Cultura, mercados, tradições e turismo na América Latina

Coordenadores: Silvio Figueiredo (NAEA/UFPA), Carmem Izabel Rodrigues (PPGSA/UFPA), Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega (UFRN), Mirleide Char (NAEA/UFPA) e Iraneide Souza Silva (GETTAM/NAEA/UFPA)

Sala Hp 09 – Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 13 – Trabalho, mercado de trabalho e desemprego: novas regulações, novas formas de dominação?

Coordenadores: Izabel Valle (UFAM), Elenise Scherrer (UFAM), Antônia Nascimento (PPGSS/UFPA), Vera Lúcia Gomes (PPGSS/UFPA), Alexandre Lins (PPGDSTU/UFPA) e Marília Lobato (UNIFAP)

Local: LAENA - NAEA



LANÇAMENTO DE LIVROS E REVISTAS

Local: Hall de entrada do Centro de Eventos Benedito Nunes - UFPA

Tráfico de pessoas para exploração sexual

Editora: Lumen Júris, 2017

Andreza do Socorro Pantoja de Oliveira Smith

Bragança: famílias, política e comércio

Editora: Livraria da Física

Ipojucan Dias Campos (Org.)

Sociodemografia da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá 2001 a 2011.

Editora: AM: IDSM; Belém: NAEA, 2016

Edila Arnaud Ferreira Moura, Ana Claudeise Silva do Nascimento, Dávila Suelen de Souza Corrêa, Edna Ferreira Alencar, Isabel Soares de Sousa.

Garimpagem e Mineração no Norte do Brasil

Editora: EDUA, 2017

Francilene dos Santos Rodrigues

Territórios e Conflitos: a relação de empresas de mineração com as comunidades em Barcarena

Editora: NAEA/UFPA – 2017

Eunapio Dutra do Carmo

Para além da tradição: casamentos, famílias e relações conjugais

Editora: UEPA & Fonte Editorial

Ipojucan Dias Campos

Palavras entre rios e ruas: ensaios sobre Literatura na Amazônia

Editora: FCP- Fundação Cultural do Pará, 2016.

Maria de Nazaré Barreto Trindade

Territórios em transformação na Amazônia: Saberes, rupturas e desconstruções

Editora: NAEA/UFPA – 2016

Edna Maria Ramos de Castro (Org.)

Obra Contemplada pelo Premio Literário Dalcídio Jurandir

Coleção Encauchados: 1º Vol. Encauchados 20 anos do Acre para o Mundo

2º Vol. Encauchados na visão da Academia

3º Vol. Encauchados Produção científica e Tecnológica Educacional.

Gráfica: Supercoros

Francisco Samonek; Assunção José Pureza Amaral, Régis Abreu Paiva e Maria Zélia Machado Damasceno



Cidadania Coletiva - Política da Diferença e o Princípio da Participação

Editora. Juruá

Homero Chiaraba Gouveia

Pense Direito: Sujeitos e Atores na Formação da Consciência Jurídica

Editora: Appris

Fabian Serejo Santana

Territórios, Ordenamentos e Representações na Amazônia

Editora: GAPTA/UFPA - 2017

Christian Nunes da Silva, Ricardo Ângelo Pereira de Lima, João Marcio Palheta da Silva.

Crítica da Economia Política da Dívida Pública e do Sistema de Crédito Capitalista

Editora: CRV

José Raimundo Trindade

Postos no Rio Tapajós: o arco do desenvolvimento e da justiça social?

Cartilha – IBASE (RJ) – 2017

Jondison Cardoso Rodrigues

Revista Novos Cadernos NAEA: NCN Vol. 19, n. 3; Vol. 20, ns. 1 e 2

A geopolítica de Infraestrutura da China na América do Sul: um estudo a partir do caso do Tapajós na Amazônia Brasileira

ActionAid Brasil e Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) – 2017

Diana Aguiar

História da Amazônia: do período da borracha aos dias atuais - Estudos Amazônicos

Editorial Cultura Brasil

Violeta Refkalefsky Loureiro.

Amazônia: temas fundamentais sobre o meio ambiente - Estudos Amazônicos

Editora Cultural Brasil

Violeta Refkalefsky Loureiro.

Territórios, Mobilizações e conservação socioambiental

Maria José da Silva Aquino Teisserenc, Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior, Neide Esterici (Orgs.).

São Luis: EDUFMA, 2016.

Amazônia, Cultura e Cena Política no Brasil

Sílvio Lima Figueiredo (Orgs.)

NAEA/UFPA - 2017



Grupos de Trabalhos

II Seminário Internacional América Latina: Políticas
e conflitos contemporâneos

II SIALAT



GT 08

Migração, mobilidade e deslocamentos: exclusão social, diferenças culturais e ação política

Coordenadores

Luis Aragon Vacca (NAEA/UFPA), Marcel Hazeu (ICSA/UFPA-GETTAM), Pedro Staeve (UNILA), France Rodrigues (PPGSOF/UFRR), Solange Gayoso (ICSA/UFPA)

Debatedor

Hector Atilio Poggiese (UBA-Argentina) e Luis Aragon Vacca (NAEA/UFPA)

Ementa: Esse GT procura criar discutir processos recentes de mobilidade de população – desde as migrações regionais e nacionais até as migrações internacionais que têm sido retornadas recentemente como tema relevante no entendimento da relação entre política e deslocamentos. Tema que envolve, de forma central, a relação entre Estados nacionais e a sociedade civil, relação entre história, legislações e lutas territoriais no plano interregiões, tornando os conflitos atuais como questões internacionais.



Trabalhos completos

GT 08

II Seminário Internacional América Latina:
Políticas e conflitos contemporâneos

II SIALAT



**GT 08 – MIGRAÇÃO, MOBILIDADE E DESLOCAMENTOS: EXCLUSÃO SOCIAL,
DIFERENÇAS CULTURAIS E AÇÃO POLÍTICA**

Sala Hp 12 – Pavilhão de Aulas do ICSA

Dia 27 de novembro de 2017 / segunda-feira

1ª SESSÃO: MEMÓRIA, HISTÓRIA E COLONIZAÇÃO

Horário: 14h00 às 16h00

**Coordenação: Luis Aragon Vacca (NAEA/UFPA), Marcel Hazeu (ICSA/UFPA-GETTAM), Pedro Staevie (UNILA),
France Rodrigues (PPGSOF/UFRR), Solange Gayoso (ICSA/UFPA)**

Comunicação Oral:

1. O USO METODOLÓGICO DA HISTÓRIA ORAL NA PRODUÇÃO E COLETA DE DADOS PARA PESQUISAS EM MIGRAÇÃO, GÊNERO E TRABALHO NA AMAZÔNIA
Andreia Martel Torres (UNIFAP - SEED-AP)
2. ACESSO E USO DA TERRA ENTRE COLONOS "SULISTAS" NO VALE DO RIO URUARÁ (PARÁ, DÉCADAS DE 1970-90)
Rangel Aparecido Santos de Oliveira (UFPA), Francivaldo Alves Nunes (UFPA) e Marcelo Augusto Machado (UFPA)
3. MIGRAÇÃO E PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO DE MARABÁ-PA: O CASO DE MARANHENSES E "GAÚCHOS"
Kellem Cristina Prestes de Melo (UFPA)
4. MIGRAÇÃO DE CEARENSES PARA AUGUSTO CORREA – PARÁ: IMPACTOS E CONSEQUÊNCIAS
Adelson da Cruz (UFPA) e Keila de Paula Fernandes de Quadros (UFPA)
5. AS MEMÓRIAS DO PROCESSO DE MIGRAÇÃO E FORMAÇÃO HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE SINOP - MATO GROSSO
Caroline Mari de Oliveira (UNEMAT) e Aumeri Carlos Bampi (PPGCA/PPGEO/UNEMAT)
6. MIGRAÇÃO NORDESTINA: CONFLITOS SOCIO-TERRITORIAIS E POLÍTICAS DESENVOLVIMENTISTAS EM CAPITÃO POÇO-PA (1950-1985)
Álvaro Gomes de Sousa (UFPA)
7. MIGRAÇÃO BOLIVIANA: A MÃO DE OBRA NOS SERINGAIS DO RIO MADEIRA (1860-1912)
Paula de Souza Rosa (UFPA)

Pôster:

1. MIGRAÇÃO E COLÔNIA: A MOBILIDADE AÇORIANA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII
Larissa Rafaela Pinheiro Alencar (UFPA)
2. MIGRAÇÃO PARA A AMAZÔNIA: UMA REVISÃO DA LITERATURA DOS ANOS 50 AOS ANOS 2000, E UM POUCO MAIS
Pedro Silveira Pereira (UFPA) e Maria José da Silva Aquino Teisserenc (UFPA)



**GT 08 – MIGRAÇÃO, MOBILIDADE E DESLOCAMENTOS: EXCLUSÃO SOCIAL,
DIFERENÇAS CULTURAIS E AÇÃO POLÍTICA**

Sala Hp 12 – Pavilhão de Aulas do ICSA

2ª SESSÃO: COMUNIDADES TRADICIONAIS, DESLOCAMENTOS FORÇADOS E RESISTÊNCIA

Horário: 16h00 às 18h00

Coordenação: Luis Aragon Vacca (NAEA/UFPA), Marcel Hazeu (ICSA/UFPA-GETTAM), Pedro Staevie (UNILA), France Rodrigues (PPGSOF/UFRR), Solange Gayoso (ICSA/UFPA)

Comunicação Oral:

1. DA COMUNIDADE INDÍGENA PARA BOA VISTA: MEMÓRIAS DOS JOVENS INDÍGENAS NO DESLOCAMENTO EM RORAIMA

Leonice Ferreira Moraes (UFRR) e Marisa Barbosa Araújo (UFRR)

2. TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA E LEGALIDADE: OS CONFLITOS ETNICIDADE E RESISTÊNCIA NA AMAZÔNIA TOCANTINA-PA

Vera Lúcia de Cristo Lobato (UEPA), Waldma Máira Menezes de Oliveira (CUNTINS/FECAMPO – UFPA) e Luiz Augusto Pinheiro Leal (CUNTINS/PPGEDUC – UFPA)

3. MIGRAÇÃO TEMPORÁRIA DE QUILOMBOLAS DA COMUNIDADE LAGOA DAS EMAS, SÃO RAIMUNDO NONATO-PI

Juçara da Silva Braga (UESPI) e Judson Jorge da Silva (UESPI)

4. POVOS INDÍGENAS, DESLOCAMENTOS FORÇADOS & O RELATÓRIO FIGUEIREDO

Bianca Monteiro Porto da Cunha Ferreira (PPGD/UFPA) e Jane Felipe Beltrão (UFPA)

5. ESPAÇO E DEPENDÊNCIA NA AMAZÔNIA: O CASO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS EM TORNO DOS EMPREENDIMENTOS MINERAIS E PORTUÁRIOS EM BARCARENA-PA

Indira C. Rocha Marques (UFPA), Rosana Amorim Coelho (UFPA) e Gilberto de Souza Marques (UFPA)

6. DESLOCAMENTOS FORÇADOS POR DESASTRES “NATURAIS”: REFLEXÕES SOBRE O CONTEXTO DA AMÉRICA LATINA

Zenis Bezerra Freire (UFPE)

7. CARTOGRAFIA DE GRANDES EMPREENDIMENTOS NA AMAZÔNIA: DESENVOLVIMENTO, SEGREGAÇÃO ESPACIAL E DEPENDÊNCIA EM BARCARENA-PA

Vitor Rodrigues Pantoja (UFPA) e Indira Cavalcante da Rocha Marques (UFPA)

Pôster

1. DOS BAIXÕES AOS RUCS EM ALTAMIRA: DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO, LIMPEZA SOCIAL E A BARRAGEM DE BELO MONTE

GlauyLearte da Silva (PPGSA/UFPA)

2. SINAL VERMELHO: Migração Venezuelana E Trabalho Nos Semáforos De Boa Vista-RR

Beatriz Patrícia de Lima Level (UFRR), Ariana Batalha Carvalho Machado (UFRR) e Francilene dos Santos Rodrigues (UFRR)



**GT 08 – MIGRAÇÃO, MOBILIDADE E DESLOCAMENTOS: EXCLUSÃO SOCIAL,
DIFERENÇAS CULTURAIS E AÇÃO POLÍTICA**

Sala Hp 12 – Pavilhão de Aulas do ICSA

Dia 28 de novembro de 2017 / terça-feira

1ª SESSÃO: EDUCAÇÃO EM OUTRO LUGAR

Horário: 14h00 às 16h00

Coordenação: Luis Aragon Vacca (NAEA/UFPA), Marcel Hazeu (ICSA/UFPA-GETTAM), Pedro Staevie (UNILA), France Rodrigues (PPGSOF/UFRR), Solange Gayoso (ICSA/UFPA)

Comunicação Oral:

1. A PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS SOBRE A UTILIZAÇÃO DO TRANSPORTE FLUVIAL EM SOURE – MARAJÓ/PA

Thiliane Regina Barbosa Meguis (NAEA/UFPA), Kassia Suelen da Silva Farias (NAEA/UFPA), Juliana Azevedo Hamoy (NAEA/UFPA) e MirleideChaar Bahia (NAEA/UFPA)

2. ESTUDAR E VIVER NA “TERRA DOS OUTROS”: A EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA DE ESTUDANTES ESTRANGEIROS NO BRASIL

Rubens da Silva Ferreira (UFPA/ICSA)

3. UNIVERSIDADE E INTERCULTURALIDADE: OS ALUNOS HISPANO-AMERICANOS NA PÓS-GRADUAÇÃO DA UFPA

Débora Alfaia da Cunha (UFPA) e Fernanda Costa da Silva (UFPA)

4. INCLUSÃO DE DISCENTES VENEZUELANOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DA ÁREA URBANA DE PACARAÍMA

Sandra Elaine Trindade da Paz (UFRR) e Ana Lia Farias Vale (UFRR)

5. EDUCAÇÃO PERVERSA: CONFLITOS DA RELAÇÃO CAMPO E CIDADE

Murilo Pinto Silva Santos (UCSAL/CJCC/SEC-BA) e Cristina Maria Macêdo de Alencar (UCSAL)

Pôster:

1. MIGRAÇÃO: CRIANÇAS MIGRANTES DESACOMPANHADAS INSERIDAS NA DINÂMICA DO TRABALHO INFANTIL

Alba Fernanda Pinto de Medeiros (UFPA), Thâmisa Gonzalez de Oliveira (CEDIN) e João Vitor do Vale Ferreira (UFPA)

2. APROPRIAÇÃO CULTURAL OU ATIVISMO CULTURAL

Tamiris Ferreira Miranda (Estácio FAP)



**GT 08 – MIGRAÇÃO, MOBILIDADE E DESLOCAMENTOS: EXCLUSÃO SOCIAL,
DIFERENÇAS CULTURAIS E AÇÃO POLÍTICA**

Sala Hp 12 – Pavilhão de Aulas do ICSA

2ª SESSÃO: FRONTEIRAS E MIGRAÇÃO INTERNACIONAL

Horário: 16h00 às 18h00

Coordenação: Luis Aragon Vacca (NAEA/UFPA), Marcel Hazeu (ICSA/UFPA-GETTAM), Pedro Staevie (UNILA), France Rodrigues (PPGSOF/UFRR), Solange Gayoso (ICSA/UFPA)

Comunicação Oral:

1. PESSOAS EM MOVIMENTO E A MIGRAÇÃO INTERNACIONAL DE E PARA O BRASIL:
DESLOCAMENTOS, SIGNIFICADOS E POLÍTICAS

Marcos Murrelle Azevedo Cruz (PPLSA/UFPA) e Lena Cláudia dos Santos Amorim (PPGCS/UFPA)

2. MIGRAÇÃO INTERNACIONAL E MOBILIDADE ESPACIAL NA AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA:
RESULTADOS DE PESQUISA

Jonatha Rodrigo de Oliveira Lira (UEPA)

3. A LEI DE (I)MIGRAÇÃO: CONFLITOS LATENTES NO MUNDO EM MOVIMENTO

Maria João Guia (IJ-UC, Portugal)

4. GARIMPEIROS BRASILEIROS NA GUIANA FRANCESA: UMA REFLEXÃO SOBRE MIGRAÇÃO DE
TRABALHADORES ENTRE FRONTEIRAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, NO SETENTRIÃO DA
AMAZÔNIA

Carmenilla das Chagas Martins (UNIFAP)

5. FRONTEIRAS E CIRCULAÇÃO: A DINÂMICA DE MOBILIDADE DE BRASILEIRAS NO SURINAME
E O COMERCIO DO SEXO

Osvaldina dos Santos Araujo (L'Université de Toulouse Jean Jaurès/L'UT2J – USP)

Pôster:

1. PENTESILEIA* E AS MULHERES VENEZUELANAS: UMA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS NO WEBSITE DA FOLHA DE BOA VISTA

Luyandria Santos Maia (UFRR) e Francilene dos Santos Rodrigues (UFRR)

2. CONFLITOS NA FRONTEIRA BRASIL-GUIANA FRANCESA: A SITUAÇÃO DE GARIMPEIROS
ILEGAIS

Luiza Santos Magalhães (UFMA) e Roberta Carliane Medeiros dos Santos (UFMA)



**GT 08 – MIGRAÇÃO, MOBILIDADE E DESLOCAMENTOS: EXCLUSÃO SOCIAL,
DIFERENÇAS CULTURAIS E AÇÃO POLÍTICA**

Sala Hp 12 – Pavilhão de Aulas do ICSA

Dia 29 de novembro de 2017 / quarta-feira

1ª SESSÃO: REFUGIADOS E INDOCUMENTADOS NO BRASIL

Horário: 14h00 às 16h00

Coordenação: Luis Aragon Vacca (NAEA/UFPA), Marcel Hazeu (ICSA/UFPA-GETTAM), Pedro Staevie (UNILA), France Rodrigues (PPGSOF/UFRR), Solange Gayoso (ICSA/UFPA)

Comunicação Oral:

1. IMIGRANTES INDOCUMENTADOS E O DIREITO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE BRASIL E ARGENTINA

Federico Ariel Vaschetto (UBA, Argentina) e Caroline Figueiredo Lima (OAB-PA)

2. TRANSGREDINDO FRONTEIRAS: TRAJETÓRIAS DE REFUGIADOS NIGERIANOS EM BELÉM

Angélica Gonçalves (UFPA), Andréa Silva (PPGSA, UFPA) e Rodrigo Peixoto (PPGSA, UFPA)

3. REFUGIADOS NO BRASIL: SITUAÇÃO DE SAÚDE E PERSPECTIVAS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

Stephanie Mesquita Assaf (UFMG), Diego Cavalcante Figueiredo (USU) e João Roberto Cavalcante Sampaio (UERJ)

4. A CRISE DOS REFUGIADOS SÍRIOS: ESTADOS SOBERANOS E OS DIREITOS HUMANOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Alessandra Viviane Vasconcelos Bezerra (UNAMA), Bianca Juliana Marques Alves (UNAMA) e Mayane Bento da Silva (UNAMA)

5. POLÍTICAS MIGRATÓRIAS DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A INSERÇÃO SOCIAL DAS CRIANÇAS MIGRANTES: UM OLHAR SOBRE A PROBLEMÁTICA DA HARMONIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS REGIONAIS

Raíssa Maria Londero (UPS)

Pôster:

1. O CONFLITO DE ALTO ALEGRE (1901) EM BARRA DO CORDA-MA: UMA LEITURA DAS INFLUÊNCIAS DA AÇÃO REPUBLICANA

Erika Castro Nascimento (CCHSL/UEMASUL) e Danielly Moraes Rocha (CCHSL/UEMASUL)

2. XENOFOBIA, RACISMO E ESTIGMAS SOCIAIS NA TERRA DE MACUNAÍMA: A imigração venezuelana em Roraima

Gabriela da Costa Norberto Peres (UFRR) e Francilene dos Santos Rodrigues (UFRR)



**GT 08 – MIGRAÇÃO, MOBILIDADE E DESLOCAMENTOS: EXCLUSÃO SOCIAL,
DIFERENÇAS CULTURAIS E AÇÃO POLÍTICA**

Sala Hp 12 – Pavilhão de Aulas do ICSA

2ª SESSÃO: SIMBOLISMO, REPRESENTAÇÃO E IDENTIDADES NA MOBILIDADE

Horário: 16h00 às 18h00

Coordenação: Luis Aragon Vacca (NAEA/UFPA), Marcel Hazeu (ICSA/UFPA-GETTAM), Pedro Staevie (UNILA), France Rodrigues (PPGSOF/UFRR), Solange Gayoso (ICSA/UFPA)

Comunicação Oral:

1. TRÁFICO DE PESSOAS TRANSEXUAIS NA ADOLESCÊNCIA PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL NO BRASIL: ENFRENTAMENTOS A PARTIR DA DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL
Yasmim Pamponet Sá (CESUPA) e Andreza do Socorro Pantoja de Oliveira Smith (UFPA)

2. PRÁTICAS DE BEIRA: O RESISTIR AOS DISCURSOS HEGEMÔNICOS E O ATUALIZAR PRÁTICAS COTIDIANAS DEPOIS DE ALAGAREM AS CIDADES DO SERTÃO
Jurema Moreira Cavalcanti (IAU, USP) e Thais de Bhanthumchinda Portela (UFBA)

3. A CRISE MIGRATÓRIA NA AMAZÔNIA – EM CAMINHO DA HOSPITALIDADE NA DEMOCRACIA POR-VIR
Alberto Amaral (CESUPA)

4. CAGARÉUS OU CEBOLEIROS... TRIPEIROS: O PERFIL DOS IMIGRANTES PORTUGUESES EM BELÉM DO PARÁ
Marcos Antonio de Carvalho (CEPESE-Porto-PT)

5. AMAZÔNIA EN ESPAÑOL: FLUXOS, CONSUMO E EXPERIÊNCIA DE ESTRANGEIROS RESIDENTES EM BELÉM DO PARÁ
Enderson Oliveira (ESTÁCIO/FAPEN/FAPAN)

Pôster:

1. O CONCEITO DE PAZ EM KANT FRENTE ÀS CRISES MIGRATÓRIAS ATUAIS NA AMÉRICA LATINA
Marcos Felipe Alonso de Souza (UFPA)

2. HAUE ZAAMA - FRONTEIRAS DO DESCONHECIDO
Marco Aurélio Anadam Mello (IFAM)

**GT 08 - MIGRAÇÃO, MOBILIDADE E DESLOCAMENTOS: EXCLUSÃO SOCIAL,
DIFERENÇAS CULTURAIS E AÇÃO POLÍTICA.****O USO METODOLÓGICO DA HISTÓRIA ORAL NA PRODUÇÃO E
COLETA DE DADOS PARA PESQUISAS EM MIGRAÇÃO, GÊNERO E TRABALHO
NA AMAZÔNIA.**

Andreia Martel Torres (Seed/Unifap) ¹
deiatorres.torres10@gmail.com

RESUMO

O que será tematizado nesta comunicação são as possibilidades e limitações do uso da História Oral nas pesquisas sobre migração, mobilidade e deslocamento. A etapa consistiu no deslocamento até a cidade de Oiapoque, fronteira com a Guiana Francesa, para construção de uma base documental que possa subsidiar a análise qualitativa das redes de sociabilidades criadas por mulheres migrantes trabalhadoras e o estabelecimento de suas relações sociais. Utilizou-se entrevistas semiestruturadas englobando tanto: entrevistas de história de vida assim como entrevistas temáticas com mulheres que, no momento da aplicação destas, residiam na cidade de Oiapoque e que participaram ou participam do processo migratório e/ou testemunharam os acontecimentos e conjunturas do passado e do presente estabelecendo novas redes de sociabilidades. Como resultado preliminar enfatiza-se que o uso da História Oral possibilitou: 1- Documentar as versões históricas daqueles que foram excluídos nos trabalhos ancorados em macro abordagens; 2- Comparar diferentes versões e testemunhos; 3- Ampliar o conhecimento sobre acontecimentos e conjunturas do passado através do aprofundamento de experiências e visões particulares. Percebeu-se as limitações desta metodologia: na dificuldade das entrevistadas reconhecerem-se como agentes dos processos históricos, algumas apontando suas vidas e relatos como irrelevantes; ou na recusa de outras em relatar suas experiência, sob a justificativa que pouco poderiam contribuir para a pesquisa. A metodologia em História Oral por subsidiar análise para a descrição das dinâmicas sociais, espaciais, culturais e econômicas, das experiências produzidas no cotidiano e das táticas de sobrevivência das trabalhadoras brasileiras no processo migratório entre Brasil e Guiana Francesa.

Palavras chaves: História Oral. Recurso metodológico. Gênero e Migração.

1. INTRODUÇÃO

Esta breve comunicação é parte da pesquisa em andamento sobre Migração, gênero e trabalho que objetiva investigar as redes de sociabilidade e os deslocamentos das trabalhadoras na fronteira Brasil- Guiana Francesa.

¹ Pesquisadora vinculada ao Laboratório de Estudos em História Social do Trabalho na Amazônia-Lehstam (CNPq) da Universidade Federal do Amapá (Unifap); professora da Rede Estadual de Ensino - Secretaria de Estado da Educação (SEED-AP); Especialista em Mídias na Educação e Licenciada em História.



Além do convívio pessoal da pesquisadora com mulheres em trânsito, pensou-se a problematização desta pesquisa a partir de duas outras óticas. A primeira insere-se no aporte teórico recente e redefinições no âmbito investigativo mais geral, como aponta Brumes e Silva (2011) ao perscrutarem-se os estudos sobre as questões fronteiriças e especificamente sobre a migração delinea-se, basicamente, duas vertentes de abordagens teóricas: a tendência tradicional, a qual dá ênfase a questões econômicas e as de abordagens mais recentes, enfocando as teorias sociais, como por exemplo, as redes de sociabilidades.

Outra condição instigadora sobre a problemática e a representação peculiar das mulheres feita no seio das sociedades fronteiriças: concebidas positivamente pela sensualidade do corpo e pela oportunidade de relacionamento, no entanto associada negativamente a prostituição, tidas “como interesseiras, mulheres fáceis e causadoras de separação” (CLEAVER, 2005, p.110-111 apud SILVA, 2016, p.111).

Tanto franceses, com guianenses, ingleses tem essa visão (prostituição). Quando chega uma brasileira na Guiana a primeira impressão que eles têm é que foram fazer programa, devido ao fluxo ser grande. Mas alguns, de uma maneira geral, nem todos os franceses, são muito gentis outros te tratam com indiferença ou como produto. Eles têm a imagem de que as brasileiras vão fazer programa e casar. Então a imagem que eles fazem é de interesse ou como um produto. (ROSALMA ALCANTARA -CAMPO MARÇO DE 2017)

A prostituição é real, e identificam-se pontos e casas especializadas no ramo. No entanto, a proposta desta pesquisa é ir além da ideia identificada, por Pinto (2012), como costumeira nestas cidades e propagada pelo senso comum: de brasileiras arregimentadas exclusivamente para o trabalho sexual na Guiana Francesa, de uma mácula a qual reforça tal estigma² das mulheres migrantes brasileiras.

Para além dos estigmas que acompanham a representação das brasileiras, adota-se o crescimento “numérico das mulheres migrantes, como mudança dos critérios analíticos do fenômeno migratório mediante a inclusão do enfoque de gênero e/ou como transformação do perfil da mulher migrante” (MARINUCCI, 2007) chamado de feminização do fluxo migratório, o qual associado com a experiência do convívio com aquelas trabalhadoras percebeu-se a esperança, a aventura, o medo, relacionados à busca por melhores condições de vida. Por vezes, outras mulheres ficavam à espera daquelas que

² De acordo com Goffman (1981) uso do termo estigma é usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, como uma linguagem de relações e não de atributos.



foram. Tanto para promover a ida das que ficaram quanto para receber alguma benesse promovida pelo trabalho das emigradas.

Pinto (2012) aponta a feminização do trânsito na área fronteiriça entre o Brasil e a Guiana Francesa, sobretudo a partir da década de 1990³. O pesquisador destaca que na Guiana Francesa, no período de elaboração de seu estudo, não existia uma discussão específica sobre a relação entre gênero e migração. Portanto, as atividades laborais das migrantes eram “problematizadas dentro de um contexto geral dos trabalhadores imigrantes” (PINTO, 2012, p.148).

A respeito da constatação de Pinto, da ausência de dados que tratam do fluxo de mulheres, e um estudo mais acurado em relação aos tipos de atividades produtivas desenvolvidas por trabalhadoras migrantes, lançou-se a proposta de ouvir estas migrantes. Para algumas destas trabalhadoras, a Guiana Francesa era apenas pontos de paradas para se chegar à Europa. Porém, para uma maioria daquelas mulheres, este departamento era o destino final.

Thomson (2002) ao analisar os trabalhos de Isabelle Bertaux-Wiame (1979) aponta que maior parte das histórias de migração estava implicitamente preocupada com os homens migrantes e, “muito frequentemente, neste tipo de estudo as mulheres são deixadas de lado, quase ignoradas”. Um dos desdobramentos da autora, ao ouvir as histórias das mulheres, foi identificar que apesar das motivações econômicas serem similares, os métodos, as condições e o significado da migração de homens e de mulheres diferia. E é a emergência das experiências postas neste fenômeno, o reconhecimento que tal fenômeno tem rosto, corpo, sexo, experiências e sociabilidades que se desenrolam tanto nas vidas destas mulheres quanto no grupo social do qual elas estão inseridas, que se inscrevem em novas formas de abordagens e análises para a migração, que trazem as teorias sociais para a análise em migração e entre estas as redes que são construídas.

O desejo de melhorar de vida, de retornar é comumente expressado e está na base da formação de uma complexa rede que se forma envolvendo as sociabilidades criadas por estas mulheres. A noção do retorno demonstra a natureza sistêmica e intrinsecamente conexa do fenômeno migratório. É o elemento constitutivo da condição de migrante, já que a ideia do retorno conforta e faz suportar as dores da migração, alento que vem da ilusão de se voltar ao ponto de origem, de “encontrarlo como si nada hubiera pasado, como si nada lo hubiera cambiado durante la ausencia –tal es la ilusión que alimenta la nostalgia” (SAYAD, 1998)

³A emigração de brasileiros à Guiana Francesa já ocorre há pelo menos cinco décadas. Desde 1964, no auge da construção das instalações da cidade de Kourou, cidade localizada a 78 km a noroeste de Caiena, perto da base de lançamento de foguetes. A saída de nortistas para cidade de Caiena tornou-se uma opção para milhares de trabalhadores desempregados (PINTO, 2008, p.03)



Assim o que se faz nesta comunicação é uma breve descrição do campo e dos passos metodológicos desenvolvidos até então para que se possa, mesmo que minimamente, apreender a experiência destas mulheres. Assume-se o ponto de vista de tensões e de conflitos, como os propostos por Mezzadra (2015) o que torna possível enxergar “as experiências migratórias enquanto espaços estratégicos para a produção de subjetividades (p.13)”.

Para tal pensou-se a História Oral como abordagem metodológica por permitir o registro de testemunhos e acesso a histórias dentro da História e, desta forma, ampliar as possibilidades de interpretação do passado. (ALBERTI, 2014)

Entende-se, pois, entrevistas em História Oral por encontros planejados, gravados por diferentes mídias, decorrentes de projeto exercitando de maneira dialógica, ou seja, com perguntas estímulos e respostas. “Privilegia-se a formulação do projeto como ato fundador, assim como o modo narrativo. (...) O que caracteriza a História Oral é a sistematização dos processos organizados pela lógica proposta inicial (MEYHI e RIBEIRO, 2011)”.

É um método de pesquisa interdisciplinar (histórico, sociológico e antropológico) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de aproximar o objeto de estudo. Alberti (1989) enfatiza que a consequência, o método da história oral é produzir fontes de consultas (as entrevistas) para outros estudos.

2- OIAPOQUE O PONTO DE PARTIDA E, A GUIANA FRANCESA VIVIDA POR MEIO DOS RELATOS.

“Do Oiapoque ao Chui” é o título da terceira parte do livro de Carlos Romani⁴, uma de muitas e possivelmente a melhor síntese semântica sobre como se desenvolveu o imaginário nacional para a “distante e exótica” cidade de Oiapoque. Com uma população estimada em 25.514 habitantes⁵, localizada a 590 quilômetros no extremo norte do estado do Amapá e cuja ligação com a capital, Macapá, é a BR-156, Oiapoque faz fronteira e é ligado por meio da ponte binacional com o Departamento Ultramarino Francês (DUF).

Para além de uma referência geográfica, Oiapoque é uma cidade pouco desenvolvida e a ação do Estado Nacional é esparsa, caracterizando-se por acordos

⁴ Para maiores detalhes, consultar o livro de Carlo Romani “ Aqui começa o Brasil! História das gentes e dos poderes na fronteira do Oiapoque “(2013).

⁵ Fonte IBGE, essa é a estimativa para a população residente no município de Oiapoque no ano de 2017, o censo de 2010 aponta uma população de 20.509 habitantes.



internacionais com ações locais⁶. A raridade destas ações materializa-se e interfere na vida dos habitantes, por exemplo, na procrastinação dos habitantes em deslocar-se a capital preferindo viajar no verão amazônico a enfrentar os atoleiros, comuns, pela falta de pavimentação.

O comércio de variedades é um dos fomentadores econômicos e, não é difícil encontrar no centro comercial uma multiplicidade étnica, cultural e social, são: metropolitanos⁷, crioulos, haitianos, senegaleses, venezuelanos, índios, chinoás⁸ e brasileiros que vão de um lado a outro da fronteira para o almoço de domingo, visitar a cidade, parentes e comprar.

Destaca-se ainda a pesca, as casas de câmbios, a rede de hotéis e as cooperativas de catraieiros⁹ que ofertam serviços de travessias fluviais entre a cidade de Oiapoque. Mesmo após a abertura - parcial - da ponte Binacional há uma intensa movimentação para o outro lado. Não raro escuta-se o relato dos moradores de Oiapoque mostrando as disparidades de tratamento, já que é comum ver pessoas do lado francês atravessarem a ponte em seus carros ou em navetes¹⁰, realizarem compras e despacharem pelas catraias. (CAMPO, JULHO DE 2017).

É esta multiplicidade social e étnica que se entrelaça as disparidades econômicas que tornam a cidade de Oiapoque um ponto nefrálgico ao suscitar as relações assimétricas entre fronteiras internacionais. “*Do outro lado*”, expressão comumente usada pelos habitantes de Oiapoque para referir-se a cidade de Saint George naquele DUF revela o outro, o externo, a União Europeia na Amazônia, o euro, o Eldorado, visivelmente mais desenvolvido que “*deste lado*”.

Nos relatos coletados não foi difícil perceber a imagem positiva e as expectativas de melhoria em relação ao outro. O Eldorado é o que se inscreve no imaginário, não apenas local, mas regional. Pelas ruas de Oiapoque, facilmente encontramos pessoas nascidas nos mais diversos estados da região norte, são: paraenses, cearenses, maranhenses e outros.

⁶ A cooperação fronteiriça Amapá/Guiana Francesa inicia-se em 1996. Martins (2008) indica que os Planos Plurianuais 1996-99/ 2000-03 apresentam diretrizes elaboradas tendo em foco o cenário externo (global) e o cenário interno (local). O externo se encontra vinculado na inserção soberana do Brasil na economia e na política mundial; o interno segue na busca pelo desenvolvimento da nação (p.18).

⁷ Metropolitanos ou francês da metrópole é a denominação, comumente, usada pelos moradores da cidade de Oiapoque em referência aos cidadãos nascidos na França, essa parte da população geralmente é composta de funcionários que são destacados para cumprir funções administrativas no DUF. Outra denominação adotada, para este grupo é francês do continente. Há uma clara distinção ao se enfatizar o local de origem como fator de distinção social

⁸ A expressão Chinoá é utilizada indiscriminadamente tanto para o conjunto de japonês quanto chinês e/ou ainda refere-se aos descendentes destas uniões, ao quais, de acordo com relatos coletados em campo, evitam constituir uniões fora destas comunidades.

⁹ pequenas embarcações movida a motores que fazem o transporte de passageiros tanto de Saint Georg quanto da cidade de Oiapoque pelo rio Oiapoque.

¹⁰ As navetes são transportes utilizados do lado francês e no tráfego entre as cidades de Oiapoque e Saint George por meio da Ponte Binacional.



Esse perfil de migrante acaba “obedecendo à lógica da desqualificação profissional, do baixo nível cultural e com pouca escolaridade” (PINTO, p.99, 2012). No campo de expectativas deste migrante insere-se a melhoria de vida “do outro lado”.

As incursões pela fronteira ligam-se, grande parte, a colocações no mercado de trabalho do lado Frances. Desde o trabalho em garimpos, na construção civil, comércio e serviços gerais, nos quais pouca atenção tem se dado a força do trabalho feminino.

O trabalho, no entanto, destaca - se pela predominância dos postos informais¹¹, nos quais as mulheres desempenham funções atreladas a serviços gerais e domésticos, Como relata Maria Luíza.

E, quando eu cheguei lá, desenvolvi o trabalho de doméstica: lavar passar, cozinhar, repara criança é o que tem para brasileira, ou ir para o garimpo cozinhar, é uma opção. (...) A minha irmã que me indicou, as amigas dela foram me indicando, aí eu trabalhei na casa de famílias. Lá na casa de um passava roupa ou ia à casa de outras e dormia com a filha de alguém que ia sair na noite e, fui ficando. Não tinha emprego fixo e sim vários bicos, não existe (emprego) fixo para brasileiro que vai e chega de primeira mão lá, não existe nada fixo. Toda brasileira que vai daqui, ou vai daqui para casar, fazer filho para ganhar dinheiro, fazer locação ou arranjar emprego e é assim, na diária. Fazer um aqui outra acolá, não tem emprego fixo, nem para os que já moram lá, não tem. Minha irmã mora a mais de 15 anos e ela não consegue um emprego fixo, faz diária também (MARIA LUZÍA - CAMPO, MARÇO DE 2017).

3- A HISTÓRIA ORAL COMO RECURSO METODOLÓGICO PARA PESQUISA EM MIGRAÇÃO, GÊNERO, TRABALHO E CONTRA A INDIFERENÇA.

Evidenciar as experiências das trabalhadoras migrantes é fazer uso da experiência do sujeito e compreender que sua narrativa acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro: aquele que faz do homem indivíduo único e singular em nossas histórias, um “sujeito que efetivamente viveu e por isso dá vida a - as conjunturas e estruturas que de outro modo parecem tão distantes” (THOMPSON, 1992). Quando isso acontece é porque encontramos a vivacidade do passado a possibilidade de “revivê-lo” pela experiência do entrevistado (ALBERTI, 1989).

A História Oral não é fim em si mesmo, e sim um meio de conhecimento. Ela só se justifica no contexto de uma investigação científica, o que supõe sua articulação a um projeto de pesquisa previamente definido (MEIHY e RIBEIRO, 2011). Constituir o objeto de estudo, por meio de fontes primárias e secundárias, com o objetivo de garantir a qualidade

¹¹ De acordo com o censo 2010 a população ocupada de Oiapoque era de 1.506 pessoas, perfazendo o percentual de 6,2% da população total do município.



dos trabalhos subsequentes, é uma das primeiras atividades do pesquisador que se utiliza da História Oral.

É o que encontramos em trabalhos como os Thomson (2002) o pesquisador procura rever a contribuição da História Oral, enquanto recurso metodológico, aos estudos sobre migração nos últimos vinte e cinco anos, especialmente entre a Grã-Bretanha e a Austrália. Seu trabalho está centrado na experiência pessoal de mudança entre lugares, assim como indica a natureza comovedora dos relatos para o narrador e sua audiência.

Meihy (2004) estudou a vida de brasileiros nos Estados Unidos, as inquirições iniciais desenvolvidas na pesquisa são: O que fazem estes brasileiros na quarta maior cidade do mundo? Como chegaram até ela? Como se relacionam com os espaços da cidade e seus diversos habitantes? Como vêem o Brasil a partir dos Estados Unidos? As respostas, o autor busca através da História Oral, "dar ouvidos" aos sujeitos envolvidos no processo emigratório. Segundo Meihy (2004) o diálogo principal não foi com a historiografia, mas sim com vidas plenas de contradições, de "certezas provisórias" e pontilhadas de "mas".

Os exemplos citados acima mostram como o uso da História Oral vincula-se ao ato inicial de projetar. Assim o papel do projeto de pesquisa é o de firmar as diretrizes da atividade de pesquisa propriamente dita, dando conta das questões que se pretende e investigar, do recorte de análise e do universo dos atores e/ou testemunhas a ser coberto pela pesquisa – acrescentando-se a ela aquilo que diz respeito ao objetivo de formar um acervo para consulta.

A História Oral apresenta plasticidade em sua aplicação e pode ser aplicada a qualquer tema, desde que seja contemporâneo isto é, desde que ainda vivam aqueles que têm algo a dizer sobre ele. A utilização da História Oral significa, antes de qualquer coisa a adoção de métodos qualitativos de pesquisa. Por outro lado, ela também depende de haver condições de se desenvolver a pesquisa. Neste sentido, "não é apenas necessário que estejam vivos aqueles que podem falar sobre o tema, mas principalmente que estejam disponíveis para tal" (ALBERTI, 2001).

No caso desta pesquisa, a História Oral emerge como possibilidade frente à ausência de fontes oficiais sobre o fluxo de mulheres trabalhadoras em trânsito para a Guiana Francesa. Um dos fatores é: uma parte das migrantes entram no DUF em situação de clandestinidade, portanto não entram em registros e estatísticas sobre a população. Outro fator: os registros só passam a acontecer quando a migração se torna um problema. O que de acordo com Silva (2005) em relação ao Amapá é um problema histórico, principalmente para a polícia, mesmo que se admita o estabelecimento de relações amistosas entre os dois países e que haja formalização de acordos de cooperação. Por isto



a necessidade de provocar o surgimento de tais fontes. Entretanto, ressalta-se que estas fontes só poderiam documentar uma das versões sobre os processos migratórios.

Neste sentido, Thomsom (2002) ao analisar os trabalhos de Joutard ressalta a preocupação para com os métodos de estudos das migrações modernas e que estas dificilmente poderiam ser estudadas hoje em dia sem os relatos de primeira mão dos emigrantes. Para Joutard, um apelo fundamental e permanente dos profissionais que trabalham com a História Oral da migração tem sido que a própria história do migrante pode ser registrada ou mal documentada, e que a evidência oral proporciona um registro essencial da história oculta da migração.

Outro fator é a própria dificuldade de reconhecimento, por parte das mulheres, de que suas ações sejam significativas para a compreensão dos processos migratórios. Segundo o relato delas, suas histórias de vida pouco teria a contribuir, como se as trajetórias e vivências delas em nada fossem significantes ou dignas de serem ouvidas.

Assim como a simples existência de entrevistados não justifica o trabalho e História Oral, ou seja, não é porque existem pessoas interessadas em falar que deva-se iniciar um trabalho em História Oral (DELGADO, 2010).

Convém reservar um tempo para a uma lista de potenciais entrevistados, esta, deve ser flexível – podem-se acrescentar nomes bem como retirar no decorrer da pesquisa, ou seja, isso é verificável em campo. Ressalta-se que no desenvolvimento desta etapa da pesquisa contou-se com a ajuda de informantes, os quais foram cruciais para a constituição de um grupo social que se referencia mutuamente, portanto, um colega/amigo/familiar/depoente, se entusiasmando com o projeto, indica outras pessoas para realização de novas entrevistas. Como no esquema a seguir:

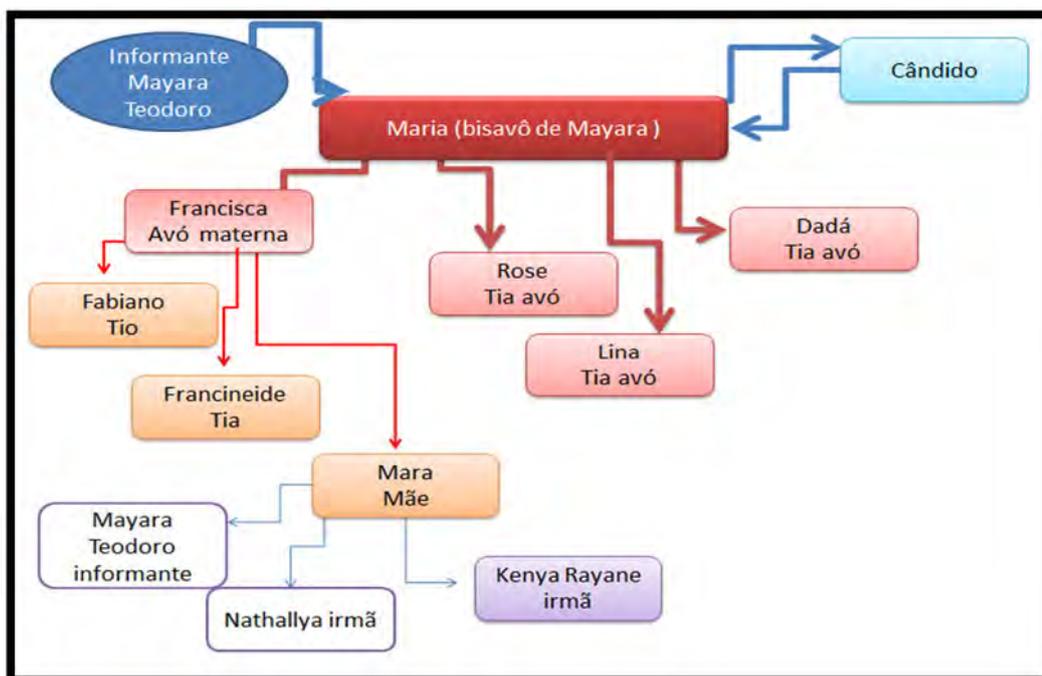


Figura 1. Rede estabelecida a partir de um informante

A exemplificação esquematicamente posta acima apresenta uma das redes que comporão a análise desta pesquisa. Identificou-se uma informante a qual arrolou, por meio de suas experiências, amigos e parentes que fizeram o trânsito entre Brasil e Guiana Francesa e se encaixam no período de recorte da pesquisa, a partir da década de 1990.

Imediatamente a etapa de levantamento das potenciais entrevistadas, elaborou-se o roteiro geral¹², este “encerra a oportunidade de reunir e estruturar todos os pontos levantados durante a pesquisa, seguindo os objetivos estabelecidos no projeto” (ALBERTI 1989).

O primeiro contato e informações coletadas ratificaram as informações coletadas por Arouck (2005) e Pinto (2012) e já postas neste trabalho. O perfil social e econômico destas migrantes assemelha-se em muito com o perfil masculino, as incertezas da ida são uma aposta positiva frente às incertezas negativas já confirmadas do lado brasileiro. Como o que nos foi relatado por Sandra.

Eu trabalhei em laboratório, fiz um curso técnico, mas, por causa da política... Aí, eu fui embora, trabalhava em contrato administrativo. Teve troca de governo, então quem trabalhava naquele governo, não trabalhava no outro governo que era no partido do Capiberibe. Era o partido do Waldez Góes já naquela época, então eu acho que passou do Waldez para o Capi.

¹² Trata-se de um esforço de sistematizar os dados levantados até então e de articulá-los com as questões que impulsionam a pesquisa: 1-Socialização; 2- Posição social, econômica da família; 3- Transformações em estrutura familiar; 4- Formação intelectual e profissional; 5- Ingresso na vida pública; 6- Grupos no qual faz parte.



Então quem tinha entrado naquele ano, que tinha contrato de seis meses, todo mundo saiu, inclusive eu, eu saí. Foi por isso que eu fui pra Guiana. Eu era sozinha, solteira, eu tinha 23 anos *pr'os* 24 anos. Quem me ajudou lá foi... a verdade é que eu tenho parentes lá, três irmãs, a Marisa, a Clarice a Joana, mas infelizmente eu não pude ficar na casa delas. E eu fui morar na casa de uma estranha, uma pessoa estranha... uma brasileira. (SANDRA-CAMPO JULHO DE 2017)

Chama-se a atenção para a influência das disputas no cenário político na vida desta entrevistada, ou seja, a dialética entre a ação das instituições e agências, a relação para com as ações dos atores e os desdobramentos nas relações sociais, econômicas e culturais. Este tipo de análise é indispensável para que se possa ter uma visão ampla do processo migratório e não se considere a mulher apenas como um dado estatístico, além de proporcionar visões peculiares do processo migratório.

Mesmo em caráter inicial, esta pesquisa já nos permite apontar algumas questões; percebe-se que a socialização e as redes de contatos e solidariedade que são estabelecidas por meio desta socialização são fundamentais para que o fenômeno migratório e a para que ocorra a mobilidade de mulheres. No caso de Sandra, apesar de a entrevistada enfatizar que não fez uso das redes construídas pela ida das irmãs, enfatizando que ao chegar a cidade hospedeira foi acolhida por outra brasileira, provavelmente, a entrevistada fez uso de informações que só poderia ter acesso por meio do processo migratório de suas irmãs.

Ainda sobre a constituição de uma rede de sociabilidades e informação, identificou-se que; enquanto os homens se movimentam através da rede familiar para encontrar trabalho, as mulheres se movimentam através do trabalho para encontrar uma família, ponto que diferencia a migração feminina da masculina.

Algumas são mulheres que acompanham ou seguem seus esposos logo estes tenham condições mínimas de estabelecimento, é o caso de Mara. A ida de Mara deu-se pela necessidade de acompanhar o esposo em área de exploração de garimpo ilegal, neste lugar trabalhou como cozinheira. Mara não soube definir o local onde o garimpo atuava, informou que o trajeto era feito parte em caminhonete e uma parte a pé por meio de uma trilha aberta na mata até chegar ao destino e que fazia este trajeto com seu esposo. Outras são solteiras que vislumbram e inscrevem em seu horizonte de expectativa¹³ a possibilidade de constituir um relacionamento para a obtenção da documentação comprobatória de residência. Como nos relata Rosalma Alcantara, estudante que em Macapá trabalha como cabeleireira e fez alguns deslocamentos até Cayene:

Bem, eu tenho pretensão de ir para estudar lá, o ensino é melhor e a experiência no currículo será ótima. Estou terminando o curso de serviço social e penso que há um bom campo de atuação, pretendo fazer um

¹³ Koseleck (2015)



(período) estudo lá. Mas para isso eu tenho que estudar, aprender a língua, me inteirar das coisas que são de lá... Eu tenho ideia de casar, mas eu não quero casar com brasileiro (risos) (ROSALMA, CAMPO MARÇO DE 2017)

A generalidade destas informações poderão ser confirmadas ou refutadas através do critério de saturação¹⁴ bem como o seu cruzamento com outras fontes, etapa que segue a produção de fontes por meio da História Oral.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças paradigmáticas para análise dos processos migratórios, nas quais emerge a necessidade de se documentar uma História dentro da história (ALBERTI, 2004) é o campo de atuação da História Oral. Os apontamentos aqui apresentados deverão ser considerados e repensados em todo o período de execução das etapas em História Oral.

Embora se tenha elaborado um roteiro prévio com perguntas ancoradas na metodologia de entrevistas temáticas percebeu-se que a adoção de uma estratégia mista, que mesclasse as entrevistas de história de vida¹⁵ e da entrevista temática¹⁶ seria o recurso mais plausível para a consecução dos objetivos traçados para este primeiro contato.

Em campo percebeu-se as limitações com relação a utilização de dados biográficos¹⁷ no preparo de roteiros individuais e a necessidade de correlação quase que imediatamente com as informações dadas ainda durante a entrevista. Esse esforço concentrado exige do entrevistador uma apreensão sólida das questões contidas no roteiro geral de entrevistas, conferindo-lhe segurança suficiente para improvisar o diálogo, avaliar a importância das informações que obtém e inseri-las em um contexto articulado e coerente.

Atenta-se que o uso dos recursos metodológicos da História oral deve-se pensar em uma descrição densa baseada no cruzamento com outras fontes, como jornais,

¹⁴ Como forma de operacionaliza-la pode ser útil o conceito de saturação formulado por Daniel Bertaux (1980). De acordo com esse autor, há um momento em que as entrevistas acabam por se repetir, seja pelo conteúdo seja pela forma como se constrói a narrativa.

Chegando a esse ponto é necessário, ainda assim, aplicar mais algumas entrevistas para certificar-se da validade daquela impressão, ou seja, para verificar se efetivamente não se obtém novas informações.

¹⁵ Em entrevistas de história de vida, normalmente, espera-se que o depoente narre a sua história de vida num processo não diretivo. Se eu desejo conhecer, a Visão de Mundo de determinada categoria social, A experiência deste grupo, então posso recorrer à História de Vida. Preciso ter em mente: pesquisa pressupõe que a narração de vida do depoente ao longo da história tenha relevância para os objetivos do trabalho. (ALBERTI, 1989)

¹⁶ Em geral, as escolhas pelas entrevistas temáticas é adequada para casos de temas que tem estatuto relativamente definido na trajetória de vida do depoente, como, por exemplo, um período determinado cronologicamente, uma função desempenhada ou envolvimento e a experiência em acontecimentos ou conjunturas históricas, políticas ou sociais estratégicas

¹⁷ Uma das experiências mais bem sucedidas em História Oral é a desenvolvida pelo Centro de Pesquisa e documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), nesta desenvolveu-se pesquisas sobre as elites políticas e o uso da biografia era usual e recomendado, no entanto, apesar de ser recomendado pelos manuais consultados, para esta pesquisa tal aplicação mostrou-se inviável, uma vez tratarmos de pessoas "comuns".



documentos pessoais, cartas, diários, arquivos judiciais¹⁸ e confronto de relatos para que não se incorra no erro de tomar o relato do depoente como verdade absoluta e sim como uma das versões possíveis e que deve ser confrontada.

Documentar as versões históricas daqueles que foram excluídos nos trabalhos ancorados em macro abordagens, comparar diferentes versões e testemunhos e ampliar o conhecimento sobre acontecimentos e conjunturas do passado migratório destas mulheres através do aprofundamento de experiências e visões particulares, são algumas das possibilidades para esse recurso. No entanto, percebeu-se as limitações desta metodologia: na dificuldade das entrevistadas reconhecerem-se como agentes dos processos históricos, algumas apontando suas vidas e relatos como irrelevantes; ou na recusa de outras em relatar suas experiência, sob a justificativa que pouco poderiam contribuir para a pesquisa.

A utilização desta metodologia perpassa não apenas pelo esforço empregado em projetos que jogam “luzes nos esquecidos, mas idealmente, defende-se que estes apenas serão entendidos se colocados em conjugação com os perpetradores” (ALBERTI, 2004).

Desta maneira cumpre-se o que autores como Meihy e Thompson chamam de caráter militante da História Oral para a valorização dos grupos que tem outras versões dos problemas estabelecidos, aqueles que apresentam diferenças de comportamento dos participantes de um evento de interesse social. Fazer esta história implica posteriormente na construção de uma interpretação, o que por sua vez demandará análise. A entrevista é também momento de aprendizado. É um momento no qual o pesquisador precisa - quase que coercitivamente - reconhecer que o entrevistado é quem empresta a sua experiência para que por meio da narrativa de para que se chegue ao fato.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. “**Histórias dentro da História**”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2006. p. 155-202.

_____. **HITÓRIA ORAL - A experiência do CPDOC**. - Rio de Janeiro - Fundação Getúlio Vargas - 1989.

_____. **Ouvir contar: textos em história Oral**. Rio de Janeiro: Editora: FGV, 2004.

AROUCK, Ronaldo Camargo. **Brasileiros na Guiana Francesa- fronteiras e construção de alteridades**. Núcleos de Altos Estudos Amazônicos- NAEA, 2005- 223 p.

BERTAUX, D. **L’approche biographique: sa validité méthodologique, ses potentialités**. Cahiers Internationaux de Sociologie. LXIX. Paris: PUF, 1980.

¹⁸ De acordo com as proposições de Arlete Farge em seu trabalho intitulado “O sabor do Arquivo”. Ed. Edusp. 2009



BRAGA, Denise da Silva. **Vidas na fronteira** - Corpos, gêneros e sexualidades: estranhando a normalidade do sexo– UERJ Agência Financiadora: CNPq 17 a 20 de Outubro de 2010. Disponível em <<http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/G T23-6128--Int.pdf>> Acesso em 26/12/2016

BRUMES, Karla Rosário. SILVA, Márcia da. **A migração sob diversos contextos**. Boletim geográfico. Maringá, v.29, n1, p. 123-133, 2011

DELGADO, Lucília de Almeida Neves, **História- memória, tempo, identidades** -2 ed. – Belo horizonte: Autêntica, 2010

FAZITO, Dimitri. **Análises de Redes Sociais e Migrações**: Dois aspectos fundamentais do retorno. Revista Brasileira de Ciências Sociais V. 25 N° 72

FARGE, Arlete. **O Sabor do Arquivo**. Tradução Fátima Murad. Ed. Edusp. 2009

INDICADORES sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 151 p. Acompanha 1 CD- ROM. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 28). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais.pdf>. Acesso em: jul. 2017.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos; tradução, Wilma Patrícia Maos, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. 4ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2015.

MARINUCCI Roberto **Feminização das migrações?** REMHU v. 15, n. 29, 2007> Disponível em: http://www.csem.org.br/pdfs/feminizacao_das_migracoes_roberto_marinucci2007.pdf > Acesso em 08/01/2017.

MARTINS, Carmentilla das Chagas. **Migração transfronteiriça na Amazônia: brasileiros na Guiana Francesa**. Anais do III Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa “San Tiago Dantas” (UNESP, UNICAMP e PUC/SP) 8 a 11 de Novembro de 2011> Disponível em: <http://www.unesp.br/santiagodantassp>

MARTINS, Carmentilla das Chagas. SUPERTI, Eliane. PINTO, Manoel de Jesus de Souza; **Migração e mobilidade de brasileiros através e além da fronteira Brasil-Guiana Francesa**: novas sociabilidades. TOMO. N° 27 Julho/Dezembro/ 2015

_____, Carmentilla das Chagas. SUPERTI, Eliane. PINTO, Manoel de Jesus de Souza; **“Des migrants brésiliens entre le Brésil et la Guyane française** : un espace social en construction ou en tension permanente dans un contexte (trans)frontalier, IN Nouveaux espaces dans de nouvelles logiques migratoires ? Entre mobilités et immobilités des acteurs (suite) Cahiers internationaux de sociolinguistique 2016/1 (N° 9).

MEIHY, José Carlos S. B. **Brasil fora de si: experiências de brasileiros em Nova York**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; RIBEIRO, Suzana L. Salgado. **Guia prático de história Oral**: para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011.

MEZZADRA, Sandro. **Multiplicação das fronteiras e práticas de Mobilidade**. REMHU-Revista Interdisciplinar Mobilidade Humana, Brasília, Ano XXIII, n. 44, p.11-30, jan-jun.2015



OLIVEIRA, Betiana de Souza. **Dinâmicas sociais na fronteira entre o estado do Amapá e a Guiana Francesa.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGMDR-UNIFAP), 2011

PINTO, Manoel de Jesus de Souza. **A vida no limite: atividades ilegais, migração irregular e direitos humanos na fronteira entre o estado do Amapá e a Guiana Francesa.** PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais UNIFAP. N. 1 dez 2008

_____ PINTO, Manoel de Jesus de Souza. **O fetiche do Emprego:** um estudo sobre relações de trabalho de brasileiros na Guiana Francesa. Tese (Doutorado). – Belém: NAEA/UFPA, 2012.

ROMANI, Carlo. **Aqui começa o Brasil!** História das gentes e dos poderes na fronteira do Oiapoque. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** História oral. Trad. Lolio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra 2 ed. 1992

THOMSON, Alistair. **A Histórias (co) movedoras: História Oral e estudos de migração,** Revista Brasileira de História, vol.22, nº 44, pp. 341-364 2002

SAYAD, A. (1998): **“Le retour, élément constitutif de la condition de l’immigré”.** **Migrations société,** vol. X, nº 57, pp. 9-45 (Traducción de Evelyne Tocut)

SILVA, José Maria da. **A cidade de Oiapoque e as relações Transnacionais Amapá – Guiana Francesa** História Revista,10 (2): 273-298, jul/dez.2005.

_____ **Migrantes Ilegais e a Fronteira Amapá – Guiana Francesa** IN **AMAZONIA EM CONTEXTO: Uma perspectiva antropológica – Curitiba: CRV, 2016. 99-116**



GT 08 – Migração, mobilidade e deslocamentos: exclusão social, diferenças culturais e ação política

ACESSO E USO DA TERRA ENTRE COLONOS "SULISTAS" NO VALE DO RIO URUARÁ (PARÁ, DÉCADAS DE 1970-90)

Rangel Aparecido Santos de Oliveira(UFPA)¹
rangelhistoria13@hotmail.com

Francivaldo Alves Nunes(UFPA)²
francivaldonunes@yahoo.com.br

Marcelo Augusto Machado Vasconcelos³
vasconcelos@ufpa.br

RESUMO

A presente comunicação compreende o processo migratório ocorrido no município de Uruará, Sudoeste do Pará, microrregião de Altamira, vale do rio Uruará. Corresponde ao período de 1970 a 1990, momento em que o governo brasileiro criou o Projeto de Integração Nacional da Amazônia (PIN), responsável pelo desenvolvimento de política de ocupação de terras na Amazônia, entre outras ações. A proposta é analisar de modo crítico a percepção do governo federal, quanto às políticas de integração nacional, mais especificamente, o caso do PIN e as relações com a política de integração da Amazônia. Para isso, escolhemos um espaço e evento específico para análise, no caso, o processo de ocupação de terra por colonos sulistas no vale do rio Uruará, entendendo as motivações de deslocamento, formas de acesso e usos das terras e as relações de conflito e conformação entre os colonos e agentes públicos. Como estratégia de coleta de dados, esta ocorreu a partir de entrevistas semiestruturadas e em acervos particulares dos antigos colonos. Como resultados, o trabalho revela os elementos motivadores para os deslocamentos populacionais e as expectativas desenvolvidas em torno da posse da terra na região em tela e as formas de colonização realizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para assentamento dos imigrantes oriundos de vários estados brasileiros, principalmente do Sul do Brasil.

Palavras-chave: Migração, Colonização, Pará

1. INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é compreender o processo migratório vivenciado no município de Uruará, Sudoeste do Pará, microrregião de Altamira, vale do rio Uruará, correspondente ao período de 1970 a 1990. No caso, trata-se de um momento em que o governo brasileiro criou o Projeto de Integração Nacional da Amazônia (PIN), responsável

¹Graduado em História, Campus Universitário do Tocantins/Cametá, UFPA, Brasil.

²Professor da Faculdade de História, Campus Universidade de Ananindeua, UFPA, Brasil.

³Professor da Faculdade de Geoprocessamento, Campus Universidade de Ananindeua, UFPA, Brasil.



pelo desenvolvimento de política de ocupação de terras na Amazônia, entre ações colonizadoras, como a distribuição de terrenos, construção de estradas e implantação de projetos de desenvolvimento agrícola, mineral e energético (PANDOLFO, 1994).

Diante do registro das iniciativas governamentais de implantação de uma política fundiária para a região, nos propomos analisar de modo crítico a percepção de agentes sociais quanto as práticas do governo federal, no caso, às políticas de integração nacional, mais especificamente, o caso do PIN e as relações com a política de integração da Amazônia. Para isso, escolhemos um espaço e evento específico de observação e análise, no caso, trata-se do processo de ocupação de terra por colonos sulistas no vale do rio Uruará, entendendo as motivações de deslocamento, formas de acesso e usos das terras e as relações de conflito e conformação entre os colonos e agentes públicos.

Para análise destas questões trabalhamos com pressupostos que entendem as ações de colonização em áreas até então não ocupadas como fronteiras abertas e em transição, ou seja, espaços desprovidos de ações de fiscalização e controle de agências de governo, em que as regras e limitações de ações são construídas na dinâmica do processo de ocupação pelos agentes envolvidos, os colonos pioneiros, até o momento em que as primeiras ações governamentais são implantadas (MARTINS, 1996).

A metodologia consistiu em levantamento e análise bibliográficos, considerando a temática e período de estudo, sendo que a estratégia de coleta de dados ocorreu a partir de entrevistas semiestruturadas e em acervos particulares dos antigos colonos. Neste aspecto, embora trabalhando com sujeitos, buscamos compreender a memória coletiva presente em suas falas, não como sobreposição de memórias individuais, mais como uma construção que partilha interesses individuais e do grupo (HALBWACHS, 2004).

Trata-se de um trabalho que se propõe a revelar os elementos motivadores para os deslocamentos populacionais e as expectativas desenvolvidas em torno da posse da terra na região em tela e as formas de colonização realizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para assentamento dos imigrantes oriundos de vários estados brasileiros, principalmente do Sul do Brasil. No caso, consideramos o processo de indução através de várias propostas governamentais de acesso e posse da terra.

Outra faceta que procuramos revelar é que o não cumprimento de ações apresentadas nos projetos de colonização obrigaram os colonos a atuarem sem grandes apoios dos agentes e agências públicas. Diante dos obstáculos apresentados, analisamos as ações desenvolvidas pelos colonos migrantes, principalmente como as atividades de ocupação da terra através do trabalho agrícola, as estratégias de lidar com as dificuldades de acesso aos terrenos, superadas através dos trabalhos de construção de vias e estradas,



a demarcação de novas terras e ações de assentamento de novos colonos. Os conflitos em torno da terra e ações de pacificação são questões também analisadas e revisitadas pela memória dos primeiros colonos e analisadas neste trabalho.

2. INDICATIVOS DE LOCALIZAÇÃO, PROJETO COLONIZADOR

Uruará é um município da Mesorregião Sudoeste do Pará, pertencente à Microrregião de Altamira, localizado ao longo da Rodovia Transamazônica, mais precisamente no km 180, no trecho entre os municípios de Altamira e Itaituba. Com população estimada de 44.789 habitantes (IBGE, 2014), ocupando uma área de 10.793,32 km², distante mais de 600 km da capital, Belém, sendo que 73% da população do município reside na área rural.

O processo de colonização dessa região, que foi iniciada em 1970 no quadro do PIC – Projeto Integrado de Colonização Altamira. No caso, seria o primeiro de uma série de projetos voltados para a ocupação da Amazônia e tinha como ponto de partida a cidade Altamira em direção a Itaituba, tendo as rodovias como eixo de ligação das vilas rurais que seriam implantadas ao longo destas estradas (SILVA, 2008, p. 77). Em outras palavras, tratava-se de uma colonização dirigida pelo governo federal, na qual abrir-se-ia uma estrada principal, a Rodovia Transamazônica e suas vicinais a cada 5 km nos sentidos Norte e Sul, distribuindo lotes de 100 hectares para famílias de colonos oriundos de diversas regiões do Brasil.

Como afirma Nigel Smith (1982, p. 17), em estudo sobre a ocupação da terra na região, os lotes estabelecidos nas estradas principais possuíam cem hectares de área, com uma testada de 500 metros e 2.000 metros de fundo. A cada cinco quilômetros, havia uma estrada lateral que levaria aos outros lotes, de 400 metros de frete por 2.500 de profundidade. Além das ações colonizadoras governamentais, a região da transamazônica se destacou pela forte proporção de migrantes do Sul do Brasil, motivados pelas políticas de acesso à terra e a marcante presença de manchas de solo fértil (terra roxa) entre Altamira e Itaituba, que possibilitou, a partir do final da década de 1970, vários ciclos de cultivos de culturas perenes, sendo as principais o cacau e a pimenta-do-reino.

Nos estudos de Waldemar Wollmann (1994), trata-se da implantação de um projeto que associava a ocupação da terras, desenvolvimento econômico e exploração das riquezas florestais disponíveis na região, principalmente a madeira. Revela ainda que a idéia é substituir a floresta por pastagens para criação de gado vacum, uma vez que a carne era apontada como importante produto no mercado internacional, principalmente Estados Unidos e Europa.



3. ASPECOS DA COLONIZAÇÃO, EM MEMÓRIAS

Como apontamos, para compreender os aspectos que envolveram os projetos de ocupação da terra na região de Uruará, nos apropriamos da memória dos agentes que atuaram nestes projetos, principalmente os colonos. Estes sujeitos selecionados para as entrevistas relataram seus modos de vidas, condições sociais e porque migraram para a Amazônia, o que nos ajuda a reconstituir não apenas trajetórias individuais, mas experiências marcadas pela luta pela terra na região.

Um caso emblemático é de dona Clotilde da Rosa, que migrou com a família, da cidade Tenente Portela, do Rio Grande do Sul, em 07 de outubro de 1972. Na época, com 22 anos, na companhia do esposo e mais dois filhos, correspondeu ao primeiro grupo de migrantes arregimentados pelo projeto de colonização oficial, aos quais foram assentados pelo INCRA na região pertencente ao município de Uruará.

A justificativa para saída de sua família do Rio Grande do Sul era não possuírem terras para o cultivo, ao menos de subsistência, uma vez que os terrenos daquela região estavam sob o controle de grandes proprietários que atuavam na criação de gado. Informa que através da propaganda do governo, incentivando pessoas de diversos estados a migrarem para transamazônica, ela também foi induzida a se dirigir ao Pará "em busca do seu primeiro pedaço de chão", visto que até então vivia como arrendatária. Neste aspecto, as reflexões de dona Clotilde da Rosa ajudam a pensar as conclusões de Edgard Hengemüle (2000), de que os processos de migração estavam ocorrendo na vinculação de propagandas e incentivos que o governo promovia a fim de atrair os colonizadores para a Amazônia.

Mas, como os migrantes eram informados acerca de seus destinos? Ainda seguindo os depoimentos de Clotilde da Rosa, "os organizadores da colonização", no caso, os agentes públicos, informavam através de propaganda em jornais e no rádio, sempre destacando a grande quantidade de terras para os que migrassem para o Norte do Brasil. Ainda conforme Clotilde da Rosa, além da promessa de terras, as despesas com passagens eram também custeadas pelas agências públicas, no caso o INCRA.

Neste deslocamento, antes de se dirigirem as terras ao Sudoeste do Pará, os colonos permaneciam alguns dias em Belém, capital do Estado, até que um número entre 20 e 40 famílias fosse formado para serem conduzidos até a transamazônica (WOLLMANN, 1994). No caso de Clotilde da Rosa, esta permaneceu com a família por 15 dias em Belém até a transferência para o acampamento João Pezinho, localizado à 27 quilômetros, distante de Altamira, construído pela empreiteira Queiroz Galvão, responsável pela construção das agrovilas e pontes na Transamazônica (WOLLMANN, 1994). No local, as famílias ficaram mais de um mês esperando o INCRA construir as moradias dos assentados, o que não se



efetivou. Relata que, cansados de esperar e sofrendo com o aglomerado de gente no acampamento, resolveram se deslocar para os terrenos onde seria implantada as colônias e construir os próprios barracos.

Os relatos de Clotilde da Rosa revelam que o governo federal não cumpriu com o que havia se comprometido referente à assistência necessária e a infraestrutura para o trabalho dos colonos. Diante desta situação, segundo Waldemar Wollmann (1994) não havia um conjunto de políticas públicas sociais que atendesse de modo adequado os colonos. O INCRA doava terra e as atividades de limpeza do terreno e construção de infraestrutura básica ficava por conta dos colonos.

Nesta etapa de acesso a terra, a demanda por áreas de ocupação entre os migrantes era grande e aqueles que tinham conhecimentos técnicos e recursos financeiros passaram não apenas a ocupar de forma mais sistemática os novos terrenos, mas a comprar lotes daqueles colonos que não possuíam condições para se manter trabalhando somente nas suas propriedades. Neste sentido, muitos migrantes sulistas, que se apresentavam em melhores condições financeiras, passaram a assumir função de proprietários de grandes extensões de terra, expandindo suas propriedades pela via da compra e apropriação pelo trabalho ou especulação.

O senhor Adão Alves dos Santos é testemunha deste momento de expansão das terras dos colonos sulistas. De 57 anos, da cidade de Erechim, no Rio Grande do Sul, chegou na Transamazônica no dia 10 de outubro de 1972, com seus familiares, ao todo, oito pessoas. Na época, tinha apenas 16 anos de idade e resolvera migrar depois de um rigoroso processo de seleção de pessoas, estimuladas pelas propagandas de que na Amazônia haviam terras em abundância, uma questão observada na fala de outros informantes, como destacamos anteriormente.

Muitos sulistas, segundo Adão dos Santos, eram submetidos a uma entrevista por uma equipe do INCRA, onde os migrantes tinham que responder diversas perguntas relacionadas ao cultivo de legumes, cereais e criação de animais, principalmente se tinham condições de se manter "por conta própria" nas terras do Pará. As famílias que tirassem os pontos suficientes logo em seguida eram levadas para fazer diversos exames médicos. Os que conseguissem passar por esses dois testes podiam ser direcionados para a Transamazônica, destaca.

Para Waldemar Wollmann (1994) o projeto do INCRA tinha como objetivo a ocupação de terras, principalmente para que fossem produtivas, pelo menos era que se observava do ponto de vista dos discursos construídos em torno destes projetos. Por isso, os migrantes deveriam ser selecionados, no sentido de saber se suas famílias tinham habilidades para trabalhar com agricultura, ou seja, para plantar, produzir e ser eficiente



para corresponder às expectativas de desenvolvimento implementadas pelo governo. A necessidade de que essas famílias tivessem recursos mínimos para sua manutenção em terras amazônicas era outra questão a se observar, destaca o autor.

Há de considerar que as perspectivas em torno dos programas de colonização pelas agências públicas não correspondiam ao mesmo nível de atuação dos agentes do governo federal. No depoimento de Adão dos Santos, este destaca que após sete dias de viagem de sua terra natal e por passar em alguns abrigos, em Belém por exemplo, estavam tomando posse do seu primeiro lote. Ao chegar ao terreno, revela que o seu primeiro abrigo foi o barraco que teve de construir as pressas. Para surpresa daqueles colonos, todas as propostas que o governo militar anunciava em seu discurso, "não haviam saído do papel", pois nos lotes não se observa as casas construídas, escola, assistência médica e nem financeira, "a não ser um mísero salário de seis meses", destacava o interlocutor.

O depoimento de Adão dos Santos é bastante emblemático neste sentido, em que revela:

Era tudo mentira do Ministério da Agricultura que aqui tinha tanto desmatado, tinha uma casinha e de cinco em cinco quilometro tinha uma escola. Era tudo mentira deles, temos dados concreto, fotos que prova tudo isso, só pra ter idéia do abandono para se fazer uma comprinha tínhamos que se deslocar mais de cem quilômetros até o comércio mais próximo. Esse percurso durante o inverno era feito a pé, sem contar que naquela época não tinha nem travessão. Somente a transamazônica cortando a floresta adentro.

Ainda sobre as ações das agências de governo na região, principalmente o INCRA, há a proposição de se distribuir "um pedaço de chão limpo em torno de um (1) alqueire", ou seja, 27.225 m², pronto para o cultivo dos colonos. No entanto, abandonados à própria sorte e estando em plena floresta, sem muitos conhecimentos das características da paisagem regional e contando simplesmente com o facão, o machado, a foice e a enxada, esses migrantes tiveram que assegurar sua sobrevivência enfrentando estas dificuldades.

Para assegurar a posse da terra, ao longo da Transamazônica, os colonos passavam por um longo processo de adaptação. Logo no início os migrantes recebiam uma autorização do responsável da área, identificado de prefeito. A partir de então estavam aptos a iniciar a ocupação do terreno. Um ano após ter recebido autorização, os representantes do INCRA faziam uma vistoria nos lotes assentados. Caso os colonos tivessem derrubado a mata e iniciado o plantio recebiam a carta de anuência, uma espécie de documento provisório entregue aos colonos até sua instalação nos terrenos, depois título de ocupação e após cinco anos receberiam o título definitivo da propriedade.

Segundo o senhor Adão Alves, os primeiros anos de vida em sua terra não tiveram muita dificuldade, pois dominavam muito bem a produção agrícola e pecuária sem contar



que a transamazônica era muito farta em alimentos naturais como caças, peixes e frutos regionais. Ou seja, as experiências dos imigrantes contavam muito neste momento para produção e manutenção da sobrevivência.

Imagem 1: Primeira safra de arroz em Uruará, 1972.



Fonte: Arquivo particular de Cirineu Santos, 2016.

Porém, uma das grandes dificuldades que encontraram foi para vender suas produções, principalmente o arroz, visto que a única compradora desse produto era a CIBRAZEM, Companhia Brasileira de Armazenamento, uma empresa pública federal constituída com fundamento na Lei Delegada nº 7, de 26 de setembro de 1962, vinculada ao Ministério da Agricultura. Tratava-se de uma empresa pública que estimulava o cultivo de arroz e estipulava o preço do produto no momento da compra, no caso, uma forma de comércio que favorecia a empresa e prejudicava os colonos, uma vez que o baixo preço oferecido tornava quase impossível o pagamento do empréstimo realizado pela própria empresa. Ou seja, existia um tratamento diferenciado na prática do comércio que privilegiava a empresa e gerava maior dependência econômica e financeira para as pessoas que produziam arroz na região.

Adão dos Santos informa que a fuga da dependência e controle da CIBRAZEM estava na aplicação de uma agricultura diversificada. Apesar de não conhecerem a produção do cacau, pimenta e da malva, que eram produção típica da região amazônica, os colonos sulistas aplicaram suas técnica tanto na agricultura como na pecuária em terras paraenses, além de plantarem os doze meses do ano, conseguindo assim se destacar na região, com grandes produções e diversidade na pecuária e agricultura. Esta facilidade de se adaptar as características da região amazônica teria favorecido o aumento da produção dessas famílias.

O senhor Ângelo Francisco dos Santos, que migrou em 1972, da cidade Nova Esperança, no Paraná, na época com 20 anos, revela as dificuldades destes primeiros



momentos de colonização. Em busca de melhoria de vida e com sonho de possuir o seu primeiro terreno, visto que no Sul trabalhava nas terras de fazendeiro como meeiros, entendia que era necessário permanecer no Pará, uma vez que não tinha outro destino a seguir.

Imagem 2: Acampamentos construídos para alojar as famílias migrantes, 1972.



Fonte: SILVA, 2008.

A realidade encontrada por Ângelo dos Santos, não foi diferente dos demais colonos. Ao chegar a seu lote se deparou com uma intensa floresta, que segundo ele, se tivessem dinheiro teriam retornado na hora, mas como não disponibilizavam de nenhum recurso foi obrigado a permanecerem na região e sobreviver com salário, até conseguir a colher sua primeira safra de arroz.

Sobre a questão a fala do senhor Ângelo dos Santos é bastante significativa:

Os nossos primeiros meses na região que hoje é o município de Uruará foi muito penoso, pois o salário que recebíamos não dava para 1 mês. Nós tínhamos que comer palmito cozido, castanha e carne de animais silvestre, até chegar o final do mês para pegarmos o salariozinho e fazer uma comprinha. Como não tínhamos conhecimento do clima da região e nem fomos orientados pelos agentes do INCRA, por não sabermos a época certa de mexer com a roça fizemos uma derrubada fora de época e a roça não queimou tivemos que encoivarar todinha e só conseguimos plantar na metade da roça, pois o resto não queimou.

De acordo com Benedicto Monteiro (2005), o que ajuda a entender o posicionamento de Ângelo dos Santos, a integração da Amazônia ao contexto nacional brasileiro pela via da ocupação da terra e dos projetos de colonização, não deu suporte para os colonos que vieram do Sul, principalmente as condições mínimas de permanência nos lotes agrícolas. Isto implicou numa série de problemas e até mesmo a venda de terras para sanar as dívidas que tinham com o governo.



Outras dificuldades foram observadas nas falas de Ângelo dos Santos. No caso, destacava que após a colheita da safra de arroz se depararam com o problema da dificuldade de vender o produto, por não terem outra opção de negociação a não ser com a CIBRAZEM. Mesmo assim tinha que enfrentar uma longa fila de espera, quando conseguiam vender o produto. O dinheiro conseguido com a venda não era suficiente para pagar o empréstimo, a produção existia, mas a forma como era vendida, não era adequada e dificultava a vida dos colonos, destaca.

Outra dificuldade encontrada apontada foi o abandono em que eram submetidos os primeiros colonos. Relata que levava mais de um mês para passar carro que conduzia os camponeses até o comércio mais próximo, localizado à mais de 200 quilômetros de distante de suas propriedades. Para realizar esse percurso os colonos informavam que a duração da viagem era em torno de 15 dias ou mais, o que dificultava a comercialização de alimentos produzidos nas comunidades.

O senhor Cirilo Nicolode, de 64 anos, que migrou do município de Garibalde, Rio Grande do Sul, em 1972, na época com 24 anos, informa que conheceu o projeto pela divulgação realizada pelo INCRA, que pregava a existência de disponibilidade de terra para trabalhadores, além de estruturas como estrada, escola e assistência médica. Este fato teria motivado à vinda da família do senhor Cirilo e outros moradores de Garibalde, os quais se interessaram e mudaram para o Estado do Pará, com a perspectiva de ocuparem terras para o cultivo e criação de gado. Este é, portanto, um outro exemplo da eficácia das estratégias do governo brasileiro, através da propaganda, em atrair colonos para a região Norte do país.

A família Nicolode, como boa parte dos sulistas, também passaram por um processo de seleção até serem liberados para partirem com destino a transamazônica, que consistia em uma preenchimento de cadastro de dados pessoas e que apresentasse as condições para sua manutenção na região em que passariam a ocupar. Após uma longa viagem, chegaram ao acampamento do senhor João Pezinho, onde a sua família ficou alojada enquanto os representantes do INCRA, passaram a visitar às terras com os chefes das famílias, que se constituiriam em futuros lotes a serem desbravados. Para este momento, o Benedicto Monteiro (2005) identificou como o fenômeno de "ocupar as terras 'baldias' na Amazônia".

Ao se deparar com as terras, a família Nicolode, assim como as demais famílias, não esconderam a decepção diante do que observavam. A propaganda do governo federal anunciada em jornais e revistas de circulação nacional, principalmente as informações de que o INCRA disponibilizaria aos emigrantes uma casa, 04 hectares de terras derrubadas e destoca, uma vaca leiteira, um casal de porco, galinha e um animal de grande porte para



fazer parte do serviço nas terras, não se efetivaria. Para piorar a situação, quando chegaram ao lote em pleno inverno, eles como não tinham recursos pra se manter na nova terra, só tinha um salário que recebiam do governo que não dava para suprir as necessidades básicas; situação observada no relato de muitos outros migrantes.

A necessidade de permanência nas terras, ocasionadas em muitos casos pela impossibilidade de retorno a seus locais de origem, fizeram com que os colonos estabeleçam estratégias de sobrevivência na área, principalmente quanto ao auxílio de colonos que já viviam na região. Esta situação de dependência se altera, em parte, após 1977 com a política de financiamento para o plantio de cacau, que viabilizava recursos para investirem no cultivo de produtos, mais também assegura a aquisição de sementes para outros plantios, melhoria nas casas e aquisição de implementos agrícolas e de criação.

Outra estratégia utilizada pelo INCRA para assegurar o assentamento, além da distribuição de lotes nas proximidades de terras já ocupadas, foi orientar a ocupação em terrenos intercalados por migrantes sulistas e colonos de outros Estados. Isto para o senhor Cirilo Nicolode se justificava pela necessidade de troca de experiência entre os colonos, sendo que os sulistas conseguiram se destacar neste processo de ocupação, por terem optado pela diversificação da produção agrícola e pecuária, o que permitia comercializar seus produtos em todos os períodos do ano. Destaca ainda que os sulistas tinham experiências de atuar em regime de cooperativas e sindicatos, o que permitia discutir propostas de financiamento e de melhorias da produção e de reivindicação de direitos sociais e trabalhistas no campo. Esta questão é também observada por Waldemar Wollmann (1994), para quem o conhecimento e experiências profissionais adquiridas no Estado de origem, fizeram com que os sulistas, ao chegarem à Amazônia, procurassem formar associações e movimentos de reivindicações em favor das melhorias dos serviços sociais como educação, saúde e transporte.

A atuação da igreja Católica é outro capítulo importante no processo de colonização do município de Uruará. O padre Oscar é um caso a parte segundo Cirilo Nicolode, isto porque fazia visitas mensais nas colônias, pois além de cuidar da parte religiosa, ele também repassava algumas informações e orientava os colonos sobre a preparação da nova terra, mostrando como deveria ser organizada para a melhor qualidade do cultivo. Destacava-se ainda por mostrar a necessidade de organização dos colonos, principalmente através de cooperativas e sindicatos. Para o senhor Cirilo Nicolode, o papel da igreja teria sido ainda positivo por defender e procurar mostrar que os trabalhadores que estavam na região não foram induzidos a migrar para Amazônia somente para trabalhar nas terras. Os sermões de padre Oscar mostravam que agora na região teriam um importante papel em defender a vasta floresta, que na época era objeto de comentários e cobiças externas.



Outro caso exemplar é da família do senhor Elio Grings, que através de um processo de colonização independente, ou seja, não tiveram suas despesas custeadas por agências governamentais, como o INCRA, saíram de Santa Rosa, no Rio Grande do Sul e migraram para transamazônica, em 1974 numa caravana composta por duas famílias. De forma diferenciada dos demais colonos, os Grings foram conduzidos para uma fazenda e com recursos próprios e deram início a ocupação destas terras, já anteriormente ocupada e abandonada por outras famílias.

No relato do senhor Élio Grings, a sua família teria sido iludida pelas propostas do governo federal que anunciava a disponibilização de terras e animais para criação. No caso, de terras propícias para serem transformadas em fazenda as quais também serviriam para produção agrícola e criação de gado vacum e cavalari, sendo que o governo asseguraria o suporte financeiro para estes empreendimentos. A família Grings convencida com os programas venderam tudo que possuíam no Sul e migraram para transamazônica. Quando chegaram perceberam que na realidade as vantagens anunciadas não passavam de discursos ideológicos para atrair desbravadores para à transamazônica.

Diferente de muitos colonos, a família do senhor Élio Grings apresentava recursos próprios para dar início a ocupação de suas terras. Trouxeram consigo um caminhão e algumas ferramentas compradas em São Paulo. As dificuldades só começaram a surgir quando passaram a vender suas produções, que apesar de apresentar um valor financeiro, a distância para a venda dos produtos e as condições da estrada eram os principais obstáculos para escoação da produção para outras localidades, principalmente Altamira (WOLLMANN, 1994, p. 90). Neste relato, as dificuldades encontradas se assemelhavam à de outras famílias.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As memórias recuperadas anteriormente apresentam aspectos da colonização que se cruzam em um movimento de experiências em torno do acesso e permanência na terra. São relatos pautados pelas dificuldades de permanecer em terras do Pará, que perpassam pelo acreditar, iludir e desacreditar. São experiências marcadas pelo enfrentamento de dificuldades, o que são superadas pela capacidade de cooperação entre os colonos, principalmente.

O capítulo da História do Pará, aqui revelado, expressa a trajetória de famílias que migram para a Amazônia, a partir de convencimento por agências governamentais, que não conseguiram assegurar os compromissos assumidos, obrigando os colonos a criar estratégias próprias de permanência na região. A necessidade de melhor conhecer a região, a diversidade de cultivo, a organização em cooperativas e associações, foram estratégias para superar estas dificuldades.



Ao revelar estas memórias, estamos convencidos que o processo de ocupação de parte destas terras no Pará pode ser explicado por uma ação pública e desejo de uma colonização pela ocupação populacional e produtiva da região, em um movimento marcado por um conjunto de ações que envolvem atividade agrícola, exploração de recursos florestais e atividade mineradora. No entanto, trata-se de um episódio que deve ser analisado pelas ações de colonos no interior destes programas, como indivíduos que mediarão suas demandas com agentes públicos e agências de governo e também com as condições que ambiente amazônico ofereciam.

ENTREVISTAS

- Entrevista com o agricultor Adão Alves dos Santos. [14/03/2013]. Entrevistador: Rangel Aparecido Santos de Oliveira. Uruará, 2013.
- Entrevista com o agricultor Ângelo Francisco dos Santos. [13/04/2013]. Entrevistador: Rangel Aparecido Santos de Oliveira. Uruará, 2013.
- Entrevista com o agricultor Cirilo Nicolode. [13/04/2013]. Entrevistador: Rangel Aparecido Santos de Oliveira. Uruará, 2013.
- Entrevista com a professora Clotilde da Rosa. [11/03/2013]. Entrevistador: Rangel Aparecido Santos de Oliveira. Uruará, 2013.
- Entrevista com o agricultor Elio Grings. [13/04/2013]. Entrevistador: Rangel Aparecido Santos de Oliveira. Uruará, 2013.

REFERÊNCIAS

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Centauro, 2004.

HENGEMÜLIE, Edgard. 25 anos de presença Lassalista no norte e nordeste do Brasil. Ed. La Salle. Canoas, RS, 2000.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

MONTEIRO, Benedicto Wilfred. História do Pará. ed. Rio de Janeiro, 2005.

PANDOLFO, Clara. Amazônia Brasileira: Ocupação desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras. Belém: CEJUP, 1994.

SMITH, Nigel J. H. RAINFOREST CORRIDORS .The Trasmazon colonization scheme. Bekeley. Los Angeles, London :University of California Press, 1982.

WOLLMANN, Waldemar, URUARÁ- Memórias do Povo. Uruará-PA: Gráfica São Gaspar - Prelazia do Xingu, 1994.

SILVA, Maria Ivonete Coutinho da. Mulheres migrantes na Transamazônica: Construção da ocupação e do fazer política. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, IFCH, Belé, 2008.

**GT 08 – Migração, mobilidade e deslocamentos: exclusão social, diferenças culturais e ação política.****MIGRAÇÃO DE CEARENSES PARA AUGUSTO CORREA – PARÁ: IMPACTOS E CONSEQUÊNCIAS**Adelson da Cruz¹ (PPLSA-UFPA)E-mail: ddcameta@yahoo.com.brKeila de Paula Fernandes de Quadros² (PPLSA-UFPA)E-mail: keilapfquadros@gmail.com**RESUMO**

A migração é um fenômeno histórico que tem atingido as mais diversas sociedades humanas com destaque para os séculos XX e XXI. Ianni (1996), argumenta que o século XX foi um século migratório, pelos quatro cantos do mundo, sendo que em todas as direções houve deslocamentos demográficos em busca de novos territórios. No século XXI esse fenômeno se expressa através da nova divisão transnacional do trabalho e da produção, um lugar de concentração financeira que impulsionado pela dinâmica flexível do capital, ocasiona rupturas estruturais nos Estados-nações, transformando o mundo numa fábrica ou metaforicamente numa fábrica global. Tomando como base referencial autores que estudam o fenômeno migratório, nossa pretensão neste trabalho é analisar o processo migratório de nordestinos oriundos do Estado do Ceará para Augusto Correa-Pará, abordando seus impactos no desenvolvimento local do município. Trataremos deste fenômeno no território de Augusto de Correa a partir da década de 90, momento em que começa haver os primeiros fluxos de cearenses para a sociedade migratória em análise, ocasionado, principalmente pela pesca na costa atlântica do Pará.

Palavras-chaves: migração; cearenses; desenvolvimento local.

1. INTRODUÇÃO

A ideia inicial deste trabalho nasce na disciplina, Narrativas de Migração do Programa de Pós Graduação em Linguagens e Saberes da Amazônia - UFPA.

O contato com esta categoria epistemológica possibilitou compreender a migração como um fenômeno histórico que tem atingido as mais diversas sociedades humanas com destaque para os séculos XX e XXI. Ianni (1996), argumentar que o século XX foi um século migratório, pelos quatro cantos do mundo, sendo que em todas as direções houve deslocamentos demográficos em busca de novos territórios.

Para este autor, no século XXI esse fenômeno se expressa através da nova divisão transnacional do trabalho e da produção, um lugar de concentração financeira que

¹ Discente do Programa em Linguagens e Saberes na Amazônia – PPLSA/UFPA. Professor pesquisador do Grupo Universitário de Educação de Jovens e Adultos e da Cátedra Paulo Freire na Amazônia.

² Discente do Programa em Linguagens e Saberes na Amazônia – PPLSA/UFPA.



impulsionado pela dinâmica flexível do capital, ocasiona rupturas estruturais nos Estados-nações, transformando o mundo numa fábrica ou metaforicamente numa fábrica global.

Tomando como base referencial autores que estudam o fenômeno nossa pretensão neste trabalho é analisar o processo migratório de nordestinos oriundos do Estado do Ceará para Augusto Correa-Pará, abordando seus impactos no desenvolvimento local do município. Trataremos deste fenômeno no território de Augusto de Correa a partir da década de 90, momento em que começa haver os primeiros fluxos migratórios de cearenses para a sociedade migratória em análise, ocasionado, principalmente pela pesca na costa atlântica do Pará.

Trataremos da migração na perspectiva de Sayad (1998) que a considera como um fato social total, ou seja, como um processo histórico e do funcionamento das estruturas da sociedade, vindo a caracterizá-la como um deslocamento de pessoas em determinados territórios físicos, ocasionado por fatores interno e externos a condição do migrante. Aliás, Ianni (2004), destaca que a relação do imigrante com o mundo do trabalho faz com que sua condição seja de quem está aqui e lá, em duas ou mais situações, perspectivas e modos de ser.

A partir da análise empreendida nos autores supracitados bem como em Siqueira (2007), Matias (2014), Haesbaert (2005), Eco (2006), Coser (2005), Neto (2005), Hall, (2006), podemos destacar alguns apontamentos que fazem do imigrante um sujeito emergido numa diversidade cultural, fruto de um processo de relações históricas que o tornaram desterritorializado, multicultural, híbrido, sobretudo um indivíduo do mundo. Um indivíduo complexo que pelo poder da mídia pode estar em diferentes lugares ao mesmo tempo.

2. IR E VIR: UMA NECESSIDADE HUMANA

Sayad (1998) considera o fenômeno da migração como um fato social total, ou seja, na perspectiva histórica e do funcionamento das estruturas presentes na sociedade, caracterizando-o como um deslocamento de pessoas em determinados territórios físicos. Esses deslocamentos são ocasionados por fatores endógenos e exógenos a condição do migrante.

Tais fatores constituem majoritariamente as razões que irão determinar para qual sociedade migratória os indivíduos irão se deslocar. Em grande medida, destaca-se que tendem por escolher as sociedades mais desenvolvidas em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente e culturalmente, por acreditar que podem encontrar melhores condições de sobrevivência.



O próprio autor argumenta que o século XX foi um século migratório, pelos quatro cantos do mundo e em todas as direções. Enfatiza, ainda, que no século XXI esse fenômeno se expressa através da nova divisão transnacional do trabalho e da produção, um lugar de concentração financeira que impulsionado pela dinâmica flexível do capital, ocasiona rupturas estruturais nos Estados-nações, transformando o mundo numa fábrica ou metaforicamente numa fábrica global, Ianni (1996).

Pensar o mundo a partir da ideia do autor consiste em interpretá-lo como um território regionalizado nas suas múltiplas dimensões, um espaço onde as políticas nacionalistas não se constituem em barreiras para o avanço imperialista do capital. O mundo todo, nessa conjuntura é tido como espaço da produção e as relações trabalhistas podem ser exercidas linearmente por qualquer indivíduo que seja provido de força de trabalho capaz de gerar lucros aos donos dos meios de produção.

Ianni (2004) enfatiza que a relação do imigrante com o mundo do trabalho faz com que a condição do imigrante seja de quem está aqui e lá, em duas ou mais situações, perspectivas e modos de ser. Entende, ainda que para a sociedade do capital os imigrantes se constituem em mão-de-obra provisória, ainda mais quando sua condição é de ilegal, principalmente, por que a ilegalidade os submete a qualquer forma de trabalho, tornando-o difícil de defini-lo.

2.1. Migrante: um ser múltiplo

Uma das características fundamentais da migração é a construção de um ser múltiplo, que surge das várias vivências estabelecidas nas sociedades migratórias que manteve relações. Torna-se um ator social difícil de ser definido, pois carregam as marcas sociais, culturais, históricas dessas sociedades.

A propósito é um indivíduo cuja identidade é indefinida, por ser fruto da diversidade demográfica e cultural das sociedades humanas, podendo ser multicultural e com múltiplas concepções de identidades. É um ator complexo de determiná-lo, pois o próprio conceito com o qual estamos lidando, "identidade", é demasiadamente complexo, por não possuir um caráter de fixidez, já que é fruto de uma formação histórica construída e reconstruída a partir dos espaços de tempo dos quais os sujeitos estão inseridos ao longo de sua vida. (HALL, 2006).

Em outras palavras, o autor enfatiza que a identidade não é um dado adquirido, não é uma propriedade, não é um produto. A identidade é um lugar de lutas e conflitos que é construída a partir da relação com o outro, valendo-se dessas definições, a autora, faz uma reflexão sobre a identidade das escolas e dos educadores do campo.



DaMatta (1996), por exemplo, a concebe como o elemento que determina quem somos e o que nos diferencia dos demais. Conceitua-a como identidade social e questiona como ela se constrói, demonstrando que é no meio de uma multidão de experiências dadas que todos os homens e sociedades forjam traços identitários.

Uma identidade dependendo do contexto na qual se constituiu pode representar a historicidade de uma sociedade, uma dinâmica contra hegemônica ou pode vir carregada de relações de poder. É preciso, então, que se analise as intenções que há por trás da construção de processos identitários uma vez que estes podem vir carregados de ideologias dominantes e conservadoras que se alimentam à custa de “carente de identidade”.

Tomando como base os pensamentos de Ianni (2004), analisamos que o contato com outras pessoas e culturas permitirá ao imigrante assimilar novos elementos que irão reconstruir seus traços identitários, transformando-os no que chama o próprio autor chama de cidadão do mundo, um sujeito multicultural, sem identidade, que não se sabe onde estar, que pode ser homem ou mulher, branco ou negro, asiático ou europeu.

Outra característica do imigrante é ser multicultural. Neto (2005) argumenta que os movimentos migratórios, contribuem para existir e alimentar a diversidade cultural, fazendo emergir novas formas de identidades, traduzindo numa evolução das referências nacionais, possibilitando ao imigrante ter um olhar mais denso em relação à realidade a qual está inserido, destaca-se que esta nova visão é fruto de um hibridismo que não está circunscrito apenas aos contatos culturais, pois todos nós, todas as formas de culturas e todas as histórias, sujeitos são híbridos.

Um imigrante pode ser multicultural, híbrido, com múltiplas identidades, que estão em diferentes territórios e espaços históricos. Na concepção de Sayad (1998), é um sujeito que foge e busca, é tangido e extravai-se, ambiciona e frustra-se, resigna-se e realiza-se, ou é essencialmente uma força de trabalho, uma força de trabalho provisória, em trânsito.

Talvez uma pergunta precisa ser feita quando se estuda o fenômeno da migração, por que as pessoas migram?. Klein (2000, p. 13) nos diz que, “Eis uma pergunta tradicional que nunca recebeu uma resposta completa, mas que deu ensejo a muitas publicações e debates. A questão básica envolve o peso dos fatores de expulsão ou de atração e a maneira como se equilibram”.

Na visão de Ianni (2004), as pessoas migram com a perspectiva de buscar algo melhor para sua condição humana, sendo que serão sempre acometidos de situações, acontecimentos, guerras e convulsões sociais, revoluções, carências e esperanças. De modo geral esses fenômenos são frutos de causas naturais, culturais, conflitos religiosos e



políticos, mas na sociedade pós-moderna tem como característica específica o fator econômico.

O fluxo migratório é impulsionado por causas diferentes, sendo que a condição do imigrante é de provisoriedade, ou seja, de quem está aqui e lá, em duas ou mais situações, perspectivas, modos de ser, um ser cuja condição social tende ser temporária. Esse processo é representado por relações conjunturais que configuram uma nova cartografia aos territórios capitalistas que transforma o imigrante num sujeito desterritorializado cuja visão é de um ser transitório que veio para usurpar os espaços da sociedade migratória e qualquer momento irá partir para outro território.

Como consequência, sofrerá com a perda da identidade, com as diferentes formas de preconceitos, sobretudo pela intolerância ocasionada simplesmente por não ter nascido na sociedade migratória. Eco (2006, p. 116) destaca que “A intolerância mais perigosa é aquela que surge na ausência de qualquer doutrina, acionada por pulsões elementares”, ou seja, o imigrante será sempre olhado como um ser estranho, como aquele indivíduo que irá “roubar” espaços de quem nasceu naquele território.

Haesbaert (2005), diz que podemos falar, então, de um migrante “desterritorializado” também no sentido cultural ou simbólico, na medida em que, destituído de seu espaço e de suas paisagens de origem ele também se vê destituído de valores, símbolos, que o ajudam na construção de sua identidade. Argumenta, ainda, que para defini-lo como um indivíduo desterritorializado é necessário que se conheça o processo migratório no qual este sujeito está inserido.

Nesse sentido, não se pode pensar o espaço do território mais como circunscrito por fronteiras bem definidas, mas a partir da ideia de dimensões plurais: físico-natural, histórico, econômico, político, cultural. Uma dimensão espacial que condensa uma multiplicidade de elementos que no seu conjunto permite a reprodução de grupos sociais, mas que também é regido por disputas e relações de poder.

Compreender as dinâmicas territoriais permite entender que o processo migratório está para além do fator econômico, que a decisão de migrar está, muitas vezes, ligada às melhores condições de vida e de trabalho que os indivíduos esperam encontrar na sociedade migratória de acolhimento, Matias (2014). E que “(...) a maioria dos migrantes não desejam abandonar suas casas nem suas comunidades. E se pudessem escolher; todos – com exceção dos poucos que anseiam por mudanças ou aventuras – permaneceriam em seus locais de origem”. (KLEIN, 2000, p. 13).

Entretanto, Siqueira (2007) acredita que retornar aos seus locais de origem é mais difícil do que emigrar, principalmente, por que quando migram estão cheios de esperança, já



a volta, são acometidos pelo estranhamento das pessoas e de seus locais de origem. Isto ocorre, por que o tempo de afastamento estabelece novas relações sociais no universo social onde viviam, tornam-se territórios de novas relações que não o reconhecem.

2.2. Gente de todos os territórios

O verbo migrar significa mudar com regularidade de um território para outro, de cidade ou de país. Já o substantivo migração quer dizer movimento de entrada (imigração) ou de saída (emigração) de pessoas ou de grupos de pessoas de um espaço, lugar para outro. A migração pode acontecer em diferentes territórios, dentro de um mesmo país ou entre países diferentes, de uma região para outra ou dentro de uma mesma região, um fluxo do campo para a cidade ou da cidade para o campo.

A própria formação do povo brasileiro pode ser explicada a partir do fenômeno de migração de povos: indígenas, africanos, asiáticos e europeus. Como bem demonstra Alencar (2010, p. 109).

Esses povos ao se juntarem com os povos que aqui já existiam, os ameríndios, que pertenciam a diferentes grupos étnicos, deram origem a diferentes formas de expressão cultural e diferentes formas de organização social. No entanto, pelo fato de serem parte da sociedade, da nação, brasileira, eles partilham algo comum, partilham de símbolos e formas de expressão cultural que permite a cada uma delas se representarem como brasileiro.

Ao interpretar a formação do território brasileiro e sua composição sociocultural a partir dos fenômenos migratórios, temos que fazer um esforço para entender que esse processo foi sendo construído, de forma intencional, por relações comerciais que tinham como propósito, primeiramente a exploração dos recursos naturais deste território para contribuir no desenvolvimento da sociedade europeia, onde o Brasil foi denominado de Colônia de Exploração, numa relação unilateral que só poderia comercializar com a metrópole.

Entendem-se, então, quatro grandes fluxos migratórios que consolidam esse processo. Destaca-se, primeiro a chegada de europeus para fixar moradia em terras indígenas brasileira, e invenção do imaginário social do povo brasileiro, que Pedro Alvares Cabral se perdeu a caminho das Índias, cabendo-lhe assim, a glória de descobrir o Brasil, porém ao contrário do que trata a invenção da história brasileira, sabemos que tinham conhecimento do território, sobretudo por ser um território rico em seus recursos naturais.

O segundo fluxo migratório pode ser entendido como um processo migratório, externo, mas com também de caráter excessivamente forçado, ou seja, a tentativa de europeus colonizadores de escravizar índios. As sociedades indígenas do território brasileiro



viviam em função da abundância ou a escassez de alimentos proporcionados pelo ciclo natural da floresta, estabelecendo sempre uma relação unilateral, de reciprocidade e respeito com os fenômenos naturais, fato que fazia com que se tornassem bastantes nômades, migravam quase sempre em função de alimentos.

Por estabelecerem uma relação de transitoriedade dentro da floresta, conheciam as veredas da mata, abriam caminhos para chegar a diferentes lugares, algo que os colonizadores europeus desconheciam. Por conhecerem as entranhas das matas e sua biodiversidade, muitos índios acabaram sendo forçados a trabalhar como mão de obra escrava aos europeus, sobretudo na exploração do pau Brasil. Esse fenômeno atípico aos costumes a condição do indígena, e de qualquer outro ser humano, fez com que as sociedades indígenas migrassem mata adentro, para além do litoral brasileiro.

Os indígenas resistiram à tendência de serem utilizados como mão de obra escrava, a saída encontrada por europeus foi a comercialização de negros africanos para o território brasileiro. Com a divisão territorial interna do Brasil, em latifúndios, Capitânicas Hereditárias e o estabelecimento da cana-de-açúcar como o principal produto da relação comercial, os europeus estabeleceram um novo ciclo migratório para o Brasil, negros Africanos, um processo marcadamente forçado, devido a forma como capturados na África e sua condição de mercadoria no Brasil.

A migração acontecia em dois sentidos, advinda da força imposta da África para o Brasil, e também provocada pela resistência, sendo utilizado como instrumento mais eficaz para o ato, a fuga. A organização em quilombos corroborava para a migração em territórios internos, pois a perspectiva de fugir do regime trabalhista forçada era tido como uma liberdade conquistada, e a possibilidade de recomeçar a vida num lugar melhor. Esse processo foi também muito incentivado também no período denominado do ciclo do ouro.

Por fim, a migração planejada, incentivada, inclusive pelo governo brasileiro. Trata-se da migração europeia para o Brasil, cuja finalidade era substituir a mão de obra escrava e trazer o desenvolvimento para uma sociedade. A entrada de um grande número de imigrantes europeus para trabalhar em território brasileiro com a perspectiva de trazer o desenvolvimento ao País.

Cabe destacar que esse fenômeno só será compreendido se levarmos em consideração os motivos que levam os imigrantes a saírem de seus locais de vivência para procurar novas sociedades migratórias. Migram, sobretudo para fugir de guerras, conflitos étnicos, religiosos, desastres naturais, assim, em busca de melhores condições de vida. Enfim, a migração é fenômeno em escala global que provoca mudanças nos espaço-tempo e nos traços identitários dos indivíduos.



A propósito a própria construção do território amazônico também tem marcas de um processo fortemente migratório. A contar do século XVI quando portugueses e espanhóis por aqui estiveram para explorar a região em busca de especiarias naturais para abastecer os mercados europeus. Com a vasta abundância das diversidades naturais nos séculos posteriores a economia amazônica passa a ser um espaço de produção tipicamente extrativismo, fruto de um processo de ocupação capitalista centrada na exploração predatória dos recursos naturais.

Esse fenômeno teve seu apogeu no ciclo da borracha.

O século XIX, o apogeu do ciclo da borracha atraiu para a região, migrantes, principalmente nordestinos que, em função da seca (1877) e da concentração fundiária na região Nordeste, viam nestas áreas a possibilidade de possuírem terras. Por outro lado atraiu também grupos estrangeiros que controlavam a comercialização de produtos extrativistas, principalmente da borracha. No entanto, tal ciclo econômico teve uma vida curta, pois os ingleses levaram sementes de seringueiras (*Hevea brasiliensis*) para as suas colônias no sudeste asiático. (FELZKE, OLEIVIERA & PAULA, 2014. p, 04).

Outro marco que impetrou outro grande fluxo migratório para a região foi a proposta de ocupação implementada pelos governos militares, que sob a égide desenvolvimentista, outorgaram a vinda de migrantes de todo o país, com maior ênfase para nordestinos para a Amazônia. Com pressupostos que a região carecia de segurança nacional, sendo necessário “integrar para não entregar”, e que para desenvolvê-la era necessário ocupar áreas inabitáveis, “terras sem homens para homens sem terras”, o governo financiou grandes projetos, deu subsídios para atrair levas de gentes dispostas a estar na Amazônia, contudo sem conhecer a dinâmica espacial da região.

Ainda no contexto amazônico, Júnior (2012), nos indica que a inserção da migração na Amazônia no contexto das grandes migrações internacionais deu-se no auge da economia da borracha. Com destaque para o Pará, o autor, analisa a inserção de espanhóis, argumentando que a imigração espanhola no Pará não foi apenas uma decisão isolada do governo paraense para povoar a Amazônia e fornecer alimentos para a população das cidades, mas também uma decisão da monarquia espanhola para resolver suas dificuldades financeiras.

Enfatiza, ainda que esse processo fazia parte de projeto de desenvolvimento ligado a colonização agrícola implantado pelo governo ao longo da estrada de ferro Belém-Bragança. Assim, ao longo da ferrovia foram sendo constituídas colônias agrícolas espanholas: Benjamin Constant, Ferreira Pena, Jambu-Açu, Marapanim e Santa Rosa, enfatizamos Benjamin Constant que estar localizada dentro do território de Bragança. Em



resumo, a região Bragantina, da qual Augusto Correa estar inserida também tem uma construção espacial embasadas em relações migratórias de todas as paragens.

3. PARA ONDE A MARÉ ME TROUXE? CEARENSES EM AUGUSTO CORREA.

3.1. Caracterização dos sujeitos migrantes para síntese de análise e discussões

Acreditamos que para analisar o fenômeno migratório é preciso considerar dois pontos fundamentais, o que leva o migrante a sair de sua terra para habitar outro território, seja de forma transitória ou permanente. Neste caso, o que levou um número significativo de cearenses a deixar seu estado para habitar Augusto Correa, um município que estar localizado no Nordeste paraense, e tem toda sua costa litorânea banhada pelas águas do Oceano Atlântico.

Talvez o primeiro motivo a destacar é que o fluxo migratório desses atores se deu de forma mais concentrada a partir da década da 1990, sendo que os impulsionou foi a atividade pesqueira, especialmente a pesca Lagosta, que neste período estava bastante concentrada no litoral do município de Augusto Correa. Araújo (2012), em análise sobre migração de nordestinos para o município acredita que a atividade pesqueira foi o principal vetor indutor da migração de nordestinos para Augusto Corrêa, nos últimos vinte anos.

O contato com esses migrantes nos apresentou um cenário bastante representativo de quatro atores ligados a este fenômeno, sendo que poderíamos caracterizar esse processo como “migração das marés”, pois tem relação direta o fluxo produtivo da pesca e suas variedades de pescados. Assim sendo muitos migrantes transitórios que chegam ao município é influenciado pelas águas do Atlântico e seu ciclo de espécies de peixes. Cita-se aqui:

1. Dono de Barco. É o dono dos meios de produção, detém a propriedade do barco, também abastece com materiais pesqueiros e gêneros alimentícios outras embarcações, sendo que obtém quase a totalidade da produtividade dessas embarcações, produzem para o mercado comercial externo, exportando seus produtos para outros estados e até para fora do país. Salienta-se que alguns foram pescadores, mestres de barcos, já outros obtiveram vantagens financeiras a partir da exploração comercial como “atravessador” de pescado.

Como destaca Araújo (2012. p. 79-80);

Curioso, ainda, é atentar para o fato de que o estado do Ceará, desde o início da atividade lagosteira no Brasil, sempre se destacou na exploração do recurso lagosta, em especial as espécies *P. argus* e *P. laevicauda*, conforme destaca Fonteles Filho e Silva (2011, p. 49 e 50) no livro denominado “Avaliação do defeso aplicado à pesca da lagosta no Nordeste do Brasil. E mais, que a partir da década de 1990, as sucessivas crises que



resultaram em quedas significativas da produção de lagosta no Nordeste, grande parte do setor lagosteiro se deslocou para a região Norte, em especial para o nordeste paraense.

2. Mestre de Barco. É o representante do dono do barco na atividade pesqueira dentro dos espaços da embarcação no mar. É o responsável por manter a ordem, obter a produção planejada em cada pescaria. Financeiramente, detém maiores vantagens financeiras que o pescador nas pescarias. Ocupantes desta função são constantemente pescadores com experiência.

3. Pescador. É o ator social que vende sua força de trabalho aos donos de embarcações. Sua condição é de um ser explorado pelo capital, haja vista que a relação comercial existente para com os empresários da pesca é proveniente de um sistema de aviamento, onde adquirem “vale”, adiantamento em dinheiro, e depois pagam pescando nos barcos. Tudo que é consumido nas embarcações é pago através de sua força produtiva.

4. Costurador de redes. São atores que sobrevivem tecendo, remendando as redes de pesca em territórios pesqueiros. Não possuem vínculo empregatício com donos de barcos.

O diálogo com esses sujeitos foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho à medida que mostrou os motivos que os levaram a migrar, sendo que todos estão relacionados com a pesca: Segundo os donos de barcos o motivo foi a improdutividade da pesca em suas regiões, sendo necessário buscar em territórios mais distante. Já o mestre de barco e os pescadores migraram por terem vínculos de trabalho com os donos de barco.

Os costuradores de redes têm uma dinâmica migratória diferente das outras, pois migram tanto pela água, quanto por terra, pois se deslocam nos territórios acompanhando as dinâmicas pesqueiras, sendo que para obterem lucratividade necessitam estar onde existam números significativos de barcos pesqueiros, ou seja, sua condição é mais de transitoriedade em determinados lugares.

No entanto, que fatores Augusto Correa, enquanto sociedade migratória apresentou para esses atores fixassem um habitar permanente ou transitório? A princípio, destaca-se o fator econômico, sendo que a fiscalização sobre a atividade pesqueira por agentes da administração pública, desde a década de 1990, ser ineficiente, fato que faz com que o pescado saia do município sem pagar qualquer espécie de tributo fiscal.

Outra, por haver uma distribuição significativa de portos de Embarque e Desembarque de pescado, com destaque para os da Sede e das vilas de: Ilha das Pedras, Perimirim, Nova Olinda, Araí e Porto do Campo. A viabilidade de acesso para com o nordeste e sul do Brasil também se constitui em fator preponderante para a fixação destes atores em Augusto Correa, porém é válido ressaltar que esse processo dar-se muito em



função do dono de embarcações, sendo que onde ele fixa moradia lá estará concentrado também o fluxo migratório.

3.2. Breve análise a partir dos atores migratórios e seus impactos no desenvolvimento local

A atividade pesqueira é o principal mecanismo de circulação da economia de Augusto Correa, ocasionada, sobretudo pelo fluxo de barcos que saem e chegam do mar cotidianamente. O ápice desse processo foi a década de 1990, quando a pesca da lagosta, trazia um fluxo significativo de donos de barcos, mestres de barcos, pescadores de diversos territórios, sobretudo maranhenses e cearenses e congregava em seu entorno uma comercialização de produtos das mais variadas espécies.

A pesca da lagosta trouxe uma nova dinâmica ao município nos mais variados aspectos com destaque para o comércio e crescimento demográfico que são sentidas até hoje. No entanto, com o enfraquecimento deste produto, muitos cearenses migraram para outros locais de pesca, sendo que os ficaram, sobretudo por questões familiares, passaram a pescar outras espécies, exercer funções comerciais, cargos públicos e cursar Ensino Superior.

O fluxo intenso da década de 1990 provocou uma densidade populacional na sede do município, logo também provocou problemas sociais. A sede do município obteve uma expansão territorial, crescendo de forma desordenada, em função disso surgiram 04 novos bairros periféricos, aumento da violência, prostituição e o consumo de drogas. São nesses bairros que encontramos muitos cearenses que ainda desempenha a função de pescadores.

Os donos de barcos entrevistados, também viraram comerciantes locais, e por obterem uma lucratividade significativa em seus ramos de produção passaram a fazer parte da elite econômica, vindo a morar em bairros bem localizados. O mestre de barco continua a exercer a atividades, tem uma vida financeira estabilizada. Já o costurador de redes, entrevistado, ficou em Augusto Correa, virou funcionário público do Estado do Pará, fez o Curso de Licenciatura Plena em História pela UFPA. Porém, outros continuam a exercer a profissão, sendo que também pescam, pois a remuneração para costurar e remendar redes é muito baixa.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço desenfreado do capital nas sociedades migratórias tem provocado mudanças estruturais e flexibilizado as relações pessoais, influenciando significativamente para a perda de traços identitários e o estranhamento dos imigrantes.



Destaca-se, nesse contexto o papel que a mídia desenvolve na sociedade tem criado, difundido, reiterado ou alterado quadros mentais de referência. (IANNI, 2004). No mundo globalizado a mídia tem contribuindo para formar não só o imigrante em cidadão do mundo, mas tem influenciado mudanças na sociedade do capital. Um dos fenômenos ocasionado pela globalização foi o encurtamento do espaço-tempo provocado por uma intensificação nos fluxos de capital, pessoas e informações, sem controle, o capital se desenvolve com muita fluidez provocando mudanças nas relações territoriais.

Trata-se de processos em escala mundial que atravessam fronteiras nacionais e reconfiguram as relações espaciais. Dessa forma, para pensar o fenômeno da migração humana a partir da sociedade do capital é perspectívá-la como um indivíduo do mundo fruto de uma sociedade híbrida, onde as relações econômicas não são caracterizadas apenas pela livre circulação de bens e serviços, mas também pela livre circulação das relações humanas. O imigrante visto a partir desta lógica é tido como mão-de-obra provisória que se movimenta em escala global, ocasionado por fatores naturais, guerras, conflitos religiosos, políticos, culturais.

5. REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Edna Alencar. **Gente de todas as paragens: retratos da imigração no Pará. Migrações na Amazônia.** Belém: Açaí/Centro de Memória da Amazônia/PPGA, 2010.
- ARAÚJO, Glauco Rivelino Ferreira de. **Migração, territorialização e pesca em Augusto Correa-PA (1990-2010).** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, Belém; 2012.
- BONNICI, T.; ZOLIN, L. O. **Teoria Literária: Abordagens Históricas e Tendências contemporâneas.** 2º Edição. Maringá: Editoria UEM, 2005. BUARQUE, Chico. *Atrás da Porta.* Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/chico-buarque/45113/>>. Acesso em: 12 jun. 2017.
- ECO, Umberto. **As Migrações, a tolerância e o intolerável. Cinco escritos morais.** Trad. Eliana Aguiar, 7º ed. RJ. Record, 2006.
- FELZKE, L. F; OLIVEIRA, D. F; PAULA, J. M. (2014). **Memória e resistência na migração para a Amazônia: caso de Nova Londrina em Ji-Paraná, estado de Rondônia, Brasil.** Mundo Agrário, 15 (30). En Memoria Académica. Disponible en: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.6495/pr.6495.pdf
- IANNI, Otávio. **O imigrante. Capitalismo, violência e terrorismo.** RJ, Civilização Brasileira, 2004.



NETO, Arnaldo Rosa Viana. **Multiculturalismo e pluriculturalismo. Conceitos de Literatura.** Euredice Figueiredo (Org.) Juiz de Fora, UFJF, 2005.

SIQUEIRA, Sueli. **Emigração internacional e o retorno a terra natal: realizações e frustrações** Disponível em:

<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5encnacsobremigracao/comunic_sec_2_emi_int_ret.pdf>. Acesso em: 05 jun 2017.

SMITH JÚNIOR, Francisco Pereira. **Imigração espanhola na Amazônia: as colônias agrícolas e o desenvolvimento socioeconômico do nordeste paraense (1890-1920);** Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2012.

**GT 08 – Migração, Mobilidade e Deslocamentos: Exclusão Social, Diferenças Culturais e Ação Política.****MIGRAÇÃO NORDESTINA: CONFLITOS SOCIO-TERRITORIAIS E POLÍTICAS DESENVOLVIMENTISTAS EM CAPITÃO POÇO-PA (1950-1985)**

Álvaro Gomes de Sousa (Universidade Federal do Pará)¹
rodriguesgalvaro@gmail.com

RESUMO

Este trabalho visa analisar o movimento migratório de nordestinos, sobretudo cearenses, para uma terra projetada por eles como de riquezas, mas que também se adequava aos discursos e incentivos dos poderes públicos do estado do Pará. Enfatizando a ocupação e ampliação na produção agrícola, junto com os conflitos produzidos pelos estabelecimentos dos colonos, atentando às disputas territoriais com outros povos já residentes na região. Com isso o assentamento das famílias nordestinas na região do Alto Rio Guamá, mais precisamente na cidade de Capitão Poço-PA faz parte de um processo de colonização que em meados do século XX, constou casos de levas de migrações de famílias nordestinas em busca de melhores condições de vida. Esse processo é decorrente da saturação da Zona Bragantina, que implicou diretamente nas frentes pioneiras que se expandiram para além da microrregião estabelecendo-se na Zona Guajarina, no qual o governo interviu diretamente já que, as terras que foram ocupadas por tais migrantes correspondiam a um território já ocupado por indígenas das etnias (Tembé Timbira, Kaapor e Guajá), quilombolas e por colonos paraenses. As transformações ocorridas a partir de 1950, com relação aos planos desenvolvimentistas como a construção da rodovia Belém-Brasília implicaram diretamente no surgimento de dezenas de vilas, povoados e cidades, a exemplo de Capitão Poço, tendo o imigrante nordestino como principal agente em meio às transformações políticas e estruturais que estavam ocorrendo no Brasil (GORETTI: 2008). Desta forma, buscamos evidenciar as relações entre o estabelecimento das famílias nordestinas e as transformações da produção agrícola na região.

Palavras-chaves: Migração nordestina; Conflitos; Capitão Poço-PA

1. INTRODUÇÃO

Na Amazônia o processo migratório era de grande importância para as elites desde fins do século XIX e início do XX, onde se tinha a preocupação em desenvolver a região social e economicamente, usando para tais desenvolvimentos imigrantes, principalmente estrangeiros, pois se acreditava que os imigrantes “brancos” e estrangeiros poderiam trazer

¹ Graduado em História, Pela Universidade Federal do Pará, Professor de História na Escola Indígena Francisco Magno Tembé no Alto Rio Guamá na rede pública de ensino.



inovações tanto para a sociedade quanto para a economia, visto que os indígenas e negros que residiam na Amazônia eram tidos como atrasados.

Portanto, o governo e as elites locais se valeram de campanhas e propagandas para atrair imigrantes de diversas regiões do mundo, porém a falta de organização e uma política bem centrada no estabelecimento das diversas famílias nos núcleos coloniais criados para esse fim. Isso levou a política de imigração às ruínas, embora tenham aportado em Belém milhares de imigrantes estrangeiros e migrantes nacionais, dentre eles, uma maioria de nordestinos levando em contradição a política de branqueamento da sociedade criada naquele período.

2. POLÍTICAS DESENVOLVIMENTISTAS

A partir do final do século XIX e início do XX, com consequências de diversos fatores entre eles a construção da Estrada de Ferro Bragança, o auge da economia gomífera, da lei de municipalização e as políticas de colonização através dos migrantes, o espaço territorial paraense se transforma surgindo novos municípios².

Na década de 1930, quando Getúlio Vargas assume a presidência no Brasil, houve uma centralização de poder estabelecido através da política dos coronéis, nomeando interventores para assumir a posse a mando do governo, isso gerou uma demarcação ainda maior do espaço, como Maria Goretti Tavares trabalha no seu artigo³.

Em 1938 o estado do Pará possuía 27 comarcas, 53 termos, 53 municípios e 155 distritos. O desenvolvimento de vias terrestres foi alterando o estabelecimento dos municípios que até então dependiam do sistema fluvial, com isso começou a surgir novos municípios distantes dos rios.

Outro fator importante para as municipalizações vai ser a constituição de 1940, a partir da qual a criação de municípios ficou condicionada ao número de habitantes e à renda mínima da área. “No Pará, a Lei Orgânica nº158 de 31 de dezembro de 1948 reorganizou os municípios do Estado, além de garantir as conquistas da Constituição Federal de 1946 e da Constituição Estadual de 1947”⁴.

Na década de 1950, cria-se um novo padrão de municípios, com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPEVEA) que tinha como objetivo, elaborar e conduzir um plano desenvolvimentista para a região. Porém

² TAVARES, Maria Goretti da Costa. A Formação Territorial do Espaço Paraense: dos fortes à criação dos municípios. **Revista ACTA Geográfica**, Ano II, Belém. v. 3, p. 59-83, Jan/Jun. de 2008.

³ Cf. TAVARES, Maria. 2008. Op., cit., p.69.

⁴ Cf. TAVARES. Maria. 2008. Op., cit., p.70.



enfrentou uma forte contradição: ser uma instituição nacional, sustentada nas políticas de segurança nacional ou ser uma instituição regional, que se propunha a industrializar a Amazônia a partir da substituição regional de importações.

Essa, entre outras contradições, fez com que a SPEVEA não conseguisse aprovar seus planos de desenvolvimento. Em 1966, o governo militar substituiu esta instituição pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Com isso se inicia maior mobilidade populacional para a Amazônia em buscas de terras “devolutas”.

A construção da rodovia Belém-Brasília, como diz Maria Goretti, faz surgir dezenas de vilas, povoados e cidades que vão se desmembrando de outras e tomando vida própria, principalmente as cidades que surgem tendo ainda o imigrante nordestino como principal fator, como no caso da cidade de Capitão Poço, no Pará, que surge na década de 1950, em meio às transformações que estavam ocorrendo no Brasil como afirma Maria Goretti Tavares.

A construção da Belém-Brasília provocou um novo surto de municipalização no Pará. Foram recriados e criados novos municípios, tais como: Benevides, Bonito, Capitão-Poço, Jacundá, Limoeiro do Ajuru, Magalhães Barata, Peixe-Boi, Primavera, Santa Cruz do Arari, Santana do Araguaia, Santa Maria do Pará, Santarém Novo, Santo Antônio do Tauá e São Félix do Xingu, todos em 1961, e Paragominas em 1966; a maioria deles na área de influência da Belém-Brasília e suas vicinais⁵.

Com isso percebemos que as políticas implantadas pelos governos vão se modificando a cada período, e que as municipalizações que vão acontecendo ao longo do tempo têm seu principal “mecanismo de transformação” o migrante nordestino, que traz para a Amazônia sua mão de obra e, além disso, traz consigo, também a vontade de transformar o espaço que ele se encontra, isso ocorre não somente no século XIX, mas também no século XX.

A região que correspondia à cidade de Capitão Poço ainda na década de 1940 conformava parte do território do município de Ourém. E passou a atrair novas famílias retirantes da seca ou que já estavam estabelecidas no Alto Rio Guamá em busca de melhores condições de vida. Com isso a região se tornou a porta de entrada para o sonho e melhorias de muitos migrantes que estavam se estabelecendo nessa nova terra.

3. CHEGADA DOS PRIMEIROS MIGRANTES NORDESTINOS AO ALTO RIO GUAMÁ

A região do Alto Rio Guamá era porta de entrada para o migrante que chegava a busca de terras férteis procurando se estabelecer no local. O mesmo via a região como

⁵ Cf. TAVARES. Maria. 2008. Op., cit., p.71.



grande oportunidade para conquistar sua independência financeira, tornando-se anos mais tarde um dos municípios (Capitão Poço – Pará) mais influentes na economia agrícola da região nordeste paraense.

Esse processo de colonização foi mais efetivo às margens da Estrada de Ferro, porém no decorrer dos anos com a necessidade de aquisição de novas terras, cada vez mais aumentava a entrada das famílias nas regiões mais distantes da Estrada de Ferro, principalmente quando se teve a desativação da Estrada de Ferro de Bragança (EFB).

As primeiras famílias de migrantes que chegaram com o intuito de colonizar a área e que se estabeleceram na região do Alto Rio Guamá, onde foi se formando a cidade de capitão Poço, eram constituídas principalmente por nordestinos nas décadas de 1940 a 1950.

No momento em que se tem o estabelecimento das famílias nordestinas na região, já se encontrava na área um regime comercial que era praticado, principalmente, pelos indígenas que residiam na cabeceira do Rio Guamá, ou seja, antes dos nordestinos chegarem à região, a mesma já era frequentado por moradores de Ourém como, madeireiros, caçadores, quilombolas ou indígenas do grupo Tenetehara. Porém a busca de terras férteis por parte dos migrantes nordestinos se deu de forma mais clara a partir da década de 40, como cita Ébio de Carvalho:

Em 1941 o cearense Rogério Gomes Coutinho, em viagem, de passeio pelo Ceará, visita parentes convidando-os para virem trabalhar no Estado do Pará onde havia abundância de chuvas e facilidades de terras. Castigados pela seca e com a promessa de terra férteis, resolveram seguir para a travessa “A”, localidade de nome Carrapatinho, próximo ao Arraial do Caeté no município de Ourém⁶.

Portanto, a formação da cidade de Capitão Poço faz parte de um processo de colonização ligado diretamente ao declínio da borracha e à implantação de políticas voltadas para o âmbito da agricultura que pudessem desenvolver e que suprissem as necessidades de produtos agrícolas da região decorrentes da escassez de gêneros alimentícios.

Essas políticas contaram com a participação direta de migrantes nordestinos para a região na qual se tornariam os sujeitos centrais no processo de sua ocupação.

Em meados do século XX, os governos brasileiros foram orientados pelo Plano de Desenvolvimento da Amazônia para incentivar a formação de colônias agrícolas na região, como destaca Pere Petit:

Após o fim da II Guerra Mundial (1945), muitos seringais da Amazônia foram novamente abandonados, permanecendo na região muitos dos soldados da borracha. Os que se fixaram no Pará, optaram

⁶ CARVALHO, Ébio Alves. **A História da Educação em Capitão Poço**. Belém: QI Propaganda e Marketing Ltda, 2002. p.20.



principalmente por Belém, Santarém e pela região Bragantina. Neste último caso, alguns deles receberam terra e apoio econômico do governo estadual que pretendia, assim, incrementar as atividades agrícolas nos municípios dessa região paraense⁷.

A região que correspondia à cidade de Capitão Poço ainda na década de 1940 conformava parte do território do município de Ourém. E passou a atrair novas famílias retirantes da seca ou que já estavam estabelecidas no Alto Rio Guamá em busca de melhores condições de vida. Com isso a região se tornou a porta de entrada para o sonho e melhorias de muitos migrantes nordestinos que estavam se estabelecendo nessa nova terra.

3.1. Relações entre Nordestinos, Indígenas e Quilombolas

A colonização e o assentamento das famílias nordestinas que chegavam à região para explorar essas terras situadas às margens do Alto Rio Guamá, mais precisamente em Capitão Poço na metade do século XX, faz parte de um sistema de colonização no qual o governo interviu diretamente, já que as terras que correspondem ao território da cidade de Capitão Poço, já eram ocupadas por indígenas das etnias Tembé, Timbira, Kaapor e Guajá e por negros, ex-escravos, que fugidos da cidade de Ourém tinham se estabelecidos as margens do rio Guamá, como a “comunidade quilombola do Narcisa”⁸.

Os indígenas que se estabeleceram nessa área migraram de suas terras originais no estado do Maranhão ao longo do rio Gurupi e se estabeleceram no Alto Rio Guamá fugindo do contato com os brancos ou em consequência da rotatividade de terras para a lavoura na Amazônia. Segundo Charles Wagley e Eduardo Galvão:

Os índios Tenetehara, são tribos em processo de assimilação. Representam um dos poucos remanescentes dos outrora numerosos Tupi-Guarani, que se distribuíam por extensa áreas do território brasileiro e vieram a constituir um dos principais fatores indígenas de nossa cultura (...). Suas aldeias se estendem de Barra do Corda, no rio Mearim, no Estado do Maranhão, até os rios Gurupi, Guamá e Capim no noroeste do Estado do Pará⁹.

As ocupações das terras pelos indígenas e negros revelam que havia uma dinâmica populacional nas áreas correspondentes ao Alto Rio Guamá e que essas

⁷ PETIT, Pere. **Chão de Promessas: elites e transformações econômicas no estado do Pará pos-1964**. Belém: Paka-Tatu, 2003. p.63.

⁸ A comunidade está inserida no perímetro da chamada Gleba Capitão Poço que foi arrecadada e matriculada em nome da União, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA em fins na década de 1980 e início de 1990, tendo o INCRA realizado a demarcação e distribuição dos lotes individuais para os agricultores neste mesmo período.

⁹ WAGLEY, Charles e GALVÃO, Eduardo. **Os Índios Tenetehara, Uma Cultura em Transição**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1949, p.22.



migrações de indígenas também ocorreram em decorrência das “rotações na lavoura”¹⁰ e extração de produtos da natureza, o que desmistifica a ideia de que os nordestinos foram os primeiros a chegar à região.

As relações de comércio, principalmente entre indígenas e nordestinos que se efetua principalmente da necessidade de se estabelecer vínculos com as populações do Alto Rio Guamá.

No caso dos indígenas, a Reserva Alto Rio Guamá (RIARG), destinada aos índios Tembé, Timbira, Kaapor e Guajá, e oficializada pelo decreto 307, de 21 de Março de 1945, faz parte de um processo de colonização pensado para a região a fim de desenvolvê-la economicamente. Nela, os indígenas foram postos ao trabalho de uma forma em que os produtos agrícolas que foram produzidos fossem escoados fazendo parte de um sistema controlado pelo SPI, como cita a pesquisadora Sara Alonso.

Para conseguir braços, ou trabalhadores do posto, para viabilizar a prática de socialização mediante o roçado do posto, destinada, em palavras de Expedito Arnaud, a “ensinar-lhes os serviços da lavoura”, os agentes do SPI usam a técnica de distribuir mercadorias, vistas por estes agentes como “adiantamento” ou crédito, a ser retribuído mediante os serviços realizados pelos trabalhadores do posto ou diaristas. Não obstante, aparentemente os Tembé vivenciam esses adiantamento ou créditos como presentes, como “coisas que ele (o chefe do posto) dava pra nós” (Velho Maxico, cit.).¹¹

As formas utilizadas pelos agentes do SPI, para recluser os indígenas na aldeia, faziam parte de um processo de colonização, que consistia em “ensinar” as práticas da agricultura aos indígenas, utilizando práticas como, “adiantamento ou crédito”. Esse adiantamento consistia na entrega de utensílios além de mantimentos.

Porém mesmo com esse sistema de comércio desde a época do SPI entre “colonos” e indígenas nem sempre foram amistosas, até porque a demarcação da RIARG (Reserva Indígena do Alto Rio Guamá) só foi concluída no ano de 2013, e com isso muita posseiros nas décadas de 70, 80, 90 e 2000 invadiram território indígenas causando disputa por terra.

Com a construção das estradas Belém-Brasília, Pará-Maranhão, Bragança-Vizeu entre outras estradas, facilitou a chegada de novas frentes de expansão na região e cada vez mais próxima da Reserva.

Os planos de desenvolvimento e a política de incentivos fiscais favoreceram e aceleram a concentração de terra nas mãos dos fazendeiros e empresas madeireiras, causando a expulsão de muitos posseiros da região, principalmente do nordeste. Uma das

¹⁰ “Rotação na lavoura” é entendida como a agricultura praticada pelos migrantes nordestinos que aqui chegaram que consistia em procurar novas terras, principalmente de mata, para anualmente fazer sua plantação.

¹¹ ALONSO, Sara. **Os Tembé de Guamá: Processo de construção da cultura e identidade Tembé**. 1996. 231f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996, p.25.



regiões mais afetadas foi sem dúvida a RIARG. (ALONSO SARA. 1996). Destacamos aqui um relatório do Instituto de Desenvolvimento Econômico do Pará (IDESP):

"Nos últimos 25 anos, a Amazônia, e particularmente o Estado do Pará, tem sofrido intensas modificações na estrutura de posse de seus territórios. No caso paraense, a composição do quadro agrário estadual que, de certa forma, até 1960, não havia passado por mudanças relevantes, modificou-se substancialmente a partir da abertura da rodovia Belém-Brasília. De 1960 a 1985, os estabelecimentos agropecuários no Pará, intensificando significativamente, o processo de concentração fundiária (...). Contingentes expressivos de trabalhadores rurais, principalmente dos estados do Maranhão e do Ceará, para cá vieram em busca de terra disponível, engrossando a frente nordestina que desde meados do século já vinha ocupando a região (...). Esses fatos acabaram transformando o meio rural paraense num palco de múltiplas tensões sociais, cuja violência resultante, expressa numa estatística trágica de conflitos e mortes nas disputas pela terra, tem superado todas as ocorrências registradas nos demais" ¹².

Segundo alguns colonos da região próxima a RIARG, veem-se obrigados a muitas vezes vender suas "posses" passando a trabalhar nas fazendas ou com os madeireiros ou até mesmo procurar novas terras para plantar, muitas vezes nas proximidades ou dentro da Reserva Indígena. É importante perceber que a maior parte de terra "disponível" nessa região e a terra da Reserva que muitas vezes a terra da Reserva indígena é associada à ideia da terra como propriedade do governo, algo que estimula sua ocupação.

Outra vila importante para o desenvolvimento da região é a comunidade quilombolas do Narcisa, localizada em um ramal, como localmente denomina-se a estrada vicinal que se conecta com a Rodovia PA 124, a qual liga os municípios de Capitão Poço e Ourém. "A área territorial que a comunidade ocupa atualmente compreende uma estreita faixa de terra de 120,0530 hectares registrada em nome do senhor Marcedônio Lucas dos Santos" ¹³.

A terra foi arrecadada e matriculada segundo Conceição Sodré No "Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID – Comunidade Remanescente de Quilombo de Narcisa" (2010), publicado no Diário Oficial da União em oito de outubro de 2012, porém a comunidade estava inserida no perímetro da chamada Gleba Capitão Poço que foi arrecadada e matriculada em nome da União, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA em fins da década de 1980 e início de 1990, tendo o INCRA realizado a demarcação e distribuição dos lotes individuais para os agricultores neste período.

¹² Relatório do Instituto de Desenvolvimento Econômico do Pará (IDESP) Apud: Cf. ALONSO, Sara. 1996.. Op., cit., p. 41.

¹³ Sodré, Raimunda Conceição. "AQUI É UMA PARENTESA SÓ": **Conjugalidade, Gênero e Identidade na Comunidade Quilombola de Narcisa – Capitão Poço/PA**. 2015. 219f. Dissertação (Antropologia Social) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Amazonas, 2015.



Porém os quilombolas da comunidade do Narcisa já se encontravam desde o século XIX presentes nas margens esquerda do Rio Guamá, esse processo de construção do Narcisa se dá pelo um contexto no qual o estado brasileiro procurava impedir o acesso dos camponeses a propriedade da terra através da lei de terras de 1850, com isso o Petrônio afirma que:

Assim, a Lei de Terras que entrou em vigor em 1850 pode ser considerada uma reafirmação do poder do Estado e das elites dirigentes sobre a terra. Por meio desta lei a elite agrária buscou impedir o acesso dos camponeses à propriedade da terra e com isso garantir mão de obra para suas fazendas(...). É nesse contexto que a construção do território de Narcisa é realizada, a partir da fuga do cativo e da formação do quilombo, os negros apropriaram-se das terras de Narcisa, e nesta terra fizeram roças, construíram suas moradas e casas de forno para beneficiamento da mandioca, resistiram a diversos e contínuos assédios de capitães do mato, de tropas do governo e a toda série de perseguições empreendidas com objetivo de destruir o quilombo. A fuga para as matas e o posterior retorno para reconstruir o quilombo era uma das estratégias de resistência dos negros, que somado ao trabalho na terra, e a comercialização do excedente dos frutos deste trabalho foram os fatores determinantes para construção e manutenção do território de Narcisa ¹⁴.

A partir do estabelecimento do território de Narcisa o relacionamento com outros povos tanto os indígenas do Alto Rio Guamá quanto os nordestinos se intensificaram e também geraram conflitos com relação a terra ocupada pelos quilombolas quanto pelos nordestinos como afirma Petrônio.

O segundo trecho da entrevista é ainda mais elucidativo do impacto negativo causado pelas chamadas frentes de expansão estimuladas e atualizadas pelos governos militares, sobretudo, a partir da década de 1970. Segundo Domingos Lucas dos Santos, áreas utilizadas há décadas pela comunidade, foram invadidas por colonos vindos do Ceará com apoio do poder público também local. O quilombola cita o prefeito Manoel Apolônio¹⁵ que de fato foi o terceiro prefeito a governar o município de Capitão Poço e, conforme o relato, prestou apoio à entrada e fixação de colonos nas terras onde desde o século XIX era ocupada e utilizada pela comunidade ¹⁵.

Com isso percebemos que o contato entre colonos nordestinos e quilombolas e também indígenas nem sempre foram muito amistosos, pois existia a disputa territorial e afirmação de identidade por esses grupos, principalmente quando remete ao pioneirismo regional, sendo que esse contato foi fomentado pelas elites políticas regional o que causou ainda mais a exclusão desses povos (indígenas e quilombolas) e a autoafirmação de pioneiros da cidade de Capitão Poço por parte dos nordestinos. Os discursos de que os quilombolas da Narcisa não entram na história do “pioneirismo” também é tratado por outros autores como afirma Conceição Sodré.

¹⁴ PETRÔNIO, Medeiros. Quilombo de Narcisa: Territorialidade, Limites de Respeito e Narrativas de Expropriação. Belém: Mestrando em antropologia pela UFPA-PPGCS, 2010.

¹⁵ Cf. PETRÔNIO, Medeiros. 2010. Op., cit., p.06.



Os negros de Narcisa não estavam em isolamento e tão pouco sozinhos na então Vila de Capitão Poço, porém, a história oficial, exalta a colonização do lugar por “pioneiros” nordestinos e “camuflam” ou ignoram a ocupação realizada pelos negros de Narcisa desde meados da segunda metade do século XIX¹⁶.

A importância dos negros quilombolas no processo de colonização da região do Alto Rio Guamá é muito importante, pois os mesmos participaram ativamente do comércio realizado entre indígenas, nordestinos e colonos paraenses já estabelecidos às margens do rio Guamá.

Embora os quilombolas do Narcisa tenham participado do desenvolvimento da região que corresponde à cidade de Capitão Poço, os mesmos foram ignorados junto com os indígenas do Alto Rio Guamá do “pioneirismo” da região pelos colonos nordestinos que chegam à região na metade do século XX.

Esses discursos por parte dos nordestinos que “apagam” de certa forma esses outros povos da história de Capitão Poço é entendida na medida em que se tem a necessidade de autoafirmação na criação de uma identidade local exaltando os nordestinos como “pioneiros” já que os mesmos consideravam que o desenvolvimento econômico tenha ocorrido a partir da chegada dos mesmos, os discursos iam de encontro com as propagandas que valorizava o migrante, mediante as políticas de valorização os migrantes nordestinos acabam que se auto afirmando no pioneirismo local como afirma Natália Araújo de Oliveira.

Era recorrente a necessidade de autoafirmação em ser pioneiro e ser importante não só para Nova Xavantina, mas para o país, já que eles eram construtores da nação, segundo a posição que Getúlio Vargas propagava¹⁷.

Mesmo a autora tratando da cidade de Nova Xavantina é possível fazer uma analogia já que o período que ocorre o pioneirismo na cidade do Mato Grosso a partir da metade do século XX, quando se começa a ter também a chegada dos nordestinos à região do Alto Rio Guamá, e essa vinda também era motivado por incentivos das políticas da região.

Os discursos e as memórias dos migrantes com relação à chegada dos mesmos ao Alto Rio Guamá são vangloriados, pois os nordestinos se veem como fundadores da cidade de Capitão Poço, pois estiveram participando diretamente da colonização da região. Como a apropriação das terras foram realizadas em sua maioria por colonos nordestinos pobres as

¹⁶ SODRÉ, Raimunda Conceição. **“AQUI É UMA PARENTESA SÓ”: Conjugalidade, Gênero e Identidade na Comunidade Quilombola de Narcisa – Capitão Poço/PA**. 2015. 217f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Universidade Federal do Amazonas, 2015.

¹⁷ OLIVEIRA, Natália Araújo. Mitos de Origem e Memória Coletiva: Um estudo de grupos que migraram a partir de políticas oficiais de colonização para uma cidade legal brasileira. Pós, ano 2013. v.12, p.267-297.



estratégias utilizadas a fim de coloca-los em marcha transformaram migrantes pobres em heróis nacionais, resultando mitos coletivos que tentam se sobrepuser na memória coletiva da cidade ¹⁸.

As entrevistas realizadas com os migrantes nordestinos possibilitaram perceber a necessidade de autoafirmação de ser “pioneira” da cidade de Capitão Poço, essa necessidade advém de garantir respeito e delimitar um espaço onde está sendo construídos os discursos, nesse caso as memórias dos migrantes são de suma importância para se perceber como ocorreu esse processo de colonização como cita Natália Oliveira.

A história de vida é importante por que “os sujeitos, ao recordarem, lembram individualmente, mas suas lembranças estão carregadas de experiências sociais compartilhadas por outros sujeitos, uma vez que a vivência, ainda que individual é, sobretudo, uma experiência social”¹⁹

Com isso a importância dos discursos e da memória por esses migrantes que vivenciaram esse processo de colonização e de suma importância, pois, demarca a necessidade de se construir dentro de uma sociedade que está sendo formada, não como simples retirantes, mas como “donos” do lugar que ajudaram a desenvolver, mesmo que inviabilize outros agentes que possuem a mesma importância na construção desse lugar como os indígenas e quilombolas.

Embora os indígenas e os quilombolas tenham participado e participam nos dias atuais do comércio e da história da cidade de Capitão Poço eles foram negligenciados de certa forma, tanto por parte dos discursos dos migrantes nordestinos que colocaram esses povos as margens da construção da identidade local da cidade, quanto por alguns autores que seja por falta de recursos ou informações, não se preocuparam ou não se atentaram para a importância dos indígenas e quilombolas para o fortalecimento da identidade de Capitão Poço, que nos dias atuais é sempre vista como uma cidade de nordestinos.

Essa construção de uma historiografia que buscou apenas evidenciar apenas parte dos grupos que compunham a cidade de Capitão Poço, como forma de referenciar a construção historiográfica capaz de contribuir para o desenho dos contornos que se queria definir para a cidade, sobretudo, para o delineamento de uma identidade local, pautada nas memórias dos migrantes nordestinos²⁰.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹⁸ Cf. OLIVEIRA, Natália. 2013. Op., cit., p.268.

¹⁹ Cf. OLIVEIRA, Natália. 2003. Op., cit., p. 271. Apud. COUTO, 2003, p.418.

²⁰ FRAGA, Maurício Alves Maria. O elogio da colonização: os “pioneiros”, a história de Coronel Vivida e construção de uma narrativa memorialístico/historiográfica no sudoeste paranaense. **Rev. Tempo, Espaço e Linguagem (TEL)**, v. 2 nº 2 p. 27-44 mai./ago. 2011 ISSN 2177-6644



O processo de migração nordestina que ocorre na região do Alto Rio Guamá, fez parte de um processo de colonização previsto para a área desde 1945 quando se tem a criação da RIARG, envolvendo diferentes povos como, indígenas, quilombolas e famílias paraenses estabelecidas nas proximidades.

Esse processo resultou de uma série de transformações tanto cultural quanto social, visto que as populações residentes tiveram suas culturas transformadas pelo plano de desenvolvimento pensado pelas elites da época. Isso resultou de um avanço no capitalismo agrário nessa região, obrigando a pessoas adentrarem sempre mais a procura de novas terras, havendo um grande conflito interno entre posseiros, indígenas e quilombolas que lutam até hoje pela garantia de seus direitos.

Porém não deixamos de lembrar que embora os migrantes nordestinos tenham tido um papel de suma importância nas transformações do Alto Rio Guamá a partir de meados do século XX, principalmente no âmbito agrário, o mesmo possui suas memórias e discursos pautados no pioneirismo da cidade de Capitão Poço afins de se auto afirmarem, na região do Alto Rio Guamá.

Embora desde o século XVIII já possuíam núcleos populacionais como os indígenas e os negros quilombolas do Narcisa a partir do século XIX, que participaram ativamente do processo de colonização e desenvolvimento da região e que muitas vezes não aparece nos discursos locais, mas que sem eles a colonização não teria sido a mesma, já que as políticas de colonização para a região envolvia diretamente esses povos que já habitavam a região muito antes de os nordestinos chegarem.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Sara. **Os Tembés de Guamá: Processo de construção da cultura e identidade Tembés**. 1996. 231f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

ACEVEDO, Rosa; PONTES, Tereza. Evolução das Estruturas Camponesas e da Agricultura nas Antilhas-Guiana. Pontos de Comparação com a Região Nordeste do Pará-Brasil. **Paper do NAEA**, Belém, n.27, p.1-24, nov. 1994

CARVALHO, Ébio Alves. **A História da Educação em Capitão Poço**. Belém: QI Propaganda e Marketing Ltda, 2002.

FRAGA, Maurício Alves Maria. O elogio da colonização: os “pioneiros”, a história de Coronel Vivida e construção de uma narrativa memorialístico/historiográfica no sudoeste paraense. **Rev. Tempo, Espaço e Linguagem (TEL)**, v. 2 nº 2 p. 27-44 mai./ago. 2011 ISSN 2177-6644



FIGUEIREDO, Denilma Santos. **Senhora Donas das Vilas de Bragança e de Ourém nos Oitocentos**. 2012. 124f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas) Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, 2012.

HURLEY, Jorge. Viagem à aldeia dos Tembés, Alto Rio Guamá. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**. Belém, v. 3, p. 283-291. Out. 1920.

LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes Cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)**. 2010. 346f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010

SOUSA, Álvaro Gomes. **Migração Nordestina: Práticas e Comércio de Produtos Agrícolas em Capitão Poço (PA) entre 1950 a 1985**. 2017, 73f. Monografia (Graduação em História), Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará, 2017.

PETIT, Pere. **Chão de Promessas: elites e transformações econômicas no estado do Pará pos-1964**. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PENTEADO, Antonio Rocha. **Problemas de Colonização e de Uso da Terra na Região Bragantina do Estado do Pará**. Belém: Universidade Federal do Pará, v. 1, 1967.

PETRÔNIO, Medeiros. Quilombo de Narcisa: Territorialidade, Limites de Respeito e Narrativas de Expropriação. Belém: Mestrando em antropologia pela UFPA-PPGCS, 2010

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SODRÉ, Raimunda Conceição. **“AQUI É UMA PARENTESA SÓ”: Conjugalidade, Gênero e Identidade na Comunidade Quilombola de Narcisa – Capitão Poço/PA**. 2015. 217f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Universidade Federal do Amazonas, 2015.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. A Formação Territorial do Espaço Paraense: dos fortes à criação dos municípios. **Revista ACTA Geográfica**, Ano II, Belém. v. 3, p. 59-83, Jan/Jun. de 2008.

WAGLEY, Charles; GALVÃO, Eduardo (Orgs.). **Os Índios Tenetehara, Uma Cultura em Transição**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1949.

**GT 08 – Migração, mobilidade e deslocamentos: exclusão social, diferenças culturais e ação política.****MIGRAÇÃO BOLIVIANA: A MÃO DE OBRA NOS SERINGAIS DO RIO MADEIRA (1860-1912)**

Paula de Souza Rosa (Universidade Federal do Pará)¹
E-mail: paulinha_srtcd@hotmail.com

RESUMO

Durante o I Ciclo da Borracha a região do rio Madeira sofreu um duplo processo de ocupação. O baixo rio Madeira foi ocupado predominantemente por indivíduos provenientes do Pará e Amazonas, já o médio e alto Madeira por proprietários e mão de obra procedente das várias partes da Bolívia, principalmente indígenas dos antigos aldeamentos jesuíticos de Mojos e Chiquitos. Portanto, afirmamos que a partir de 1860 a migração boliviana para as margens do Madeira se fez tão intensa que levou o engenheiro Júlio Pinkas, quando ali esteve em 1883, a afirmar que “*a não ser a bandeira auriverde que tremula na popa do navio, poder-se-hia julgar em território boliviano*”. Tal viagem ocorreu mais de uma década após a assinatura do Tratado de Ayacucho, que tornou toda a extensão do rio Madeira pertencente ao então Império do Brasil, visto que anteriormente a margem esquerda até seu ponto médio pertencia a República da Bolívia. A questão que surge é: se mesmo após a assinatura do Tratado de Ayacucho a migração boliviana para o rio Madeira continuou intensa, quais foram os mecanismos que permitiram a redução do fluxo migratório e transformou essa região efetivamente em território brasileiro? E a quem estes mecanismos, seja brasileiro ou boliviano, atendiam e como estes afetaram o mundo do trabalho na bacia do rio Madeira?

Palavras-chave: Migração, Bolivianos, Rio Madeira, Mundo do Trabalho

1. INTRODUÇÃO

Estes seringueiros levam a vida de fazendeiros ricos ou aristocratas rurais, cercados — à moda de barões medievais — por serviçais indígenas e suas famílias. Gozam de crédito no Pará, em troca da borracha que de Santo Antônio para lá remetem, e seus correspondentes estão sempre prontos a lhes enviar qualquer mercadoria que desejem para conforto ou luxo. [...] Essa vida patriarcal é esplêndida, em muitos aspectos. Tais homens são senhores absolutos de seus peões. Para eles são os melhores produtos da terra, a melhor caça e o pescado mais fino. Criam algum gado e plantam alguma coisa, mas só para atender ao consumo local. [...] **Arauz, Oyola e**

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA), Bacharel e Licenciatura em História pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), integrante do Grupo de Pesquisa População, Família e Migração na Amazônia – RUMA.



Mercado de fato controlavam todo o comércio no Alto Madeira por uma extensão de mais de trezentos quilômetros.²

No período que compreende o I Ciclo da Borracha (1850-1912) a região do rio Madeira sofreu um duplo processo de ocupação. O baixo rio Madeira foi ocupado predominantemente por indivíduos provenientes do Pará e Amazonas, já o médio e alto Madeira por proprietários e mão de obra procedente das várias partes da Bolívia, principalmente indígenas dos antigos aldeamentos jesuíticos de Mojos e Chiquitos. A passagem acima faz menção a *Don* Ignácio Arauz, *Don* Pastor Oyola e *Don* Santos Mercado, bolivianos considerados como o triunvirato que monopolizava o comércio de borracha por dezenas de quilômetros no rio Madeira.

Tendo em vista as fontes consultadas percebemos que a partir da década de 1860 diversos padrões bolivianos se encontravam explorando seringa no rio Madeira³, sendo esta rota preferível mesmo antes da perda do acesso ao mar do Pacífico para o Chile (1883), pois o comércio do Oriente Boliviano encontrava melhor caminho pelos rios Guaporé, Mamoré, Madeira e Amazonas até o oceano Atlântico, já que esta era a melhor forma de escoar a produção das Terras Baixas bolivianas. Assim, supomos que nos momentos iniciais dada a ocupação da margem esquerda do Madeira, pertencente à Bolívia até a assinatura do Tratado de Ayacucho (1867), e a facilidade de comunicação quanto mais próximo do Amazonas esses empresários situassem seus seringais mais fácil seria o escoamento da produção.

Segundo Keller⁴, que esteve no rio Madeira em 1867, houve uma grande corrente migratória de bolivianos para o Brasil, mesmo com o descontentamento da República da Bolívia. Keller⁵ mencionou o ponto médio do Madeira, na região acima do Crato, onde cerca de dez ou doze seringueiros bolivianos, cada um deles trabalhando com vinte ou trinta índios de Mojos, extraíam a goma elástica. Edward Mathews estimou que do Beni saíram cerca de mil homens por ano durante a década de 1862 a 1872 para a exploração da

² CRAIG, Neville B. **Estrada de Ferro Madeira Mamoré: história trágica de uma expedição**. São Paulo: Nacional, [1878] 1947, p. 223.

³ FONSECA, João Severiano da. 1880. **Viagem ao Redor do Brasil (1875-1878)**. 2 vols. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & c., 1880. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242429>; CRAIG, 1947; MACCHETI, Jesualdo. **Diario del viaje fluvial del padre fray Jesualdo Maccheti, misionero del Colegio de la Paz, desde San Buenaventura y Reyes hasta el Atlántico en 1869**. La Paz: Impr. de El Siglo Industrial, 1886. Disponível em: <https://hdl.handle.net/2027/uc1.b2798088>; entre outros.

⁴ KELLER, Franz. **The Amazon and Madeira river: sketches and descriptions from the note-book of an explorer**. New edition with sixty-eight illustrations on wood. Philadelphia: J. B. Lippincott & Co., 1874, p. 36. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227325>

⁵ Idem, p. 40.



borracha e navegação do rio Madeira⁶. Se levarmos em consideração que somente o comerciante e proprietário boliviano *Don Antonio Chaves* dispunha, em seu seringal *Juma*, de mais de 200 homens aos seus serviços⁷ não é exagero afirmar que havia no rio Madeira uma população de milhares de bolivianos, principalmente indígenas dos antigos aldeamentos de Mojos e Chiquitos.

Ora, se a região do médio e alto rio Madeira foi ocupada por proprietários e mão de obra proveniente das várias partes da Bolívia, quais foram os mecanismos que permitiram a redução do fluxo migratório boliviano e que transformou essa região efetivamente em “território” brasileiro, ou seja, espaço de poder socialmente construído? E a quem estes mecanismos, seja brasileiro ou boliviano, atendiam e como estes afetaram o mundo do trabalho na bacia do rio Madeira? Estas são as questões que nos propomos responder no decorrer do trabalho. Para isso faremos uso do aparato técnico-conceitual de Edward Palmer Thompson, em especial a obra *Senhores e Caçadores*⁸.

1. O TRATADO DE AYACUCHO E NOVOS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO

O Império do Brasil herdou dos Tratados firmados entre Portugal e Espanha as indefinições fronteiriças, entre elas, a fronteira Madeira/Guaporé, o que resultou numa dupla posse do rio Madeira. Com o início da segunda metade do século XIX e a evolução da tecnologia industrial, a borracha passou a gerar consideráveis receitas e se tornou o principal produto de exportação da Amazônia, provocando um avanço sobre territórios ainda fronteiriços o que exigiu a formulação de novas estratégias de controle das pessoas e dos recursos naturais para atender uma demanda exterior a região amazônica.

O rio Madeira, por ser uma região rica em seringais, passou a ser explorado em dois sentidos: o baixo Madeira por tapuios e caboclos provenientes do Pará e Amazonas, e após 1877 por nordestinos em razão da seca, já o alto Madeira por indígenas procedentes das diversas partes da Bolívia. Tornou-se, portanto, um espaço de coexistência de diferentes indivíduos e temporalidades. Espaço em disputa não apenas pelos bens que produzia, mas principalmente por ser uma importante rota fluvial, o que tornou imprescindível a delimitação da fronteira do rio Madeira, ou mais propriamente a quem pertencia os direitos de navegação e posse da região até então compartilhada pelo Brasil e Bolívia.

⁶ MATHEWS, Edward. **Up the Amazon and Madeira Rivers, though Bolivian and Peru**. London Sampson Low Marston, Searle & Rivington, 1879, p.132.

⁷ COMISSÃO DE ESTUDOS DA ESTRADA DE FERRO DO MADEIRA E MAMORÉ. **Do Rio de Janeiro ao Amazonas e Alto Madeira itinerário e trabalhos da Comissão de Estudos da Estrada de Ferro do Madeira e Mamoré, impressões de viagem por um dos membros da mesma comissão**. Rio de Janeiro: Soares & Niemeyer, 1883, p. 82.

⁸ THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e caçadores: a origem da lei negra**. Paz e Terra, 1987.



A navegação a vapor na Amazônia ilustra bem a importância que a região passou a ter no cenário internacional, visto que, além de diminuir consideravelmente o tempo de viagem entre um e outro ponto da hileia Amazônica foi motivo de conflitos entre o Brasil e países fronteiriços, que pressionaram o governo imperial para a abertura da navegação do rio Amazonas às empresas estrangeiras. A Bolívia e o Peru foram as nações vizinhas que mais pressão fizeram para a abertura da navegação dos rios da Amazônia. O decreto boliviano de 27 de janeiro de 1853 declarou livre a navegação e ao comércio estrangeiro os afluentes e a parte superior do Madeira, até desembocar no mar. O decreto enfatizou que nenhuma nação poderia atribuir-se soberania exclusiva sobre o Amazonas, em franca crítica à política brasileira de navegação fluvial⁹. Esse objetivo foi alcançado em parte com o Tratado de Ayacucho, celebrado entre o Brasil e a Bolívia, que concedeu aos navios da República da Bolívia à navegação, desde que sob a bandeira boliviana, de todos os rios navegáveis, que correndo o território brasileiro desembocariam no Oceano.

Entretanto, mesmo com a ascensão da borracha no mercado internacional e os interesses internacionais na Amazônia se tornassem cada vez mais intensos, o governo imperial só iria ceder às pressões para abertura da navegação no rio Amazonas a todas as nações em 1866. Alegando no decorrer deste tempo que a população da Província do Amazonas era composta em sua maioria de índios, logo, ocorria um escasso consumo de produtos, sendo, portanto, dispensável o comércio direto com os produtores, enfatizando que a livre navegação ainda não era oportuna¹⁰.

Com o franco interesse das duas nações na região do rio Madeira e a indefinição fronteiriça, iniciou os problemas diplomáticos advindos da dupla ocupação do território. Em 28 de junho de 1864 o governo imperial enviou a Bolívia uma nota a respeito da existência de duas colônias bolivianas fundadas por um missionário na margem direita do rio Mamoré, antes da confluência com o Beni, sendo denominadas Achá e Loras. A República boliviana informou não ter conhecimento acerca do assunto, mas que na possibilidade de tal existência seria pedido aos colonos a retirada do território¹¹. Ainda nesta legação, o

⁹ BRASIL. **Relatório da Repartição dos Negocios Estrangeiros apresentado á Assembleia geral legislativa na segunda sessão da nona legislatura pelo respectivo ministro e secretário de estado Antonio Paulino Limpo de Abreu.** Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1854, Anexo A-G, p. 6. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/rela%C3%A7oes_exteriores

¹⁰ BRASIL. **Relatório da Repartição dos Negocios Estrangeiros apresentado á Assembleia geral legislativa na terceira sessão da nona legislatura pelo respectivo ministro e secretário de estado Visconde de Abaeté.** Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1855, Anexo A-F, p. 28.

¹¹ BRASIL. **Relatório da Repartição dos Negocios Estrangeiros apresentado á Assembleia geral legislativa na terceira sessão da decima-segunda legislatura pelo respectivo ministro e secretário de estado João Pedro Dias Vieira.** Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865, Anexo A-N1, p. 210-212. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/rela%C3%A7oes_exteriores



representante do governo boliviano manifesta interesse em definir as fronteiras dos dois países:

O meu governo [...] deseja também que chegue a ocasião de estabelecerem-se e fixarem-se pacificamente os limites dos dous Estados naquelles pontos em que há ainda duvida, porque então cessarao as queixas e questões que se dão entre os moradores próximos às duas fronteiras [...].¹²

Em novembro do mesmo ano, 1864, o governo imperial avisa a presidência da província do Mato Grosso acerca da fundação de uma colônia de bolivianos no lugar denominado Ribeirão, deixando claro as preocupações acerca da ocupação por bolivianos de território brasileiro no alto Madeira¹³. Logo após esses incidentes a instalação de um destacamento militar brasileiro na margem esquerda da cachoeira de Santo Antonio preocupou as autoridades bolivianas e as discussões acerca da posse do território do rio Madeira adentraram em um período mais intenso. Ambos os governos começaram a recorrer aos antigos tratados, numa tentativa de delimitar e legitimar a posse do território. Quintino Quevedo alegou em nome da República da Bolívia o direito de posse do território onde foi instalado o destacamento militar, pois:

Conhecida e incontestável é a linha divisória de ambos os Estados nesse lugar, onde, depois de seguir o curso do Guaporé ou Itenez e o do Madeira termina para a Bolivia depois da cachoeira Santo Antonio, e ainda que se discuta sobre o ponto preciso da demarcação, este em todo o caso vai além da cachoeira, e chega até á praia do Tamanduá, e talvez com mais acerto até um igarapé, chamado Yabary situado entre Tamanduá e o Crato, dizem assim as tradições de ambos os Estados [...].¹⁴

Quintino Quevedo relatou também a informação recebida através dos nativos e estrangeiros de que o comandante do destacamento militar recebeu ordens para ocupar toda a costa do lado da Bolívia, sob as vistas da política imperial. Em resposta ao prefeito do departamento do Beni, em 26 de fevereiro de 1865, o Presidente da Província do Amazonas, Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, deixou claro o interesse do governo imperial em legitimar a posse sobre a região do alto Madeira ao discorrer acerca da incerta fronteira entre os dois países:

¹² Idem, p. 211.

¹³ Idem, p. 213.

¹⁴ Idem, p. 214.



[...] peço todavia permissão a V. Ex. para observar que a linha divisória dessa Republica com o Imperio, no ponto em questão, longe de ser conhecida e incontestável, como V. Ex. dá por averiguado, é incerta e indecisa, mesmo debaixo do ponto de vista dos antigos tratados entre Portugal e Hespanha, pois que dependeu sempre e ainda depende do conhecimento exacto de distancias que nunca até hoje forão convenientemente determinadas. [...] Assim, pois, quer n'um, que n'outro tractado, ficou indeterminado o ponto limítrofe dos dous territórios.¹⁵

Com a instalação de um corpo oficial que representava o Estado e marcava sua presença na região o governo imperial tinha por interesse utilizar como base de legitimação o critério do *uti possidetis*, ou seja, acabava por nacionalizar o espaço em disputa alegando o fato de que a Bolívia nunca ocupou efetivamente o território:

Seja porque a meia distancia indicada nos tractados para servir de limite aos dous paizes pelo lado do Madeira deixasse realmente para o domínio de Portugal, e depois para o do Brasil, as vizinhanças da cachoeira S. Antonio, seja porque a Bolívia nunca exercesse actos de posse nesse sitio extremamente longínquo, o pouco accessivel aos seus naturaes por virtude da perigosa travessia das cachoeiras, é certo em todo o caso que as suas autoridades jamais contestarão ou de qualquer modo procurarão impedir o livre e não interrompido exercício da jurisdicção e soberania do Brasil no terreno da presente controvérsia,, terreno este que até faz parte de um districto de subdelegacia policial.¹⁶

Vale dizer que, apesar da Bolívia nunca ter realizados atos oficiais de posse do território, ou seja, a instalação de um órgão que marcasse a presença do Estado na região, esta foi ocupada em sua maioria por uma população procedente das várias partes da Bolívia. Contudo, com o avançar da demanda pela goma elástica os interesses econômicos e políticos não permitiriam que este território se mantivesse em poder daquele país.

Com o início da guerra do Paraguai a fronteira oriental se tornou um ponto vital a ser resolvido para a Bolívia. No entanto, devido a complicada construção de seu Estado Nacional, com uma organização política sustentada pelo caudilhismo, impediu a República boliviana de ampliar o poder governamental por todo o seu território, o que prejudicou as negociações para delimitação da fronteira. O governo imperial, tanto por seus interesses junto a região do Prata, quanto pelo temor de uma adesão da Bolívia a guerra contra o Brasil, e também pelas possibilidades econômicas da região procurou delimitar a fronteira

¹⁵ Idem, p. 215.

¹⁶ Idem, p. 215-216.



oeste e garantir a soberania sobre o território. Segundo Xavier um ponto importante da ocupação das fronteiras foi que a fronteira oeste do Brasil contava com uma organização política regional estruturada mesmo com baixa densidade demográfica. Já no lado boliviano, *“a situação era mais complicada, uma vez que a Bolívia havia se desenvolvido na direção do Pacífico, em detrimento de uma ocupação mais efetiva de sua fronteira leste”*¹⁷.

Assim, em 23 de novembro de 1867 foi assinado o Tratado de Ayacucho, consolidado em decorrência dos interesses políticos, administrativos, estratégicos e econômicos na região. Teve por princípio o *uti possidetis* que garantiu ao Brasil a soberania sobre toda a extensão do rio Madeira e região. Vale salientar que grande parte dos artigos do Tratado de Ayacucho dispôs acerca da navegação, garantindo os principais interesses da Bolívia nas negociações, ou seja, o estabelecimento de uma concessão para o livre comércio e navegação nos rios que correm o território brasileiro e desembocam no Oceano. Além disto, o artigo 8 do Tratado dita que:

Art. 8º A navegação do Madeira, da cachoeira de Santo Antonio para cima, só será permitida às duas altas partes contrastantes, ainda quando o Brasil abra o dito rio até esse ponto a terceiros nações. Todavia os subditos destas terceiros nações gozarão da faculdade de carregar suas mercadorias nas embarcações brasileiras ou bolivianas empregadas nesse commercio.¹⁸

Desta forma ficou restrito a Bolívia e ao Brasil a navegação do alto Madeira, uma região rica em seringais, ocasionando a presença maciça de bolivianos acima das cachoeiras, apesar disto, entre os maiores seringalistas do rio Madeira encontrava-se muitos bolivianos influentes na política, economia e comércio regional. Destaque para o sr. Ignácio Arauz, vice-cônsul da Bolívia e proprietário de inúmeros seringais no rio Madeira, encarregado pelo engenheiro chefe da primeira tentativa de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, Edward Mathews, da abertura da picada entre o ponto inicial e o ponto final da futura ferrovia¹⁹. Não poderíamos deixar de fora a empresa Suarez Hermanos, que apesar do fato de a maior parte de seus seringais estarem situados na Bolívia, acabou por se tornar a maior empresa de exploração gumífera da Amazônia, estendendo sua influência por toda a

¹⁷ XAVIER, Lidia de Oliveira. **Fronteira Oeste Brasileira: entre o contraste e a integração**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, 2006, p. 12.

¹⁸ DECRETO Nº 4.280, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1868. **CLIB – Coleção de Leis do Império do Brasil de 1868**, Vol. 1, Parte. II, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1868, p. 586.

¹⁹ AMAZONAS. **Falla dirigida à Assembléa Provincial do Amasonas na primeira sessão da 12.a legislatura em 25 de março de 1874 pelo Presidente da Provincia, bacharel Domingos Monteiro Peixoto**. Manáos, Typ. do Commercio do Amasonas, 1874, p. 58.



bacia do rio Madeira tendo possuído um grande depósito comercial em Santo Antonio do Rio Madeira.

As preocupações das autoridades brasileiras acerca da fronteira Brasil/Bolívia no rio Madeira deviam-se não apenas a importância desta região como produtora de goma elástica, mas também pela intensa ocupação de bolivianos que mesmo após a assinatura do Tratado de Ayacucho:

A exploração dos seringais [...] tem também atraído a cidadão bolivianos, que ali se estabelecem do mesmo modo por que vem fazerem-nos os naturais do país, isto é, por ocupação das terras ainda não exploradas ou por compra das que já começaram a sê-lo. Cumpre notar que muitos desses estabelecimentos existem já no rio Madeira, especialmente na cachoeira de Santo Antonio, abaixo da mesa cachoeira, e alguns deles importantes pelo número de índios da mesa nacionalidade que emprega na extração e preparação de borracha, e mesmo em alguma cultura.²⁰

O Relatório de Presidente de Província expõe as preocupações das autoridades brasileiras frente a intensa ocupação do território e controle do comércio por bolivianos assentados às margens do Madeira. Tal temor não era infundado pois o engenheiro Júlio Pinkas, quando ali esteve em 1883 em uma das tentativas frustradas de construção da Estrada de Ferro Madeira e Mamoré, afirmou que

À proporção que se avança no rio Madeira, principalmente depois de deixada a villa de Manicoré, perde-se pouco a pouco o elemento brasileiro, representados por empregados públicos ou cidadãos qualificados, correctamente mettidos na inevitável e anti-hygiene sobrecasaca preta, chapéu de copa alta e calça branca; o idioma hespanhol predomina e a não ser a bandeira auriverde que tremula na pôpa do navio, poder-se-hia julgar em território boliviano.²¹

Alguns dos mecanismos políticos de controle sobre o território foram a criação da câmara de Manicoré e Borba (1877), a criação da Comarca do rio Madeira (1878), o estabelecimento de uma comissão específica de demarcação de terras (1874), ou seja, a instalação de todo um aparato institucional que redefiniu o controle social sobre o vale do

²⁰ BENJAMIN, Feliciano Antonio. **Relatorio apresentado ao exm. sr. Dr. Presidente da Provincia Domingos Monteiro Peixoto, pelo Engenheiro bacharel Feliciano Antonio Benjamin, membro da Comissão de fiscalisação da estrada de ferro do Madeira e Mamoré e de medição e demarcação de terras no Rio Madeira, actualmente encarregado da mesma comissão.** Manaus: Typographia do Commercio do Amasonas, 1874, p. 164.

²¹ PINKAS, Julio. O Alto Madeira. In: **Boletim da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro.** Tomo III, n. 4, 1887, p. 272.



Madeira. Ora, somente no ano de 1870 das 142 concessões em toda a província do Amazonas, 63 concessões de terras foram para o rio Madeira²². Ademais os anos iniciais da exploração gumífera provocou um avanço sobre as terras de uso comum, as populações ali existentes desde o período colonial passaram a ser impedidas de explorar os recursos naturais do território, conseqüentemente esse duplo avanço sobre a terra, seja de tapuios e caboclos provenientes do alto Amazonas e do Pará ou por bolivianos avançando sobre alto e médio Madeira, tornou a região um lugar de disputa pelo direito a posse e uso dos recursos naturais²³.

Ley de Enganches

Somado as ações das autoridades brasileira, a exploração do rio Beni (1880-1881) empregada por Edwin R. Heath ocasionou na descoberta de sua confluência com o Mamoré, abrindo a rota fluvial até o rio Madeira, e provocou o redimensionamento dos interesses bolivianos para o território do Beni e a exploração da goma elástica em detrimento da exploração da quina²⁴. Em consequência passou a haver por parte das autoridades bolivianas a tentativa de manter a os indígenas dos antigos aldeamentos em território nacional para exploração das áreas gumíferas do Beni. Durante toda a década de 1880 houve uma série de denúncias contra os prefeitos do Beni por facilitarem o *enganche* de indígenas dos povoados da região. Uma das denúncias foi feita por Daniel Suárez sócio, juntamente com seus irmãos, da empresa Suárez & Hermanos, segundo Daniel Suárez os *pueblos* do Beni se encontravam despovoados devido ao traslado forçado de indígenas, principalmente homens. Ainda nesta denúncia dizia que *enganchadores* assaltavam a mão armada os povoados conduzindo a força os índios para o trabalho nos seringais do rio Madeira²⁵.

Na tentativa de frear o intenso traslado de indígenas para território brasileiro, o governo da Bolívia promulgou uma série de leis, entre elas a lei de 24 de novembro de 1883, que assinalou uma sucessão de medidas para proteção dos indígenas. Contudo, apenas estas medidas não interromperam o fluxo migratório, pois em 1895 José Manuel

²² MATTOS, João Wilkens de. **Relatório lido pelo exm.osr. presidente da província do Amazonas na sessão d'abertura da Assembléa Legislativa Provincial á 25 de março de 1870**. Manaus: Typ. do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes, 1870, p. 41.

²³ LEAL, Davi Avelino. **Direitos e processos diferenciados de territorialização: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no Rio Madeira (1861-1932)**. 2013. 276 f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

²⁴ A quina (*cascarilla*) era um produto utilizado como medicamento no tratamento da malária, muito explorada no Oriente Boliviano entre 1840 e 1870, quando da inviabilidade da produção com a queda dos preços no mercado internacional.

²⁵ SUÁREZ, Daniel. **Manifiesto del Ex-Prefecto del Beni ante la opinión pública**. Trinidad, Imp. de Francisco Suárez y Hnos, 1887. Disponível em: Harvard University, Collection Development Department, Widener Library, HCL. Link: <http://nrs.harvard.edu/urn-3:FHCL:114726>



Pando denunciou a compra e venda de indígenas no Beni²⁶. Após as denúncias feitas pelo chefe da *Delegación Nacional*, os governos da Bolívia e Brasil incluíram em 1896 um novo artigo no Tratado de 25 de março de 1867, este referente ao deslocamento de trabalhadores de um território à outro:

ARTIGO 37° As Republicas dos Estados Unidos do Brazil e da Bolivia obrigam-se respectivamente a não permitir de modo algum que os indígenas sejam arrebatados e conduzidos do território de uma para o de outra nação; e os que forem levados deste modo violento serão immediatamente restituídos às respectivas autoridades da fronteira, logo que forem reclamados.²⁷

Neste mesmo ano o governo boliviano promulgou a lei de 16 de novembro de 1896, conhecida como *Ley de Enganches*²⁸, que proibiu desde que forçado ou por engano o enganche dos indígenas bolivianos para atividades ou empresas de quaisquer naturezas situadas fora da República. Meses depois, o Decreto de 25 de fevereiro de 1897²⁹, regulamentava a *Ley de Enganches* e em seu artigo 21 proibiu o recrutamento de trabalhadores para quaisquer atividades fora da República, ambas as leis assinadas no mandato de Severo Fernandez Alonso, o então Presidente da República da Bolívia. Podemos concluir que o traslado de bolivianos para o rio Madeira foi intenso até o final do século XIX, já que houve a necessidade de adoção de inúmeras medidas para impedir a extensiva migração de bolivianos para o rio Madeira.

Edward Palmer Thompson através de sua obra *Senhores e Caçadores* nos permitiu compreender os mecanismos legais criados para controlar o acesso e usufruto dos recursos naturais. Thompson estudou as origens da lei negra na Inglaterra do século XVIII e através de análises de casos localizados remontou a estrutura judiciária e todo o aparato do Estado Britânico no século XVIII, em suma, o autor aponta a lei como uma arena de conflitos. Entretanto, a lei em sua origem atende a demandas e interesses de um determinado grupo. Os mecanismos utilizados pelos governos brasileiro e boliviano de demarcação, controle e

²⁶ PANDO, Jose Manuel. Viaje á La región de la Goma elastica (N. O. de Bolivia). Buenos Aires, **Revista Del Museo de La Plata**, vol. 6, 1895, p. 209-210.

²⁷ BRASIL. **Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo ministro de Estado das relações exteriores general de brigada Dionisio E. de Castro Cerqueira em 14 de Maio de 1897**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897, Anexo A-N1, p. 53. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/rela%C3%A7oes_exteriores

²⁸ Governo da Bolívia. **Ley de 16 de noviembre de 1896. Ley de Enganches** (recrutamento). Disponível em: <http://www.lexivox.org/norms/BO-L-18961116-5.xhtml#normText>.

²⁹ Governo da Bolívia. **Decreto de 25 de febrero de 1897. Reglamento da Ley de Enganches** (regulamento, recrutamento). Disponível em: [https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&cad=rja&uact=8&ved=0CDIQFjADahUKEwifxZaq6oLIahWDEpAKHskFACc&url=http%3A%2F%2Fwww.gacetaoficialdebolivia.gob.bo%2Fnormas%2Fd](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&cad=rja&uact=8&ved=0CDIQFjADahUKEwifxZaq6oLIahWDEpAKHskFACc&url=http%3A%2F%2Fwww.gacetaoficialdebolivia.gob.bo%2Fnormas%2Fdescargar%2F38934&usq=AFQjCNHng4o-GSpZHeT19tQ-9Rcpjk-reg)



domínio da região do rio Madeira e da mão de obra boliviana atendeu a demandas de distintos grupos em que seus interesses se articulavam entre si.

A bacia do rio Madeira, por ser uma região rica em seringais, foi intensamente disputada pelo Estado brasileiro e boliviano na segunda metade do século XIX. Ao perder para o Brasil parte de seu território, a Bolívia procurou garantir o acesso ao Oceano Atlântico através da rota Guaporé, Mamoré, Madeira e Amazonas. Ora, a via do Madeira era preferível já que a Cordilheira dos Andes tornava o escoamento de produtos muito dispendioso, desta maneira, a maior dos artigos do Tratado de Ayacucho dispôs acerca da navegação comercial pelos rios da Amazônia brasileira.

Mesmo que a partir do Tratado de Ayacucho a região do rio Madeira fosse pertencente ao Brasil, sua exploração foi efetuada principalmente por patrões originários de Santa Cruz de la Sierra e trabalhadores provenientes dos antigos aldeamentos de Mojos e Chiquitos. Desta forma, o governo brasileiro procurou controlar a posse e o uso dos recursos naturais através do processo de demarcação das terras, regulamentado pela Lei de Terras de 1850. Assim, supomos que apenas os patrões bolivianos com um grande cabedal puderam permanecer explorando seringa em território brasileiro, entre eles, *Don Santos Mercado*, *Don Antonio Chavez*, *Don Ramon Roca*, *Don Emílio Chavez*, *Don Enrique Viscarra*, *Don Faustino Abaroma*, e muitos outros. Os patrões de pequenas produções possivelmente retornaram a território boliviano já que foram perdendo espaço na disputa pela terra com aqueles que possuíam maior poder de barganha junto com os representantes da Província do Amazonas.

Em contrapartida, com a inviabilidade da exploração da quina no Oriente boliviano, muitos *cascañeros* passaram a se ocupar da produção de goma elástica, juntamente com isto, a descoberta da navegabilidade do rio Beni permitiu um maior e mais rápido escoamento da produção do Oriente boliviano, provocando a necessidade de manter na região do Beni a mão de obra para exploração dos recursos naturais. Mão de obra essa que há décadas migrava compulsoriamente para a bacia do rio Madeira. Desta maneira, foi necessário que as autoridades bolivianas, atendendo as demandas de um grupo de patrões do Oriente Boliviano, criassem mecanismos que coibisse o traslado dos indígenas para território brasileiro, desta maneira, foi criada uma série de leis que limitava o deslocamento de trabalhadores para fora do território nacional da Bolívia.

Em consonância com as determinações do governo boliviano, a Amazônia brasileira passou a receber um grande fluxo de nordestinos, principalmente cearenses, contudo, esse fluxo migratório de cearenses chega ao rio Madeira com mais intensidade, sobrepunando a



migração boliviana, somente a partir da década de 1890, quando das *leys de enganches* promulgadas na Bolívia. Tais afirmações não são feitas sem nenhum respaldo, a partir da análise dos Livros 1, 2 e 3 de Casamentos da Paróquia de Humaitá³⁰ compreendendo o período de 1877 a 1907, percebemos que grande parte dos casamentos realizados na região do alto rio Madeira era de súditos bolivianos, e que os nordestinos (cearenses) começaram a aparecer com grande frequência a partir de 1890. Ora, a população boliviana que permaneceu na região do rio Madeira foi se casando com brasileiros, de forma que seus filhos nascidos em território brasileiro eram brasileiros. Para melhor ilustrar nossas afirmações, segue abaixo o registro de casamento de Miguel Gouveia e Maria Salomé:

Aos dezessete dias do mês de Fevereiro do anno de mil oitocentos e noventa e sete, sendo com dia, nesta Igreja Parochial de Humaythá, Bispado do Amazonas, em tudo habilitados segundo o direito e sem impedimento algum, compareceram em minha presença os contrahintes Miguel Gouveia e Maria Salomé, elle solteiro, industrial de trinta annos de idade, natural do Ceará, [...] ella de vinte e oito annos de idade, natural da Bolívia e viúva [...] ambos moradores desta freguesia [...].³¹

Concluimos que as articulações e mecanismos dos governos brasileiro e boliviano, atendendo a demanda de segmentos da população possibilitou a redução do fluxo migratório de mão de obra boliviana e intensificou a de nordestinos o que reconfigurou o mundo do trabalho na região e transformou a bacia do rio Madeira efetivamente em “território” brasileiro, ou seja, espaço socialmente construído.

REFERENCIAS

AMAZONAS. Falla dirigida à Assembléa Provincial do Amasonas na primeira sessão da 12.a legislatura em 25 de março de 1874 pelo Presidente da Provincia, bacharel Domingos Monteiro Peixoto. Manáos, Typ. do Commercio do Amasonas, 1874.

Arquivo Paroquial de Humaitá. **1º livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá** (04/02/1877 a 10/04/1888).

Arquivo Paroquial de Humaitá. **2º livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá** (20/07/1889 a 25/01/1896)

³⁰ Arquivo Paroquial de Humaitá. **1º livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá** (04/02/1877 a 10/04/1888); Arquivo Paroquial de Humaitá. **2º livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá** (20/07/1889 a 25/01/1896); Arquivo Paroquial de Humaitá. **3º livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá** (05/01/1896 a 26/05/1907).

³¹ Arquivo Paroquial de Humaitá. **3º livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá** (05/01/1896 a 26/05/1907), Folha 96, Número 75.



Arquivo Paroquial de Humaitá. **3º livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá** (05/01/1896 a 26/05/1907).

BENJAMIN, Feliciano Antonio. **Relatorio apresentado ao exm. sr. Dr. Presidente da Provincia Domingos Monteiro Peixoto, pelo Engenheiro bacharel Feliciano Antonio Benjamin, membro da Comissão de fiscalização da estrada de ferro do Madeira e Mamoré e de medição e demarcação de terras no Rio Madeira, actualmente encarregado da mesma comissão.** Manaus: Typographia do Commercio do Amasonas, 1874.

BRASIL. **Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo ministro de Estado das relações exteriores general de brigada Dionisio E. de Castro Cerqueira em 14 de Maio de 1897.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897, Anexo A-N1. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/rela%C3%A7oes_exteriores

BRASIL. **Relatorio da Repartição dos Negocios Estrangeiros apresentado á Assembleia geral legislativa na segunda sessão da nona legislatura pelo respectivo ministro e secretário de estado Antonio Paulino Limpo de Abreu.** Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1854, Anexo A-G. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/rela%C3%A7oes_exteriores

BRASIL. **Relatorio da Repartição dos Negocios Estrangeiros apresentado á Assembleia geral legislativa na terceira sessão da nona legislatura pelo respectivo ministro e secretário de estado Visconde de Abaeté.** Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1855, Anexo A-F.

BRASIL. **Relatorio da Repartição dos Negocios Estrangeiros apresentado á Assembleia geral legislativa na terceira sessão da decima-segunda legislatura pelo respectivo ministro e secretário de estado João Pedro Dias Vieira.** Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865, Anexo A-N1. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/rela%C3%A7oes_exteriores

CLIB – **Coleção de Leis do Império do Brasil de 1868**, Vol. 1, Parte. II, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1868.

COMISSÃO DE ESTUDOS DA ESTRADA DE FERRO DO MADEIRA E MAMORÉ. **Do Rio de Janeiro ao Amazonas e Alto Madeira itinerario e trabalhos da Comissão de Estudos da Estrada de Ferro do Madeira e Mamoré, impressões de viagem por um dos membros da mesma comissão.** Rio de Janeiro: Soares & Niemeyer, 1883.



CRAIG, Neville B. **Estrada de Ferro Madeira Mamoré: história trágica de uma expedição**. São Paulo: Nacional, [1878] 1947.

FONSECA, Dante Ribeiro. A navegação a vapor no rio Amazonas: a abertura do Amazonas à navegação internacional e o 'monopólio' de Mauá. *Jornal Eletrônico: Gente de Opinião*, 25 fev. 2016.

FONSECA, João Severiano da. 1880. **Viagem ao Redor do Brasil (1875-1878)**. 2 vols. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & c., 1880. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242429>

Governo da Bolívia. **Decreto de 25 de febrero de 1897. Reglamento da Ley de Enganches** (reglamento, recrutamento). Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&cad=rja&uact=8&ved=0CDIQFjADahUKEwifxZaq6oLIAhWDEpAKHSkFACc&url=http%3A%2F%2Fwww.gacet.aoficialdebolivia.gob.bo%2Fnormas%2Fdescargar%2F38934&usq=AFQjCNHng4o-GSpZHeTI9tQ-9Rcpjk-reg>

Governo da Bolívia. **Ley de 16 de noviembre de 1896. Ley de Enganches** (recrutamento). Disponível em: <http://www.lexivox.org/norms/BO-L-18961116-5.xhtml#normText>.

KELLER, Franz. **The Amazon and Madeira river: sketches and descriptions from the notebook of an explorer**. New edition with sixty-eight illustrations on wood. Philadelphia: J. B. Lippincott & Co., 1874. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227325>

LEAL, Davi Avelino. **Direitos e processos diferenciados de territorialização: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no Rio Madeira (1861-1932)**. 2013. 276 f. Tese (Doutorado em Sociedade Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

MACCHETI, Jesualdo. **Diario del viaje fluvial del padre fray Jesualdo Maccheti, misionero del Colegio de la Paz, desde San Buenaventura y Reyes hasta el Atlántico en 1869**. La Paz: Impr. de El Siglo Industrial, 1886. Disponível em: <https://hdl.handle.net/2027/uc1.b2798088>

MATHEWS, Edward. **Up the Amazon and Madeira Rivers, though Bolivian and Peru**. London Sampson Low Marston, Searle & Rivington, 1879.

MATTOS, João Wilkens de. **Relatorio lido pelo exm.osr. presidente da provincia do Amazonas na sessão d'abertura da Assembléa Legislativa Provincial á 25 de março de 1870**. Manaus: Typ. do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes, 1870.



PANDO, Jose Manuel. Viaje á La región de la Goma elastica (N. O. de Bolivia). Buenos Aires, **Revista Del Museo de La Plata**, vol. 6, 1895.

PINKAS, Julio. O Alto Madeira. In: **Boletim da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro**. Tomo III, n. 4, 1887.

SUÁREZ, Daniel. **Manifiesto del Ex-Prefecto del Beni ante la opinión pública**. Trinidad, Imp. de Francisco Suárez y Hnos, 1887. Disponível em: Harvard University, Collection Development Department, Widener Library, HCL. Link: <http://nrs.harvard.edu/urn-3:FHCL:114726>

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e caçadores: a origem da lei negra**. Paz e Terra, 1987.

XAVIER, Lidia de Oliveira. **Fronteira Oeste Brasileira: entre o contraste e a integração**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, 2006.



CENTRO DE EVENTOS BENEDITO NUNES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - BELÉM-PARÁ-BRASIL

GT 08 - Migração, mobilidade e deslocamentos: exclusão social, diferenças culturais e ação política

DA COMUNIDADE INDÍGENA PARA BOA VISTA: MEMÓRIAS DOS JOVENS INDÍGENAS NO DESLOCAMENTO EM RORAIMA

Leonice Ferreira Morais (Universidade Federal de Roraima)¹

leonice_morais@yahoo.com.br

Marisa Barbosa Araújo (Universidade Federal de Roraima)²

marisa.barbosa.araujo@gmail.com

RESUMO

Este trabalho versa sobre o deslocamento de jovens indígenas de suas comunidades para a cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima. A revisão de literatura indica que a busca por educação representa um importante motivador da vinda de indígenas para um núcleo urbano, dessa forma, o estudo tem como objetivo geral, compreender o lugar e o significado da educação no projeto de vida dos jovens indígenas que se deslocam para Boa Vista. O principal método empregado é a narrativa autobiográfica. A principal categoria abordada até o momento é o deslocamento, especialmente no que tange as suas características e motivações identificadas até este estágio preliminar da pesquisa.

Palavras-chave: Jovens indígenas, Deslocamento, Educação escolar, Narrativas

1. INTRODUÇÃO

Neste texto faço uma análise acerca das experiências de quatro jovens indígenas que se deslocaram para a cidade de Boa Vista com o intuito de estudar, entre os anos de 2015 e 2016. Guiada pelas narrativas destes jovens, tento desnudar o processo de deslocamento de cada um deles. Importante ressaltar aqui o que quero dizer quando uso a expressão processo de deslocamento. Esta categoria deslocamento é aqui empregada para abordar analiticamente o movimento de saída da comunidade de origem de cada um dos interlocutores rumo à capital do estado de Roraima. Vale também ressaltar a perspectiva

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Antropologia, UFRR, Brasil.

² Doutora em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas; professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Roraima; orientadora do trabalho.



processual de análise deste fenômeno, que abarca desde a decisão para o deslocamento - incluindo as diferentes motivações e atores envolvidos, perpassando pelas diversas possibilidades para a sua efetivação, até as condições de permanência no destino escolhido. Processos de deslocamentos envolvem a agência dos sujeitos (ORTNER, 2006) e envolvem projetos, vinculados às motivações, escolhas, estratégias, contextos sociais específicos, redes de relações disponíveis, expectativas e significados atribuídos à vida na cidade e à educação escolar.

Utilizo a narrativa autobiográfica como método de pesquisa e, por meio dela, tento compreender a trajetória de alguns jovens indígenas e os significados que estes atribuem à educação escolar no processo de deslocamento de suas comunidades para a cidade de Boa Vista. É pertinente ressaltar que os primeiros estudos que atribuíram à memória a sua dimensão coletiva foram realizados por Maurice Halbwachs (1968). O autor evidenciou que possuímos simultaneamente uma memória individual e uma memória coletiva, o que representou uma significativa contribuição para os estudos antropológicos. Halbwachs (1968) chamou a atenção para o fato de que o indivíduo está sempre inserido em algum grupo e, para o autor, “a vivência em vários grupos desde a infância estaria na base da formação de uma memória autobiográfica, pessoal” (HALBWACHS, 1968, p. 57).

A biografia e autobiografia como técnica de pesquisa antropológica foi problematizada por Suely Kofes (2015) em seu artigo “Narrativas biográficas: que tipo de antropologia isso pode ser?”. Acerca da relação entre biografia e narração, Kofes resalta que “o nexos entre oralidade, escrita e visualidade, as interconexões do ato biográfico, retendo evocações e informações entre real (pessoa) e ficção (personagem), remetem ao estatuto ambíguo do fazer biográfico nas ciências humanas”. (KOFES, 2015, p.37). Ainda na análise de Kofes, a narrativa biográfica se encontra com a etnografia por marcarem para a antropologia a experiência da alteridade,

ambas orientadas em sua atenção aos contextos de relações, às concepções, por uma atitude que não procura encaixar o objeto em categorias externas, mas extrair as construções com as quais operam os agentes em seus campos semânticos próprios. (KOFES, 2015, p.37).

A contribuição de Kofes (2015) para esta pesquisa é, principalmente, embasar a o uso da narrativa autobiográfica como técnica de pesquisa antropológica, pois depreende-se das ideias da autora que, embora a autobiografia seja construída sobre histórias de vida e experiências individuais, é legítima uma interpretação antropológica das perspectivas sociais destas mesmas histórias e experiências.

Este paper encontra-se dividido em três partes: na primeira, de forma sucinta, apresento os jovens, interlocutores; na segunda parte, apresento uma análise a partir das



primeiras observações realizadas acerca das características do deslocamento e, por fim, exponho os projetos dos jovens que, segundo eles, motivaram o deslocamento. Ressalto que. Cabe também destacar que.

2. OS JOVENS INTERLOCUTORES

Aqui apresento uma breve descrição de quatro jovens indígenas que se deslocaram para Boa Vista recentemente. Início com Sérgio³, ele tem 20 anos, é da etnia Macuxi⁴. Nasceu e cresceu na comunidade Raposa, município de Normandia, sua língua materna é o português, porém, aprendeu a falar um pouco de Macuxi com sua avó. Ele sempre estudou na comunidade indígena, onde concluiu o Ensino Médio no ano de 2014. Só depois, em 2015, se deslocou para Boa Vista com a intenção de avançar nos estudos. Ele mora com uma tia no bairro União e trabalha ajudando uma outra tia no bairro Jardim Caranã, a Dona Lêda. Trabalham com artesanato, fazem panelas de barro.

Rebeca tem 16 anos, é uma jovem também da etnia Macuxi, da comunidade Reforma, também do município de Normandia. Rebeca não fala Macuxi, apenas português. Ela é prima do Sérgio, mora com a avó, Dona Lêda, no Jardim Caranã. Cursa atualmente o primeiro ano do Ensino Médio, em horário integral, na Escola Estadual Ana Libória. Estudou na comunidade indígena até o sexto ano e, mesmo havendo as séries seguintes na comunidade, optou por vir estudar na capital, onde chegou no ano de 2014.

Daniel tem 16 anos, ele não tem certeza sobre sua etnia, acha que é Macuxi ou Wapichana⁵. É a comunidade Olho D'água, também município de Normandia. Mora com sua avó no bairro Caranã. Cursa o nono ano do Ensino Fundamental na Escola Estadual Jesus Nazareno, no horário matutino. Estudou na comunidade indígena até o sétimo ano. Assim como Rebeca, só fala português e, mesmo havendo as séries seguintes na comunidade, optou em vir estudar na capital, onde chegou no ano de 2016.

³ Foram atribuídos nomes fictícios aos jovens e a todos os demais sujeitos mencionados no texto.

⁴ Povo de filiação linguística Karíb, habitam a região das Guianas, entre as cabeceiras dos rios Branco e Rupununi, território atualmente partilhado entre o Brasil e a Guiana. Em 2004, a população macuxi no Brasil era estimada em torno de 19 mil pessoas e cerca de metade dessa cifra era encontrada na vizinha Guiana, ocupando áreas de campo e de serras no extremo norte do estado de Roraima e o norte do distrito guianense de Rupununi.

⁵ Os Wapichana são uma população total de cerca de 13 mil indivíduos, habitando o interflúvio dos rios Branco e Rupununi, na fronteira entre o Brasil e a Guiana, e constituem a maior população de falantes de Aruak no norte-amazônico.



Felipe tem 15 anos, é da etnia Ye'kuana⁶, da comunidade de Kuratanha, município de Amajari. Mora há mais de um ano com um casal não indígena que conheceu por meio de seu tio. Felipe não compreende muito bem a língua portuguesa, sua língua materna é da família Karibe. Felipe cursa o nono ano do Ensino Fundamental na Escola Estadual Monteiro Lobato, no horário vespertino. Segundo Felipe, a escola da sua comunidade não oferece a série que ele está cursando aqui em Boa Vista.

Uma característica comum entre eles é que todos são bastante focados em seus objetivos, têm muita vontade de se formar. Quando perguntei a Daniel sobre voltar a viver na comunidade, ele enfaticamente respondeu: *Eu prometi pra mim mesmo que eu saio daqui só quando eu tiver um emprego*⁷. Quando conversávamos sobre dedicação aos estudos, Sérgio disse: *até uns tempos atrás eu tava estudando até umas três horas, duas e meia por aí, chega ficava com sono né. Aí... não, deixa aí que amanhã eu vou... olhava o relógio, era umas duas e meia, aí... não, eu tenho tempo amanhã pra mim estudar. Eu ficava, chegava amanhã a mesma coisa, uma hora por aí*. Rebeca reiterou as palavras de seu primo Sérgio, dizendo: *pra gente chegar lá tem que estudar muito*.

3. CARACTERÍSTICAS DO DESLOCAMENTO: ALGUMAS OBSERVAÇÕES

Neste tópico, apresento aproximações acerca das primeiras características observadas no processo de deslocamento dos jovens indígenas recém mencionados. A revisão de literatura me levou ao trabalho de Mariana Paladino (2006) que pesquisou as trajetórias sociais, escolarização e experiência urbana entre “jovens” indígenas ticuna⁸ no Amazonas. Reporto-me ao trabalho desta autora para traçar um paralelo com os dados por mim coletados e assim, concretizar o propósito de evidenciar as características observadas.

Paladino (2006) investigou, dentre outras coisas, as trajetórias escolares e motivações para o deslocamento para a cidade. Aqui, destaco três características do deslocamento entre os Ticuna observados pela autora: primeiro, os Ticuna em deslocamento, em sua maioria, não dispunham de outras opções de estudo em suas comunidades, pois as escolas existentes não atendiam à demanda. Segundo, é traço comum entre os Ticuna, que eles realizam vários deslocamentos ao longo de sua trajetória

⁶ Povo de língua da família Karib, também conhecidos no Brasil como Maiongong. No Brasil, a população ye'kuana, em 2000, girava em torno de 430 pessoas. A maior parte desta etnia vive em território venezuelano, onde sua população chega a 4.800 pessoas.

⁷ A fonte em itálico é utilizada ao longo do texto para indicar *ipsis litteris* as falas dos jovens

⁸ Grupo que habita na Amazônia a região do Alto Solimões, em terras do Peru, da Colômbia e do Brasil, e que abrange hoje, somente no Brasil, 33 mil indivíduos distribuídos em 129 aldeias, a maioria delas localizada à margem esquerda do rio Solimões e em rios tributários. (PALADINO, 2006, p. 7)



escolar e, terceiro, há a presença de vários agentes que desempenham papel relevante no deslocamento do jovem Ticuna, são eles:

“parentes” e “colegas” que informam, apresentam, introduzem; “patrões” ou, em outros casos, diferentes intermediários, como “lideranças de organizações”, “funcionários da FUNAI”, “padres” (católicos), “pastores” e “professores” (tanto da cidade quanto da aldeia), supondo a inserção dos atores em variadas redes de relações (de parentesco, de compadrio, de amizade, políticas, clientelistas). (PALADINO, 2006, p.113)

As duas primeiras características mencionadas diferem bastante do que tenho percebido em minha pesquisa aqui em Boa Vista. No primeiro caso, enquanto os jovens Ticuna não dispunham de outras opções de estudo em suas comunidades os jovens em deslocamento em Roraima optam em estudar na capital mesmo quando a série em curso é oferecida na comunidade. Na segunda situação, ao passo que os Ticuna realizam vários deslocamentos ao longo de sua trajetória escolar, os jovens com os quais tive contato - embora já tivessem vindo antes para Boa Vista com a finalidade de *passar as férias, resolver problemas*, visitar os parentes ou cuidar da saúde – vivem atualmente a primeira experiência de sair da comunidade com a finalidade de estudar. No que tange aos agentes envolvidos que desempenham papel importante no processo de deslocamento, encontramos algumas similaridades. Até o momento ficou evidenciado que todos os interlocutores contaram com esse tipo de apoio. Sérgio teve a figura do médico como incentivador do seu deslocamento, Felipe tem no Raimundo apoio quanto à hospedagem e todos contam com familiares mais próximos em sua rede de relações.

Ao analisar o trabalho de Paladino (2006) verifiquei diversas questões interessantes como as que seguem: apesar do deslocamento para a cidade com fins de estudo ser em muitos casos um fenômeno individual, o projeto é coletivo, ou seja, fica explícito que o deslocamento do jovem Ticuna atende a uma expectativa tanto da família quanto do grupo étnico e, para a efetivação deste projeto, o grupo de parentesco está sempre presente, seja outorgando um suporte direto (em alimentos e/ou dinheiro), seja um suporte indireto (integrando-os a vínculos e a redes que lhes facilitarão a moradia na cidade). Tenho constatado que tanto o deslocamento quanto o projeto de estudar e se formar na cidade apresentam-se como individual, porém, os jovens também recebem o suporte de parentes, especialmente no que tange ao sustento e moradia na cidade.

Fica claro também no trabalho de Paladino (2006), que os jovens em deslocamento são, em sua maioria, filhos de lideranças indígenas, ou seja, filhos de capitães, professores, agentes de saúde e vereadores. A autora, porém, não deixou de observar que nos últimos



anos começa a ocorrer o deslocamento de alguns jovens que apenas são filhos de agricultores e com poucos vínculos com a cidade. Dentre os indígenas meus interlocutores, apenas o Felipe é parente próximo de uma liderança indígena: seu avô é o tuxaua da comunidade. Os demais são filhos de agricultores e, tal qual na pesquisa de Paladino (2006), com poucos vínculos com a cidade.

4. PROJETOS: MOTIVAÇÕES PARA O DESLOCAMENTO

Neste item, foco em narrativas que a meu ver indicam possíveis motivações para que os jovens empreendessem um processo de deslocamento para a cidade, ciente de que este processo é um fenômeno complexo com motivações diversas.

Ao longo dos nossos encontros, os jovens explicitaram alguns projetos que motivaram o deslocamento marcando seu protagonismo e agência na decisão de *vir para a cidade*. Ortner (2006) distingue dois tipos de agência, embora reconheça que ambas encontram-se inter-relacionadas e articuladas. A primeira forma é a agência de poder que envolve tanto a dominação quanto a resistência. A segunda forma é a agência de projetos, que “tem a ver com pessoas que nutrem desejos de ir além de suas próprias estruturas de vida, inclusive – o que é muito central – de suas próprias estruturas de desigualdade” (ORTNER, 2006, p.68). A agência no sentido de perseguir projetos é enfocada constantemente ao longo deste trabalho, na medida em que tento verificar a habilidade dos sujeitos pesquisados de manterem sua agência “tentando sustentar seus próprios projetos culturalmente constituídos” (ORTNER, 2006, p.68). Sobre isso, apresento a seguir, algumas narrativas.

Em conversa com Sérgio sobre suas motivações, ele diz: *eu via a necessidade da nossa família também né, não tinha como, então pensava não vou me formar vou sair daqui assim quando eu tiver oportunidade para me desenvolver mais que assim só a minha mãe que trabalha e só o salário dela para sustentar toda a família aí ficava meio difícil aí eu já pensava assim também vou estudar para eu poder ajudar minha família pensava assim né vou sair daqui para não ficar o tempo todo debaixo da saia da minha mãe, também quero ajudar.*

No caso do Sérgio havia um sonho, mas faltava, segundo ele, a oportunidade que, quando surgiu foi aproveitada. O jovem narra o seguinte: *eu vim assim porque apareceu essa oportunidade de vir, aí eu aproveitei.* A oportunidade a que Sérgio se refere foi o incentivo e convite de um médico indígena nascido na comunidade. Em suas palavras, Sérgio diz: *A notícia chegou em casa: - o doutor Miguel vai vir aí, saiu daqui pra estudar pra*



lá e chegou, veio fazer uma confraternização. – Não, eu vou lá então, vou ver como é que foi o trabalho dele, como é que ele vai falar.

Nessa fala do médico, ficou acertado um apoio aos alunos que quisessem estudar na cidade. Com este propósito, um professor da comunidade escolheu os melhores alunos do terceiro ano do ensino médio e os indicou ao médico para virem estudar em Boa Vista. Dois alunos foram indicados, Sérgio e um amigo. Nesta primeira vinda, a permanência de Sérgio em Boa Vista durou apenas uma semana: *A gente ia receber uma bolsa né. Aí o curso era R\$280,00 e nossa bolsa era R\$240,00 aí num adiantava nada a gente ficar aí (...)* tinha R\$ 40,00 reais em cima ainda e ninguém tinha de onde tirar. Sérgio conta que ficou um tempo no interior até que recebeu um convite, que proporcionou um novo movimento de vinda para a capital: seu primo o convidou a retornar, ele aceitou e desde 2015 está em Boa Vista.

No caso de Daniel, percebe-se que o que motivou seu deslocamento foi a vontade de mudar suas próprias atitudes cotidianas, *por que lá eu tava lá só queria sempre uns forrozim por aí, aí era tipo desses que não queria saber de estudo (...) tenho que mudar, eu lá por que todo dia tinha, quase todo dia tinha, os caras convidavam eu ia também.* Ele explica que na comunidade chegou a ficar reprovado por dois anos *eu lá em uma semana, deixa eu ver, em uma semana ia só um dia pra escola e o resto ficava por aí.* Por esse motivo, aproveitou o convite de sua avó e veio morar com ela em Boa Vista.

Sérgio, Daniel e Rebeca revelaram que têm sonhos e projetos de futuro definidos há muito tempo. Sobre isso, verifiquei que há diferentes situações que influenciaram a construção dos seus projetos relativos à profissão. Sérgio, ao falar de perspectiva de futuro revela que quer *trabalhar na área da saúde*, mais especificamente, deseja ser médico e num futuro um pouco mais distante, realizar um outro sonho que é ter *uma fazenda né, ter as coisas, plantação.* Sua vocação para a área da saúde parece ter origem na convivência próxima com o trabalho de sua mãe. Ela é agente de saúde e, no posto médico da comunidade, ela agrega outras funções que, a meu ver, deveriam ser desempenhadas pelo menos por um técnico em enfermagem. Sérgio revelou que gostava de assistir sua mãe trabalhando, diz ele: *eu olhava também a mãe lá, no interior, aí toda vez ia deixar [ela] no posto, aí quando ia, deixava ela sempre chegava uma pessoa lá assim cortado, acidentado, aí olhava não, bora lá, aí mãe vou com a senhora, - não fica ai. Aí, - não mãe vou lá com a senhora pra ver como é que é, aí tá eu olhava como é que ela fazia e... rapaz dava vontade de pegar pra fazer lá também.* Entendo que ele também recebeu influência do médico que o convidou para vir a Boa Vista pois, refere-se a ele como um exemplo de sucesso.

Daniel me contou que deseja *ser do BOPE um dia.* Segundo ele, a origem do seu projeto encontra-se no fato dele gostar de armas. *Eu vou lá pra fazenda da minha mãe eu*



pego aqueles, como é...? Ar comprimido, não tem? Fico gastando as latinhas lá, atirando aí eu pensei assim: vou ser... quero ser do BOPE um dia mano, no meu futuro. Alguns dos desejos relativos a um projeto de futuro ligado à escolarização diz respeito a experiências vivenciadas em um passado recente. Rebeca contou-me que deseja estudar direito penal e explica: Apesar de tudo que tenho passado aí eu vi que isso que eu queria, entendeu? Ajudar, poder ajudar também a sociedade a defender os direitos. Já o Felipe deseja ser técnico em enfermagem.

É também comum, o projeto de retornar à comunidade após formados e *ajudar a comunidade* por meio da formação adquirida aqui. Sérgio explica: *Eu quero ajudar a comunidade, por que hoje em dia é... as coisas vão, vão, como é que diz?... É... como é que diz? Vão piorando cada vez mais né, num vão ficando aquela mesma coisa porque as pessoas mais velhas dizem que lá não tinha doença, não tinha esses remédios né num tinha essas coisas não, era tudo natural. O povo ficava doente curava pela, pela... mas era difícil ficar doente lá. Agora a gente vê a maioria já tem doença, tá acontecendo mais diabetes, essas coisas assim. Já Daniel, explica que há um posto policial na comunidade da Placa, que fica próxima a Olho D'água que é sua comunidade de origem, diz ele que, quando passar num concurso da polícia quer trabalhar neste posto. A exceção é Rebeca que saiu da comunidade aos treze anos e planeja permanecer na cidade e, quando considera a possibilidade de voltar, diz que *eu volto pra comunidade mas eu acho que eu não moraria assim entendeu lá com meus familiares, acho que eu ia morar na minha casa.**

Ficou claro, em diferentes momentos, que o deslocamento para a cidade foi uma decisão individual protagonizada pelos próprios jovens, o que nos remete novamente à teoria de Sherry Ortner (2006). Para ela, a ação do agente acontece dentro de uma determinada estrutura, esse agente se encontra permanentemente envolvido na "multiplicidade de relações sociais em que estão enredados e jamais podendo agir fora dela (...) praticamente impossível imaginar-se que o agente é livre ou que é um indivíduo que age sem restrições" (ORTNER, 2006, p.47). A estrutura na qual Daniel está inserido apresentava como restrição ao seu deslocamento, a discordância de seu pai e irmãs e o apego aos seus colegas. Daniel me contou que eles não apoiaram sua vinda para Boa Vista. Diz ele: *Foi uma decisão minha mesmo, por que assim, eu tava tipo um, um curuminzim que as pessoas olhava assim: parece que esse menino é meio... tava tipo... sei lá como, tava virando sei lá o que mano, aí eu parei, teve uma vez que eu fiquei sozinho lá, aí eu fiquei pensando lá: não, essa vida não é pra mim não, vou ver se eu levo minha vida lá com minha avó, aí eu vim pra cá. Daniel explica que seus pais não o apoiaram por que *eles sabiam que eu era assim... aí eles falaram, não se tu for pra lá tu vai virar é bandido, num sei o que, encheram minha cabeça aí eu falei: tão errado mano eu vou mudar. Dizia que aqui que eu não ia**



passar mesmo que eu tava, só pensava de besteira, aí eu botei na minha cabeça que eu ia mudar aí eu mudei, aí eu amostrei pra eles que eu passei esse ano, amostrei pra eles e hoje eles vêem uma pessoa bacana em mim lá assim. Ele admite que não foi uma decisão fácil pois *tinha os colegas*, no entanto, destaca seu protagonismo ao dizer: *foi uma decisão minha mesmo quando decido uma coisa eu faço mesmo.*

Sérgio explica que a decisão do deslocamento partiu dele próprio. Afirma que desde sempre preparou seus pais para esse momento. Diz que sempre recebeu apoio do seu pai. Cita que *Ele só falava: se tu quiser o teu sonho tem que correr atrás.* Quanto a sua mãe, declara que foi um pouco mais difícil: *a mãe já por outro lado também [dizia]: não, eu não quero ver meus filhos longe de mim,* apesar disso, segundo o Sérgio, ela não impunha qualquer empecilho. Já no caso do Sérgio que contava com o apoio direto do seu pai e indireto da sua mãe, a restrição que se impunha era de caráter econômico. Sérgio narra que seu pai falava o seguinte: eu não tenho condições de ajudar, se eu pudesse eu te ajudava, te mandava para lá ficar assim te mantendo lá.

Rebeca também se declara protagonista de sua decisão de deslocar-se: *eu passei por momentos de dificuldade, bastante problemas entendeu? Com a família. Então, foi uma decisão minha vir pra cá.* Assim, podemos pensar que somente o Felipe atribui seu deslocamento para a cidade como fruto de uma decisão familiar. Seu avô, que é tuxaua da comunidade, seu tio que mora aqui em Boa Vista e principalmente sua mãe foram os responsáveis pelo seu deslocamento para Boa Vista. dessa forma, ao contrário dos outros jovens, que marcam sempre o seu protagonismo na decisão de *vir para a cidade*, ele não toma para si a agência de tal decisão, No entanto, já na cidade há uma ano e meio, Felipe afirma com convicção que, embora diante da iminência da oferta do ensino médio em sua comunidade, ele deseja permanecer estudando em Boa Vista.

Assim, as narrativas revelam que esses jovens possuem projetos de futuro que perpassam a demanda pela educação escolar. No entanto, evidenciam também que eles se encontravam inseridos num contexto de relações sociais permeadas por conflitos, em suas comunidades de origem. Dessa forma, embora a busca por educação escolar surja como motor que impulsiona o deslocamento para a cidade, a análise destas narrativas demonstra que uma diversidade de outros fatores contribui e possibilita os deslocamentos.



REFERÊNCIAS

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro Editora, 2015. [1968].

KOFES, Suely. Narrativas biográficas: que tipo de antropologia isso pode ser? In: Kofes, Suely. MANICA, Daniela. (Org). **Vida e grafias**: narrativas antropológicas, entre biografia e etnografia, 1 ed. Rio de Janeiro: Lamparina e FAPERJ, 2015. 412p.

ORTNER, Sherry, **Poder e projetos**: Reflexões sobre a agência. Reunião Brasileira de Antropologia – Blumenau: Nova Letra, 2007.

PALADINO, Mariana. **Estudar e experimentar na cidade**: trajetórias sociais, escolarização e experiência urbana entre “jovens” indígenas ticuna, Amazonas. 2006. 352p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

Povos Indígenas do Brasil. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt>. Acesso em 08 agosto 2017.

**GT 08 – Migração, Mobilidade e Deslocamentos: Exclusão Social, Diferenças Culturais e Ação Política.****TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA E LEGALIDADE: OS CONFLITOS
ETNICIDADE E RESISTÊNCIA NA AMAZÔNIA TOCANTINA-PA**Vera Lúcia de Cristo Lobato (UEPA)¹veracrislobato@gmail.comWaldma Maíra Menezes de Oliveira (UFPA)²waldmamaira@hotmail.comLuiz Augusto Pinheiro Leal (UFPA)³sou.amazonia@gmail.com**RESUMO**

Este trabalho objetiva problematizar questões legais e territoriais étnicas na Amazônia paraense considerando fatores de aceitação, negação e resistência quilombola relativas às concessões de terra pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA), na região do Baixo Tocantins. Discutimos a territorialidade quilombola, em seus processos de formação histórica, a partir dos autores: Almeida (2011); Brasil (1988); Cunha (2012); e Pinto (2007). Assim, a metodologia de pesquisa se baseou no uso da História Oral Thompson (2002) e, associados a questões éticas da pesquisa dialogamos com Teixeira e Oliveira (2010). Podemos compreender, a partir dos resultados da pesquisa, que a legalização territorial quilombola amazônica perpassa por entraves de ordem categorial, seletores étnicos que não compreendem as especificidades regionais e comunitárias, o não reconhecimento dos sinais diacríticos quilombolas, e também do não reconhecimento das lutas e resistências étnico/territoriais ocorrentes na região do Baixo Tocantins. A padronização inferida pelo ITERPA, quando do mapeamento, avaliação territorial e oficialização, dificultam e embargam a liberação de titulação e reconhecimento das comunidades quilombolas. Existem, em média, 11 comunidades quilombolas na região Tocantina, segundo Pinto (2007). Apenas 3 hoje têm seu território reconhecido pelo órgão responsável. Assim se corrobora a exclusão legal de várias comunidades quilombolas, no que diz respeito ao direito a sua terra, e na invisibilização de suas reivindicações perante processos legais. Entretanto, as comunidades não tituladas, quilombolas por autoafirmação, seguem os processos de resistências, principalmente pela valorização da identidade negra em uma região onde o latifúndio impera e coopera para exclusão territorial legal de realidades comunitárias tradicionais.

Palavras-chave: Territorialidade Quilombola; Legalidade; Exclusão e Resistência.

1. INTRODUÇÃO

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação-UEPA. Especialista em História Afro-brasileira e Indígena – UFPA/CUNTINS/2016. Licenciada em História pela mesma instituição, 2016. É pesquisadora do Grupo de Estudos Surdos da Amazônia Tocantina (GESAT), e do Núcleo Popular Paulo Freire (NEP) na linha de Educação Especial.

² Mestra em Educação/UEPA-2015, Especialista em Língua Brasileira de Sinais pela Faculdade Montenegro (2012) e Licenciada em Pedagogia/UEPA-2011. Atualmente é professora de Libras na Universidade Federal do Pará-CUNTINS/FECAMPO e coordena o Grupo de Estudos Surdos da Amazônia Tocantina/GESAT.

³ Doutor em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia (2011), mestre em História Social pela UFBA (2002), especialista em Teoria Antropológica pela Universidade Federal do Pará (1998) e graduado em História pela UFPA (1997). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Pará - CUNTINS/PPGEDUC e coordena o Grupo de Pesquisa História em Campo/GHISCAM.



A tarefa de fundamentar teoricamente a atribuição de uma identidade quilombola a um grupo e, por extensão, garantir – ainda que formalmente – o seu acesso à terra trouxe à tona necessidade de redimensionar o próprio conceito de quilombo, a fim de abarcar a gama variada de situações de ocupações de terra por grupos negros e ultrapassar o binômio fuga-resistência, instaurando no pensamento corrente quando se trata de caracterizar estas conformações sociais (SCHMITT, TURATTI, CARVALHO, 2002, p. 1-2).

A abordagem deste estudo se propõe a problematizar os usos da legalidade em relação às concessões de titulação para as terras quilombolas na região do Baixo Tocantins, no Estado do Pará. Considerando que a burocratização em torno da titulação passa por conflitos que não são meramente institucionais, mas denunciam perspectivas que envolvem o próprio conceito de quilombo. Tais interpretações, agregado a uma negação de direitos étnicos e identitários das comunidades negras, envolvem temas relativos a posse da terra, políticas, conflitos e crimes agrários. “Legitimar terras” e o “ser quilombola” significam validar espaços de direitos de sujeitos historicamente marginalizados cujas conquistas podem inspirar reivindicações para outros grupos sociais. Este processo evoca uma autoafirmação étnica da população negra rural - e por vezes, indígenas - agentes históricos excluídos do senso de “civilização” eurocêntrico, mas resistentes ao processo colonizador que os segregou tempo/espacial/política e culturalmente.

Temos ciência de que este tema comporta inúmeros conflitos territoriais agrários que se “justificam” desde a primeira abordagem europeia em terras ameríndias, saques de riquezas, etnocídio, genocídio e, epistemicídio. Os processos legais de concessão territorial quilombola têm como problema dorsal as raízes sociais escravocratas que contribuíram para que se cristalizasse o conceito de quilombo como que em uma caricatura, premoldada e constante.

(1) A fuga; (2) uma quantidade mínima de fugidos; (3) o isolamento geográfico em locais de difícil acesso e mais próximos de uma “natureza” selvagem que da chamada civilização; (4) moradia habitual, referida no termo “rancho”; (5) autoconsumo e capacidade de reprodução, simbolizados na imagem do pilão de arroz (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002, p. 2).

Para aprofundarmos nossa análise, buscamos compreender o conceito de *quilombo* em suas vertentes remotas, suas novas abrangências de significados e, também, os termos insurgentes, pois as vastas experiências dos grupos negros no campo não referendam apenas ao conceito de quilombo em seu sentido etimológico.

No que tange a quilombo na região do Baixo Tocantins no Pará, historicizamos as primeiras formações quilombolas, problematizamos os percalços das várias facetas de ocupações de territórios negros da região, observando a partir de dados de pesquisas já



realizadas, que aliados à nossa recente pesquisa de campo, evidenciam que a presença de quilombos em Cametá/PA coexiste junto ao viés étnico auto afirmativo.

O processo de legalização territorial quilombola reverbera curtos avanços, quase que insignificativos, se inclinando para o embargo legal das ações concessoras. Há assim, uma disparidade instável sobre os direitos territoriais de negros (as) no campo, e o atual cenário de anonimato, ambos característicos do artigo nº 68 da Constituição de 1988, que oficializa a posse das terras remanescente quilombolas.

Tais inquietações condizentes a conflitos territoriais de negros (as) no campo, incluem para além de análises das legislações específicas, análises das atuações de órgãos competentes, bem como as noções dos quilombolas sobre estes processos de legitimidades, conflitos e tardanças quanto as titulações. Neste sentido, nossa pesquisa de campo é realizada na comunidade quilombola de Boa Esperança em Cametá, Pará, Brasil. Tendo por intérprete um ancião quilombola que enfatiza os impasses burocráticos, a organização comunitária, as dificuldades na concessão de titulação bem como outras mazelas de ordem político/social vivenciadas no contexto quilombola.

Partindo destas premissas, realizamos uma pesquisa de campo no quilombo de Boa Esperança, concomitantemente é realizado um levantamento bibliográfico a discutir, também, fontes documentais (legislativas) e fontes orais posto que estas, enquanto documento, se firmam como fontes importantes para se compreender o processo histórico formativo da comunidade quilombola em questão, suas lutas por legitimidade territorial. Estas concepções serão abordadas a partir de análise sobre as políticas e os conflitos agrários enraizados no Brasil e as mazelas que envolvem a concessão de terras a territórios quilombolas.

A pesquisa também se desenvolve através do uso qualitativo de entrevista individual, semiestruturada, pois é esta que dá base e norteia a pesquisa dentro de eixos objetivos, além de admitir novas abordagens e novos questionamentos de acordo com as arguições do entrevistado (OLIVIERA; FONSECA E SANTOS, 2010). Partindo destas premissas destacamos a seguir o quadro que exemplifica o perfil do participante.

Quadro 1: perfil do sujeito da pesquisa

Nome Fictício	Idade	Condição	Comunidade Quilombola
Elias	66	Ancião comunitário	Boa Esperança-Cametá/PA

Fonte: Diário de campo LOBATO (2017).



A pesquisa de campo e as entrevistas foram realizadas em julho de 2016, estando organizada em 5 (cinco) momentos: (1) mapeamento da área; (2) apresentação formal para realizar a pesquisa; (3) observação participante; (4) entrevistas semiestruturadas; (5) análise de dados. Cabe observar que, considerando os princípios éticos da pesquisa, o participante teve sua identidade resguardada, logo será identificado por nome fictício escolhidos de maneira aleatória. Dorziat (2011) aponta que os nomes fictícios quando utilizados para a identificação de sujeitos, permitem melhor tratamento destes envolvidos na pesquisa.

Foi elucidado ao participante as intenções da pesquisa através de um Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). Este, é lido e assinado, apresenta ao sujeito da pesquisa a sua origem, os objetivos, métodos utilizados, o comprometimento e a pertinência das análises dos dados, bem como ele torna-se ciente de suas responsabilidades enquanto parte integrante dela (TEIXEIRA; OLIVIERA, 2010).

A análise de conteúdo pautou-se na categorização temática que é “uma operação de classificação de elementos em um conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (BARDIN, 2010, p. 145). Com isso, identificamos nas falas do entrevistado elementos que foram elencados como categorias temáticas, conforme o quadro a seguir:

Quadro 2: Categorização da Pesquisa

Categoria	Eixos Temáticos
Titulações territoriais quilombolas: questões étnicas e políticas.	<ul style="list-style-type: none">• Historicidade formativa de um quilombo amazônico paraense;• Burocracias estamentais para titulações de território étnico: entre discursos e aplicabilidades;

Fonte: elaboração dos autores.

Este artigo soma-se como um recorte de discussões realizadas no corpo monográfico do curso de especialização em que foram discutidas abordagens referentes à inclusão de surdo no quilombo em uma perspectiva sócioeducativa pela Universidade Federal do Pará⁴. Foi gerado e publicado recentemente em um capítulo de livro a partir dos estudos já mencionados (LEAL, LOBATO, MENEZES, 2017).

2. HISTORICIDADE DAS FORMAÇÕES DE QUILOMBOS NO BRASIL: UMA BREVE INTRODUÇÃO À QUESTÃO TERRITORIAL

⁴ O trabalho intitula-se: “Surdez e negritude: inclusão sócio/educacional em uma comunidade quilombola de Cametá – PA, pela UFPA/Campus Universitário do Tocantins-Cametá – Pará, pelo curso *Latu Sensu* em História Afro brasileira e indígena, sob orientação da Prof.^a Me. Waldma Oliveira e Prof.^o Dr.^o Augusto Leal, 2016.



Tomando um percurso histórico do processo da diáspora africana em solo brasileiro. Temos como fator primordial a escravidão efetivada através do tráfico negreiro em séculos de exploração humana até seu declínio no decorrer do século XIX e conseqüentemente a abolição. O fator de “erradicação” do trabalho escravo assegurado pela Lei Áurea (1888) não garantiu segurança, cidadania e possibilidade de inserção dos ex-escravos, então cidadãos libertos, em uma sociedade marcada fortemente pela desigualdade racial. Inversamente à perspectiva de criar possibilidades de integrar os negros (as) libertos à sociedade, o Estado se pôs em condição de intervir e criar maneiras de dificultar o acesso destes à cidadania, que no momento deveria lhes ser garantida (CUNHA, 2012).

A partir destas condições, de uma experiência social onde os homens livres de cor não eram nem cidadãos nem estrangeiros (CUNHA, 2012) muitos deles optaram por se inserir em áreas aos arredores das cidades, em espaços rurais, ou em outros casos integrarem-se a quilombos como meio de subsistência buscando manter a partir de suas necessidades, crenças e valores algum tipo de cidadania, ainda que esta estivesse longe de sê-los concedidos.

A historiografia ao longo de seu percurso analítico propôs um conceito de “quilombo” quanto território habitado por negros (as) que, em busca da sua liberdade, fugiam das senzalas em que trabalhavam e eram açoitados para constituírem pequenas sociedades agrícolas, e extrativistas as quais não possuíam uma estrutura fixa, mas diversificada (GOMES, PIRES, 2009).

Este conceito de quilombo é amplamente conflituoso, pois perpassa por definições históricas estagnadas em um Brasil colonial, entretanto podemos ter novas concepções sobre o termo contemplando novas abordagens socioantropológicas. Estudos históricos na atualidade apontam as existências de quilombos e de suas heranças dialogadas através dos que ainda hoje habitam estes espaços, e assim mantém diálogos com as novas experiências e também com aquelas tradicionais.

Desta forma ao transpassar o processo de intensiva escravidão ao constituir-se como um grupo étnico marginalizado, os negros (as) envolviam-se em fatores comuns nos quais embasaria a sua identidade étnica.

[...] tomando como base associativa a filiação racial, e a consanguinidade, constituíram-se em grupo, forma histórica específica de organização de libertos e sua descendência em área rural, tendo como os critérios de identificação cor, parentesco, territorialidade, apropriação comunitária da terra, festa de santos dos pretos (São Benedito, Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia associados ou não ao Senhor do Divino), reciprocidade e cooperação (BANDEIRA, 1991, p. 18).



Aqui, para além dos traços que podem ser descritos quanto características dos (as) negros (as) quanto um grupo étnico, citamos o fator importantíssimo que a terra/território apresenta, sendo esta um bem passível de partilha quanto pública, constituinte social de identidade étnica, pois através dela e de sua representação quanto bem comum de base familiar, ela teria a funcionalidade de agregar significados patrióticos aqueles que nela habitam, assim “A territorialidade supõe identificação e defesa por parte do grupo: supõe a tradição histórica e cultural construída através dos tempos” (GUSMÃO, 1991, p. 31).

Entendemos que o processo de identidade quilombola não está associado diretamente a estereótipos como numa convencionalidade, pois para uma comunidade se firmar como tal precisa, além de ter por experiências dos estigmas sociais, apresentar características que os legitimem em âmbitos geográficos, culturais, étnicos e comunitários.

Em nível de legislação, Mattos (2006) referencia o decreto 4.887 de 21 de novembro de 2003, onde:

[...] a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante a autodefinição da própria comunidade [...] como grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência e à opressão histórica sofrida (MATTOS, 2006, p. 106 *apud* BRASIL, 2003).

Estes parâmetros confeririam um status de terras negras estamentais em seu sentido sócio/histórico, havendo posteriormente conflitos quando da constituição de 1988 e as disposições do artigo de número 68 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (A.D.C.T.) da Constituição Federal. Este artigo considera “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1998, p. 1).

As questões territoriais afetam diretamente os processos sociais congruentes às práticas culturais rurais negras, havendo um embate entre interesse de “terra/território” e “terra/mercadoria” (Gusmão, 1991) ocasionando as premissas capitalistas em detrimento do direito histórico dos grupos negros (as) sobre as suas terras, aqui despontam os valores tradicionais versus os valores comerciais atribuídos ao território.

Diante do processo de posse da terra e identificação étnica com a mesma os grupos negros (as) que as ocupam, tendo o título de posse ou não, enfrentam uma instabilidade territorial, principalmente no que tange à região amazônica visto as inserções de grandes projetos que agridem os direitos dos grupos étnicos habitantes das terras em favor do desenvolvimento capitalista.

3. TITULAÇÕES QUILOMBOLAS NA AMAZÔNIA TOCANTINA: CONFLITOS ENTRE PROCESSOS LEGAIS E IDENTIDADE ÉTNICA



O fator da territorialidade é marcante quando tratamos das comunidades negras quanto um grupo étnico, a terra atua neste sentido como ponto central da vivência em sua coletividade (Bandeira, 1991). Justamente, o controle estabelecido sobre a terra acarreta inúmeras nomenclaturas, pois das vastas experiências que se firmam sobre ela cada uma possui sua singularidade onde “[...] O fato étnico aparece como o componente que assegura a garantia de titulação definitiva das terras” (ALMEIDA, 2011, p. 52-53).

De acordo com as regências da Fundação Cultural Palmares (FCP), para que ocorra a legitimação oficial do território quilombola demanda que:

A comunidade deve possuir uma associação legalmente constituída; e apresentar uma ata de reunião convocada para a autodefinição aprovada pela maioria dos moradores, acompanhada de lista de presença devidamente assinada; Nos locais onde não existe associação, a comunidade deve convocar uma assembleia para deliberar sobre o assunto autodefinição, aprovada pela maioria de seus membros, acompanhada de lista de presença; Enviar esta documentação a FCP, juntamente com fotos, documentos, estudos, reportagens, que atestem a história do grupo e suas manifestações culturais; Apresentação de relato sintético da história; Solicitar ao Presidente da FCP a emissão da certidão de autodefinição⁵.

Como requer a constituição brasileira para deliberação de titulações de terras quilombolas, o fator da autoidentificação étnica da maioria da comunidade é imprescindível para avaliação dos órgãos competentes para concessão de terras. No que tange à legalidade burocrática do processo, o decreto 4.887/2003 em conformidade com o artigo 68 da constituição demandam que haja estruturas internas quilombolas em Associações, o que interliga este processo às obrigatoriedades do Estado em dinamizar o processo de demarcação territorial através de órgãos como Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a Fundação Cultural Palmares – FCP, e o Instituto de Terras do Pará – ITERPA.

Neste sentido a Amazônia enquanto cenário de lutas agrárias seculares por posses de terras ilegais a partir de titulações que mantenham uma lógica de um capital de latifúndios, coexiste com as políticas de titulação que legalizam e legitimam grupos étnicos a usufruírem de territórios demarcados e cedidos pela União, desde que não haja “prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (BRASIL, 2003, p. 1).

Considerando os conflitos territoriais citados acima, chamamos atenção para algo que fica subentendido, a Reforma Agrária, que pela legalidade atende as populações quilombolas, contudo não vem abranger as populações pobres do campo, que para

⁵ Consulta realizada no site: <http://www.palmares.gov.br/?p=28650>. Acesso em 28 jul. 2016.



legitimarem suas terras tendem a se incluir - em via de brechas constitucionais – como quilombolas para adquirirem as terras que lhes deveriam ser admitidas, este fator é caracterizado por Motta (2005) como um “Reforma Agrária em Migalhas”, pois ao passo que garante terras aos quilombolas, não reconhece as mesmas aos moradores das áreas rurais pobre. Este fator intervém no conceito de quilombo de maneira não proposital, mas por necessidade por parte daqueles que passaram pelo processo de excluídos e sentem a indigência de recorrerem a algum bem, ainda que seja forjado para que possa se legitimar.

Diante destes fatores é que se repensa a originalidade de comunidades quilombolas atuais, posto que estas se “banalizaram” diante das propostas governamentais com o artigo nº 68 do A.D.C.T. de 1988, onde o reconhecimento de terras àqueles que haviam sido explorados no decorrer dos séculos têm despertado interesses de posseiros, grileiros e populações pobres do campo em tomar as terras como sendo de sua posse por legitimidade.

Enfim chegamos ao cerne de toda problematização aqui posta: a legitimidade de terras quilombolas pela titulação estatal. No que tange à região amazônica paraense do baixo Tocantins/Cametá, Pinto (2007) aponta a existência de mais ou menos onze comunidades quilombolas que se auto definem como tradicionais, entretanto, destas, apenas três estão devidamente tituladas, ambas as comunidades (tituladas ou não) são marcadas pela: etnicidade, cultura e por históricos processos de marginalização.

Uma destas comunidades ainda não tituladas é o quilombo de Boa Esperança. O acesso até lá se dá pela BR 422 - conhecida como transcametá/Tucuruí em seu Km 44 onde se chega a um Ramal de 4 Km que leva, primeiramente, ao quilombo de Porto Alegre⁶, em seguida, conduz a mais 6 Km de outro Ramal, ao destino desta pesquisa, somando-se um total de 54 KM em relação ao município sede, Cametá-PA. O percurso todo varia pelo tempo total de 1h: 30 min, no verão amazônico, e 2h: 15 min, quando do inverno amazônico. Este tempo é estipulado segundo as condições da rodovia, pois o asfaltamento desta se limita a apenas 4 km da saída do município de Cametá, sendo os demais percursos viabilizados por estrada de terra (Diário de Campo, LOBATO, 2016).

Esta comunidade quilombola ainda não titulada, faz parte da demanda que está com seu processo legalmente iniciado há anos, mas que não possui respostas estando o

⁶A partir do acesso à documentação oficial de Porto Alegre, podemos observar que a comunidade de Boa Esperança é citada, assim como outras, que circundam Porto Alegre, mas não há detalhes oficiais sobre a condição da comunidade quanto seu estado de legalização. A comunidade de Porto Alegre teve sua titulação conferida em 01 de outubro de 2009. A comunidade possui uma “área total de 2.597, 6260ha [...] perímetro de 28.502, 56m na forma de um polígono **IRREGULAR** de 14 lados, tendo como limites e confrontações [...], confrontando com as terras da **Comunidade de Campo Limpo, Campo Natural, Comunidade de Laginho e Comunidade de Boa Esperança** [...] confrontando com a **Comunidade do Marajó** [...], confrontando com a margem direita do **Rio Anauerá** [...]” (Governo do Estado do Pará, Secretaria Especial de Produção, Instituto de Terras do Pará – ITERPA. Certidão Nº 117, Livro: 08, Folhas 01-02). [grifos originais do documento].



mesmo inoperante no sentido de uma espera pelos órgãos competentes. De acordo com a pesquisa de campo realizada em (2016), podemos ter um parâmetro das mazelas históricas e conjunturais atuais pelas quais tramitam o conceito de quilombo amazônico, questão das titulações quilombolas, e as resistências étnicas e culturais que mantêm as lutas destes agentes históricos ancorados em seus direitos civis e constitucionais.

Segundo os relatos orais do entrevistado Elias, descendente direto daqueles que fundaram a comunidade, o tempo exato em que a comunidade foi fundada não é dominado por ele, assinalando então um tempo maior que cem anos. Quanto aos responsáveis pela fundação da comunidade é atribuído aos irmãos “Custódio Ribeiro, Juventino Ribeiro e, um irmão, João Vergulino” (Entrevistado Elias *apud* LOBATO, 2016). Quanto ao processo de chegada e tomada deste espaço Seu Elias explana:

Seu Elias: Meu pai ele morava na ilha, no sítio, aí eles vieram primeiro para um lugar Nova Alegria, ali no Cupijó⁷ [...], eles largaram lá e vieram para cá, [...] aqui era mata inteira, era mata, eles que abriram esse lugar aqui. Eles abriram aí foram evoluindo o povo, só a família começou o lugar aqui. Daí, olha, já está maior e continua crescendo (LOBATO, 2016, p. 57).

Sobre o processo de titulação territorial, ele elucida:

Olha, ficou parado, eles vieram demarcar o “pessoal do quilombola” vieram. Mas só que o papel está todo lá para Belém, mas ninguém foi mais lá.
Pesquisadora: mas está área não foi demarcada junto com Porto Alegre⁸?
Seu Elias: não, ela foi separada, foi medida. Foi marcada para cá, para cá (aponta para lados diversos), mas só que não foi feito um cadastro da terra [...]
Pesquisadora; mas isso depende de quem? Do líder comunitário?
Seu Elias: olha, depende do dinheiro para legalizar [...] que paga na prefeitura, paga os papeis.
Pesquisadora: mas quem paga é a própria comunidade?
Seu Elias: é, só não sei quanto é que dá para legalizar. O papel daqui foi todinho lá para Belém.
Pesquisadora: e tem muito tempo?
Seu Elias: olha, vai fazer uns quatro anos.
Pesquisadora: mas aqui a comunidade, todo mundo se assume quanto quilombola?
Seu Elias: nem dá para dizer que não é, porque é. Um local fora de cidade é quilombola mesmo (Arquivo Pessoal, LOBATO, 2016).

É perceptível que durante as falas do entrevistado que a formação de Boa Esperança se deu em um processo migratório de ocupação de terras devolutas, e que a base desta organização social se deu de a partir de premissas familiares. Assim ocorreram os processos de povoamento do quilombo de Boa Esperança.

⁷ A localidade de Cupijó é uma comunidade ribeirinha, e está localizada a 4 Km da cidade de Cametá. O rio que cerca esta localidade e leva o mesmo nome “Rio Cupijó” abrange outras localidades, a exemplo extensões de Boa Esperança.

⁸ Comunidade quilombola vizinha a Boa Esperança.



Uma das características importantes que podemos observar e se faz relevante para uma comunidade remanescente quilombola é o fato de que nesta comunidade todos os moradores – desconsiderando pessoas que vieram de fora por motivos de trabalho – pertencem à família Gonçalves (Diário de Campo, LOBATO, 2016, p. 58).

Isto nos chama atenção no sentido étnico territorial que é manejado por uma comunidade que possui suas bases fundamentadas nas relações de parentesco ao compartilhar valores étnicos, e educacionais aliando a práticas culturais solidárias e recíprocas desenvolvidas (BANDEIRA, 1991).

Outro fator importante a ser considerado na fala do entrevistado, são suas manifestações e conhecimento acerca do processo de titulação de terras, os impasses burocráticos que – em um tom denunciativo – incorpora embargo pela própria prefeitura do município. Aqui destacamos que, para além de quesitos institucionais das análises deliberativas demandadas pelo INCRA, FCP e ITERPA, ainda há mazelas instauradas de cunhos municipais, o que influencia para que o processo esteja não apresente progressos.

Haja vista que os resultados de aplicação do Art. 68 [...] são praticamente inexpressivos. Eles transmitem uma impressão falseada de que existiria apenas um elenco bem limitado das chamadas áreas “remanescentes de quilombos” e que os trabalhos de identificação seriam demorados e de difícil consecução. A administração burocrática alimenta, deste modo, a ilusão de uma certa monumentalidade dos quilombos e dos entraves aos trabalhos arqueológicos, erigindo obstáculos à agilização das ações de titulação definitiva. Aliás, isto talvez elucidie a sempre crescente extensão das polêmicas sobre quais procedimentos técnicos devem ser adotados e como deve ser feita a sua regulamentação, em detrimento das mobilizações localizadas e das “soluções concretas” que muitos grupamentos sociais já lograram alcançar há muitas décadas e que demandam tão somente o imediato reconhecimento jurídico-formal (ALMEIDA, 2011, p. 49).

Estas abordagens conferidas pelo autor mostram a fragilidade sob a qual os territórios étnicos estão firmados, pois ainda que se tenham alicerces legais para o seu reconhecimento ele fica à mercê de uma definição constituinte relativa, pois está situada como disposição provisória nos termos constitucionais podendo ser embargada de acordo com os processos de governo. O que posiciona mais uma vez os entraves sociais no que tange às questões de terras brasileiras em conflitos agrários.

Analisando outro ponto das arguições do entrevistado Elias, nos instiga a percepção político esclarecida sobre o que ele conceitua um “ser quilombola”. Entende que, por seu uma comunidade negra rural tradicional que preserva seus valores, crenças, cultura, costumes e dialoga com a atualidade de maneira que sua etnicidade negra seja marca para tal identidade, a compreender que estas são as distinções entre moradores de uma comunidade quilombola e um centro urbano, ou ribeirão. Debates presentes na fala dele



que são novos paradigmas insurgentes da Antropologia e da História evidenciados como resistência do cotidiano, e das suas relações de vivências no campo.

A partir das novas concepções antropológicas sobre formações quilombolas com a locação do artigo nº 68 as funções estabelecidas aos quilombos ganhariam novas dimensões e acepções. Significativamente já não seriam necessários os vislumbres remotos sobre quilombos. Com isto a autoafirmação étnica e identitária dos grupos rurais negros (as) teria relevância junto aos fatores de partilha territorial como um bem comum, bem como a manutenção das práticas agrícolas sobre ela aliado ao fator comunitário familiar que se estabelece reciprocamente (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002).

Conjecturamos a partir dos aportes bibliográficos aqui problematizados e dos relatos orais cedidos, que as questões de titulação quilombola não incidem somente pela “vontade legislativa” que, em suas dinâmicas articuladoras, se propõem a favorecer a legalização que é de direito aos povos quilombolas, ao mesmo tempo em que se articula em impor limites agrários partindo de critério de avaliações que devem corresponder a quesitos por vezes descontextualizados da realidade de maneira que os processos titulantes e seus retornos tardem.

Segundo Leite (1991) as ideias de espaço negro em geral são atreladas aos conceitos de resistência e sobrevivência. Ela cita as simplificações atreladas as formações e ocupações de territórios negros como prejudiciais à fatores históricos distintos em suas especificidades, quando estas ocupações são tratadas de formas genéricas. Leite define um território negro como:

Um espaço demarcado por limites, reconhecido por todos que a ele pertencem, pela coletividade que os conforma. Um tipo de identidade social, construído textualmente e referenciado por uma situação de igualdade na alteridade. O território seria, portanto, uma das dimensões interétnicas, uma das referências do processo de identificação coletiva. Imprescindível e crucial para a própria existência social (LEITE, 1991, p. 40-41).

Destarte, aquilo que Motta (2005) referenda que, conquanto o art. 68 infere legitimidade de terras o art. 185 impõe condições para que as terras sejam distribuídas, ou seja, em um sentido de reforma agrária, implicando em mais limites quanto aos direitos reduzidos, criando um cenário de armadilha legal⁹, exclusão étnico/territorial, o que infere em um cenário árduo de resistências negras pelas lutas incontestes. Nestes sentidos evidenciamos

⁹Motta (2005) traz o neste último termo uma referência de Gomes da Silva entendendo que, postas as condições do art. 185 sobre as condições de terras que autorizam a reforma agrária, o sistema estabelecido é de articulação proposital para que as terras oferecidas a reforma agrária dadas aos pobres, sejam de pior qualidade, haja visto que uma das condições que proeminentes para a não desapropriação é a produtividade das terras. “Ficarão para a Reforma Agrária apenas os carrascais, charcos, areões, piçarras e pirambeiras” (Motta, 2005 apud Silva, Gomes da op. Cit. P. 202).



os processos burocráticos que a Amazônia paraense vem presenciando quando de comunidades quilombolas, a exemplo Boa Esperança, estão inseridas nestes quantitativos de demandas e marginalizações legais e de resistências culturais e étnicas frente ao processo de concessões/titulações territoriais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diferentemente do que se apresentam formalmente sobre as questões que envolvem a inclusão cidadã cedida aos grupos étnico/raciais - bem como seu processo histórico marcado historicamente por opressões – os aspectos constituintes não abarcam as necessidades reais de se pensar os fatores que definem estas sociedades em suas especificidades.

A problemática e posses de terras que é histórica, se perpetua desde 1988 quando não foram cedidos espaços compensatórios para aqueles que tiveram sua liberdade cerceada no processo de escravidão e exploração. Quando libertos não lhes coube espaços geográficos para sua articulação quanto cidadãos de direito. Contrário a isto, a marginalização destes seguiu como um fator social natural onde a política da meritocracia os deixaria entregues a sorte de se apropriarem de espaços periféricos, da criminalidade, quando não, de terras devolutas. Em detrimento disto pontuado acima, as posses de terras ilegais por grileiros, a concentração de terras improdutivas por conglomerados latifundiários que crescem e se perpetuam sem apoio legal, sem articulações de Associações e sem uma autoidentificação étnica. Eis a problemática da desigualdade agrária que mantém sistemas de privilégios agrários de uns, excluindo e negando, direitos de outros.

Para além dos debates que tratam o quilombo como problema é necessário que sejam compreendidos os certames sob os quais estão ancorados as problemáticas de cunho étnico, legal, constitucional concomitante aos interesses de Estado e as lutas por hegemonia agrária. Concluimos que a propostas das políticas de “reparação” histórica através de concessões de terras a quilombolas, configuram uma maneira de camuflar as devidas obrigações estatais em incluir de fato estas comunidades em meio comum, não visando homogeneizá-las como um todo, mas trazer as valorizações que as tornam singulares, e legitimem quanto grupos étnicos em seus direitos, de processos históricos não apenas marcados pela exploração que aqui se fez, mas por sua valorização cultural existente que envolve sistemas de socialização tão ricos e complexos quanto às artimanhas das sociedades envolventes.

5. FONTE ORAL



Seu Elias, 66 anos, agricultor, morador do quilombo de Boa Esperança, Cametá-PA.

6. FONTE DOCUMENTAL

TÍTULO DE RECONHECIMENTO DE DOMÍNIO COLETIVO. Governo do Estado do Pará, Secretaria Especial de Produção, Instituto de Terras do Pará – ITERPA. Certidão N° 117, Livro: 08, Folhas 01-02.

7. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombolas e novas etnias** / Alfredo Wagner Berno de Almeida. – Manaus: UEA Edições, 2011. BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa-Portugal: Edições 70, 2010.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Terras Negras: invisibilidade expropriadora.** ”. In: Terras e Territórios de Negros no Brasil. *Textos e Debates*. (Org.) Ilka Boaventura Leite. Núcleo de Estudos Sobre Identidade e Relações Interétnicas. Ano 1 – N° 2 – 1991, UFSC. P. 8 – 23.

BRASIL, Constituição da República Federativa do. **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias,** 1988. Brasília/DF. Disponível em: <<https://quilombos.files.wordpress.com/2007/12/artigos-68-215-e-216.pdf>>. Acesso em: 29 de Ago. 2017.

_____, Constituição da República Federativa do. **Decreto Nº 4.887 de 20 de Novembro de** 2003. Brasília/DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 27 de Ago. 2017.

BURKE, Peter. **A Abertura: A Nova História, Seu Passado e Seu Futuro.** In: A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo, UNESP, 1992.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **“Africanos Libertos no Brasil”.** In: *Negros e Estrangeiros*. Os escravos libertos e sua volta a África. São Paulo: Cia das Letras 2012 (b). P 27-126.

GOMES, Flávio; PIRES, Antônio Liberac C. S. **Origens da Roça Negra.** IN: A Era da Escravidão. Org. Luciano Figueiredo. – Rio de Janeiro: Sabin, 2009.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **A Questão Política das Chamadas “Terras de Preto”.** In: Terras e Territórios de Negros no Brasil. *Textos e Debates*. (Org.) Ilka Boaventura Leite. Núcleo de Estudos Sobre Identidade e Relações Interétnicas. Ano 1 – N° 2 – 1991, UFSC. P. 25 – 37.



LEAL, Augusto; LOBATO, Vera; OLIVEIRA, Waldma. **Quilombo, Educação e Surdez: a questão da inclusão em espaços de excluídos.** In: **Educação Inclusiva, Surdez e Libras: experiências socioeducativas na Amazônia paraense.** (Orgs.) Waldma Maíra Menezes de Oliveira; Cyntia França Cavalcante Andrade da Silva.

LEITE, Ilka Boaventura. Território Negro em área rural e urbana - algumas questões. Textos e Debates. Florianópolis, NUER/UFSC, ano 1, n.2, 1991.

LOBATO, Vera L. C. *Surdez e negritude: inclusão sócio/educacional em uma comunidade quilombola de Cametá – PA.* 2016. P. 1-90. Monografia Latu Sensu, Cametá/PA, 2016.

MATTOS, Hebe. Remanescentes das Comunidades dos Quilombos: memória do cativo e políticas de reparação no Brasil. Hebe Mattos – Departamento de História – Universidade Federal Fluminense. (Publicado em Revista USP, n. 68. dez. jan. fev. 2005 e 2006, p. 104-111). Disponível em: < <http://www.historia.uff.br/culturaspoliticas/files/hebe1.pdf> >. Acesso em: 11 de Jul. 2015.

MOTTA, Márcia Maria Mendes. **“Brecha negra em livro branco: artigo 68, remanescentes de quilombos e grilagens no Brasil”.** Rio de Janeiro: XII Encontro Regional de História: Usos do Passado, 2005.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Memória, oralidade, danças, cantorias e rituais em um povoado amazônico.**/Benedita Celeste de Moraes Pinto. – Cametá: 2007.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um poquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral.** Projeto História, São Paulo, (15), abr. 1997.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. **“A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas”.** Comunicação de Resultado de Pesquisa. In: *ambiente e Sociedade – Ano V – N° 10-1°* de setembro de 2002.

SHARPE, Jim. “A História Vista de Baixo”. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas.* São Paulo: Editora UNESP, 1992.

TEIXEIRA, Elizabeth; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Cuidados Éticos na Pesquisa.** In: Metodologias e Técnicas de Pesquisa em Educação/ Orgs. Maria Inês Marcondes, Elizabeth Teixeira, Ivanilde Apoluceno de Oliveira. – Belém: EDUEPA, 2010.

THOMPSON, Paul. História e Comunidade. In: **A Voz do Passado: história oral.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 104-137.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **“Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível”.** In: SEVCENKO, Nicolau (Org.) História da Vida privada no Brasil, vol. 3, República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Cia. das letras, 2012, p. 49 – 130.

**GT 08 – MIGRAÇÃO, MOBILIDADE E DESLOCAMENTOS: EXCLUSÃO SOCIAL, DIFERENÇAS CULTURAIS E AÇÃO POLÍTICA****MIGRAÇÃO TEMPORÁRIA DE QUILOMBOLAS DA COMUNIDADE LAGOA DAS EMAS, SÃO RAIMUNDO NONATO-PI**

Juçara da Silva Braga (UESPI)¹
juçara.braga@outlook.com
Judson Jorge da Silva (UESPI)²
judsonjorge@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho versa sobre a dinâmica da migração temporária na comunidade quilombola Lagoa das Emas, São Raimundo Nonato - PI, pertencente ao território quilombola Lagoas, localizado no sudoeste do Piauí e que abrange 118 comunidades de seis municípios. Traz um referencial teórico da migração como mobilidade do trabalho, com discussão em autores como: Gaudemar (1977), Póvoa Neto (1997), Singer (1998) e Becker (1997). O artigo aborda a caracterização da comunidade pesquisada, com apresentação dos fatores limitantes para a permanência dos quilombolas; os principais Estados destino dos migrantes; as condições de trabalho nos locais apontados e qual o reflexo da questão migratória na comunidade pesquisada. Os referenciais teóricos adotados, além dos dados levantados, mostram a migração temporária do quilombola, em especial o da comunidade Lagoa das Emas, como o resultado das alocações arranjadas pela reprodução ampliada do capital, que busca na força de trabalho barata do migrante uma forma de maximizar o lucro. Contraditoriamente, a migração para o trabalho temporário se apresenta também como estratégia de resistência e de permanência no território, evitando uma completa expropriação e proletarização do camponês quilombola.

Palavras-chave: Mobilidade do Trabalho; Quilombolas; Reprodução Social.

1. INTRODUÇÃO

Nesse trabalho apresentamos uma análise a respeito do movimento migratório sazonal de quilombolas provenientes da comunidade Lagoa das Emas, localizada no município de São Raimundo Nonato-PI, de modo a compreender as dinâmicas causadoras desse processo de deslocamento, bem como as suas implicações para a comunidade. Lagoa das Emas integra o Território de Quilombo Lagoas, que se estende por uma área de 62.365,8 ha, distribuídos entre os municípios de Bonfim do Piauí, Dirceu Arcoverde, Fartura do Piauí, São Lourenço do Piauí, São Raimundo Nonato e Várzea Branca. Sendo formado por 118 comunidades, o Quilombo Lagoas é o quarto território em extensão e em número de famílias no Brasil (FARIA, 2016).

¹ Graduada em Geografia – UESPI – Campus São Raimundo Nonato-PI, Brasil. Email: juçara.braga@outlook.com

² Professor Assistente. Universidade Estadual do Piauí - UESPI. Mestre em Geografia (UFC), Brasil. Email: judsonjorge@yahoo.com.br



Mesmo com o arraigado elo existente entre quilombolas e seu território, as migrações são constantes nessa comunidade (Silva e Gonçalves, 2017), bem como entre camponeses de toda a microrregião de São Raimundo Nonato (SANTOS, 2016).

Nesse sentido, buscando contribuir com o debate, apresentamos uma caracterização da comunidade, apontando os principais fatores limitantes para a permanência no local; identificamos os principais destinos migratórios acessados pelos quilombolas e como se dão as formas de arregimentação para o trabalho; por fim, procuramos compreender os reflexos dessa migração na comunidade de Lagoa das Emas.

A metodologia utilizada na pesquisa teve caráter quantitativo-qualitativo, seguindo um percurso metodológico que primou por leituras a respeito das estratégias de acumulação do capital através da mobilidade da força de trabalho, nos textos de Gaudemar (1977), Póvoa Neto (1997), Singer (1998) e Becker (1997). Para reflexões sobre as migrações temporárias de camponeses, trabalhamos com os textos de Martins (1986) e Menezes & Silva (2007) e Scoot (2009), além de analisar as especificidades dos territórios quilombolas à luz de Anjos (2009). Os dados da comunidade apresentados ao longo do texto foram coletados por meio de questionários, aplicados em um total de vinte residências, além de entrevistas baseadas em roteiro semiestruturado.

Os referenciais teóricos adotados, além dos dados levantados, mostram a migração temporária do quilombola, em especial o da comunidade Lagoa das Emas, como o resultado das alocações arranjadas pela reprodução ampliada do capital, que busca na força de trabalho barata do migrante uma forma de maximizar o lucro. Igual e contraditoriamente, a migração para o trabalho temporário se apresenta como estratégia de resistência e de permanência no território, evitando uma completa expropriação e proletarização do camponês quilombola.

2. MOBILIDADE DA FORÇA DE TRABALHO NAS RELAÇÕES CAPITALISTAS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL DO CAMPONÊS ATRAVÉS DA MIGRAÇÃO SAZONAL

As migrações inter-regionais no Brasil fazem parte do processo histórico de formação do território nacional sob o modo capitalista de produção. Os deslocamentos populacionais internos foram marcados pelo crescimento econômico desigual entre suas regiões e o movimento que produziu a concentração de atividades econômicas em determinados lugares, também gerou os fluxos migratórios massivos de trabalhadores.

Os direcionamentos demográficos se deram e continuam a acontecer de forma desigual e arquitetada: algumas regiões com grande contingente populacional e fatores de



atração econômica e outras com menor quantitativo populacional e fatores de repulsão, sobretudo em decorrência de vulnerabilizações socioeconômicas, sujeitando grupos de despossuídos a atuar como força de trabalho barata.

Como exemplos, podemos citar a Região Sudeste, que desde meados do século XIX e início do século XX, conforme Girardi (2008) se apresenta como o maior polo de atração de fluxos demográficos e o Nordeste, como região de repulsão populacional. Hoje, mesmo não ocorrendo no Brasil um movimento migratório de massa, como o apresentado no início do processo de industrialização e urbanização, continua a acontecer o deslocamento de grupos sociais, com a maior parte dos Estados do Nordeste apresentando saldo líquido migratório negativo nos últimos dois Censos do IBGE.

Segundo Póvoa Neto (1997), ao analisar a migração sob a luz do tronco teórico da mobilidade do trabalho, a explicação para esses deslocamentos seria resultado da ação do capitalismo, que ao gerar trabalhadores excedentes em alguns pontos do território, cria o movimento migratório, condição necessária e própria do sistema de reprodução ampliada do capital.

O capitalismo, ao gerar trabalhadores excedentes, separados dos seus meios de existência, cria a necessidade dos deslocamentos à busca do trabalho. A disponibilidade de tais trabalhadores, apresentando-se para o assalariamento nos mais diversos pontos do território, torna-se por sua vez condição necessária a própria existência da acumulação de capital. (PÓVOA NETO, 1997, p.19)

Nessa perspectiva, o autor entende que a migração não pode ser considerada apenas como uma simples redistribuição de pessoas pelo espaço seguindo a lógica das solicitações do sistema econômico, mas como envolta num processo de coordenação sócio-espacial específicas do capital. Na mesma linha de pensamento, Becker (1997), considera ainda que a mobilidade de populações na sociedade capitalista representa sim um meio para a reprodução do capital, e que ele pode escolher a força de trabalho onde melhor lhe convier e da forma que lhe for ainda mais rentável.

A busca por trabalhadores a baixo custo visando à ampliação de seus lucros acontece tanto na fronteira, nos centros capitalistas, nas grandes metrópoles, onde existe um exército de pessoas a espera de oportunidades para vender sua força de trabalho, quanto em áreas fora do circuito do capital, onde são encontrados verdadeiros viveiros de mão-de-obra desqualificada e barata, como disse Silva (2007), ao tratar da tese de Rosa Luxemburgo:



Para garantir os níveis de acumulação desejados, há necessidade da importação de uma força de trabalho, proveniente de outras regiões, das áreas pré-capitalistas. Portanto, de acordo com sua tese, a reprodução ampliada do capital somente seria garantida por meio destes viveiros de mão-de-obra, existentes fora das fronteiras do capital. (SILVA, 2007, p.58)

Singer (1998) corrobora com a tese luxemburguista, ao analisar as diferenças entre áreas de emigração, estas que estão sujeitas a fatores de mudança e estagnação, e devem ser consideradas para melhor compreender as consequências do processo migratório. Considera que em áreas sujeitas à estagnação, onde há uma incapacidade dos produtores, numa agricultura de subsistência, de elevarem a produtividade da terra, acabam sendo os “viveiros de mão-de-obra” para os latifúndios e grandes explorações agrícolas capitalistas. O autor ressalta que essas áreas de estagnação da economia de subsistência, são em muitos casos as áreas de importantes fluxos sazonais, como é o caso da comunidade a que estamos analisando.

O sujeito dessa pesquisa, o camponês negro/quilombola, se enquadra na análise do trabalhador com força de trabalho de baixo custo, que não encontrando os meios de reprodução material em seu local de origem em decorrência de condições adversas como pouca terra, estiagem, são impelidos a buscar trabalhos assalariados em outras regiões inseridas dentro da fronteira do capital. Este migrante está numa categoria com características essenciais da força de trabalho discutida por Gaudemar (1986), como uma situação de transformação do dinheiro em capital, que somente é possibilitada quando o dono do dinheiro encontra no mercado um trabalhador disposto a vender sua força de trabalho.

Porém, vale ressaltar, que ao mesmo tempo em que as forças produtivas do sistema econômico capitalista manobram a massa móvel de trabalhadores excedentes de áreas estagnadas do campo, como é o caso da Lagoa das Emas, esses grupos sociais encontram também nessa manobra a possibilidade de manterem vivas suas atividades tradicionais que tem grande significado no seu território. É o que Menezes (2009) chama de estratégia de reprodução social através da migração temporária, encaixando-se no caso específico desta pesquisa, onde o migrante não se desliga das atividades camponesas, ao contrário, essa condição de migrante permite que as famílias continuem nas atividades pré-capitalistas de produção para o autoconsumo.

Apesar das diferenças de classificação conceitual entre os autores, há um reconhecimento comum de que as migrações nem sempre expressam uma desintegração do campesinato, mas têm representado uma estratégia de longa duração de reprodução social em contextos que limitam as suas condições de reprodução social (MENEZES 2009, p.271-272).



A necessidade de migrar do camponês, segundo Martins (1986), mostra que este vive nos limites dessa subsistência. Tal condição é agravada pelo cerco que o capital lhe impõe, através da baixa nos preços de seus excedentes agrícolas ocasionado pela alta produção dos grandes mercados produtores, não permitindo, dessa maneira, a compra de outros produtos que não fazem parte da produção camponesa e que são necessários para sua sobrevivência. Mas, nesse jogo de sobrevivência o autor observa que o camponês recria a situação de operário, e o operário recria também a condição de camponês.

2.1 Migração de remanescentes quilombolas para o trabalho

As comunidades remanescentes de quilombo no Brasil, mesmo depois de passado mais de um século da abolição da escravatura, enfrentam situações de precariedade nos seus espaços de resistência e sobrevivência. De acordo com Anjos (2009) ser afrodescendente no Brasil ainda é um desafio:

Ser descendente do continente africano no Brasil secularmente continua sendo um fator de risco, um desafio para a manutenção da sobrevivência humana, um esforço adicional para ter visibilidade no sistema dominante e, sobretudo, colocar uma energia adicional para ser – estar inserido é uma resistência secular contra a exclusão territorial, social e econômica. (ANJOS, 2009, p.103)

Apesar do reconhecimento da territorialidade dos remanescentes de comunidades quilombolas no Art. 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988, o qual diz ser reconhecida a propriedade definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes, ainda são diversas as dificuldades encontradas por esses grupos. Algumas comunidades, depois de certificadas pela Fundação Palmares, como é o caso do Território de Lagoa, ainda sofrem um processo de invisibilidade, como aponta Matos (2013).

As dificuldades vão desde a falta de assistência governamental, através de políticas públicas que permitam o acesso a serviços básicos de saúde e educação, até a restrição na quantidade de terras necessárias ao desenvolvimento de atividades econômicas e geração de renda na comunidade, através da burocracia dos órgãos de regularização fundiária.

Para Anjos (2009), a precariedade das comunidades quilombolas no Brasil é o que faz com que muitos jovens deixem esses locais e busquem melhores alternativas de vida fora do território de origem, vindo a confirmar o que acontece na comunidade Lagoa das Emas. De acordo com o autor, a escolha de migrar coloca em risco elementos importantes



aos costumes e estratégias de proteção ao território, feitos pela transmissão de conhecimentos na oralidade.

A precariedade existentes nos territórios quilombolas acometem toda a comunidade, mas a população jovem se sente profundamente incomodada com o contexto e há o aumento da migração demográfica quilombola (...). Dessa maneira, esse processo de desestruturação da comunidade tradicional afro-brasileira pelo fluxo migratório põe em risco um dos componentes fundamentais da sua sobrevivência, dos seus conhecimentos, das suas identidades e da resistência no território étnico, que é a transmissão dos saberes pela oralidade. (ANJOS, p.119)

Visto como um dos fatores responsáveis pela migração camponesa, o ciclo da natureza, é ainda mais problemático para comunidades inseridas em áreas onde ocorre baixa média de precipitação e quadro agrário com alta concentração fundiária, como é a situação do semiárido brasileiro. Dentro dessa perspectiva a migração é uma saída para a sobrevivência dos camponeses. Ao migrarem para outras regiões, de acordo com Scott (2009), estão transferindo a energia ou força humana para contextos nos quais os agentes mais poderosos possam explorá-la ao baixo custo de mercado.

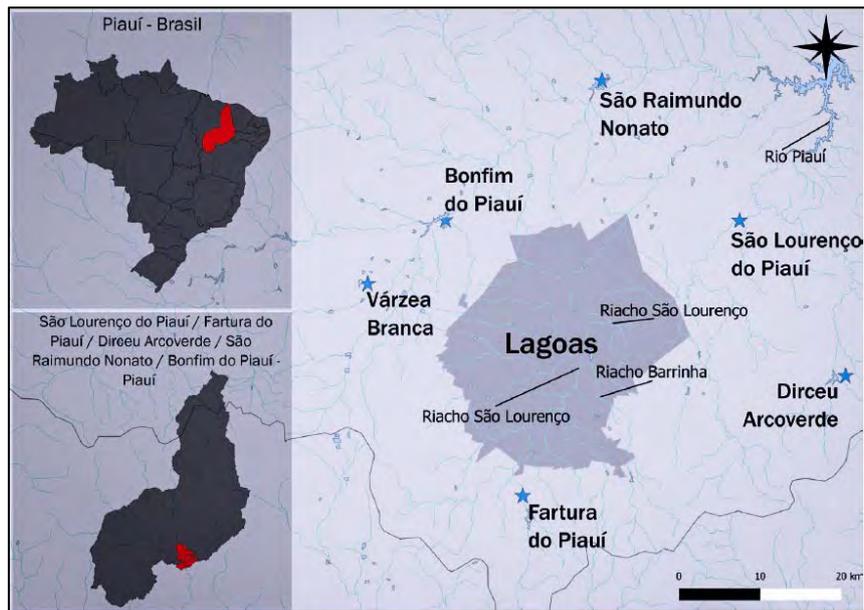
No entanto, a venda da força de trabalho por parte do camponês quilombola em outras regiões do país, pode representar duas faces no mesmo contexto: as migrações definitivas, onde o quilombola muda-se do território, rompendo com as práticas rurais e quilombolas, ou a migração temporária, aquela que o camponês se ausenta somente nos períodos de inviabilidade da atividade produtiva no território e assim consegue manter o campesinato “vivo”. Estas duas faces é o que Menezes (2009) chama de relação contraditória.

3. CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA LAGOA DAS EMAS

Conforme mencionado na introdução, a comunidade Lagoa das Emas faz parte das 118 comunidades que distribuídas por seis municípios, formam o território Quilombola de Lagoas. Essas comunidades possuem diferentes processos de formação, umas por compra de terras, outras por apossamento, muitas delas relacionadas à imigração de famílias vindas de localidades próximas.



Figura 1 – Localização do Território Lagoas no Piauí/Brasil



Fonte: (FARIA, 2016, p. 1)

As origens da comunidade pesquisada foram narradas pelo Sr. Raimundo, de 74 anos. Segundo o mesmo, data do ano de 1953 a chegada dos primeiros moradores, membros da família Marques, em terras antes pertencentes a um fazendeiro, chamado Baldoíno. O filho mais velho da família foi o responsável pela compra do local. O dinheiro empregado na negociação foi adquirido a partir do trabalho na construção civil na região sudeste por um membro da família. De acordo com seu Raimundo, a chegada às terras que hoje formam Lagoa das Emas foi árdua e com muitas dificuldades. Primeiro porque o acesso teve que ser feito a foice, não havia estradas nem carreiros, e segundo, porque era no mês de junho e como se fixaram na beira da lagoa, enfrentaram bastante frio.

Na atualidade, a comunidade Lagoa das Emas conta com energia elétrica, adquirida através de articulações da associação de moradores, não possui água encanada e os moradores utilizam a água de cisternas de placa para beber e cozinhar, enquanto atividades como lavar roupa e o dessedento dos animais, acontece através do armazenamento de água na barragem da comunidade. Quando a barragem seca, a água salobra de um poço artesiano é a solução.

Moram em Lagoa das Emas mais de trinta famílias. De acordo com a tabulação do questionário aplicado nas 20 residências pesquisadas, foi possível estabelecer uma quantidade aproximada de pessoas por faixa etária: 20 crianças, 11 adolescentes, 48 adultos e 04 idosos.



Os moradores dispõem de uma escola municipal, na qual funciona o ensino fundamental menor, nos turnos manhã e tarde. Aqueles que concluem essa modalidade de ensino passam a estudar em povoados vizinhos, como Lagoa da Firmeza e São Vitor, que também fazem parte das comunidades quilombolas do território Lagoas. É disponibilizado veículo escolar para o deslocamento dos estudantes. No povoado São Vitor também é oferecido à modalidade ensino médio durante o período noturno.

Gráfico 1. Escolaridade das pessoas que responderam ao questionário.



Fonte: Pesquisa direta, 2016.

A principal atividade de lazer dos moradores é o jogo de futsal, tanto homens como mulheres se divertem em campeonatos e torneios pelos povoados vizinhos. Além da dança de São Gonçalo e o Reisado, praticadas pelos mais experientes e muitas vezes dançadas para pagar promessas.

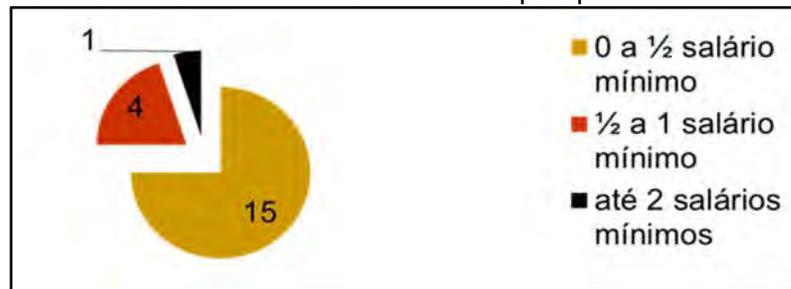
Observa-se também os bares como espaço de sociabilidade, a maioria frequentados por jovens e adultos do sexo masculino. Conforme algumas das pessoas que responderam ao questionário de sondagem, o excesso de ingestão de bebidas alcoólicas é um problema enfrentado pela comunidade.

É importante destacar que o problema do alcoolismo em área rural não tem se apresentado apenas como uma realidade dos territórios quilombolas, várias comunidades tradicionais, entre elas de camponeses, pescadores, indígenas, enfrentam essa situação que envolve de jovens a idosos, sendo necessária essa discussão a luz do debate da saúde pública.

Com relação à renda das famílias, a maior parte advém do programa Bolsa Família e em menor parte das aposentadorias rurais. Das 20 famílias pesquisadas, 19 possuem esse programa de assistência social. O Gráfico 2 nos apresenta a importância que o programa do governo federal representa para esta comunidade rural, que tem como base de sua economia a agricultura de subsistência e apicultura em pequena produção, atividades que dependente dos períodos chuvosos.



Gráfico 2. Renda mensal das famílias pesquisadas.



Fonte: Pesquisa direta, 2016.

A agricultura é voltada para o cultivo de feijão, abóbora, melancia, milho e mandioca, apesar destes dois últimos terem sido “deixados de lado” em virtude do longo período de seca vivenciado nos últimos 7 anos no semiárido (2010-2017). Se as precipitações acontecerem de forma regular, nos períodos certos e na medida certa, tem-se uma produção razoável nas terras agricultáveis da comunidade e que é destinada ao consumo familiar no período seco. Desenvolve-se também o plantio de algodão, sorgo e gergelim através de um projeto de plantação em consórcio, com a técnica de curva de nível, em pelo menos duas propriedades da comunidade Lagoa das Emas. A produção de algodão adquirida no consórcio é destinada a uma empresa da Alemanha que tem sede no Rio de Janeiro.

Sobre as condições da terra, de fertilidade e capacidade de produção das mesmas, a maioria das pessoas que responderam ao questionário diz ser boa e o que falta mesmo são as chuvas para que o plantio prospere ou um projeto de irrigação. Se houvesse uma política de incentivo eficaz a esses pequenos agricultores, a produção seria viável durante quase todo o ano.

Outro problema apresentado pelos agricultores é quantidade de terras disponíveis para as famílias da comunidade Emas, que segundo eles é insuficiente, sendo em torno de 200 pessoas para viver em 100 hectares de terra, conforme relato de um morador. Mesmo estando numa área quilombola, depois de passados dez anos da certificação do território Lagoas pela Fundação Palmares, feitas as Etapas do RTID (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação) e aprovadas pelo INCRA (Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária) no ano de 2010, ainda hoje não ocorreu a titulação das terras do território, acontecimento que resolveria a questão do tamanho da propriedade para os trabalhadores da comunidade e afastaria a ameaça de mineradoras, que têm feito estudos na região, de se apropriarem dessas terras.

Além das atividades da agricultura e pecuária de pequeno porte, existe também a apicultura (criação de abelhas). Essa atividade ganhou espaço nas atividades produtivas através da vinda do projeto Dom Helder Câmara, implementado pela Cáritas Diocesana

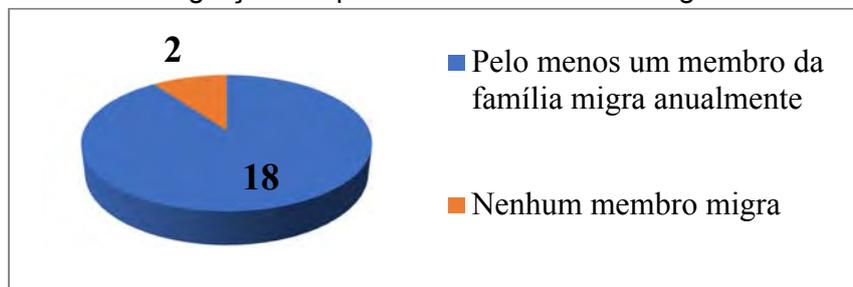


Brasileira, que beneficiou os associados da comunidade Lagoa das Emas e outras pessoas de comunidades próximas, também associadas.

3.1. Aspectos da migração temporária quilombola da Lagoa das Emas

A formação da comunidade Lagoa das Emas, como já foi exposta, se deu através do processo migratório, com a compra da terra a partir da renda adquirida na construção civil no sudeste do país por volta de 1953 e esse processo permanece nos dias atuais, como mostra o Gráfico 3 com o resultado do estudo entre 20 núcleos familiares.

Gráfico 3. Migração temporária na comunidade Lagoa das Emas.



Fonte: Pesquisa direta, 2016.

Os sujeitos envolvidos na migração são homens casados e solteiros que veem no processo migratório uma saída para adquirir renda. Nas duas residências que foram exceção da regra migratória da comunidade, o núcleo familiar é formado por mães solteiras que cuidam dos filhos menores. Porém, o desejo de migrar dos adolescentes, assim que alcançarem os dezoito anos é visível, desejo este alimentado no cotidiano da comunidade ao verem seus pais, tios e primos partindo todos os anos e trazendo alguma renda, fato que se confirma na fala do entrevistado Ronivaldo dos Santos Pereira, que desde 2003, quando completou 18 anos, participa do processo migracional:

[Viajo] desde 2003. Eu viajei lá, primeiro foi pra Mato Grosso, aí depois viajei em seguida três vezes pra São Paulo. Aí fui pra o Mato Grosso mais duas vezes, fui no estado de Minas e agora tô encarriado indo pra São Paulo todo ano (...) desde 2011". [...]. Não é na grande São Paulo, é no interior lá, na São José do Rio Preto, Catanduva. Tem vez que eu trabalho numa empresa, eu trabalho é pra Pacaembu, mas só que eu trabalho é pra empreiteiro sabe, mas a firma grande mesmo é a Pacaembu." (PEREIRA, 2017)

No que se refere à migração dos pais de família, a situação que os instiga a sair de casa é a necessidade do sustento familiar que a agricultura de sequeiro não supre. São poucas as oportunidades de trabalho na comunidade ou na vizinhança. Neste aspecto da



migração, envolvendo pais de família camponeses, Silva (2007), entende como sendo uma forma de honrar com o papel de chefe da família, manter o básico do sustento na casa e manter a simbologia de homem provedor do núcleo familiar.

Os destinos, em geral, são os estados do Centro-Oeste e Sudeste, tendo sido listados Brasília, Mato-Grosso, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Apareceu também, no momento da aplicação do questionário, depoimento de migração para o Tocantins e Maranhão, mas para esses últimos, são deslocamentos que aconteceram nas décadas de 60 e 70, sendo esta uma antiga rota de migração de Piauienses dessa microrregião, conforme pesquisa de Santos (2016).

O que determina o local destino são os chamados “gatos”. De acordo com outro trecho da entrevista de Ronivaldo dos S. Pereira, quando chega o período de estiagem, de março em diante, os que se veem obrigados a migrar, entram em contato com a empreiteira para saber da possibilidade de emprego, através do “gato”. Tal rede de avisos, criadas entre o agricultor migrante e o “gato” na metrópole, no decorrer da migração se tornam, conforme Póvoa Neto (1997), forças sociais vivas, a estabelecer “pontes” entre os lugares e a permitir o fluxo de informações e de pessoas que fizeram da mobilidade geográfica a sua principal estratégia de sobrevivência.

As atividades que exercem nos destinos migratórios se dividem entre cortadores de cana-de-açúcar, servente de pedreiro e pedreiros. Hoje, os trabalhadores que migram para São Paulo já não trabalham no corte de cana, pois as usinas que tinham áreas possíveis de se mecanizarem tiveram que aderir a norma estadual de proibição da queima da palha da cana até o ano de 2014 e conseqüentemente acabou o corte de cana manual nessas áreas. Porém, no estado do Mato Grosso ainda se pratica as queimadas nos canaviais e o trabalho manual do cortador de cana permanece e é evidenciado mais a frente.

A utilização da força de trabalho nas atividades acima mencionadas é descrita por Silva (2007), ao se referir à obra de Rosa Luxemburgo, como sendo própria do sistema capitalista, que busca cada vez mais por “viveiros de mão de obra barata” a fim de aumentar os níveis de acumulação e estes níveis de acumulação serem maximizados, através da superexploração dos trabalhadores envolvidos na migração. Além de trabalharem por produção, não se permitindo sequer o descanso já que o salário depende da quantidade produzida, ainda são amontoados em alojamentos dentro da própria obra ou usina.

Os homens que saem pra trabalhar com o corte de cana-de-açúcar no Mato Grosso vivenciam a situação de alojamentos sempre distantes da cidade, há cerca de 50 km, por essa razão a ida ao centro da cidade acontece em torno de uma vez por mês. De acordo com Adailton do N. Santos, de 35 anos, a situação do alojamento na cidade de Diamantina-MT, é precária:



Tem dois alojamentos, fica uns duzentos e pouca em um e duzentos e tanto no outro, a base é quatrocentas e cinquenta pessoas. (...) é de quatro a seis pessoas num quarto. Só daqui das Emas vai seis, seis comigo, esse ano, mas aí vai ali do Moisés, Jacaré, Lagoa do Curral, vai uns também. (SANTOS, 2017)

O período de permanência em outros estados varia de seis a oito meses, tempo que era suficiente para ter acesso ao seguro desemprego e permanecer na comunidade com essa renda até empreenderem novo processo migratório. No entanto, a mudança na forma de acesso ao seguro desemprego sancionada pela ex-presidenta Dilma Rouseff através da lei 13.134, que altera as normas de acesso ao seguro-desemprego, tornando-as mais rígidas, trouxe complicações para essa estratégia utilizada pelos migrantes sazonais.

O mês de saída depende, além da resposta positiva de emprego na empreiteira, no caso do trabalho na construção civil, dos períodos que inviabilizam a agricultura e apicultura, em geral, de março em diante. Já a saída dos quilombolas para o corte de cana segue uma lógica diversa dos que trabalham com a construção civil.

A contratação se dá aqui mesmo no município de São Raimundo Nonato-PI pela empresa Destilaria de Álcool Libra LTDA. Segundo a entrevistada Nailde M. dos Santos, a empresa manda pessoas para o sindicato dos trabalhadores rurais do município e assinam a carteira dos interessados no trabalho. Disponibiliza um ônibus para levar as pessoas que se comprometeram a comparecer. Confirmando a tese de que as grandes empresas, no rol do capital, buscam, literalmente nessa situação, a mão-de-obra barata em regiões distantes.

A migração dos quilombolas de Lagoa das Emas reflete na divisão de tarefas entre o núcleo familiar. A mulher assume o papel de chefe do lar, durante a maior parte do ano ela quem resolve os problemas da casa, escola, entre outros. Com o retorno dos homens no mês de outubro em diante, o mesmo reassume as atividades de produção agrícola. O homem é responsável pela derrubada da mata, coivara, e as mulheres e filhos auxiliam no plantio e na colheita.

A partir das entrevistas, constatou-se que o migrante pouco participa da vida religiosa da comunidade, e isso acontece devido aos festejos em homenagem ao Sagrado Coração de Maria acontecer no mês de maio, momento em que praticamente todos os que viajam já estarem no trabalho temporário. Alguns não souberam nem o nome da padroeira. Ainda conforme a ex-presidente da associação Lagoas, Nailde M. dos Santos, os próprios jovens dizem sentir essa falta, de participar do novenário.

A renda obtida no trabalho de cortador de cana, de operário da construção civil, é destinada somente para o sustento familiar. Não sobra dinheiro para investir em atividades produtivas locais, que permitam a permanência na comunidade sem a necessidade de novas migrações, como em comércios ou outros pequenos negócios. Segundo os entrevistados, a migração é a alternativa para fugir da precariedade da total ou baixa renda.



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização da migração temporária mostra-se como uma estratégia para a concentração de capital, através da força de trabalho barata encontrada em locais com economias pré-capitalistas e produção dependente dos ciclos da natureza, como discutimos ao longo deste trabalho. Ao mesmo tempo e de forma contraditória, as comunidades negras rurais, os remanescentes de quilombo, encontram na estratégia do capital sua forma de (re)produção material e social. Situação essa, demonstrada através do estudo da comunidade quilombola Lagoa das Emas, que tem como principais atividades econômicas a agricultura, pecuária de pequeno porte e em menor ocorrência a apicultura, atividades que no ambiente semiárido, com frequentes ocorrências de secas e com técnicas rudimentares, não suprem as necessidades das famílias da referida comunidade.

O trabalho aponta também para a necessidade de resolução da questão da titulação das terras do território Quilombola de Lagoas, urgindo atuação das instituições responsáveis para regularização das terras das comunidades tradicionais, notadamente o INCRA. A titulação resolveria o problema da área diminuta as quais as famílias quilombola têm acesso para desenvolverem sua produção.

A questão migratória, principalmente da migração temporária em busca de trabalho acessório, evidencia a indispensabilidade de superação desse modelo de desenvolvimento que privilegia o grande capital, em detrimento das necessidades básicas dos povos tradicionais, que mesmo com respaldo em lei, ainda enfrentam muitos entraves, seja na titulação dos territórios, seja na carência de políticas públicas voltadas para a educação, produção, que permitam a obtenção de renda nos seus territórios, não sendo necessário ausentar-se por longos períodos da família e da comunidade.

REFERÊNCIAS

ANJOS, R.S.A. **Quilombos, Geografia Africana, Cartografia Étnica, Territórios Tradicionais**. Brasília: Mapas Editora & Consultoria Ltda., 2009.

BECKER, O.M.S. **Mobilidade Espacial da População: Conceitos, Tipologia, Contextos**. In: CASTRO, I.E.de; GOMES, P.C.da G.; CORRÊA, R.L. (orgs.). *Explorações Geográficas*. 4.Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

FARIA, Ana Tereza Dutra Pena de. **Comunidade quilombola Lagoas**. Belo Horizonte: FAFICH, 2016.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **A mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa; Estampa, 1977. Pgs. 185-211.

GIRARD, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica e crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária**



brasileira. 2008. 329 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

MATOS, Simone de Oliveira. **Povos de Lagoas-PI na construção da territorialidade quilombola: uma etnografia.** 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia e Arqueologia) - Universidade Federal do Piauí.

MARTINS, José de Souza, (1986). **O voo das andorinhas.** In: Não há terra para plantar neste verão, Petrópolis, Vozes, p 43-61.

MENEZES, Russel Parry. **Migrações: Uma experiência histórica do campesinato do Nordeste.** In: GODOI, E. P; MENEZES, M.A de; MARIN, R.A. (Orgs.). Diversidade do Campesinato: expressões e categorias. São Paulo: Editora da UNESP, v.02, 2009.

PÓVOA NETO, Helton. **“Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual”** in: Experimental, nº 2 1997, p11-24

SANTOS, Aline Lima. **Migrações de Piauienses para o trabalho na lavoura canavieira paulista.** In: ROSSINI, R. E. Dinâmicas Contemporâneas do Espaço Agrário Brasileiro: Modernidade Técnico-Científica e diferentes usos do território. São Paulo: Annablume, 2016.

SCOOT, Russel Parry. **Famílias camponesas, migrações e contextos de poder no Nordeste brasileiro: entre o "cativeiro" e o "meio do mundo".** In: GODOI, E. P; MENEZES, M.A de; MARIN, R.A. (Orgs.). Diversidade do Campesinato: expressões e categorias. São Paulo: Editora da UNESP, v.02, 2009.

SILVA, A. M.; MENEZES, M. A. **Migrantes temporários: fim dos narradores?**In: HEIDMANN, H. D; SILVA, A. S (Orgs). Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2007.

SILVA, Judson Jorge da; GONÇALVES, Claudio Ubiratan. **Migração quilombola: estratégia de defesa, luta e resistência no/do território.** Disponível em: <<https://engpect.files.wordpress.com/2017/10/gt5-04-migrac3a7c3a3o-quilombola-estratic3a9gia-de-defesa-luta-e-resistc3aancia-no-do-territc3b3rio.pdf>>. Acesso em 20 de outubro de 2017.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização.** São Paulo: Contexto, 1988.

FONTES ORAIS

PEREIRA, Ronivaldo dos Santos. Entrevista concedida a Juçara da Silva Braga. São Raimundo Nonato-PI, 28 jan., 2017.

SANTOS, Nailde Marques dos. Entrevista concedida a Juçara da Silva Braga. São Raimundo Nonato-PI, 15 fev., 2017.

SANTOS, Adailton do Nascimento. Entrevista concedida a Juçara da Silva Braga. São Raimundo Nonato-PI, 15 fev., 2017.

MARQUES, Raimundo Pereira. Entrevista concedida a Juçara da Silva Braga. São Raimundo Nonato-PI, 18 dez., 2016.

**GT 08 - Migração, Mobilidade e Deslocamentos: exclusão social, diferenças culturais e ação política****POVOS INDÍGENAS, DESLOCAMENTOS FORÇADOS & O RELATÓRIO FIGUEIREDO**

Bianca Monteiro Porto da Cunha Ferreira (PPGD/UFPA)¹
biancaporto0@gmail.com
Jane Felipe Beltrão (UFPA)²
janebeltrao@gmail.com

RESUMO

No presente artigo, analisa-se os registros de graves violações de direitos territoriais relativos aos povos indígenas, em especial a política dos deslocamentos forçados, encontrados no relatório conclusivo do complexo documental que compõe o Relatório Figueiredo (RF), documento que reuniu as atrocidades cometidas por servidores que atuavam no Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPIILTN), a partir de 1918 Serviço de Proteção aos Índios (SPI), órgão executor da política indigenista brasileira entre 1910 e 1967. Argumenta-se que os métodos de "pacificação" utilizados pelo SPI são formas de impor a ficção criada sobre o ser "bom" e "manso" indígena, em oposição ao ser "ruim" e "selvagem" que, encobre o etnocídio e o genocídio impostos aos povos indígenas. A conquista dos territórios indígenas, via deslocamentos forçados, executados pelo SPI, integra a lógica de colonialidade do poder, que visa silenciar, subjugar e dominar os coletivos indígenas, sobre os quais o silêncio se impôs ao longo dos anos. O "aparecimento" do "desaparecido" Relatório, que se reporta aos conflitos históricos que tratam de migração, lutas por territórios étnicos e violação de direitos, representa o rompimento do sigilo sobre a política indigenista executada pelo Estado brasileiro naquele período e que marcou a trajetória dos povos indígenas permanentemente.

Palavras-chave: Relatório Figueiredo, Deslocamentos Forçados, Povos Indígenas, Genocídio, Etnocídio.

1. INTRODUÇÃO

O Relatório Figueiredo é um dos documentos relevantes para pensar a relação entre o Estado brasileiro e os Povos Indígenas. O vasto conjunto documental é integrado por aproximadamente 7.000 páginas distribuídas em 30 volumes, é resultado das investigações da Comissão de Inquérito instaurada pelo Ministro do Interior General Albuquerque de Lima, e foi dirigida pelo Procurador do Departamento Nacional de Obras

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará (UFPA), advogada, integrante do Grupo de Pesquisa Cidade, Aldeia & Patrimônio.

² Doutora, atuando junto aos programas de Pós-Graduação em Antropologia e Direito da UFPA, coordenadora do Grupo de Pesquisa Cidade, Aldeia & Patrimônio.



Contra a Seca (DNOCS) Jader de Figueiredo Correia em 1967, para apurar as denúncias de irregularidades cometidas por funcionários do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), instituição estatal que executou a política indigenista brasileira no período de 1910 a 1967.

O SPI foi extinto em fins de 1967 devido ao escândalo ocasionado pelas narrativas de massacres, torturas e crimes contra a pessoa e o patrimônio indígena presentes no Relatório. E, em dezembro do mesmo ano, a política indigenista foi assumida por um novo órgão estatal, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

O Relatório Figueiredo foi tido como desaparecido durante anos, suspeitava-se que tivesse sido destruído em um incêndio no Ministério da Agricultura em junho de 1967. Mas em 2012 o conjunto documental foi localizado e em 2013 trazido a público nas investigações da Comissão Nacional da Verdade (CNV) (GUIMARÃES, 2015).

Para elaborar este estudo, produziu-se a análise do Relatório Conclusivo situado no 20º volume do Relatório Figueiredo e elaborado pelo próprio Procurador, tomando suas anotações como representativas das violações perpetradas contra as pessoas indígenas e suas comunidades. A leitura foi feita de forma parcimoniosa, cotejando com as descrições feitas ao longo de alguns dos volumes indicados pelo autor como subsídio à narrativa dos fatos que dão suporte às violações.

Além do Relatório Figueiredo, foram analisados os relatórios da CNV, tendo em vista terem sido elaborados também a partir daquele, sobretudo o texto temático 5 do volume 2, referente às violações de direitos humanos dos povos indígenas, sob coordenação da psicanalista e membro da CNV, Maria Rita Kehl.

A reflexão a partir de um arcabouço documental, que, obviamente, expressa acontecimentos de uma época, permite a análise de acontecimentos presentes e não só passados, além de fornecer elementos para se enxergar "o horizonte do futuro" (LE GOFF, 2003, p. 25). Isso significa dizer que o estudo feito a partir do Relatório Figueiredo, que conta parte importante da trajetória indígena no Brasil, implicará na possibilidade de entendimento não apenas de fatos que já aconteceram, mas sobretudo daquilo que acontece no presente e que tem grandes chances de se repetir no futuro. Por isso, considera-se urgente trazer a público a História Indígena que corresponde a negação dos direitos etnicamente diferenciados, justamente pelo órgão que deveria exercer a "tutela" exemplar dos povos sob sua responsabilidade.

Propõem-se, portanto, com este estudo, refletir acerca das graves violações de direitos territoriais, especialmente no que tange os deslocamentos forçados, cometidas pelo



Estado brasileiro³ contra os "donos da terra", sobretudo por ser a disputa de terras a principal fonte das demais violações de direitos humanos dos povos indígenas, uma vez que a retirada dos indígenas de seus territórios viabilizaria, tanto para o Estado quanto para particulares economicamente interessados, o domínio sobre as terras e sobre os recursos naturais que nelas se encontrassem.

2. O SPI E A POLÍTICA DE "PACIFICAÇÃO" DOS POVOS INDÍGENAS

A política indigenista executada pelo SPI acompanhou as transformações referentes aos momentos políticos pelos quais o Brasil passava. Segundo Elena Guimarães (2015), quando da criação⁴ do órgão em 1910 pelo Marechal Candido Mariano da Silva Rondon, o indigenismo no Brasil foi pela primeira vez pautado em princípios laicos, representando o fim da exclusividade das Missões Religiosas no processo de "pacificação" de povos indígenas. A justificativa para a criação do SPI fundava-se na necessidade de "proteger" os indígenas, tutelá-los, evidenciando o status jurídico de relativamente incapazes que possuíam, segundo as normas vigentes.

Na década de 30 do século XX, com a instauração do Governo de Getúlio Vargas, Guimarães (2015) informa que o SPI teria passado alguns momentos de instabilidade, no entanto, com o plano governamental da "Marcha para o Oeste" o SPI representou papel importante ao utilizar a mão de obra indígena nos projetos de cunho desenvolvimentista de Vargas.

Posteriormente, no final dos anos 50 do século passado, Rondon e seu grupo perderam força política e saíram da coordenação do SPI, dando lugar a oficiais do Exército e servidores públicos (GUIMARÃES, 2015). Neste período, segundo a autora anteriormente referida, missionários religiosos foram admitidos, em alguns cargos, especialmente junto aos postos indígenas. Na administração, selecionou-se pessoal pouco qualificado, em substituição ao corpo de etnólogos e antropólogos (dentre eles, Darcy Ribeiro) que trabalhavam no órgão. O período em que os liderados por Rondon perdem o poder, parece corresponder ao período de maior corrupção e violação aos direitos dos povos indígenas, sobretudo quando, a partir do Golpe Militar de 1964, nos postos administrativos do órgão predominavam os militares.

³ Assim como por particulares, a exemplo de fazendeiros, contudo, os particulares não integram o foco das investigações, pois se trata de Inquérito Administrativo, embora os mesmos sejam referidos indiretamente por conta dos conflitos.

⁴ O SPI, quando da sua criação, denominava-se Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN). Somente a partir de 1918 passou a ser SPI, conforme indica Souza Lima (2011).



A política do SPI pautava-se na ideia de "pacificar" o indígena, "amansá-lo", torna-lo dócil para utilizá-lo como mão-de-obra. O indígena era tido como selvagem, de "comportamento traiçoeiro" (BALDUS, 1962, p. 30), "bravio" (IGLESIAS, 2010, p. 30) e, por isso, precisava ser pacificado, amansado, pois eram considerados óbices ao suposto "desenvolvimento". Os grupos indígenas eram "atraídos" e reunidos em postos e povoações, que eram unidades administrativas criadas pelo SPI, para que seus territórios "liberados" pudessem ser dominados e explorados pelo Estado e por particulares (IGLESIAS, 2010). A forma com que se davam essas aproximações variava, poderia ser por meio do oferecimento de "presentes" (utensílios agrícolas, armas, roupas, dentre outros) até a coação por violência física.

Assim, sob a retórica da "proteção fraternal, e da tutela" (SOUZA LIMA, 2011, p. 203), o SPI tentava reunir sob sua autoridade grupos indígenas para que recebessem acompanhamento "pedagógico" com a finalidade de completar o processo de "pacificação" e, dessa forma, tornarem-se dóceis à chamada "educação para o trabalho" (IGLESIAS, 2010, p. 30). É perceptível, pois, que a retirada dos povos indígenas de seus territórios era de extrema valia, tanto para que suas terras fossem exploradas quanto para que se tornassem mão de obra produtora de lucro.

No relatório conclusivo, Jader de Figueiredo Correia menciona amplamente as categorias que indicam o processo de pacificação implementado pelo SPI em relação aos povos indígenas, são elas: *desindianização, integração à comunhão nacional, assimilação, amansamento do índio rebelde*.⁵ Muito recorrente, também, especialmente no Relatório Figueiredo, foram as indicações de que o plano de "reduzir" os indígenas à passividade foi ainda mais agressivo, pois foi perpetrado através de violência física e psicológica.

As categorias utilizadas nos documentos para demonstrar essa violência foram, principalmente: *tortura; castigos físicos, a exemplo da crucificação, de espancamentos; do "tronco"* (seria a forma mais recorrente, em que um instrumento provoca a trituração dos tornozelos das vítimas); e *monstruosos e lentos suplícios*. Além da narrativa de situações em que os agentes do SPI *requintavam a perversidade* ao coagirem parentes a torturarem-se mutuamente: "via-se, então filho espancar mãe, irmão bater em irmã e, assim por diante". (FIGUEIREDO, 1967, fls. 4913)

Ao refletir sobre as tentativas de "pacificação" dos povos indígenas envidadas pelo SPI, pensa-se na construção filosófica feita por Friedrich Nietzsche (1887) sobre a genealogia da moral, em que investiga a raiz da palavra "bom" em contraposição a ideia de

⁵ Os vocábulos em *italico* no corpo deste artigo representam as categorias extraídas do material analisado, qual seja o relatório final ou conclusivo, escrito por Jader de Figueiredo.



"ruim" ou "mau". Segundo ele, a origem do termo "bom" estaria relacionado à nobreza, aos poderosos, que estabeleciam a si e seus atos como bons em oposição a tudo o que era considerado "ruim", baixo, vulgar, plebeu.⁶ Somente os que eram "bons" poderiam atribuir valores e conceitos, "marcam cada coisa e acontecimento com um som, como que apropriando-se assim das coisas" (NIETZSCHE, 1887, p. 6).

O fundamento da tese do autor está no fato de que as designações para "bom" utilizadas pelas mais diversas línguas são transformações conceituais, em que "nobre", no sentido social, desenvolveu-se em "bom" e o "comum" em "ruim". O que é "ruim", de acordo com Nietzsche, era originariamente colocado como reativo, ele utiliza "reação" de forma pejorativa, para significar aquilo que não está pacificado, que não é manso, que não é dócil, que é "ressentido" (NIETZSCHE, 1887, p. 10). Disso pode-se pensar que o poder que se pretende dominante, "bom", necessariamente vai tentar silenciar o que é "ruim", pois o que é bom "não ultraja, a ninguém fere, não ataca" (NIETZSCHE, 1887, p. 14).

Desse modo, a construção da imagem do selvagem, do ser violento, irracional, que precisa ser amansado tal qual um animal, é resultado da biologização feita quando da construção da imagem dos povos indígenas. A criação de um "rosto",⁷ que em vez de humanizar através da personificação que produz, na realidade, desumaniza (BUTLER, 2011). A invenção do "rosto" feroz do indígena cumpre o propósito de forjar o triunfo do SPI quando as ações pacificadoras (bem como lucrativas economicamente) eram efetuadas.

Assim, a ficção criada de que o ideal a ser buscado é o do indivíduo manso, não reativo, "bom", em oposição àquilo que deve ser combatido, silenciado, ou seja, o que é selvagem, feroz, "ruim", reflete o quanto as relações de poder determinam a dinâmica social, impondo "rostos" e marcando de forma indelével a história de inúmeros povos indígenas.

3. DESLOCAMENTOS FORÇADOS, COLONIALIDADE E GENOCÍDIO DE POVOS INDÍGENAS

Não é por acaso que a disputa por terras, conforme mencionado anteriormente, é o cerne das violações de direitos humanos dos povos indígenas. Jader de Figueiredo as descreve: [s]ão milhões de hectares de terras espalhados em quasi [sic] todo o País, justamente nas regiões mais férteis, nos lugares mais aprasíveis [sic], nos climas mais amenos. (1967, fls. 4919)

Por óbvio, a saída dos povos indígenas de seus territórios era conveniente sob muitos aspectos, significava que o SPI estaria "controlando" os grupamentos indígenas e

⁶ A palavra "vilão", por exemplo, segundo Nietzsche, denominava aquele que residia nas vilas, isto é, fora do castelo medieval. Essa palavra, como se sabe, usualmente significa o sujeito mau, ruim, que faz maldades.

⁷ Conceito de Emmanuel Levinas utilizado por Judith Butler (2011).



utilizando sua mão de obra e, sobretudo, que as terras indígenas estavam livres para serem exploradas, conforme o seguinte trecho do relatório (1967, fls. 4920):

"[a]batem-se as florestas, vendem-se gados, arrendam-se terras, exploram-se minérios. Tudo é feito em verdadeira orgia predatória porfiando cada um em estabelecer novos recordes de rendas hauridas à custa da destruição das reservas do índio."

Para a concretização do projeto exploratório, as tentativas de "pacificação" de indígenas por parte do SPI, como já se falou, eram ações centrais nesse contexto. Figueiredo menciona tal fato: "[s]eria obvio que a aculturação dessas tribos, o encaminhamento de seus membros para a atividade rural, mesmo agro-pastorial-elementar, traria abundantes frutos." (1967, fls. 4919)

Neste cenário de exploração desenfreada, os esbulhos⁸ e os arrendamentos ilícitos de terras indígenas eram constantes. Era comum a realização de arrendamentos sem a existência de contrato ou, se existisse, consistia em legalização, pelo SPI, de invasões anteriormente praticadas (CNV, 2013). Além disso, o Relatório Figueiredo elenca extensa lista de indivíduos articulados com figuras influentes econômica e/ou politicamente, a exemplo de funcionários públicos, políticos, juízes e militares, os quais favoreciam o beneficiamento daqueles indivíduos com o esbulho de terras (CNV, 2013).

Ademais, o relatório revela o quanto as autoridades do SPI incitavam essas práticas, seja de forma direta, seja por meio de omissões.

"... a atitude do Diretor Major Aviador Luis Vinhas Neves, autorizando tôdas [sic] as Inspetorias e Ajudâncias a vender madeira e gado, e arrendar terras, tudo em uma série de Ordens de Serviço Interna cuja sequência dá uma triste idéia [sic] daquela administração." (1967, fls. 4920)⁹

"Mas não para ainda a espoliação do Índio. Aquilo que não podia render dinheiro farto e fácil podia ser distribuído ou tomado por poderosos locais, por seus afilhados ou testas de ferro. Os dirigentes do SPI nada diziam ou providenciavam para obstaculizar." (1967, fls. 4920)

Para ilustrar ainda mais as omissões por parte do SPI, é relevante mencionar que Rubens Valente (2017) conta em "*Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura*", que um enorme grupo de indígenas *Xavante* foi deslocado forçadamente de suas terras próximas a São Félix, Mato Grosso, para a Missão Salesiana

⁸ Categoria jurídica que significa a perda da posse de um bem por ato de terceiro que o toma forçadamente, sem ter qualquer direito sobre a coisa que legitime o seu ato. O esbulho viola a posse e não a propriedade do bem.

⁹ As transcrições do RF guardam a grafia original, pois elas pertencem a segunda metade do século XX.



São Marcos. Segundo narra o autor, o SPI, em meados de 1966, expediu autorização que condicionava o deslocamento ao assentimento dos *Xavante*, fato que representou:

" ... na prática um cheque em branco aos fazendeiros, pois ligava os índios a decisões que eles não tinham capacidade de tomar, já que integravam um grupo de contato recente, que mal falava o português..." (Valente, 2017, p. 28).

Como resultado de tal omissão, os *Xavante* foram dizimados devido a epidemias de sarampo. As adversidades e a insalubridade dos locais para onde eram removidos e obrigados a se adaptar eram profundamente sentidas por seus corpos e suspeita-se que tenham sido mortos de 70 a 160 indígenas *Xavante* neste episódio de deslocamento.

Assim, é perceptível, ao analisarmos o funcionamento do SPI, como sua atuação estava na raiz dos conflitos territoriais entre indígenas e o Estado brasileiro. E neste cenário de conflitos, a política de deslocamentos forçados aparece repetidamente no Relatório Figueiredo, sempre acompanhada por narrativas que revelam práticas cruéis em face dos povos indígenas. Muitas são as formas de referir o deslocamento no decorrer do relatório, porém todas elas são categorias correlatas e implicam a mesma política violenta: *transferência, transferências forçadas, desalojamento, remoções forçadas, expulsão violenta*.

Compreende-se o deslocamento forçado narrado no Relatório Figueiredo como sendo uma tentativa de "desenraizar" os povos indígenas de onde estão mais fortemente vinculados, isto é, de seus territórios. O deslocamento implica diáspora, a dispersão de um grupo social compulsoriamente (BELTRÃO & LOPES, 2014). A violência própria dos processos de colonização produz deslocamento, a partir da apropriação dos espaços que marcam o sentido de coletivo para os povos indígenas, mediante práticas que desencadeiam rompimentos (HALL, 2003; VILELA, 2002) e concretizam "apagamentos".

A estratégia para que o deslocamento forçado se processasse consistia em executar "políticas de contato e atração" para, finalmente, tomarem os territórios pertencentes por direitos aos povos indígenas. Quando retirados de seus territórios, os indígenas, na maioria das vezes, eram mantidos em regime de escravidão, eram tratados como seres *irracionais*, como *animais de carga*. Não recebiam qualquer remuneração pelo que era produzido, tinham *usurpados* os produtos de seus roçados. E pensar que, quando o SPI inicia sua trajetória, a escravidão tinha sido abolida há 22 anos.

As mulheres indígenas, por sua vez, eram submetidas a situações de violência ainda mais degradantes. O Relatório Figueiredo conta que as mulheres indígenas eram submetidas a *condições mais desumanas*, pois eram frequentemente *infelicitadas*



principalmente por funcionários do SPI (inclusive no local de trabalho), o que aqui se entende tratar-se de estupro (*conjunção carnal*, relação sexual não consentida, portanto abuso sexual). Ademais, mulheres indígenas ainda em estado de puerpério eram obrigadas a trabalhar no roçado e sequer lhes era permitido que levassem seus filhos consigo. O corpo feminino indígena era, portanto, transformado em campo de batalha, no qual o homem branco dispunha da maneira que melhor lhe aprouvesse.

Além dessas práticas ou táticas de expulsão, etnias eram dizimadas por aviões carregados com dinamite, a exemplo do que ocorreu com os *Cinta-Larga* (Mato Grosso), eram também *metralhados*, envenenados por substância adicionada ao açúcar fornecido, *rachados vivos* a facção "*do pubis a cabeça*" (FIGUEIREDO, 1967, fls. 4917). O uso do corpo de homens e, sobretudo de mulheres era uma forma de aterrorizar, impor-se pelo medo. Ambos os relatórios contam, ainda, que o vírus da varíola foi deliberadamente inoculado nos indígenas, o que era mortal para eles, especialmente pelas poucas condições de atendimento médico.

Quando povos indígenas não eram deliberadamente exterminados, como nos casos supramencionados, os grupos de famílias indígenas eram, geralmente, removidos para pequenas áreas demarcadas pelo SPI, *relocados pela força*. Essas áreas eram muito pequenas e sempre estavam em condições precárias. Por óbvio, os povos indígenas ali instalados forçosamente tentavam fugir e voltar para as terras de origem.

Esse foi o caso dos *Krenak*, que em 1957 voltaram a pé para suas terras originárias (no município de Resplendor, Minas Gerais), numa viagem que durou cerca de três meses (CNV, 2013). Rubens Valente (2017) ao mencionar este episódio da história dos *Krenak*, afirma que o SPI recusou ajuda para trazê-los de volta às suas terras, por isso fizeram a viagem a pé. Os *Parakanã* são outro exemplo. Foram removidos por cinco vezes, a primeira vez para a construção da Transamazônica e as demais vezes por conta da construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí.

É notório que os processos de reestruturação artificial do território realizados pelo Estado brasileiro, através do SPI, refletem interesses, estratégias, articulações políticas e econômicas que em nada se coadunam com a perspectiva dos povos indígenas acerca do que sejam seus territórios (OLIVEIRA, 2012). Cada referência espacial reflete uma territorialidade diferente, as quais não se configuram por força de leis, títulos, documentos, mas sim pela ancestralidade e pela memória, que regem suas vidas e constituem seus sistemas simbólicos de pertença (GEERTZ, 1998).

Acontecimentos como o deslocamento forçado de povos indígenas a partir de ações estatais, em conjunto com setores economicamente interessados, demonstram que a



lógica da colonialidade ainda vigora, pois contribui para a manutenção da hegemonia do sistema econômico social capitalista. De acordo com Aníbal Quijano (1995), o sistema de poder capitalista que se instaurou nas Américas está intrinsecamente conectado à racialização de determinados grupos humanos para forjar uma hierarquia entre brancos e não brancos, uma biologização cultural, de modo que a leitura dos corpos automaticamente propicie a identificação de um determinado povo ou grupo social como vencido. A asserção de que o mundo deve ser racializado e hierárquico se manifesta principalmente quando o sistema impõe sua autoridade, até mesmo via instituições, supostamente, democráticas ou humanitárias, que subvertidas, geram uma desigual distribuição de recursos e direitos. (QUIJANO, 2002; SEGATO, 2013; BRIGHENTI, 2015). A lógica do uso da racialização pelo sistema capitalista, Quijano (2002) chamou de colonialidade do poder.

Assim, no contexto de uma lógica colonial mecanismos de "apagamento" são utilizados em face de todos aqueles agentes sociais que são "considerados" dispensáveis ou representam óbices à concretização dos interesses alinhados a esta lógica. Por isso, compreende-se que em razão da desterritorialização dos povos indígenas caracterizar a desarticulação de seus modos de vida e a imposição de uma maneira de ser que não a sua (LIMA & PACHECO, 2017), os deslocamentos forçados são um dos meios mais eficazes para a realização de tais "apagamentos", daí se dizer que contribuem para práticas etnocidas que são finalizadas por intermédio do genocídio.

Da mesma maneira, quando mulheres indígenas têm seus corpos violados por agentes do SPI, têm ultrajadas "a sua identidade como mulher e a sua identidade como indígena" (SMITH, 2005, p. 197), isto é, são duplamente lesadas. Essa é uma maneira de macular a unidade étnica de um povo e, assim, desarticulá-la. O estupro nesses casos de conflitos pode ser classificado como genocídio, (VITO, GILL & SHORT, 2009) uma vez que o estupro pressupõe controle social, na medida em que gera constrangimento, vergonha, traumas, pode fazer com que grupos sociais de desloquem para fugir dessa ameaça, pode dividir famílias, pode, inclusive, destruir as bases sobre as quais a cultura humana se estrutura. (SMITH, 2005)

Assim, compreende-se que os métodos utilizados pelo Estado brasileiro de forma deliberada para dominar e explorar os territórios indígenas são práticas desagregadoras que produzem o etnocídio e o genocídio que, refletem sua natureza, ainda, fortemente colonial.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar sobre as violações de direitos humanos dos povos indígenas cometidas pelo Estado brasileiro, em muitas situações em conjunto com particulares com



preponderância econômica e política, é perceber que o Brasil, obviamente, está inserido no lado colonial da linha abissal (SANTOS, 2013) e, por isso, sua construção social, econômica e política reflete essa dinâmica, na medida em que a construção de suas estruturas foi pautada em exploração, exclusão e dominação. Por ser uma ex-colônia, o Brasil absorveu o "modo de ser" hegemônico e o perpetuou ao fazer com os povos indígenas o mesmo que o colonizador europeu fez durante anos no país.

Os deslocamentos forçados foram (e continuam sendo) meios utilizados pelo Estado brasileiro (e também por grupos econômica e politicamente preponderantes) para tentar destruir os povos indígenas, implementando a desarticulação de seus modos de vida. São práticas etnocidas e genocidas que "decretaram" o fim do SPI, em 1967, e sua substituição pela Fundação Nacional do Índio.

REFERÊNCIAS

Documentais

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade (CNV). **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. V. I Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf> . Acesso em: 9 mar. 2017.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade (CNV). **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. V. I Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf>. Acesso em: 9 mar.2017.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade (CNV). Povos Indígenas e Ditadura Militar – Subsídios à Comissão Nacional da Verdade 1946-1988. In: **Relatório parcial 01 de 30.11.2012**. Disponível em: <https://idejust.files.wordpress.com/2012/12/povos-indc3adgenas-e-ditadura-militar-relatc3b3rio-parcial-30_11_2012.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2017.

BRASIL. **Relatório Figueiredo: documento na íntegra**. 2013. Disponível em: <<http://racismoambiental.net.br/2013/06/02/relatorio-figueiredo-documento-na-integra-7-mil-paginas-pdf-pode-agora-ser-baixado/>>. Acesso em: 9 mar.2017.

Bibliográficas

BALDUS, Herbert. Métodos e resultados da ação indigenista no Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, 35., 1962, México. Disponível em: <<http://www.journals.usp.br/ra/article/viewFile/110423/1089611>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

BELTRÃO, Jane Felipe; LOPES, Rhuan Carlos dos Santos. Diásporas, homogeneidades e pertencas entre os *Tembé Tenetehara* de Santa Maria. **Revista Aceno**, vol. 1, n. 1, p. 123-143, 2014. Disponível em:



<<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/1610/pdf>>. Acesso em 12 dez. 2014.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Colonialidade do poder e a violência contra os povos indígenas. **Revista PerCursos**. Florianópolis, v. 16, n.32, p. 103 – 120, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5965/1984724616322015103>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

BUTLER, Judith. Vida precária. **Contemporânea**. n. 1. jan./jun. p. 13-33, 2011. Disponível em: <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/18/3>> Acesso em: 02 dez. 2016.

GEERTZ, Clifford. O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa. In: **O Saber local: Novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Ed. Vozes, p. 249-356, 1998.

GUIMARÃES, Elena. **Relatório Figueiredo: entre tempos, narrativas e memórias**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social. 2015. Rio de Janeiro: UERJ. (Inédito) Disponível em: <<http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Diss373.pdf>>. Acesso em 02.nov.2017.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

IGLESIAS, Marcelo Manuel Piedrafita. Introdução. In: **Os Kaxinawá de Felizardo: correrias, trabalho e civilização no Alto Juruá**. Brasília: Paralelo 15, p. 19-41, 2010.

LE GOFF, Jaques. História. In: **História e Memória**. São Paulo: Ed. UNICAMP. p.17- 71, 2003.

LIMA, Edilene Coffaci de; PACHECO, Rafael. 2017. Povos Indígenas e Justiça de Transição: reflexões a partir do caso Xetá. **Aracê-Direitos Humanos em Revista**. ano 4, n. 5, p. 219-241. Disponível em: <<https://arace.emnuvens.com.br/arace/article/view/143/78>>. Acesso em: 24.jul.2017.

NIETZSCHE, Friedrich. 1887. Para uma Genealogia da Moral. **Primeira Dissertação: “Bom e Mau” “Bom E Ruim”**.p. 5-18, *online*. Disponível em: <<http://ghiraldelli.pro.br/wp-content/uploads/genealogia-da-moral.pdf>>. Acesso em 24.jul.2017.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

_____. Terras Indígenas. In: **Antropologia & Direito**. Souza Lima, Antonio Carlos de. (coord). Rio de Janeiro: ABA, 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia In: **Novos Rumos**. nº. 37, ano 17, p. 4-28, 2002. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos_de_comunicacao/NOR/NOR0237/NOR0237_02.PDF>. Acesso em: 24.jul.2017.



SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUI, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

SEGATO, Rita. **La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.

SMITH, Andrea. A violência sexual como ferramenta de genocídio. In: **Espaço Ameríndio. Porto Alegre**, v. 8, n. 1, jan./jun., p. 195-230, 2014. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/47357/29960>>. Acesso em: 24.jul.2017.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Reconsiderando poder tutelar e formação do Estado no Brasil: notas a partir da criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais. In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **Memória do SPI: textos, imagens e documentos do Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)**. Rio de Janeiro: Museu do Índio/Funai, p. 201-211, 2011.

VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VILELA, Lúcia Helena de Azevedo. **O sentido de "estranho" em Leslie Silko e Kaka Jecupé: Identidades Culturais, Deslocamentos e Terra**. 2002. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/poslit>>. Acesso em: 11. ago. 2017.

VITO, Daniela De; GILL, Aisha; SHORT, Damien. A tipificação do estupro como genocídio. In: **Sur, Revista internacional de direitos humanos**. São Paulo, v. 6, n. 10, p. 28-51, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-4452009000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24.jul.2017.

**GT 08 - Migração, mobilidade e deslocamentos: exclusão social, diferenças culturais e ação política.****ESPAÇO E DEPENDÊNCIA NA AMAZÔNIA: O CASO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS EM TORNO DOS EMPREENDIMENTOS MINERAIS E PORTUÁRIOS EM BARCARENA-PA.**

Indira C. Rocha Marques (UFPA)¹
indiramarquesgeo@gmail.com
Rosana Amorim Coelho (UFPA)²
rosana.amorimc@hotmail.com
Gilberto de Souza Marques (UFPA)³
gilsmarques@bol.com.br

RESUMO

Nos anos 1970 grandes empreendimentos energético-minerais começaram a ser implantados no estado do Pará, entre os quais os de beneficiamento de bauxita em Barcarena, matéria-prima do alumínio. O complexo de alumínio no município atraiu outros investimentos. Foi o caso das plantas industriais e porto de exportação de caulim. Para a instalação deste empreendimento, particularmente do porto, a comunidade ribeirinha da Montanha foi desapropriada forçosamente, sendo parte deslocada para uma área interna do município, às margens do igarapé Curuperé. Este deslocamento produziu mais do que a perda da terra original, pois relações sociais, de produção (pesca, por exemplo) e outras mais ficaram comprometidas. A análise deste processo evidencia o espaço como construção social em meio às relações de produção capitalista, cujo objetivo é o lucro e não o desenvolvimento social. Para tal, intensifica-se a apropriação da natureza e se produz impactos socioambientais diversos. Ademais, reproduz a dependência, entendida como a situação em que uma economia ou região fica subordinada à outra economia que se alimenta de parte da riqueza produzida na primeira. Isso reforça o subdesenvolvimento na economia/região periférica. Impacto socioambiental, espaço como construção social e a teoria marxista da dependência são referências utilizadas na pesquisa em andamento, cujo este artigo é uma breve sistematização inicial.

Palavras-Chaves: Espaço; Impacto Socioambiental; Mineração; Teoria Marxista da Dependência.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é uma breve comunicação de uma pesquisa em sua fase inicial. Ela analisa a implantação de grandes empreendimentos no município de Barcarena-Pa. Pelas limitações do espaço definido para o mesmo e pelo momento da pesquisa nos concentramos em expor o processo de instalação do complexo do alumínio e sua atratividade para outros empreendimentos, entre os quais o de beneficiamento e exportação de caulim. Destacaremos os impactos socioambientais do ponto de vista do deslocamento forçado da comunidade ribeirinha da Montanha. Nosso objetivo é expor como este processo

¹ Doutora, professora da Faculdade de Geografia da UFPA, Brasil.

² Graduanda em Geografia, UFPA, Brasil.

³ Doutor, professor do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPA, Brasil.



é parte de uma dinâmica maior que reproduz situações de dependência e, portanto, de contradições sociais no município, reforçando o subdesenvolvimento local.

Para alcançar nosso objetivo, recorreremos ao debate sobre espaço como construção social, construção em meio às relações de produção capitalistas (cujo objetivo é o lucro); impactos socioambientais e à Teoria Marxista da Dependência. As duas próximas seções tratam de reflexões teóricas em torno de nossa problemática (espaço e dependência). As seções seguintes abordam o estudo de caso em si no município de Barcarena.

2. O ESPAÇO NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

Desde sua institucionalização como ciência, coube à geografia estudar o espaço geográfico. Na geografia tradicional (1870-1950), o conceito de espaço foi deixado em segundo plano. As discussões giravam em torno do estudo do objeto da geografia e na construção de sua identidade no meio científico, logo, os conceitos destaques dentro dessa corrente eram, principalmente, o de região e o de paisagem. Mesmo a abordagem espacial não sendo elemento de destaque nessa corrente, existia nas obras de Friedrich Ratzel e Richard Hartshorne. Ambos desenvolveram, respectivamente, os conceitos de espaço vital e espaço absoluto (CORRÊA, 2001).

Num contexto de pós-segunda Guerra, com inúmeras mudanças econômicas e sociais, estabeleceu-se em 1950 a chamada revolução teórico-quantitativa, a qual influenciou fortemente a ciência geográfica. De acordo com Corrêa (2001) adotou-se uma perspectiva centrada nas ciências naturais, particularmente a física, incorporando-se também modelos matemáticos/estatísticos. O conceito de espaço ganha destaque, tornando-se pela primeira vez um conceito-chave. Assim, o espaço é apresentado através de duas concepções a de planície isotrópica e a de sua representação matricial derivada de uma perspectiva onde a geografia é entendida como ciência espacial, propondo que “o espaço geográfico pode assim ser representado por uma matriz e sua expressão topológica, o grafo” (CORRÊA, 2001, p. 22).

A partir dos anos 1970 configurou-se a geografia crítica, corrente calcada no materialismo histórico e dialético. Emergiu com o propósito de superar a geografia tradicional e a teórico-quantitativa. O debate se concentrava em questões como qual a natureza e o significado do espaço e também quais suas categorias de análise. Com forte influência “lefebvrina”, o espaço é tido como “*locus* da reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade” (CORRÊA, 2001, p. 26).

Também nos anos de 1970 emerge a chamada geografia humanista e na década de 1980 tem-se o ressurgimento da geografia cultural. A geografia humanista fundamentada no existencialismo e na fenomenologia era contrária à geografia teórico-quantitativa, ela está



pautada no subjetivo (experiência, intuição, simbolismo, etc.), considerando o singular e não o particular ou o universal (CORRÊA, 2001). A perspectiva adotada para a compreensão do espaço é a de espaço vivido, na qual se consideram ideias geradas a partir de experiências espaciais e os sentimentos despertados por essas experiências.

Diante das distintas concepções brevemente apresentadas, esclarece-se que o ponto de partida para esse estudo foi a noção de espaço enquanto condição, meio e produto das relações de produção e reprodução social. Desta forma, entende-se que pensar o espaço é pensar na relação sociedade-natureza, refletir acerca de como o homem desde sua origem vem interagindo e transformando-a através do desenvolvimento das técnicas; como o espaço geográfico está sendo construído, ou melhor, produzido; pensar acerca das relações que o produzem.

Destarte, concebe-se o espaço enquanto produto histórico e social, pois é produzido por meio do estabelecimento de relações concretas de produção e reprodução da sociedade, assim, pode-se afirmar que a produção da vida é a produção do espaço. Contudo, necessita-se ter claro que essas relações são condicionadas pelo tempo e grau de desenvolvimento tecnológico dos meios de produção, logo, diante de um determinado momento histórico e modelo das forças produtivas a produção do espaço se dará consoante a esses fatores. Isso mostra que o espaço não é algo fechado, já pronto, impossibilitado de mudanças. O espaço é dinâmico e sua construção se dá historicamente através das relações sociais ou como Santos (2008) diz o espaço apresenta uma inercia dinâmica na qual as formas são simultaneamente produto e condição para processos. Desse modo, a produção do espaço geográfico revela as contradições econômicas, sociais e ambientais, produção essa, desigual, geradas pelo modelo de produção vigente que é contraditório, pois ao mesmo tempo em que prega a homogeneidade o próprio capital gera singularidades, resistências a essa ideologia (não tão bem sucedida) homogeneizadora.

Tais contradições muitas vezes estão expressas na paisagem. Contudo, sabe-se que a paisagem pode ser uma maquiagem para o que de fato acontece na realidade, por isso somente a aparência não é o suficiente para análise do concreto devendo-se ir além, em busca da essência, buscar entender os processos que levaram a formação da paisagem estudada, para assim obter uma interpretação mais fidedigna da realidade.

O modelo de produção capitalista impõe o ritmo em que a produção do espaço se dá. Sobre isso Carlos (2008) escreve que o espaço produzido pelo capital está alicerçado na apropriação da propriedade privada, que aliena do produtor o produto, logo, o espaço se produziria por meio da contradição existente entre sua produção socializada e a apropriação individual. Para Santos (1997), com maior desenvolvimento das forças produtivas, mais capital constante está presente na produção, ou seja, mais trabalho morto, o que culmina



numa maior sujeição do homem às coisas que ele criou. O sistema de produção faz com que o homem acabe alienado pelo resultado do seu próprio trabalho.

O espaço é produto histórico e social, fruto da relação homem-natureza mediada pelo trabalho. Dessa maneira, sociedade e natureza são indissociáveis, o que supera a ideia de o espaço ser apenas um reflexo da sociedade. O espaço não pode ser compreendido como algo exterior ao homem, como apenas um produto gerado pela sociedade. Entre sociedade e espaço há uma relação intrínseca, complexa e dialética, ou seja, não existe possibilidade de analisar o espaço sem o dar a posição de sujeito assim como o homem, pois da mesma maneira que o homem produz o espaço através das relações sociais concretas, o espaço influencia, condiciona e dá suporte ao estabelecimento dessas relações.

Se o espaço é fruto da relação homem-natureza mediada pelo trabalho ao longo dos períodos históricos, considera-se o trabalho como processo produtor do espaço geográfico (CARLOS, 2008). Analisar como a produção do espaço se dá atualmente numa sociedade capitalista, como as relações sociais estão se estabelecendo diante do modelo de produção atual é essencial para compreensão da realidade. O modelo de produção capitalista impõe uma corrida, num ritmo mais que acelerado, pelo lucro. O que impõe também uma desenfreada apropriação da natureza em busca de matérias-primas para que o ritmo da produção se perpetue ou até ganhe mais rapidez, assim, tem-se presenciado uma transformação da natureza através de uma intervenção agressiva do homem ditada pelo modelo de produção capitalista e que como uma de suas consequências gera processos de desestruturação e reestruturação do espaço.

Essa relação que vem se estabelecendo entre sociedade capitalista e natureza é conturbada, haja vista que os processos citados acima engendram conflitos sociais, ambientais e econômicos ou nas palavras de Carlos (2008, p. 41) “a produção espacial traz em si a luta antagônica entre os interesses do capital e da sociedade que emerge, a partir de situações históricas específicas, em função da diversidade de interesses”. Diante disso, a produção do espaço acontece de acordo com o modo como se delineia essa relação, podendo-se dizer que o espaço é produzido em função do processo produtivo geral da sociedade (CARLOS, 2008), sendo essa produção desigual e geradora de conflitos.

O desenvolvimento das forças produtivas fez com que o espaço se tornasse mundializado. O sistema produtivo não segue mais somente a lógica local, regional ou nacional, a escala se ampliou ao internacional, onde as multinacionais são quem ditam as regras do sistema e a organização do espaço também é guiada por essa lógica (SANTOS, 1997). Destarte, para se compreender um fato em menor escala é preciso ter claro que ele não é isolado, sofre influência de múltiplas escalas. As relações são globais, portanto, os



fatos são influenciados de forma direta ou indireta por forças mundiais, logo, na análise de um fenômeno particular deve-se levar em consideração que o mesmo está inserido em uma totalidade que não pode ser menosprezada, pois, caso isso ocorra, o resultado da análise será limitado, o que afastaria a possibilidade de uma explicação mais próxima do real.

3. SOBRE A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

A primeira metade do século XX foi marcada pela independência de um conjunto de países até então colônias ou semicolônias, que, somados aos que já haviam alcançado tal feito passam a almejar uma melhor localização no mapa do desenvolvimento mundial.

A partir desse momento as ciências sociais começam a refletir sobre essa nova realidade, emergindo então a Teoria do Desenvolvimento com o objetivo analisar, compreender e apresentar instrumentos para que outros países alcançassem a “modernidade” (entendida como estágio superior de organização social) e como grandes exemplos desse estágio estavam a Europa e os EUA. Essa teoria explicava a condição de subdesenvolvimento dos países como ausência de desenvolvimento, ou seja, faltavam condições para realização do processo de desenvolvimento efetivo. Além disso, para que se alcançasse o desenvolvimento necessitar-se-ia passar por algumas etapas, as mesmas que os países desenvolvidos tinham passado, acabando com uma visão “etapista” desse processo. Contudo, essa teoria não se sustenta por muito tempo devido ao fato que nem todas as ex-colônias do capitalismo, já independentes, conseguiam chegar ao desenvolvimento (SANTOS, 2015), ao contrário. Logo, a Teoria do Desenvolvimento não dava mais conta de explicar a realidade latino-americana.

Esse novo processo de desenvolvimento estava ligado ao desenvolvimento industrial, com a instalação das indústrias nos países dependentes nas décadas de 1930 e 1940, que serviram também para a dinâmica de expansão do capital internacional. A partir disso, verificou-se que era necessário repensar o subdesenvolvimento já que a realidade era o oposto à teoria de que o subdesenvolvimento existiria por conta da falta de desenvolvimento. Assim, começou-se a entender esses dois processos (desenvolvimento e subdesenvolvimento) como produtos do histórico do desenvolvimento do capitalismo, como sistema mundial que produzia simultaneamente os mesmos (SANTOS, 2015).

Destarte, a Teoria da Dependência emerge nos anos de 1960 com o objetivo de analisar a permanência da dependência mesmo em países que se industrializavam. De acordo com Santos (2015), ela representou um esforço crítico para entender os limites de um processo de desenvolvimento iniciado num período histórico no qual a economia mundial se estabeleceu segundo a hegemonia de grandes grupos econômicos e forças imperialistas dotadas de grande poder, mesmo quando uma parte delas entrava em crise e



abria oportunidade para o processo de descolonização. Segundo esta interpretação, o desenvolvimento dependente associado ao capital internacional tinha três características: era dependente, concentrador e excludente.

Para a teoria da dependência, o subdesenvolvimento estava ligado à expansão dos países industrializados, que se alimentavam de parte da riqueza produzida nos países periféricos, impulsionando, com isso, seu processo de acumulação ampliada de capital. Marini (2011), afirma que a produção de matérias primas e, principalmente, de alimentos na América Latina foi fundamental para que a economia central pudesse rebaixar o valor pago à sua força de trabalho, possibilitando com isso a transição da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa.

Algumas das principais ideias da escola da dependência eram: o desenvolvimento e subdesenvolvimento são aspectos diferentes do mesmo processo universal; o subdesenvolvimento não pode ser considerado como primeira condição para um processo evolucionista e; a dependência não é só um fenômeno externo, se manifesta também sob diferentes formas na estrutura interna da economia dependente e em diversos aspectos como social, ideológico, político entre outros (SANTOS, 2015).

A América Latina foi o palco no qual a teoria da dependência mais aflorou e avançou. Destacaram-se as análises marxistas dentro desta teoria. Essa região, desde o período da colonização europeia, era tida como um local repleto de recursos naturais à disposição das necessidades das economias centrais. Teria, então, a função de ser exportadora de matéria-prima no sistema econômico mundial. Assim como outras regiões de economia dependente do capital internacional, teve seu processo de “desenvolvimento” associado ao da industrialização. Para muitos, a industrialização seria uma pré-condição para se alcançar o desenvolvimento. Contudo, diferente do que se pregava, a expansão industrial na América Latina não fez com que seus países chegassem ao patamar de industriais desenvolvidos, ao contrário, aumentou a distância em relação aos países centrais, ficando as indústrias obsoletas e poluentes nos países de desenvolvimento médio (SANTOS, 2015).

Nas palavras de Marini a dependência é:

uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida (MARINI, 2011, p. 135).

Em suma, é necessário compreender que a dependência apresenta-se primeiramente como uma condição. Condição essa de subordinação e exploração, a qual se configura por meio da relação entre um país ou um grupo de países economicamente mais



desenvolvidos com países com menor grau de desenvolvimento, onde os países desenvolvidos através da relação de subordinação existente se aproveitam dos países subdesenvolvidos se apropriando de grande parte de suas riquezas e perpetuam essa condição por meio das relações de produção estabelecidas gerando, dessa maneira, o aprofundamento da dependência.

A dependência latino-americana tem um caráter contraditório, escreve Marini (2011), pois nos países desenvolvidos o produto gerado foi a acumulação do capital acontecendo mais pela ampliação da capacidade produtiva do que pelo aumento da exploração do trabalhador e já na América Latina o produto gerado foi o inverso, ampliando-se a exploração do trabalhador. Desse modo, nos países industriais teve-se um deslocamento do eixo da acumulação da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, o que não ocorreu na região latino-americana.

É nesse fato (o desenvolvimento da região latino-americana acontecer baseado na elevação da exploração do trabalhador) que se encontra a chave para compreensão do que é a dependência. Entretanto, para se compreender melhor essa condição de dependência deve-se retornar ao passado, onde se verifica como já dito, que a América Latina já emerge subordinada às economias internacionais. Essa afirmação justifica-se pelo fato de no período de expansão comercial a região latino-americana ter desempenhado papel importante contribuindo para o desenvolvimento do capital comercial e bancário, além de dar suporte para permanência do sistema de manufatura e o surgimento da grande indústria europeia (MARINI, 2011).

O fornecimento em grande escala de bens primários latino-americanos a preços menores que os dos produtos manufaturados, fez com que nos países centrais ocorresse uma baixa no valor real da força de trabalho o que possibilitou um incremento da produtividade culminando em maiores taxas de mais-valia (MARINI, 2011), ou seja, permitiu que o eixo de acumulação se deslocasse da mais-valia absoluta para a relativa nos países industriais. Essa troca de produtos primários por manufaturados pode-se dizer, não era muito justa já que com a grande oferta dos primeiros seus preços estavam sempre decaindo enquanto que os preços dos segundos permaneciam constantemente numa média padrão. Destarte, o câmbio de produtos primários por produtos manufaturados não se dava de modo igualitário, é o que Marini (2011) denomina de troca desigual.

A troca desigual que trouxe benefícios aos países industriais como o deslocamento do eixo da acumulação da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, possibilitando uma intensificação da produtividade e por consequência maior taxa de mais-valia, porém, não proporcionou aos países latino-americanos a mesmas condições. Em resposta a isso, tentando compensar esse déficit, o que se teve foi a ampliação da exploração do trabalho.



Mecanismos como prolongação da jornada de trabalho, intensificação do trabalho e expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho foram utilizados para compensar a perda adquirida na troca desigual, caracterizando-se assim uma superexploração da força de trabalho. Todavia, ressalta-se que a troca desigual não é o único fenômeno que desencadeia esses mecanismos de superexploração (MARINI, 2011). “Esses configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva” (MARINI, 2011, p.149).

Outro elemento que merece destaque na análise acerca desse capitalismo singular presente na América Latina é entender como ocorre o ciclo do capital. O ciclo do capital na economia (dependente) latino-americana acontece de forma distinta dos países centrais. Isso se explica primeiramente pelo fato de sua economia ter se desenvolvido consoante a economia mundial e também por sua produção não estar sujeita a capacidade interna de consumo para sua realização, ou seja, a fase da circulação não está ligada à da produção (MARINI, 2011).

Alguns países dependentes se industrializaram, mas com a presença de um conjunto de empresas diretamente transnacionais ou de empresas periféricas vinculadas/associadas a elas. Estas empresas, ainda que utilizando tecnologia mais defasada que a da economia central, conseguem recorrer a forças produtivas mais desenvolvidas que a da indústria tipicamente nacional. Com isso, elas conseguem reduzir seu custo de produção, obtendo um ganho extra (mais-valia extraordinária) em relação à empresa nacional. Esta, por sua vez, busca recuperar a perda obtida com um maior grau de exploração do trabalhador, mas que faz com que seja rebaixado o valor da força de trabalho médio dos trabalhadores do país, beneficiando ainda mais a indústria estrangeira (MARINI, 2012).

4. ESPAÇO, DEPENDÊNCIA E AMAZÔNIA: GRANDES EMPREENDIMENTOS EM BARCARENA

A Amazônia, em sua história, sempre esteve condicionada a economias internacionais. O seu processo de ocupação é muito importante para compreensão da região em si e das facetas mais comuns que a articulação entre Capital Transnacional e Estado adquire nessa região (LÔBO, 1996).

Desde a colonização portuguesa da Amazônia brasileira, tem-se uma economia de modelo extrativista, modelo esse que refletia a nobreza e a burguesia portuguesas, relativamente mais atrasadas, se comparadas a de outros países europeus e mesmo passada a independência do Brasil esse modelo continuou vigente. Foi assim também com o período da economia da borracha. (MARQUES, 2012)



O regime empresarial-militar instaurado no Brasil em 1964 pregava um discurso desenvolvimentista que se afirmaria por meio do processo de industrialização. Além do discurso desenvolvimentista, inseriram a ideia de “espaços vazios” (Amazônia) que precisavam se “ocupados” para garantir a soberania do controle sobre todo o território nacional em face ao medo de uma possível invasão internacional. Assim, o governo ditatorial lançou a “Operação Amazônia” (1966) criando a Sudam, Suframa e ampliando a política de incentivos fiscais às empresas, entre outras medidas.

Neste mesmo período, o governo brasileiro aprovou o Estatuto da Terra e o Novo Código de Mineração (1967) que consolidou a separação entre a propriedade da terra e do subsolo, além de permitir a exploração direta, pelas multinacionais, do setor mineral (MARQUES, 2012). “Deste modo, boa parte das reformulações promovidas nas leis e instituições brasileiras tinha, como escopo específico, facilitar a livre apropriação e exploração privada de territórios e riquezas naturais que, na sua maior parte, estavam na Amazônia” (LEAL, 2010, p.111).

Na segunda metade dos anos 1960 foram descobertas grandes reservas minerais, das quais se destacam as de bauxita (matéria-prima do alumínio) no rio Trombetas e as de ferro na serra dos Carajás. As primeiras controladas diretamente pela ALCAN, ALCOA, Daniel Ludwig (Kaiser Aluminum) e as de ferro pela United States Steel, posteriormente adquiridas pela então estatal Companhia Vale do Rio Doce.

No período de 1972 a 1974 tem-se o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) que, de forma geral, apresentou as bases para o processo de ocupação da região amazônica através abertura de rodovias, de um plano de desenvolvimento econômico voltado para o setor privado e facilitado pelos incentivos fiscais cedidos pela Sudam e Suframa e ocupação dos espaços vazios através das rodovias já em funcionamento e as que viriam surgir (MARQUES, 2010).

Durante o II PND assumiu-se de fato, por meio do II Plano de Desenvolvimento para Amazônia (PDA), a região como fronteira de recursos naturais, principalmente os minerais. Os principais investimentos do plano de desenvolvimento para região estavam direcionados a três setores: o de transporte, o de exploração mineral e, o energético (MARQUES, 2012). Destarte, pode-se dizer que a política de ocupação da região foi fundamentada nos “Grandes Projetos”, dos quais, como exemplo, podemos citar alguns como o Ferro – Carajás, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, a Mineração Rio do Norte e ALBRÁS-ALUNORTE. O complexo de alumínio foi formado pelas minas do rio Trombetas (Mineração Rio do Norte) e de Paragominas, pela UHE de Tucuruí (fundamental para fornecer energia subsidiada ao



empreendimento, sem o qual o mesmo não se implantaria) e pelas plantas de beneficiamento em Barcarena (Albrás e Alunorte).⁴

Com o advento da primeira crise do petróleo, a Amazônia ganhou mais importância no cenário econômico mineral mundial. A existência de fartas jazidas minerais, somado ao potencial energético faziam da Amazônia uma excelente região para a transformação mineral (LÔBO, 1996). Em 1973, sofrendo com as consequências da crise do petróleo, um grupo de empresários japoneses dá início as negociações com o governo brasileiro buscando estabelecer no Pará um complexo produtor de alumina e alumínio primário, tendo como atrativos o potencial hidrelétrico e as jazidas de bauxitas presentes no rio Trombetas.

No contexto de promoção da industrialização da bauxita, o ministro das Minas e Energia do governo Médici (Dias Leite) atraiu capital estrangeiro, culminando em intensas negociações com grupos japoneses. Esse processo de promoção resultou no complexo de alumina-alumínio e na UHE de Tucuruí (LEAL, 2010). Esse mesmo ministro buscando estabelecer elos superiores da cadeia da indústria do alumínio cria, em 1973, a ELETRONORTE.

Em 1976, realizados os estudos de viabilização da Alunorte e Albrás, o governo assumiu a construção da UHE de Tucuruí e toda infraestrutura necessária para os empreendimentos. Ao Japão coube o fornecimento de tecnologia. Assim, em 1978, tem-se a criação do Programa de Desenvolvimento Regional/ Infraestrutura do Complexo ALBRÁS-ALUNORTE – com objetivo de fornecer recursos para a construção da infraestrutura necessária no local aonde iriam se instalar as duas plantas.

Apesar disso, em 1980 houve negociações em Tóquio, nas quais o governo japonês deixou claro que só concederia empréstimos para financiar uma série de projetos no Brasil se o BNDE concordasse em financiar a ALBRÁS e a ALUNORTE. Assim foi feito.

Jogadas políticas e de mercado feitas pela ALCOA (ALUMAR) para não perder a liderança na indústria nacional de alumínio atrasaram a implantação da Alunorte (que seria uma forte concorrente). A implantação da Alunorte foi retomada em 1993, com uma nova composição acionária, sendo a CVRD a maior acionista.

Por força da assinatura dos Acordos de Cooperação Econômica Brasil – Japão, o governo brasileiro assumiu o ônus de implantar a infraestrutura necessária ao funcionamento do Complexo ALBRÁS-ALUNORTE. Além das obras de energia elétrica, foi necessária a construção de um núcleo urbano para aproximadamente 40/50 mil habitantes, um porto graneleiro e de carga geral para navios de grande porte e obras diversas no setor

⁴ Lôbo (1996) salienta que o principal instrumento governamental, em relação ao aprofundamento do padrão de ocupação em andamento na região, foi o Programa Grande Carajás (PGC), estabelecendo um regime especial de incentivos tributários e financeiros para empreendimentos dentro de sua área de atuação.



de transporte (hidro e rodoviário) nos municípios que sofreriam impactos decorrentes do projeto, como Abaetetuba e Barcarena.

Escreve Lôbo (1996) que, a participação do Governo do Estado deu-se através das seguintes ações: 1)- desapropriação de uma área de cerca de 40 mil ha, destinada a abrigar o complexo portuário e industrial, o núcleo urbano e uma colônia agrícola; 2)- A Companhia de desenvolvimento Industrial (CDI-PA) também coube a atribuição de implantar uma colônia agrícola nas imediações do empreendimento, com os objetivos de absorver as famílias que seriam desalojadas e abastecer o núcleo urbano e o mercado de Belém de alguns gêneros alimentícios; 3)- A execução de obras e serviços complementares, como o tratamento asfáltico superficial em rodovias de acesso as cidades de Barcarena e Abaetetuba e ao Sudeste do Pará, construção da rodovia São Francisco-Ponta Grossa, construção de três postos do Centro de orientação de Migrantes (CETREMI), entre outros.

Com o objetivo de viabilizar o complexo do alumínio na Amazônia, o MME instituiu, em 1979, a Portaria nº 1.654, a qual autorizou a ELETRONORTE a celebrar contratos de fornecimento de energia para produtores de alumínio primário que se localizassem na área dessa concessionária regional com tarifas reduzidas entre outras vantagens.

Incentivos fiscais também foram oferecidos por entidades como o PGC, a SUDAM, o Governo do Estado e a Comissão para Concessão de Benefícios Fiscais e Programas Especiais de Exportação - BEFIEX (LÔBO, 1996; LEAL, 2010). E sobre o equacionamento financeiro do empreendimento, as negociações entre o governo brasileiro e o japonês resultaram em que o aporte de recursos financeiros para a ALBRÁS e a ALUNORTE seria feita na base de 30% de capital de risco dos acionistas e 70% sob a forma de empréstimos e financiamentos. Em suma, além de todas as facilidades concedidas ao empreendimento, o Estado brasileiro ainda foi chamado para socorrer finanças da empresa, através da conversão de dívidas em capital de risco e refinanciamentos em condições mais favoráveis (LÔBO, 1996).

5. OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS EM BARCARENA

A implantação do complexo do Alumínio em Barcarena, através do porto, company town e Albrás-Alunorte, atraiu outros empreendimentos. Foi o caso das plantas de beneficiamento do caulim, produção impulsionada pela CVRD, também controladora da Albrás-Alunorte.⁵ Esta produção é conduzida pela Imerys, transnacional belgo-francesa com 270 plantas industriais em cinco continentes. O caulim é um minério que entra na produção

⁵ Tal qual fez com o Caulim, a Vale após a privatização repassou o controle acionário para outras empresas. No caso da Albrás-Alunorte, a atual controladora é a transnacional de origem norueguesa Norsk Hydro.



de diversos produtos: produção de papel, tintas, artigos de porcelana, farmacêuticos, plásticos, etc.

No Pará desde 1996, a empresa, explorando e beneficiando caulim, tem a denominação de Imerys Capim Caulim. Em 2010 comprou a Pará Pigmentos S.A. (PSSA), passando a dispor da maior planta de beneficiamento mundial de caulim. A empresa conta com duas minas no município de Ipixuna do Pará (rio Capim): a PSSA e a Rio Capim Caulim (RCC) que transportam o minério por dois minerodutos de 180 km e 160 km, respectivamente, até Barcarena, onde é beneficiado e embarcado no porto da companhia.

Nesta seção analisaremos, brevemente, o processo de implantação da empresa em Barcarena e seus impactos sobre a comunidade local. Falamos brevemente por conta tanto do espaço limitado para este artigo quanto pelo fato de ser uma pesquisa ainda em andamento. Destacamos ainda que a análise do impacto socioambiental terá como foco o processo de deslocamento forçado da comunidade, e não necessariamente as agressões ao ambiente físico em si.

A área escolhida para os empreendimentos do caulim localiza-se próximo às instalações da Albrás-Alunorte, nos limites do Distrito Industrial de Barcarena. Ela corresponde à área da comunidade da Montanha, que apresenta limites imprecisos com a comunidade do Curuperé e fica às margens da baía do Marajó. No momento de chegada das empresas de caulim, na comunidade da Montanha havia 16 famílias e aproximadamente 60 pessoas, que foram desapropriadas para favorecer os objetivos empresariais (NASCIMENTO, 1999).

Esse não foi o primeiro movimento de remanejamento da população local para fins de grandes empreendimentos no município. Para a implantação da Albrás-Alunorte já havia ocorrido processos de deslocamento forçado (HAZEU, 2015). A partir disso, observam-se as primeiras experiências de organização coletiva dos moradores afetados em diversas comunidades.

A comunidade da Montanha tinha a pesca como sua atividade principal. Os moradores do Curuperé, localizada numa área intermediária (próxima ao igarapé de mesmo nome) combinava pesca, pequena agricultura e criação de animais de pequeno porte. A estrutura produtiva destas comunidades se baseava na unidade familiar, com alto grau de parentesco. Uma de suas características era a propriedade familiar da terra, considerada como sua por conta da ocupação que realizam há várias gerações. A maioria não tinha nenhum comprovante legal de propriedade da terra, mas dispunham do reconhecimento social local sobre as mesmas.

A implantação do projeto caulim em Barcarena impactou no meio físico e social, seja pelo desmatamento de áreas verdes, seja deslocamento forçado das famílias. Os primeiros



contatos empresariais com os moradores locais ocorreram em 1992, ao mesmo tempo em que solicitaram à Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente o licenciamento para suas obras. A PPSA adquiriu em junho de 1993, por meio da CDI-PA um lote de 70 ha no distrito de Murucupi (Vila do Conde) para a instalação de seu terminal portuário, onde se localizava a comunidade da Montanha.

Por sua proximidade física, laços religiosos e maior organização social, os moradores da Montanha buscaram apoio da comunidade do Curuperé, que já contava com a Associação dos Produtores Rurais do Curuperé (ASTRC) – fundada como reação aos processos que observara ter ocorrido com outras comunidades que enfrentavam a expropriação em decorrência, principalmente, da instalação da Albrás-Alunorte.

A ASTRC passou a representar também os moradores da Montanha, em particular nas negociações com PPSA. Segundo Nascimento (1999), o processo de aproximação e abordagem da empresa aos moradores ocorreu de modo insidioso, uma vez que o principal articulador dos contratos (um profissional de ciências sociais da empresa) se aproximava das famílias de modo a ganhar a confiança individual das mesmas, estabelecendo contratos isoladamente (de casa em casa), deslocando a associação do processo de intermediação. Isso gerava opiniões divergentes dentro da comunidade, enfraquecendo sua organização coletiva.

Reunião oficial com a ASTRC só passou a ser realizada a partir de 1993. A preocupação principal dos moradores da Montanha e de parte das famílias do Curuperé, também afetadas, era evitar que ocorresse com eles o que ocorrera com aproximadamente 561 famílias desapropriadas e afastadas de suas atividades tradicionais para a instalação da Albrás-Alunorte.

Nos marcos de um quadro de desapropriação, e também de pressão por parte da comunidade, os moradores da Montanha alcançaram parte de suas reivindicações (diminuindo suas perdas). Entre elas, escolheram a área para onde desejavam ser remanejados, que ficava dentro da área do Curuperé, próxima de onde moravam, ainda que não mais de frente com a baía.

As reivindicações da comunidade da Montanha foram condensadas num termo de compromisso, que estabelecia a contrapartida da empresa para a saída dos moradores do local. Destacava-se a construção das seguintes obras: casa para as famílias, templo religioso, escola e centro comunitário. Contudo, as edificações construídas foram de baixa qualidade. Essa nova área foi denominada pelos moradores como vila Nova Canaã.

A principal questão levantada pelos moradores remanejados da Montanha como os nativos do Curuperé era a reivindicação em torno da titulação de suas terras. A empresa e



órgãos governamentais se comprometeram com isso, inclusive por meio de documentos. Segundo Nascimento (1999), até 1999 nenhum morador recebera algum título de posse.

No decorrer dos anos seguintes, as famílias remanejadas para a vila Nova Canaã, juntamente com os que já moravam no Curuperé, começaram a enfrentar dificuldades financeiras por conta da impossibilidade de garantir sua sobrevivência por meio de suas atividades tradicionais, principalmente a pesca. Passaram a buscar caminhos na pequena agricultura, mas sem apoio governamental e empresarial, redundando em fracasso.

No final da década de 1990, as famílias vivenciaram de perto a falta de perspectivas de sobrevivência, seja pela alegação de ilegalidade na posse das terras, seja pela política estéril de financiamento agrícola. Isso se somou às incertezas anteriores, contribuindo para a desmobilização dos moradores e consequente enfraquecimento da confiança de sua organização (NASCIMENTO, 1999). Também se intensificou a periferização do entorno dos portos e plantas industriais, diminuí-se investimentos nas comunidades. Entre outros, aprofunda-se a precarização da moradia e trabalho (com a sub-não-contratação da população local), a prostituição, etc. (HAZEU, 2015) e outros “desastres” socioambientais, como foi o caso do naufrágio de um navio com milhares de bovinos vivos (2015), contaminando a baía, o ar e as praias do município.

Mesmo focando os impactos socioambientais a partir dos deslocamentos forçados, cabe uma nota sobre outra dimensão do mesmo. Desde que a Imerys assumiu o comando da produção de caulim em Barcarena, ocorreram pelo menos quatro vazamentos de seus rejeitos no município: 2004, 2008, 2014 e 2016, contaminando rios, igarapés. Afora isso, a montagem de suas bacias de rejeitos próximas a igarapés e comunidades contamina os lençóis freáticos e os cursos de água, impedindo a população de recorrer aos mesmos. A região do Curuperé vive na dependência de carros pipas, ainda que tenha olhos d'água nascendo em seus quintais. O “vazamento” de rejeitos, ao contaminar os rios e matar os peixes, se apresenta como mais um mecanismo de expulsão da comunidade local, respondendo aos objetivos da empresa de “limpar” a área para obter seus objetivos. Mesmo a ação do Ministério Público (federal e estadual), levando a empresa a assinar Termos de Ajuste de Conduta não foi suficiente para impedir novos derramamentos de rejeitos.

O processo de desmobilização ganhou novos contornos por conta da ampliação dos empreendimentos já existentes ou pela implantação de novos no decorrer das primeiras décadas do século XXI (Ferrovia Paraense e Cevital, por exemplo). Em que pese, intensifica-se a pressão das empresas sobre as comunidades por novas desapropriações, levando ao pessimismo parte de seus moradores, observa-se que outros reforçam o sentimento e as ações de resistência, que incluem até mesmo a retomada de áreas até então apropriadas pelas empresas. Essa nova articulação busca envolver diversas



comunidades e categorias de trabalhadores do município e busca apoio em movimentos sociais e instituições de Barcarena e de outros municípios, como é o caso de Belém. Desta articulação surgiu em 2016, o movimento Barcarena Livre e em 2017 o Observatório do Baixo Tocantins.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: ESPAÇO, DEPENDÊNCIA E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS EM BARCARENA

Entendido o espaço como construção social e, particularmente, em meio às relações sociais da produção capitalista, constatamos que em Barcarena é produzido e conectado diretamente às determinações que em muito extrapolam as fronteiras do município. Os interesses do grande capital nacional e internacional, na sua busca por reprodução ampliada (em meio à forte concorrência intercapitalista) impuseram uma desestruturação e reestruturação espacial no município, gerando impactos socioambientais de grande intensidade. Extrai-se e se beneficia produtos primários, exportados a preços reduzidos, quando comparados aos industrializados importados. Isso reforça o perfil de uma economia primário-exportadora, ou de produtos semielaborados, recebendo enormes favores estatais para rebaixar ainda mais seus custos de produção. Ocorre, então, uma transferência de recursos públicos e sociais para o grande capital nacional e transnacional.

A ação do Estado (na esfera nacional ou estadual) foi decisiva e, ao mesmo tempo, nociva aos interesses da população local. Permanentemente deslocada arbitrariamente, estas pessoas pouco viram o glamour do progresso, do desenvolvimento. Ao contrário. Foram expropriadas para além de suas terras. Foram furtadas em parte de suas relações sociais, estabelecidas nas comunidades originais, no parentesco, nas atividades de pesca, roçado, religiosidade, entre outros. Perdeu-se muito mais do que a terra original.

Presenciamos assim, o reforço às condições que caracterizam uma economia dependente. Reproduz-se a condição em que uma economia periférica tem sua dinâmica condicionada pela dinâmica de uma (ou mais) economia central, que se alimenta de parte do valor produzido na primeira, gerando graves problemas sociais na mesma - caracterizadores do subdesenvolvimento.

Ainda que o processo seja doloroso, a resistência e a organização social têm se intensificado em parte destas comunidades. Esta é uma condição fundamental para que, ao se avolumar, se consiga impedir novas desapropriações.

REFERÊNCIAS

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2. Ed. Florianópolis: Insular, 2013.



- CARLOS, Ana Fani Alessandrini. **Introdução**. In: A (re)produção do espaço urbano.- 1. ed. 1. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- CORRÊA, Roberto L. **Espaço: um conceito-chave da geografia**. In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C. e CORRÊA, Roberto L. (org.). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- HAZEU, Marcel T. **O não-lugar do outro: sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena**. Belém: NAEA/UFPA, Tese de doutorado, 2015.
- LEAL, Aluizio Lins. **Uma sinopse histórica da Amazônia (uma visão política)**. Revista de Estudos Paraenses, Belém: Edição Especial, 2010.
- LÔBO, Marco Aurélio Arbage. **Estado e Capital Transnacional na Amazônia: O caso da ALBRÁS-ALUNORTE**. 1996.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. In: Roberta Traspadini, João Pedro Stédile (orgs). Ruy Mauro Marini – Vida e Obra. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MARINI, Ruy Mauro. **O ciclo do capital na economia dependente**. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE; Mathias (orgs.). Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARQUES, Gilberto. **A incorporação amazônica no desenvolvimento capitalista brasileiro**. Revista de Estudos Paraenses, Belém: Edição Especial, 2010.
- MARQUES, Gilberto. **Amazônia: uma moderna colônia energético-mineral?** Universidade e Sociedade. Ano XXI, nº 49, jan. 2012. Brasília: Andes-SN 2012.
- MARQUES, Indira C. Rocha. **As pedras e os caminhos que nos levaram a Mosqueiro**. In: Mosqueiro, PA: Veraneio e Tensões Espaciais numa ilha de Rio-Mar. Seropédica: UFRRJ, 2003. 161p. (Dissertação, Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade).
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1991.
- SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. - 4ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- SANTOS, Milton. **O espaço e a noção de totalidade**. In: A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)
- SANTOS, Theotônio. **Teoria da Dependência: Balanços e Perspectivas**. Florianópolis: Insular, v. 1. Obras escolhidas, 2015.

**GT 08 – Migração, mobilidade e deslocamentos: exclusão social,
diferenças culturais e ação política****A PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS SOBRE A UTILIZAÇÃO DO
TRANSPORTE FLUVIAL EM SOURE – MARAJÓ/PA**

Thiliane Regina Barbosa Meguis (UFPA/NAEA)
thilly20@hotmail.com¹

Kassia Suelen da Silva Farias (UFPA/NAEA)
kassiasfarias@gmail.com²

Juliana Azevedo Hamoy (UFPA/NAEA)
julianahamoy@gmail.com³

Mirleide Chaar Bahia (UFPA/NAEA)
mirleidebahia@gmail.com⁴

RESUMO

A Amazônia possui características determinantes para o acesso às ilhas, praias e cidades, que compõem a referida região, e são significativas para afirmar que o transporte fluvial é fundamental não apenas para a economia, mas principalmente para a vida dos cidadãos locais. Destacou-se neste estudo a importância do transporte fluvial para a Amazônia, em particular no município de Soure-Marajó/Pa. O objetivo da pesquisa foi compreender a percepção dos usuários sobre a utilização desse serviço e entender o processo participativo destes em debates públicos/privados. A metodologia constou de levantamento bibliográfico e pesquisa de campo, com entrevistas semiestruturadas. A partir da análise dos dados coletados foi possível identificar que os usuários do transporte fluvial não estão amparados por políticas públicas participativas para o setor, as quais poderiam possibilitar debates em conjunto com os setores públicos e privados, a fim de tratar de seus anseios referente à locomoção dentro da região, pois o transporte fluvial é responsável pela mobilidade e, principalmente, para a qualidade de vida da população residente.

Palavras-chave: Transporte fluvial; Participação; Marajó.

1. INTRODUÇÃO

As particularidades da Amazônia, no que se refere à diversidade cultural, social, ambiental, política e econômica motivam análises sobre os diversos campos do conhecimento, em especial, às que se relacionam com a condução das políticas públicas que têm sido direcionadas para o desenvolvimento da região e, em particular, ao que trata

¹Graduação em Turismo (Bacharelado) pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA/UFPA).

²Graduação em Turismo (Bacharelado) pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA/UFPA).

³Graduação em Turismo (Bacharelado) pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA/UFPA).

⁴Doutora em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA); Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA/UFPA).



esse estudo, o transporte fluvial. A importância e análise do serviço de transporte fluvial para a região ultrapassa os assuntos que se encerram no desenvolvimento econômico, compreendendo-o sobre múltiplos aspectos, como a sua importância para o deslocamento humano, uma vez que os rios e os barcos são elementos presentes no cotidiano das populações locais, para o acesso ao trabalho, a postos de saúde, a escolas, ao lazer etc.

As grandes transformações nas sociedades, em um contexto global, influenciam diretamente nas transformações que ocorrem em um contexto local e, portanto, no direcionamento das suas estratégias políticas. Na Amazônia, em especial, essas transformações refletiram diretamente na construção do seu espaço urbano que vem sendo realizado, sobretudo, desde o período colonial, passando pelo *boom* da borracha, até o final da década de 1960 (CASTRO, 2009). Essa última década definiu o avanço da fronteira que firmava o interesse das políticas governamentais em integrar a região ao restante do país. Nesse período, a região transformou-se em espaço de investimentos públicos, dentre os quais, o custeio de implementação de políticas de transporte, que redefiniu a dinâmica com a introdução de infraestruturas de transporte fluvial.

Considerando o decisivo papel do transporte fluvial na Amazônia para a dinâmica local de locomoção das populações, das relações socioculturais, políticas e econômicas, esse estudo teve como objetivo compreender a percepção dos usuários sobre a utilização desse serviço e entender o processo participativo destes em debates públicos/privados, para tratar de seus anseios referentes a locomoção dentro da região, já que o transporte fluvial também é o responsável pela mobilidade e qualidade de vida, tendo como foco o município de Soure – arquipélago do Marajó (Pará).

Para a trajetória teórica do artigo foi necessário trazer para a reflexão a importância do transporte fluvial, destacando sua necessidade para a região amazônica, especificamente para Soure, no Marajó - Pará.

A pesquisa bibliográfica foi basilar para o aprofundamento do debate relacionado à análise proposta. Deste modo, foram utilizados diversos materiais como: teses, dissertações, artigos e livros disponíveis na Biblioteca do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA e na Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará – UFPA, entre outros.

Para a pesquisa de campo, realizada em julho de 2017, foram entrevistados 20 usuários do transporte fluvial, sendo utilizado o critério de acessibilidade, com os moradores do município de Soure. Este critério de escolha, segundo Vergara (2005), seleciona os entrevistados conforme a facilidade e disponibilidade de acesso. As entrevistas foram individuais, seguindo um roteiro semiestruturado e foram gravadas, transcritas e analisadas.



2. O PROCESSO PARTICIPATIVO NA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TRANSPORTE FLUVIAL

As demandas relacionadas ao transporte são influenciadas pela economia global, assim como de outras atividades dos diversos setores da sociedade. Essa importância destaca-se no sentido de que os fluxos (pessoas e mercadorias) entre as regiões ligam-se às áreas de produção e consumo. Frequentemente, esses fluxos não se encontram acessíveis do ponto de vista espacial e é o transporte o principal serviço para fazer a ligação e diminuir a distância entre as localidades (BARAT, 1978).

O transporte tem sua importância por viabilizar a relação da economia própria de um local com as outras localidades dinamizando a economia e geração de emprego e renda. Além de ser indispensável para que os cidadãos acessem os serviços de sua cidade, como também possibilita o deslocamento para o acesso à cultura e lugares diferentes.

O transporte é descrito por Couto (2015), como vetor da qualidade de vida da população, sendo apontados alguns problemas que são verificados no serviço, tais como: o tempo excessivo de deslocamento, a falta de conforto e segurança, a baixa qualidade dos serviços prestados, a pouca oferta de horários e traslados, o custo elevado, dentre outros. Estes influenciam na limitação da utilização, refletindo na exclusão social e na possibilidade de diminuição do tempo para a realização de outras atividades.

Esses aspectos foram identificados no Marajó-PA, mais especificamente em Soure. Nessa pesquisa, foi possível identificar que o transporte influencia diretamente na qualidade de vida desses moradores, que precisam ter acesso aos serviços que são fundamentais para a garantia de saúde, lazer, educação e o exercício de sua cidadania.

A determinação de políticas para o transporte de passageiros com um mínimo de segurança, conforto, qualidade e acessibilidade, ressaltando o cunho social do transporte fluvial para a região amazônica, é fundamental no sentido de entender e resolver os problemas e as deficiências do serviço, tendo em vista as características naturais da região, pois é formada por rios, igarapés, furos e lagos⁵, os quais influenciam na distância entre as localidades.

As ações e ordenamento dos serviços de transportes fluvial devem ser avaliados, discutidos e planejados permitindo que ocorram benefícios com relação à equidade social e, por consequência, reflitam no desenvolvimento local. Destaca-se que o processo participativo é imprescindível para que a população local, o setor público e a iniciativa

⁵ "Furo é um canal, sem correnteza própria, que corta uma ilha fluvial [...]" (MORAES, 2007, p. 80). Um rio é uma corrente natural de água que flui com continuidade, possui um caudal considerável e desemboca no mar, num lago ou em outro rio, e em tal caso denomina-se afluente (MORAES, 2007).



privada se articulem no processo de planejamento e iniciativas viáveis, em convergência com a realidade local.

Com relação à participação local, conforme Silva (2016) deve haver mecanismos que promovam, de forma efetiva, a participação da população no processo decisório, principalmente por esta ser a principal afetada com os impactos sociais das ações relacionadas ao desenvolvimento.

Percebe-se que a “[...] administração da maioria das hidrovias brasileiras é realizada pelas companhias docas federais, que recebem recursos da União para essa atividade” (LACERDA, 2004, p. 258), o que contribui para afirmar que as empresas privadas ficam com a responsabilidade de administrar o setor. Esse fato, articulado ao contexto político burocrático brasileiro reflete, de forma negativa, na administração e na incorporação das necessidades dos usuários no planejamento do transporte fluvial.

A descontinuidade das políticas dos diversos governos e das próprias diretrizes de médio a longo prazo, além dos planos viários que mudam, sem antes terem sido implementados, assim como o crescimento do mercado empresarial no setor, são alguns dos fatores que vêm causando a desordem e a inadequação dos transportes. Mesmo com as interferências políticas de sistematizar e coordenar os problemas da região com relação ao serviço, ainda se observa que existem discordâncias.

Pensar na elaboração de políticas públicas para o setor, pautadas nas necessidades de participação dos usuários, pode contribuir para a formulação de novas soluções e para a avaliação das ações que já estão sendo implementadas, determinando que a participação dos usuários no planejamento, gestão e fiscalização dos serviços de transporte é imprescindível para a melhoria de tais políticas.

A participação da sociedade nas decisões das políticas públicas a serem implementadas, deve ser destacada como preponderante para a melhoria do setor, considerando que esta é compreendida a partir do encorajamento e da busca constante de afirmação do indivíduo enquanto cidadão. É uma redefinição entre o que é público e o que é privado, seguindo a lógica de distribuição equitativa entre os sujeitos sociais e afirmação do seu papel enquanto um agente autônomo que detêm uma significativa relevância nas decisões políticas (JACOBI, 2002).

Couto (2015) afirma que apesar de haver essa preocupação na elaboração do planejamento do transporte no Brasil, a participação ainda é frágil, pois:

A forma como o Ministério dos Transportes idealiza o planejamento de transporte no Brasil tem uma “essência” voltada para a participação social nas decisões das políticas a serem implementadas, porém as diferenças regionais são marcantes no país, devido a grande extensão e diversidade territorial, além da variação regional enorme quanto à utilização dos



transportes dentro do país, gerando pouca ou nenhuma participação social no processo de decisão das políticas voltadas às regiões, principalmente na Amazônia (COUTO, 2015, p. 19).

Mudanças institucionais acontecem, a partir de instrumentos que incluem a sociedade no processo de planejamento público, no entanto, ainda se observa a fragilidade desse procedimento. Percebe-se um contexto marcado pela contradição, no qual a democracia se torna frágil, dificultando um debate aberto com controle e decisões participativas.

A organização do transporte fluvial e das vias de acesso devem incorporar os interesses e necessidades da população como um todo, mas se observa que sua organização acontece para suprir os interesses individuais das elites, ou seja, da minoria da população residente e que, de fato, pouco utiliza o transporte no seu dia a dia. Apesar dos rios se constituírem na principal via de acesso e delas necessitarem para que o transporte fluvial funcione, principalmente:

[...] pelo seu baixo custo, a maior parte da movimentação de carga e os deslocamentos das populações ribeirinhas com baixo poder aquisitivo, essas vias naturais são desprovidas, quase que totalmente, de obras que visem ao melhoramento da navegabilidade e não contribuem, portanto, para dinamizar os transportes, nesta parte do país (ALMEIDA e RIBEIRO, 1989, p. 42-43).

Alguns autores, como Pádula (2008) e Silva (2016), sinalizam que os serviços de transportes, atualmente, se estabelecem como base para pensar os processos de desenvolvimento social, cultural e econômico, por meio da integração de pessoas e mercadorias. Percebe-se a participação direta da iniciativa privada no ordenamento e planejamento do serviço de transporte no Brasil, ocorrendo a articulação entre a infraestrutura e os serviços proporcionados pela iniciativa privada e pelos serviços públicos.

A realização de ações regionais deve ser pensada com a participação popular, ressaltando sempre as características locais. Além da elaboração de políticas públicas que venham a auxiliar a população, para que a mesma se torne agente ativo das ações de ordenamento do serviço de transporte, porém de forma diferente do que já vem sendo implementado. Talvez a mudança possa estar na metodologia de audiências públicas, sendo capaz de organizar um instrumento importante para a promoção do diálogo entre os que utilizam e influenciam no serviço de transporte.

3. TRANSPORTE FLUVIAL E SUA IMPORTÂNCIA NA REGIÃO AMAZÔNICA

A Amazônia tem a maior bacia fluvial do mundo e a sua extensão continental faz com que existam grandes distâncias entre as localidades, que podem ser superadas com a



utilização do transporte fluvial, fundamental para a garantia do exercício da cidadania como: o acesso à assistência médica, à educação, acesso às atividades de lazer e de turismo, entre outros.

Em virtude das diferenças estruturais que geraram o aparecimento e a evolução de cada serviço de transporte, o transporte fluvial recebeu um destaque especial por sua utilização e importância no processo histórico da Amazônia. Foi o primeiro tipo de transporte utilizado pelo ser humano, que com o advento da tecnologia foi sendo aprimorado, a partir da criação do barco a vapor, que possibilitou viagens mais rápidas, seguras, confortáveis e eficientes.

Na região, as rotas fluviais são fundamentais para que ocorra a locomoção e, em casos particulares, o transporte fluvial é a única forma de acesso às localidades específicas que são separadas geograficamente, além da relação singular do ser humano com os aspectos ambientais, nesse caso, o rio. “Na Amazônia, o transporte pelos rios é feito pela maioria da população e as embarcações são utilizadas sem fiscalização e sem padronização pelos órgãos responsáveis, causando maiores riscos aos seus usuários” (COUTO, 2015, p. 75).

Dentre as características que podem influenciar a infraestrutura do transporte, pode-se destacar, entre outras, as características hidrográficas, o solo e o clima, pois esses fatores físicos determinam diretamente a condição de funcionalidade da infraestrutura das embarcações, dos portos, e das vias de locomoção. É nesse sentido que a decisão em transportar mercadorias ou pessoas a um determinado destino deve pautar-se à demanda dos mercados e das comunidades, quanto às condições sociais, físicas e culturais.

Os rios desempenharam um papel fundamental no processo de ocupação da Amazônia, permitindo a colonização nos tempos primórdios e até nos dias atuais, assumindo papel relevante para os deslocamentos humanos e o escoamento das produções das regiões, proporcionando que as regiões mais distantes geograficamente possam se relacionar com os outros centros industriais.

Na Amazônia, o rio se constitui como o gerador das relações sociais, demonstrando a necessidade indispensável para a população que dele utiliza para a facilitação das relações sociais, políticas, econômicas e culturais. Nesse contexto, na região amazônica, a ocupação e o processo de urbanização tiveram no rio a sua principal rota para os contatos e trocas com as demais regiões, populações e culturas. Por conta disso, ele é utilizado como uma fonte de trocas e os valores simbólicos culturais são visualizados nessa relação.

Na Amazônia o rio sempre teve um papel extremamente significativo, além de sempre ter sido o principal elo entre as diversas comunidades humanas pretéritas e atuais, é fornecedor de proteína animal, canal de transporte,



fonte de abastecimento de água e de comunicação (QUARESMA, 2010, p. 128-129).

As cidades da região amazônica foram criadas tendo como características as cidades de frente para os rios, desempenhando relações simbólicas e culturais dos amazônidas com o rio, os quais devem ser incorporados no processo de planejamento e implementação de políticas públicas, por desempenharem papel fundamental não só para o transporte, mas para a relação simbólica e direta com o cidadão.

O processo de urbanização também é sinalizado como um fator relevante para o estudo proposto, no sentido de que a análise do setor de transportes não está dissociado das grandes mudanças que ocorreram na região amazônica, mas sim ações de causa e efeito de processos econômicos, sociais, culturais e políticos que ocorrem em seus mais diferentes aspectos. A iniciativa privada, o poder público e a sociedade civil organizada são os principais agentes desse processo.

Alguns estudos, como o de Nazaré (2001), apontam que a inexistência de infraestrutura nos terminais fluviais e a ausência de metas socioeconômicas e ecológicas associados às características naturais da região (ventanias e a força da maré), ou mesmo pela incapacidade humana, contribuem para a ocorrência de desastres na navegação fluvial na região amazônica, sejam de cargas ou de passageiros.

Em muitos casos, esses desastres são reflexos de planejamentos públicos inadequados que não condizem com os problemas que são observados e ressaltados por autores como Almeida e Ribeiro (1989), Nazaré (2001) e Couto (2015), tampouco, condizem com as necessidades e exigências da própria população local, que deveria participar da formulação e implementação de políticas públicas para o setor. Segundo os autores, outro aspecto significativo é a ineficiência das intervenções públicas, que está aliada também à indisposição do governo em criar e implementar políticas públicas para o setor de transportes.

A importância da participação da população para exigir melhores condições de infraestrutura e segurança nos barcos, portos de embarque e desembarque, entre outros, contribui também para a formulação e execução das políticas públicas de transporte para a região. Tais fatores puderam ser evidenciados em Soure, município que será detalhado a seguir.

3.1 Soure

O Marajó é considerado a maior ilha fluviomarítima do mundo, cercada por rios de um lado e pelo mar do outro. Ganha ênfase pela sua cultura marajoara, paisagem com praias e igarapés, reconhecida “[...] pela diversidade biológica e cultural” (MARIN *et al.*, 2015, p. 16).



A ilha do Marajó é uma Área de Proteção Ambiental⁶ de Uso Sustentável (APA Marajó) desde a Constituição do Estado do Pará, de 1989, o qual dentre os doze municípios⁷ que fazem parte dessa Unidade de Conservação⁸ (UC), Soure possui 5.94 % do seu território incluídos na UC. Soure tem uma extensão de 3.517,318 km² com uma população estimada em 24.388 pessoas (IBGE, 2017). É nesse contexto, que o transporte fluvial se institui como fundamental para se pensar as ações de melhoria de locomoção, proporcionando os contatos entre as regiões locais, nacionais e internacionais, visando o desenvolvimento da região.

O acesso a Soure pode ser feito a partir dos transportes fluvial e aeroviário, sendo o primeiro o mais utilizado, com acesso ao município ou por Camará (Porto hidroviário localizado no município de Salvaterra). Para chegar diretamente a Soure utiliza-se uma lancha, inaugurada em 2015, com deslocamento tendo a duração de, aproximadamente, duas horas e meia de viagem. O acesso pelo porto de Camará pode ser realizado por meio de balsas com embarque no porto de Icoaraci (Distrito de Belém à 20 km do centro), com duração em torno de três horas e meia.

A viagem de barco é feita a partir do Terminal Hidroviário “Luiz Rebelo Neto”⁹, localizado no centro de Belém, com duração em torno de quatro horas.

Após o desembarque em Camará, os usuários precisam se deslocar até o porto de Salvaterra, que está separado de Soure pelo rio Paracauari, podendo utilizar veículos coletivos (vans e ônibus) pela rodovia PA 154, com duração aproximada de uma hora e vinte minutos. Finalmente, para a travessia ao município de Soure é necessário a utilização da balsa ou embarcações de pequeno porte (conhecido localmente como pô-pô-pô) com duração aproximada de quinze minutos.

Conforme estudos de demanda turística para o município (PARÁ, 2016), o principal meio de transporte é a lancha com 46,7% dos entrevistados, seguido por navio (41%) e balsa (12%).

⁶ A Área de Proteção Ambiental é uma área geralmente de território extenso, com ocupação humana dotada de relevantes atributos estéticos, ecológicos, culturais, os quais são necessários para a qualidade de vida e bem-estar das comunidades humanas, e objetiva proteger os atributos naturais (BRASIL, 2000).

⁷ Compõem as microrregiões de Arari (Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure) e Furos de Breves (Afuá, Anajás, Breves, Curralinho e São Sebastião da Boa Vista).

⁸ Unidades de Conservação são espaços territoriais, com relevantes características naturais, que têm a função de garantir a existência de diferentes comunidades, habitats e diversidade de fauna e flora, resguardando o patrimônio biológico existente (BRASIL, 2000).

⁹ Inaugurado em 2014, com infraestrutura moderna atendendo cerca de sessenta mil pessoas por mês, segundo a Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará (CPH, 2014).



4. A PERCEPÇÃO DO USUÁRIO EM RELAÇÃO AO TRANSPORTE FLUVIAL NO MUNICÍPIO DE SOURE

Como foi discutido anteriormente o transporte desempenha papel fundamental para a locomoção de pessoas e mercadorias. Nessa sessão será abordado sobre a percepção dos usuários de transporte fluvial em Soure, suas demandas com relação ao setor de transportes, em especial o fluvial que é utilizado diariamente, destacando os seus anseios e as suas principais dificuldades, para que assim, se possa compreender a dinâmica do transporte no Marajó, com destaque para a região de Soure.

Na percepção dos entrevistados sobre a qualidade do transporte fluvial, muitos relataram a dificuldade existente na utilização do serviço prestado. Dentre as perguntas sobre os serviços relacionados ao porto de embarque e desembarque, o tempo de viagem, a infraestrutura e a oferta de horários. Sobre a percepção com relação ao serviço de transporte fluvial, especificamente sobre o atendimento, os entrevistados relataram a insatisfação, como demonstrado a seguir:

Eu não compro lá em Icoaraci mesmo, eu compro no terminal rodoviário, já aconteceu de situações de eu ligar perguntar se tinha passagem pra aquele dia, aquele horário, ai falavam tinha, tem, quando eu cheguei lá entendeu?! Olha não tem mais, ah não tem, mas como não tem, acabei de ligar pra cá, então já aconteceu contradições nesse sentido, né?! (INFORMAÇÃO VERBAL, 2017)¹⁰.

A falta de informação antes e durante a viagem, seja quanto aos horários, as empresas que prestam serviços de transporte, os valores tarifários e os procedimentos de segurança em casos de acidente foram recorrente nas falas dos entrevistados, como relata o entrevistado abaixo:

[...] é digo que regular né?! Não é aquela, aquela coisa assim compra a passagem aí no momento que entra no... não tem, não tem aquela informação entendeu?! Eu acho que quando a embarcação antes de sair deveria informar os passageiros do colete, os, o que pode fazer o que não pode fazer, como agir na hora "dum", de alguma forma de, eu digo uma forma de um começo de um naufrágio, então um incêndio as pessoas tão ali se acontecer um acidente lá em cima as pessoas vão se apavorar vão correr só pra um lado, a balsa pode, entendeu?! O peso, as pessoas viajam lá em baixo, se a balsa bater num barranco ela pode ser comprimida entre um veículo e outro, então eu acho que falta muita informação no caso assim de acidente, primeiros socorros, entendeu?! Como evitar, as pessoas sobem se sentem e vem até aqui sem informação nenhuma (INFORMAÇÃO VERBAL, 2017)¹¹.

Percebeu-se a inexistência de procedimentos de segurança e informações nas embarcações que fazem o trajeto Belém-Soure e Soure-Belém. Esses fatores tornam a

¹⁰Entrevistado 05: Morador da Vila do Pesqueiro. Entrevista concedida às autoras, Soure-Pa, julho de 2017.

¹¹Entrevistado 20: Morador da Comunidade do Céu. Entrevista concedida às autoras, Soure-Pa, julho de 2017.



viagem insegura para os passageiros, que em caso de um possível acidente, os efeitos podem ser agravados, comprometendo a vida das pessoas que viajam para os municípios do Marajó, em particular Soure.

A infraestrutura dos portos de embarque e desembarque, que faz referência à acessibilidade, à comodidade e à limpeza das embarcações e dos portos, principalmente os de Icoaraci, Camará, Salvaterra e Soure, de acordo com os entrevistados, não atendem satisfatoriamente a demanda, precisando, portanto, de maiores investimentos (públicos e/ou privados) em sua infraestrutura. O tempo de viagem é, entre os assuntos destacados, uma das dificuldades para o acesso a Soure:

[...] realmente aqui por Camará é um sufoco assim né?! A pessoa vai, fica estressado, chega numa coisa fica estressado porque até chegar, custa chegar lá ai quando vem, ai demora a balsa atravessar isso é um tormento “mermo”, por isso que muita, muitos agora tão preferindo as lanchas porque chegar rápido ai você tem acesso de chegar mais cedo na sua cidade, num fica aquele, cansativo (INFORMAÇÃO VERBAL, 2017)¹².

O de Icoaraci eu acho que poderia ser melhor, né?! Eu acho que aquele porto ainda, eu acho que é insuficiente é muito pequeno pra quantidade de pessoas que vem e não te dá nenhum conforto, entendeu?! Eu sei que vem muita gente de carro como vem pela balsa, muita gente de carro, mas também tem que pensar nas pessoas que vem sem carro, né?! E quando chega em Camará eu já acho que melhorou aquele porto de Camará mas ainda assim, quando a gente chega, por exemplo, a gente, como eu tô te falando férias é muito tudo, chega a ser um pouco fácil, mas se você vim fora das férias você vê a dificuldade que é quando você vem de balsa pra você pegar um transporte coletivo, é muito ruim, entendeu?! Você acha um ou outro, o horário da balsa aqui, a balsa daqui né?! [...] De Icoaraci, do de Camará que eu acho que melhorou mas ainda tá faltando ainda fazer essa, pelo menos uma organização que eu vejo que tem uma desorganização cansativo (INFORMAÇÃO VERBAL, 2017)¹³.

Diversos fatores contribuem para que o transporte fluvial na região venha a ser desenvolvido para a funcionalidade no deslocamento entre as cidades. Fatores como, segurança (sinalização, coletes salva vidas, informações para proceder em caso de um acidente), baixo custo (o rio não precisa de manutenção se comparado às estradas), entre outros. Estes fatores devem ser considerados no processo de planejamento e articulados com os diferentes atores (público, privado e sociedade civil).

Nesse contexto, o usuário deve participar da formulação e implementação de políticas públicas que garantam o acesso ao transporte, com segurança e acessibilidade, no sentido de que esse serviço influencia, diretamente, na sua qualidade de vida. A pesquisa apontou que os entrevistados não participam ou participaram do processo de planejamento e gestão de iniciativas para qualificar o transporte fluvial. Ao perguntar sobre a sua

¹²Entrevistado 17: Morador da Comunidade do Céu. Entrevista concedida às autoras, Soure-Pa, julho de 2017.

¹³Entrevistado 13: Morador da Vila do Pesqueiro. Entrevista concedida às autoras, Soure-Pa, julho de 2017.



participação em algum debate e entrevistas sobre o transporte fluvial todos os entrevistados, de maneira direta, afirmaram que nunca participaram, “não, eles só promete que vão trazer”¹⁴: “não, nunca”¹⁵.

O que se observa é que as necessidades dos usuários pouco influenciam nas tomadas de decisão com relação às formulações de ações planejadas para o setor. A influência nas decisões ainda está nas mãos dos operadores que detêm o poder. Nessas circunstâncias, as formulações do planejamento e das políticas públicas não estimulam a integração dos usuários, repercutindo em um monopólio onde as decisões concentram-se nas empresas privadas que operam no trecho Belém/Soure e Soure/Belém.

Participar é uma definição entendida, nesse contexto, como fazer parte de um processo, nesse caso, do planejamento. No entanto, a participação acaba se tornando algo difícil e complexo, pois o contexto do país é marcado pelo burocratismo que extrapola os aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos. Entende-se que a distribuição do poder sempre foi marcada por processos dominantes de planejamento, impostos verticalmente, e pela crescente disseminação de regimes autoritários, sobretudo na região do Marajó que, historicamente, é marcada por grandes conflitos sociopolíticos e territoriais¹⁶.

Observa-se a necessidade de debater estratégias que visem melhorar as condições do transporte, refletindo na diminuição das desigualdades geradas pelo acesso a este e a outros serviços das cidades, que só podem ser utilizados por meio do deslocamento.

No processo de planejamento dos transportes, uma visão interligada das várias modalidades é fundamental. Por exemplo, a malha rodoviária deve estar interligada ao setor hidroviário; a malha ferroviária pode estar integrada a malha rodoviária, e assim por diante. Nesse processo deve-se considerar as características de cada região e os fatores geográficos que interligam uma localidade a outra. Esse aspecto pôde ser observado nas comunidades localizadas distantes do centro de Soure e que necessitam da interligação entre o transporte fluvial e rodoviário para a sua locomoção. Ao perguntar sobre a presença de transporte público, de forma geral, foi unanime a insatisfação dos moradores quanto a sua inexistência:

Não tem e eu acho errado porque deveria ter transporte pra cá, porque muita gente não tem moto, não tem carro, pede carona pra poder ir pra lá pra Soure pra pegar um transporte pra ir pra Belém, acho que tem que melhorar aqui como tinha antigamente, era um ônibus faz muitos anos rodoviário aqui, era rodoviário, ia pro terminal, vinha lá do terminal de Belém vinha pra cá e ficava aqui, ai fazia o transporte, mas depois disso não veio

¹⁴Entrevistado 08: Morador da Comunidade do Céu. Entrevista concedida às autoras, Soure-Pa, julho de 2017.

¹⁵Entrevistado 09: Morador da Comunidade do Céu. Entrevista concedida às autoras, Soure-Pa, julho de 2017.

¹⁶Sobre conflitos sócio-políticos e territoriais no Marajó ver Marin (2015).



mais ônibus nenhum pra cá assim, pra vim de lá diretamente pra Belém na balsa. (INFORMAÇÃO VERBAL, 2017)¹⁷.

As grandes dimensões geográficas e as desigualdades regionais dificultam o acesso universal e igualitário da população aos serviços ofertados pelo Estado. Em Soure observou-se a carência de transporte rodoviário, já que não existe transporte público que faça o traslado entre as comunidades do Pesqueiro e do Céu ao centro de Soure dificultando o acesso aos serviços (bancários, saúde, educação, lazer), além do deslocamento até Belém e outros municípios.

Assim, a política nacional, estadual e municipal de transporte deveria ser implementadas mediante ações coordenadas de planejamento, objetivando atender aos requisitos de descentralização das ações, representatividade da população e abertura para que a sociedade participe. Esse planejamento deve, sem dúvida, pautar-se pela manutenção dos serviços de transportes com segurança e acessibilidade, que possibilitariam acesso e mobilidade de acordo com a realidade e os objetivos regionais de desenvolvimento.

CONCLUSÃO

As características físicas, ambientais e pluviométricas da Amazônia são fatores determinantes das condições atuais dos acessos às ilhas, praias, cidades, que compõe a referida região que é cercada por rios. Tais características são significativas para afirmar que o transporte fluvial é fundamental, não apenas para a economia, mas principalmente para a vida dos cidadãos locais. Nesta pesquisa, destacou-se a importância do transporte fluvial para a Amazônia, em particular no município de Soure-PA. O debate sobre o tema apontou para a relevância da participação nos processos decisórios que abrange o planejamento e as políticas públicas deste modal.

As dimensões territoriais da ilha do Marajó, assim como os problemas de acessibilidade no que diz respeito ao transporte fluvial, devem ser considerados para a criação de projetos com o objetivo de melhorar a infraestrutura local, principalmente no caso de Belém e Soure, onde se observou tanto uma baixa qualidade do transporte, como uma situação inadequada de integração territorial, falta de oferta de rotas e horários, grande tempo de deslocamento, baixa qualidade, baixo conforto e segurança inadequada.

Em Soure, foi possível identificar que os usuários do transporte fluvial não estão amparados pelas políticas públicas para o setor, tampouco fazem parte de debates em conjunto com os setores públicos e privados para tratar de seus anseios referentes a

¹⁷Entrevistado 16: Morador da Vila do Pesqueiro. Entrevista concedida às autoras, Soure-Pa, julho de 2017.



locomoção dentro da região, já que o transporte fluvial também é o responsável pela mobilidades e qualidade de vida.

Observou-se que o município de Soure ainda possui um serviço de transporte fluvial que carece de ordenamento, de mecanismos legais que instituídos e uma boa ferramenta de planejamento e gerenciamento possam melhorar as condições de funcionalidades do transporte, além das condições sociais, econômicas e ambientais. Esses fatores foram analisados e pouco ou não observados na dinâmica da região com relação à implementação dos serviços de transporte fluvial.

O principal meio de transporte para o município de Soure é o fluvial, no entanto, observa-se a partir da análise que existe a deficiência no serviço de transportes, pois a superlotação, a falta de conforto, a insegurança, as irregularidades dos serviços, os preços abusivos, o tempo exorbitante de espera e de viagem, o monopólio das empresas e a conivência e inércia do poder público são fatores que, direta ou indiretamente, causam os problemas descritos acima. As políticas de transporte devem ter como meta aumentar a mobilidade, garantindo a competitividade e, principalmente, o bem-estar social.

Deve-se pensar em um serviço de transporte para a região que seja capaz de melhorar a situação dos usuários, diminuindo o desgaste no acesso e na viagem, o tempo de deslocamento, melhorando a acessibilidade, a qualidade de vida e o impacto social. Medidas como essas devem estar incluídas nas questões políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais do planejamento das políticas de transporte, para que ocorra o desenvolvimento da região.

Outro problema observado são as locomoções dentro de Soure que são quase inexistentes, observou-se que vans, taxis e moto táxis são as principais formas de locomoção, no entanto não possuem uma regularidade de horários e em poucas quantidades, ocasionando transtornos na locomoção dentro da cidade, principalmente para acessar as praias e comunidades mais distantes do centro de Soure. Falta regularidade e um calendário de horários tanto das locomoções dentro do município quanto para o transporte fluvial que faz a volta para Belém. A cidade não possui sinalização nas ruas, além de não serem asfaltadas, de noite não se observa iluminação, o que dificulta o tráfego de automóveis e do próprio pedestre.

Portanto, a iniciativa assídua da comunidade, buscando participar dos processos políticos e comunicar-se com as esferas que estão envolvidas na administração do serviço, devem traçar um objetivo comum no qual a busca pelos interesses de todos os envolvidos seja atingida. Nesse processo é necessário que exista um direcionamento para a organização do poder público, iniciativa privada e sociedade civil, com o propósito de desenvolver a participação de uma maneira eficaz, de modo que todos participem da



elaboração de estratégias que sejam condizentes com a realidade local para a busca de uma solução viável para os problemas relacionados ao transporte fluvial da região.

REFERENCIAS

ALMEIDA, R. S, de; RIBEIRO, C. A. M. Os sistemas de transportes na região norte: evolução e organização das redes. **Revista brasileira de geografia**. Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 1 a 180, abr/jul. 1989.

BARAT, J. **A evolução dos transportes no Brasil**/Josef Barat. – Rio de Janeiro: IBGE: IPEA, 1978.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília, DF, 2000.

CASTRO E. M. R. de. Urbanização, pluralidade e singularidade das cidades amazônicas. In: CASTRO, E. M. R. de (org.). **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2009

COUTO, M. H. S. H. F. do. Qualidade de vida dos usuários do transporte fluvial na Amazônia. **Tese (doutorado)** – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2015.

JACOBI, P. R. Políticas sociais locais e os desafios da participação cidadina. **Ciência & Saúde Coletiva**, 7(3), p. 443-454, 2002.

LACERDA, S. M. Evolução recente do transporte hidroviário de cargas. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 253-280, set. 2004.

MARIN, R. E. A. Quilombolas e ribeirinho no Arquipélago do Marajó: deslocamentos da “regularização fundiária” e da “proteção ambiental”. In: **Povos tradicionais no arquipélago do Marajó e políticas de ordenamento territorial e ambiental** / Rosa Elizabeth Acevedo Marin ... [et al.]. – Rio de Janeiro: CASA 8, 2015.

MORAES, R. R. A navegação regional como mecanismo de transformação da economia da borracha. **Tese (doutorado)** – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2007.

NAZARÉ, R. F. **A globalização, o transporte e a Amazônia Brasileira**/ Ramiro Fernandes Nazaré. – Belém: Cejup, 2001.

PADULA, R. **Transportes – fundamentos e propostas para o Brasil**. - Brasília: CONFEA. 2008.

QUARESMA, H. D. de A. B. O turismo em comunidades pesqueiras como alternativa para a gestão dos recursos hídricos. **Revista Conexões**, Belém, v. 3, n. 1, p. 99-141, jan./dez. 2010.

SILVA, O. F. da. O sistema de transportes nas relações com as dinâmicas de desenvolvimento regional no Amapá: **Tese (doutorado)** – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2016.

VERGARA S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

**GT 8 – MIGRAÇÃO, MOBILIDADE E DESLOCAMENTOS: EXCLUSÃO SOCIAL, DIFERENÇAS CULTURAIS E AÇÃO POLÍTICA****ESTUDAR E VIVER NA “TERRA DOS OUTROS”:
A EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA DE ESTUDANTES ESTRANGEIROS NO BRASIL**

Rubens da Silva Ferreira (UFPA/ICSA/FABIB)¹
rubenspa@yahoo.com

RESUMO

O trabalho tem como objetivo analisar a experiência de estudantes que migraram para o Brasil em busca de titulação/diplomação universitária, no período 2010-2016. Esse processo é entendido como uma experiência migratória, à medida que permite o contato com outra cultura, informações e conhecimentos, dentro e fora das universidades brasileiras, com possibilidades para ficarem, migrarem ou remigrarem em busca de novos possíveis. No plano teórico o trabalho é orientado pela *autonomia das migrações*, inspirada no Operaísmo e no Pós-Operaísmo. Na dimensão empírica os dados foram obtidos por meio de questionários *online* e entrevistas realizadas com trinta e cinco estudantes estrangeiros, provenientes de países africanos, sul-americanos, europeus, um país caribenho e um centro-americano. Os jovens provenientes dos países do Sul constituem a maioria entre os colaboradores. Os resultados mostram que diferentes motivações influenciam a escolha pelo Brasil como país de destino. Ao lado dos demais migrantes, os estudantes estrangeiros revelam que enfrentam dificuldades e incertezas ao longo do projeto migratório, sobretudo pelo elevado custo de vida nas cidades em que residem e pelo desafio de construir uma nova rede de apoio. De um modo geral, os colaboradores sentem-se bastante satisfeitos com a experiência vivida no Brasil, percebendo a si mesmos como pessoas diferentes em suas identidades, subjetividades e modos de ser após o tempo de estudo e de convívio com os brasileiros.

Palavras-chave: Migrações, Estudantes estrangeiros, Universidades, Brasil.

1. INTRODUÇÃO

No amplo panorama internacional da mobilidade humana, as migrações de estudantes são menos expressivas quando comparadas ao movimento produzido pelos demais migrantes. Enquanto o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2014) fala de mais de 59,5 milhões de pessoas vivendo fora do país de origem, cifra esta muito superior ao que se teve após a Segunda Guerra Mundial, pesquisa da *University of Oxford* (2015) revela que, em 2014, os estudantes estrangeiros somavam cerca de cinco milhões de pessoas dispersas em países do Norte e do Sul. A *United Nation Educational* (ALTBACH; REISBERG; RUMBLEY, 2009), por sua vez, calcula que até 2020

¹ Doutor em Ciência da Informação (PPGCI-IBICT/UFRJ), docente e pesquisador do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA/FABIB), coordenador do Grupo de Estudos da Informação em Contextos Intra e Extra Biblioteca.



haverá uma população aproximada de sete milhões de estudantes vivendo fora do país de origem.

Como tendência global em expansão crescente, as migrações de estudantes aparecem nas pesquisas acadêmicas como mobilidade estudantil, internacionalização da educação, migração qualificada ou *brain drain*. Neste estudo, porém, faz-se referência a esse tipo de mobilidade internacional de acordo com uma produção acadêmica incipiente, inclusive no Brasil, mas que vêm ganhando destaque crescente na academia nas últimas décadas deste século. Autores como Castles (2000), Gomes (2002), Gusmão (2006, 2008, 2012a, 2012b), Subuhana (2007), Almeida (2014), Ojima et al (2014) e Daniel (2016), por exemplo, falam em migrações de estudantes ou migrações estudantis, muito embora hesitem referir-se a essa população como migrante, classificando-a em alguns momentos como migrantes temporários. Como será visto oportunamente e conforme a teoria mobilizada, esses jovens serão vistos aqui sob a categoria *migrante*; todavia, sem deixar de levar em consideração os elementos que os particularizam na condição de viver em outro país, em outra cultura, ou, como diz Gomes (2002), na “terra dos outros”.

Feitos esses primeiros esclarecimentos, este trabalho tem como objetivo analisar a experiência de estudantes que migraram para o Brasil em busca de titulação/diplomação universitária, precisamente no período 2010-2016. No plano teórico, o trabalho é orientado pela abordagem da *autonomia das migrações* que, inspirada nas teses de autores operaístas e pós-operaístas, ressignifica e crítica positivamente o sentido do conceito de *fuga*, a fim de vislumbrar o migrante em seu protagonismo político. Nessa abordagem, o próprio conceito de migrante se expande para dar conta de indivíduos que, movidos por fatores objetivos e subjetivos, anualmente deixam o país de origem em busca de novos possíveis, incluindo-se, nessa multidão, aqueles que migram para realizar o desejo da diplomação/titulação no exterior.

Na dimensão empírica, os dados aqui apresentados foram obtidos com a colaboração de trinta e cinco estudantes estrangeiros, sendo dezoito homens e dezessete mulheres. Esses colaboradores são provenientes de países africanos (Angola; Benin; Cabo Verde; Gana; Guiné-Bissau; Moçambique; República Democrática do Congo; São Tomé e Príncipe; e Togo), sul-americanos (Argentina; Chile; Colômbia; Peru; Uruguai; e Venezuela), europeus (França e Itália), de centro-americano (Costa Rica) e país caribenho (Haiti). Eles foram contatados pela técnica *snowball* (COSTA, 2007; VINUTO, 2014), aplicada às comunidades virtuais de migrantes e/ou de estudantes mantidas no *Facebook*. O uso do questionário *online* combinado à Análise de Conteúdo (AC) (BARDIN, 2016) ajudou a conhecer as motivações que sustentam esse tipo de projeto migratório, permitindo acessar também as percepções desses jovens sobre a experiência de viver e de estudar no Brasil,



precipualemente em um processo que mescla aprendizados, dificuldades, conquistas e produção de diferenças.

2. A AUTONOMIA DAS MIGRAÇÕES COMO OUTRO OLHAR SOBRE OS MIGRANTES

A ideia de produzir uma pesquisa sobre estudantes estrangeiros no Brasil surgiu de reflexões sobre a experiência biográfica vivida pelo autor deste trabalho. Em 2008, quando estudante em Madri, experimentou-se um processo intenso de troca de informações e conhecimentos sobre a preservação do patrimônio documental e bibliográfico espanhol, lá compartilhando também o conhecimento levado sobre a realidade brasileira. Àquela época, o convívio com estudantes argentinos, bolivianos, costarriquenhos, cubanos, equatorianos, guatemaltecos, guinéu-equatorianos, paraguaios, peruanos, uruguaios, venezuelanos e com indivíduos da sociedade local permitiu o compartilhando costumes, hábitos e de um saber prático, resultando em um processo de produção de diferença não somente no autor como também nas pessoas de convívio imediato. No dia a dia, essas trocas envolveram um aprendizado espontâneo e informal sobre os países daqueles estudantes, e, em contrapartida, ofereceram a eles a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre o Brasil e os brasileiros, inclusive sobre o que é visto como um modo afetivo de ser dessa população sul-americana, tal como ensina Rezende (2009) sobre a forma como ela é vista aos olhos dos estrangeiros.

Em 2013, por ocasião do doutoramento em Ciência da Informação pelo convênio entre Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o autor experimentou novamente a condição de ser estrangeiro (migrante interno), agora em seu próprio país. A questão “De onde você é?” era uma constante nas interações sociais com os locais, manifesta dentro e fora da universidade, nos espaços de sociabilidade ampla e privada, e nos círculos sociais pelos quais transitava nas Zonas Norte, Oeste e Sul. Entre os cariocas, o modo de falar e as características físicas evocavam sempre certa “estrangeiridade”, razão pela qual a identidade era sempre posta em situação de contraste (OLIVEIRA, 1976). Percebeu-se, então, que essa experiência encontrava similaridade com a de estudantes estrangeiros vivendo na cidade do Rio de Janeiro e com os quais se dialogava, o que acabou por inspirar este estudo sobre os sentidos de estudar e de viver no Brasil, notadamente por jovens que se colocam à prova em uma vivência internacional à qual Daniel (2016) se refere como experiência migratória.

O contato com as teorizações da *autonomia das migrações* permitiu entender melhor os estudantes estrangeiros como migrantes. Em sua obra *Derecho de fuga*, Mezzadra (2005), sustentado nos estudos de Stephen Castles, contempla o fenômeno migratório em



suas múltiplas motivações, indo além da perspectiva dos estudos *mainstream* que concebem o migrante unicamente como força de trabalho em movimento. Para além dos fatores objetivos, o ato de migrar também comporta fatores subjetivos importantes, estes quase sempre negligenciados nas abordagens tradicionais. Fala-se, assim, de motivações orientadas pelo desejo de uma vida afetiva, de diplomação universitária e de viver em um país com estilo de vida mais compatível, entre outras razões. E nas situações mais críticas, como aquelas que afetam os refugiados, as pessoas migram para lutar pela própria vida e pelo direito à liberdade fora de uma nação que as oprime (CASTLES, 2000; MEZZADRA, 2005, 2012). Com efeito, ao lado de Castles, Mezzadra (2005) alerta para a necessidade de se repensar o conceito de migração e de migrante na contemporaneidade, haja vista que no século XXI eles assumem novas feições e sentidos.

Na produção de Mezzadra (2005), o termo *migrante* é empregado como um grande guarda-chuva, no qual inclui a diversidade de pessoas que deixam o país de origem em busca de liberdade. Essa saída é vista por ele como um ato político que, em seus escritos e conferências, aparece representado pelo conceito positivado de “fuga”; isto é, a evasão da nação como um direito, sobretudo quando ela não oferece condições para que os indivíduos possam viver e exercer o direito à educação, saúde, segurança, paz, e mesmo o direito à liberdade. Nesta perspectiva, a fuga emerge como recusa a uma forma de existência limitante e imobilizante, precariamente assistida (ou desassistida), super explorada e desumana. Enquanto a legislação migratória de diferentes países e documentos oficiais de organismos multilaterais utilizam terminologias que segregam os indivíduos que migram em tipos bem específicos, centrifugando-os entre os que merecem acolhimento, proteção legal, comoção social ou mesmo tratamento diplomático diferenciado, Mezzadra (2005) os reúne em uma única categoria, analisando-os independente das motivações que os levaram a deixar o país de origem.

É no quadro de referência apresentado que os estudantes estrangeiros podem ser pensados como migrantes em sentido *lato*. E se o tempo de residência é um critério a ser levando em consideração para definir o migrante, Castles (2000) diz que ele está longe de ser objetivo, pois varia conforme a legislação migratória de cada país:

Migração significa o estabelecimento de residência por um determinado período, mínimo de seis meses, digamos, ou um ano. A maioria dos países tem um número variado de categorias em suas políticas de migração e estatísticas. Por exemplo, a Austrália faz uma distinção entre imigrantes permanentes e imigrantes temporários de longo prazo, que permanecem pelo menos 12 meses, normalmente para trabalho, negócios ou **educação** (CASTLES, 2000, p. 270, grifo nosso, tradução livre).

Logo, entende-se ser perfeitamente possível referir-se aos estudantes estrangeiros como *migrantes temporários*, *migrantes estudantis* ou simplesmente como *migrantes*. Não



apenas porque eles estão sujeitos à ritualística documental e processual necessária à obtenção ou à renovação do visto, tal como os demais migrantes, mas, sobretudo, porque entre os colaboradores foram encontrados estudantes que já residem a mais de oito anos no Brasil, o que os torna migrantes de fato.

Considera-se, ainda, que esses jovens estão em contato íntimo, contínuo e intenso com a sociedade de acolhida, experimentando a cultura, os valores, as crenças, os costumes e as normas sociais que orientam a vida dos brasileiros. Um contato suficientemente significativo para desencadear algum tipo de diferenciação nas identidades e nas subjetividades desses estudantes, muito além do que uma simples viagem pode produzir no turista estrangeiro durante sua breve estadia em outro país. Ademais, a passagem da condição de estudante a migrante de direito depende do grau de identificação com o país de acolhida, bem como das perspectivas que se abrem para os estudantes estrangeiros. Assim, ficar ou partir são as duas faces da condição migrante, sempre condicionadas às possibilidades existentes na sociedade de recepção ou no país de origem. Dito isto, há que se ver, então, o que revelam os estudantes estrangeiros sobre a experiência vivida ao longo da formação universitária no Brasil.

3. SOBRE ESTUDAR E VIVER NO BRASIL

Os trinta e cinco estudantes que formam o grupo de colaboradores da pesquisa são provenientes de dezenove países, distribuídos em diferentes continentes e regiões. Têm-se, deste modo, jovens adultos com idade entre 20 e 42 anos, originários/as do/a: a) África: Angola, Benin, Cabo Verde, Gana, Guiné-Bissau, Moçambique, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe e Togo; b) América Central: Costa Rica; c) América do Sul: Argentina, Chile, Colômbia, Peru, Uruguai e Venezuela; d) Caribe: Haiti; e) Europa: França e Itália. À exceção da Itália, verifica-se que os demais países possuem acordos de cooperação educacional e científico-tecnológica com o Brasil, precisamente por meio de programas como PEC-G², PEC-PG³ e Capes/Brafagri.⁴

Entre os colaboradores contatados existe maior presença de estudantes originários de países africanos (48%) e latinos (43%). Esses dados convergem para pesquisas como a de Subuhana (2007), Ojima et al (2014) e Daniel (2016), que registram o destaque desses jovens nas universidades públicas brasileiras. Tal como esses autores, constatou-se que os estudantes são atraídos principalmente pelo acesso gratuito ao ensino superior no Brasil,

² Programa de Estudantes – Convênio de Graduação.

³ Programa de Estudantes – Convênio de Pós-Graduação.

⁴ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Programa de Intercâmbio Brasil/França Agricultura.



com ingressos viabilizados, sobretudo, pelo PEC-G e pelo PEC-PG. Essa representatividade africana e latina tem se mostrado regular entre os anos 2010-2015, de forma que, dos cinquenta e oito países beneficiados por esses programas, os maiores fluxos de estudantes estrangeiros para os cursos de graduação provêm, respectivamente, de Cabo Verde (2.933), Guiné-Bissau (1.336), Angola (721), Paraguai (678), Peru (199) e Equador (194). Na pós-graduação esse destaque sofre inversão, ficando por conta dos estudantes de origem latina, originários de países como Colômbia (5.653), Peru (3.066), Argentina (764) e Chile (613), seguidos por países da África como Moçambique (704), Angola (284), Cabo Verde (189) e Guiné-Bissau (118), o que se registra de acordo com dados fornecidos pela Capes para o período 2010-2016 (FERREIRA, 2017).

Uma questão importante levantada pela pesquisa diz respeito aos fatores motivacionais que sustentam/sustentaram a vinda dos estudantes estrangeiros para viver e estudar no Brasil. Com base nas repostas obtidas nos questionários e entrevistas, as motivações desses jovens são diversificadas, podendo ser representadas, *grosso modo*, nas seguintes categorias construídas pelo método da AC: motivações de base afetiva (relacionas ao Brasil, aos brasileiros ou ao cônjuge); motivações com base nas relações pessoais (influenciados por parentes, amigos e/ou professores); motivações de base cultural (interesse na língua portuguesa, na gastronomia, na música e nas expressões culturais do Brasil); motivações de base acadêmica (obtenção de diplomação/titulação no exterior); e motivações com base no desejo de liberdade (busca de autonomia e/ou vivência em outro país). De fato, observa-se que essas motivações não são excludentes, combinando-se frequentemente às de ordem acadêmica.

Para alguns colaboradores, no entanto, as razões que os trouxeram às cidades brasileiras não aparecem de modo claramente definido, a não ser a pela simples vontade de sair para outro país, tal como analisa Mezzadra (2012) sobre a experiência migrante. Esses casos específicos foram associados às motivações explicadas pelo desejo de liberdade, isto é, de viver a mobilidade a qualquer preço, o que converge para as teses da autonomia das migrações. Os dados recolhidos entre os colaboradores mostram que motivações dessa ordem aparecem, sobretudo, entre os de origem africana. Entende-se, nesta direção, que a saída para estudar na “terra dos outros” pode corresponder a uma *fuga* no sentido empregado por Mezzadra, o que se explica, em parte, como uma recusa ao modelo de ensino em vigor no país de origem, bem como às condições de acesso aos cursos de graduação e de pós-graduação que lá existem. Em outra perspectiva, essa *fuga* emerge também como a possibilidade de uma vida com maior autonomia, longe do controle e do olhar vigilante da família, bem como a recusa a um modo de ser e de viver que a nação impõe a esses jovens ao nascerem.



Em relação aos cursos universitários, verifica-se que do total de colaboradores, vinte e três frequentaram universidades no país de origem antes de migrarem para o Brasil, muito embora alguns tenham vindo sem tê-los completado. Por sua vez, doze jovens viajaram para obter o primeiro diploma universitário. De um modo geral, em terras brasileiras eles buscam a diplomação em cursos que lá não existiam, uma nova diplomação ou a pós-graduação (cursos de mestrado e doutorado). Observa-se, neste sentido, que os colaboradores estão distribuídos em cursos de oito grandes áreas do conhecimento, representadas nas Tabelas da Capes e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a saber: Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas; Ciências Humanas; Ciências da Saúde; Interdisciplinar; Engenharias; Linguística, Letras e Artes.

Os cursos frequentados pelos colaboradores correspondem ao que registram relatórios internacionais quanto às escolhas para a diplomação/titulação no exterior. De acordo com a *International Organization for Migration* (IOM) (2015) e a *Quacquarelli Symond* (QS) (2014), cursos ligados à gestão (economia, finanças, administração, etc.) e à ciência (matemática, tecnologia, engenharia, etc.) são os que mais atraem estudantes estrangeiros para as universidades de prestígio dos países do Norte. Cotejando essa informação com as Tabelas da Capes e do CNPq, essas áreas correspondem exatamente às Ciências Sociais Aplicadas e às Ciências Exatas e da Terra, nas quais se encontra ou encontrava-se matriculada a maioria dos estudantes contatados. Assim, no panorama das migrações internacionais para estudo no Brasil ou alhures, verifica-se que algumas áreas do conhecimento têm sido priorizadas nas escolhas desses migrantes, seja nos termos de sua realização pessoal e/ou profissional, seja quanto ao que analisam como ofertas promissoras para o mercado de trabalho na terra de origem ou mesmo em outro país.

Ainda que as migrações para estudo suscitem a ideia de uma experiência migratória mais “fácil” se comparada a dos demais migrantes, sobretudo em função do *status* desses jovens na sociedade de recepção, elas também envolvem dificuldades diversas que não são menos sentidas do ponto de vista emocional. É nesta direção que os colaboradores falam das incertezas e dos obstáculos enfrentados ao longo do projeto migratório, em especial pelo elevado custo de vida nas cidades brasileiras em que residem e pelo desafio de construir uma nova rede de apoio na “terra dos outros”. Ademais, a experiência de alguns desses jovens mostrou-se atravessada pela discriminação, vivida por eles ou por outros, à medida que descobriram a existência de um “racismo à brasileira” carregado de sutilezas (FRY, 2005; SANSONE, 2007), às vezes difícil de ser percebido por quem o experimenta.

O custo de vida aparece nas falas dos colaboradores como a principal dificuldade enfrentada no Brasil, especialmente para os que residem em metrópoles brasileiras como



São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ). Quase metade desses jovens vive com renda de até dois salários mínimos⁵. Os que se encontram/encontravam na pós-graduação estão em situação um pouco mais confortável, à medida que as bolsas de mestrado e de doutorado são complementadas por remessas feitas pelos familiares e por pequenos trabalhos autônomos. Ainda assim, foram encontrados dois colaboradores de cursos de graduação vivendo com renda mensal inferior a um salário mínimo, sendo um guineense estudando em Recife (R\$ 600,00) e um angolano estudando em Belém (R\$ 750,00). No Rio de Janeiro teve-se acesso a uma estudante de mestrado peruana que falou de sua luta diária para conseguir a titulação em meio às restrições financeiras com as quais convive:

[...] Eu mantinha a minha casa porque meu pai não tinha uma presença. Então eu assumi isso, essa presença. E aqui, por mais que eu me esforcei, eu procurei muita coisa [...] [ao refletir sobre as dificuldades que tem enfrentado no Brasil, a estudante se comove e tento encorajá-la]. Eu até me cansei de procurar. Isso afeta muito a minha autoestima [...]. Minha irmã manda algum dinheiro [...] e isso tudo ajuda. Ajuda muito [...]. É muito caro aqui [...]. Sem bolsa não tenho como fazer doutorado aqui [...] (Entrevista, 25 nov. 2016).

Situações de preconceito e de discriminação foram apenas ligeiramente mencionadas pelos colaboradores. Muitos migrantes estudantis afirmaram que os brasileiros são acolhedores e preconceituosos ao mesmo tempo. Colaboradores de origem africana, por exemplo, manifestaram bastante incômodo com as referências feitas por professores, colegas de curso e pela mídia ao continente africano como um lugar de barbárie e de extrema pobreza, razão pela qual procuram mostrar aos indivíduos do convívio imediato outra visão sobre a África, exatamente aquela vivida, sentida e conhecida por eles. Na mesma direção, um estudante de doutorado boliviano destacou a imagem que a sociedade brasileira tem do seu país de origem e dos seus compatriotas, estes últimos vistos como pessoas ligadas ao narcotráfico. Ou, como relatou uma estudante peruana:

[...] Acho que o Rio de Janeiro é muito [a estudante não encontra a palavra que gostaria de usar para se expressar sobre os cariocas] [...]. Eles te olham e [...]. Tem um livro que diz que, no Brasil, as pessoas estrangeiras ou migrantes são discriminadas por três fatores. Um, se o país de onde você vem é um país pobre. Dois, pela aparência física das pessoas. E, três, pelo que a pessoa faz. Eu sou de um país considerado pobre pelos brasileiros. Tenho uma aparência que consideram indígena. Mas eu não sou indígena. Eu sou *chola!* [...]. Nós somos mestiços. Somos filhos de espanhóis com indígenas [...]. É diferente. E eu não estou vendendo nada aqui. Talvez por isso eu não seja tão discriminada como os companheiros do meu país. Eu tô estudando. Mas quando eu vou a algum lugar e as pessoas não me conhecem, elas perguntam: - Ah! Quando você vai vender na Uruguaiana? [...]. Perguntaram isso uma vez. Um homem se aproximou

⁵ Com base no valor do salário mínimo em vigor em 2017, a saber, R\$ 937,00, equivalente a US\$ 299,54, cotado em 20 set. 2017.



de mim no metrô e perguntou: - Ah! Quando você vai vender na Uruguaiana? Perguntaram se sou indígena, de qual tribo [...] (Entrevista, 25 de novembro, 2016).

Todos esses estereótipos negativos sobre o país de origem dos estudantes estrangeiros, sobre os próprios estudantes e seus compatriotas só são superados quando esses jovens compartilham informações e conhecimentos com os brasileiros. Eles se esforçam por ensinar aos nacionais do convívio imediato sobre seus costumes e tradições, recorrendo por vezes às fotografias que trazem consigo para literalmente mostrar um lado do país de origem nem sempre socializados pela grande mídia.

Em contrapartida, é no convívio diário e intenso com a sociedade de recepção que os estudantes migrantes desconstruem os estereótipos positivos que circulam e que são tão exaltados pelos brasileiros. Nessas representações internacionalmente difundidas, os nacionais são retratados como indivíduos abertos às diferenças, tolerantes e afetos aos estrangeiros. Durante os jogos Olímpicos realizados no Brasil, em 2016, por exemplo, essa imagem positiva dos brasileiros foi bastante exaltada na mídia e nos discursos das autoridades desportivas, sintetizada, sobretudo, na figura do “carioca”. Todavia, entre os colaboradores que estudam/estudaram na cidade do Rio de Janeiro ouviu-se menções negativas sobre o modo de ser dos locais, tidos como indivíduos às vezes “superficiais” e “pouco interessados pelo outro”, tal como mencionado em questionário por uma estudante de doutorado italiana.

Todavia, em que pesem as dificuldades enfrentadas em terras brasileiras, os estudantes contatados se mostraram bastante satisfeitos com a experiência migratória vivida nas cidades em que residiram/residem e estudaram/estudam. Ao que tudo indica, a vivência nas universidades, o contato com os brasileiros e o sucesso na diplomação/titulação acaba por suplantar todas as dificuldades enfrentadas. Da experiência de estudar no Brasil, os colaboradores mencionaram a qualidade do ensino e do corpo docente das instituições que frequentam/frequentaram, tal como pode ser observado nas falas que seguem:

- **Mestranda peruana (27 anos):** “[...] No nível latino-americano, o Brasil mostrou-se um país de referência na Comunicação, passando pelas pesquisas especializadas, os professores qualificados, as bolsas de estudos e a gratuidade dos estudos [...]” (Questionário 16/2016);
- **Doutoranda uruguaia (35 anos):** “[...] No Uruguai não há doutoramento em Biologia Computacional e, especialmente, eu vim porque queria ser orientada particularmente por um pesquisador que reside aqui [...]” (Questionário 8/2016); e



- **Doutorando peruano (30 anos):** “A diferença com a universidade onde me formei [Peru] é a visão de ensino para produção científica, que aqui no Brasil é muito maior [...] e incentiva muito para produzir. Isso porque a competição é forte para uma vaga de trabalho. No doutorado tem professores muito qualificados, que não só te incentivam à produção científica senão também para ganhar experiência na parte acadêmica, ensinando e ganhando experiências em horas de aulas” (Entrevista, 20 set. 2016).

Mais do que o contato com o conhecimento explícito acessado nas universidades brasileiras, os estudantes migrantes entraram em contato com outras formas de conhecimento. Este pode ser considerado de ordem prática e se funda em um aprendizado orientado para a vida. Em potência, esse conhecimento informal (tácito) será levado com esses jovens no retorno ao país de origem ou mesmo para outros destinos internacionais, independente de serem utilizados ou não no futuro. É possível falar, então, do resultado do encontro com uma nova sociedade e cultura, capaz de alterar as subjetividades desses estudantes. É nesta direção que Mezzadra (2005, 2012) fala dos efeitos da experiência migratória para aqueles que atravessam as fronteiras internacionais. Efeitos esses que repercutem não somente nos modos de pensar, nos hábitos e no comportamento, mas também nas identidades. Por conseguinte, neste estudo não se admite uma perda de identidade, mas um processo incessante pelo qual estudantes e demais migrantes se modificam na vivência da alteridade, isto é, no encontro com as diferenças, com o *outro*.

De um modo geral, as mudanças experimentadas pelos estudantes estrangeiros dizem respeito às ideias, aos conhecimentos e aos afetos que trouxeram com eles do/e sobre o país de origem, sobre seus compatriotas e sobre si mesmos. O exemplo mais emblemático desse processo de mudança vem de um colaborador peruano, graduado em Letras – Português e Inglês pela Universidade de São Paulo (USP). Em entrevista, ele se autorrefere como um “brasileiro dos Andes”, tal foi a intensidade do convívio com os brasileiros na capital paulista, o que remete à hipótese de Hall (2011) acerca das identidades híbridas em tempos de globalização.

Embora não tenha sido tarefa fácil para os colaboradores refletirem sobre o modo como foram afetados pelos brasileiros durante a experiência migratória vivida no Brasil, todos admitiram algum tipo de mudança. A esse respeito, elementos de diferenciação podem ser identificados nas falas que seguem:

- **Mestranda argentina (42 anos):** “[...] Aprendi e aprendo muito no meu contato com os brasileiros. Na vida cotidiana, na alimentação, novos sabores, na língua, na cultura e na diversidade, na alegria, entre outros [...]” (Questionário 21/2016);



- **Doutoranda cabo-verdiana (27 anos):** “[...] Aprendi principalmente da diversidade regional, musical e gastronômica do país. Isto é, dos diferentes sotaques e falas regionais (“égua!”⁶, por exemplo), do prazer de escutar ritmos como o samba ou o carimbó⁷, do gosto do açaí [*Euterpe oleracea* Mart.], do tacacá e da tapioca⁸. Iguamente aprendi sobre o respeito que se tem aqui por religiões como o Santo Daime, a União do Vegetal e as afrobrasileiras [...]” (Questionário 7/2016);
- **Graduanda francesa (22 anos):** “[...] Aprendia todo dia alguma coisa: palavras, gírias, músicas, comida [...]. Aprendi (e continuei a aprender) a ter mais paciência, a comunicar com uma língua diferente, a ser mais compreensiva, a aceitar de não entender tudo, a não ter preconceitos de outras pessoas, a aceitar as diferenças [...]. E ainda muitas outras coisas [...]” (Questionário 31/2016);
- **Graduando colombiano (32 anos):** “[...] Hábitos, ideias, valores... sou uma pessoa de mente mais aberta. Eu era mais conservador [...]” (Questionário 11/2016); e
- **Mestranda peruana (27 anos):** “[...] Eu aprendi muito sobre sua cultura, quais são os tipos de comida, seu folclore, suas danças, suas festas e o jeito deles de se relacionar no cotidiano. No âmbito acadêmico, aprendi que não há escalas hierárquicas entre alunos e professores. Aprendi que toda pergunta é bem-vinda e ninguém vai me julgar por fazê-la [...]” (Questionário 34/2016).

Vê-se, assim, que o projeto de estudar e de viver no Brasil apresenta-se como uma experiência considerada rica pelo conjunto de estudantes contatados. Como evidenciam em suas falas, muitos são os aspectos positivos percebidos por eles, a exemplo das atitudes e dos comportamentos que dizem ter adquirido no convívio com os brasileiros e que podem repercutir diretamente na forma como se relacionam com outros indivíduos. Assim, juntamente com a certificação dos conhecimentos técnico-científicos construídos nas universidades, esses jovens levam uma bagagem cultural, informacional e cognitiva que potencializa suas habilidades linguísticas e sociais para o mercado de trabalho, quer no país de origem ou em qualquer outra nação para a qual pretendam migrar no futuro.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho viu-se que a experiência de estudar e de viver no Brasil leva os estudantes estrangeiros a se perceberem como pessoas diferentes pelo contato com a

⁶ Interjeição de uso comum entre os paraenses, equivalente ao “caraca” dos moradores do estado do Rio de Janeiro. Dependendo da situação de fala, “égua” pode ter sentidos muito diferentes como raiva, surpresa, medo, indignação, alegria e outros.

⁷ Ritmo musical dançante e típico do estado do Pará, marcado por um tipo de tambor chamado curimbó.

⁸ O tacacá e a tapioca são iguarias da culinária paraense que têm como base os subprodutos da mandioca (*Manihot utilíssima*, Pohl).



sociedade de recepção. Isto se dá mediante um processo pelo qual esses jovens selecionam certos aspectos dos modos de ser e de viver dos brasileiros com os quais se identificam e reconhecem como potencialmente úteis em suas vidas, quer do ponto de vista pessoal ou profissional. Somado aos conhecimentos construídos no ambiente das universidades – que avaliam como provedoras de cursos e corpo docente de qualidade –, esse conhecimento de natureza prática contribui para que os estudantes migrantes valorizem positivamente suas vivências nas cidades brasileiras.

O foco no projeto de diplomação/titulação fez com que os estudantes contatados enfatizassem mais a dimensão positiva da estadia no Brasil. Talvez por isso as experiências negativas tenham aparecido com menor frequência em suas falas. Ainda assim, alguns poucos estudantes estrangeiros se reportaram não só às situações de discriminação fora das universidades, mas também no próprio ambiente acadêmico, onde se sentiram constrangidos e/ou perseguidos por professores e coordenadores de cursos, especificamente na pós-graduação. Está é, sem dúvida, uma das maiores dificuldades no trato da experiência migratória dos estudantes estrangeiros, à medida que o silêncio se impõe ao pesquisador a fim de preservar as identidades dos colaboradores e de seus supostos algozes, sobretudo quando as peculiaridades dessas experiências negativas podem identificá-los, expondo-os ao risco de algum tipo de retaliação.

Por fim, importa dizer que, diferentemente dos demais migrantes, o governo brasileiro e a própria academia sabem muito pouco sobre esse segmento constituinte da população estrangeira no Brasil. Fala-se aqui de indivíduos que não somente estudam como também consomem uma grande variedade de produtos e serviços durante o tempo de residência nas cidades brasileiras. Ainda que incipientes, as pesquisas sobre este tema revelam não apenas traços comuns e/ou distintivos nas experiências desses jovens estrangeiros. Em geral elas revelam particularidades positivas e/ou negativas, que, pouco a pouco, ajudam a construir um retrato de mão dupla. De um lado essas pesquisas permitem que se conheça de onde vêm, quem são e como vivem esses estudantes. De outro lado, e em caráter complementar, elas contribuem para que se conheça o Brasil e os brasileiros pelo olhar desses estrangeiros que ocupam um lugar bem específico no universo da população migrante.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **World at war**: global trends - forced displacement in 2014. Geneva, 2014. 55 p. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/556725e69.html>>. Acesso em: 3 set. 2017.

ALMEIDA, Gisele Maria Ribeiro de. O fluxo migratório Brasil-França na “era da mobilidade”. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 62 - 94. jan./jun. 2014. Disponível em:



<<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724215282014062>>. Acesso em: 12 maio 2017.

ALTBACH, Philip G.; REISBERG, Liz; RUMBLEY, Laura E. (Org.). **Trends in Global Higher Education: Tracking an Academic Revolution**. Paris: UNESCO, 2009. Disponível em: <<http://www.uis.unesco.org/Library/Documents/trends-global-higher-education-2009-world-conference-en.pdf>>. Acesso: 11 jul. 2016.

BARDIN, Laurance. **Análise de conteúdo**. 3. reimp. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Imigração. Resolução Normativa n. 124, de 13 de dezembro de 2016. Dispõe sobre a transformação da condição migratória temporária de estudante para a condição migratória temporária de trabalho. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 dez. 2016. Seção 1, p. 179.

CASTLES, Stephen. International migration at the beginning of the twenty-first century: global trends and issues. **International Social Science Journal**, v. 52, n. 165, p. 269-281, Sep. 2000. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1468-2451.00258/pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

COSTA, Ana Maria N. da. O campo de pesquisa qualitativa e o método de explicitação do discurso subjacente (MEDS). **Psicologia: reflexões e crítica**, Porto Alegre, v. 1, n. 20, p. 65-73, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v20n1/a09v20n1.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

DANIEL, Camila. Mobilidade estudantil internacional como uma experiência migratória: o caso dos estudantes peruanos no Rio de Janeiro. In: PÓVOA NETO, Helion; SANTOS, Miriam de Oliveira; PETRUS, Regina (Org.). **Migrações: rumos, tendências e desafios**. Rio de Janeiro: PoloBooks, 2016. p. 305-328.

FERREIRA, Rubens da Silva. **Estudantes estrangeiros no Brasil: migrações, informação e produção de diferença**. 2017, 291 f. Tese (Doutorado) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

FRY, Peter. O que Cinderela negra tem a dizer sobre a “política” racial no Brasil. In: FRY, Peter. **A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 179-203.

GOMES, José Manoel Sita. **Estudantes na terra dos outros: a experiência dos universitários angolanos da Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil**. Belo Horizonte, 2002, 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002. Disponível em: <www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/2120/1/tese.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2017.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. África e Brasil no mundo acadêmico: diálogos cruzados. In: COLÓQUIO SABER E PODER, 2008, Campinas. **Anais...** Campinas: UNICAMP, 2008, 12 p. Disponível em: <<http://www.fe.unicamp.br/focus/textos/GUSMAO%20-%20Africa%20e%20Brasil%20no%20mundo%20academico.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

_____. África, Portugal e Brasil: um novo triângulo das Bermudas? **Cadernos CERU**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 51-62, dez. 2012a. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/56877>>. Acesso em: 20 ago. 2017.



_____. Africanos no Brasil, hoje: imigrantes, refugiados e estudantes. **Tomo**, n. 21, p. 13-36, 2012b. Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/895/785>>. Acesso em: 4 ago. 2017.

_____. Trajetos identitários e negritude: jovens africanos no Brasil e em Portugal. **Impulso**, Piracicaba, v. 17, n. 43, p. 45-57, 2006. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp43art03.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. **World migration report 2015: migrants and cities - New partnership and to manage mobility**. Geneva, 2015. Disponível em: <<https://www.iom.int/world-migration-report-2015>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

MEZZADRA, Sandro. Capitalismo, migraciones y luchas sociales: apuntes preliminares para una teoría de la autonomía de las migraciones. In: MEZZADRA, Sandro. **Derecho de fuga: migraciones, ciudadanía y globalización**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2005. p. 143-157. Disponível em: <<http://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/Derecho%20de%20fuga-TdS.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

_____. Multidões e migrações: a autonomia dos migrantes. Tradução de Leonora Corsini. **ECO-PÓS: Revista do Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 70-107, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/900>. Acesso em: 10 set. 2017.

OJIMA, Ricardo et al. Migrações internacionais motivadas por estudo: uma análise sociodemográfica dos estudantes estrangeiros radicados no Brasil. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 166-189, 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724215282014166>>. Acesso: 14 set. 2017.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976. (Biblioteca Pioneira de ciências sociais. Sociologia).

QUACQUARELLI SYMOND. **Trends in international student mobility: a comparative study of international student choices, motivations and expectations 2009-2013**. London, 2014. Disponível em: <<http://www.topuniversities.com/student-info/qs-guides/trends-International-Student-Mobility-2014>>. Acesso em: 6 set. 2017.

REZENDE, Claudia Barcellos. **Retratos do estrangeiro: identidade brasileira, subjetividade e emoção**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

SANSONE, Livio. Pais negros, filhos pretos: trabalho, cor, diferença entre gerações e o sistema de classificação racial num Brasil em transformação. In: SANSONE, Livio. **Negritude sem etnicidade**. Salvador; Rio de Janeiro: Edufba; Pallas, 2007. p. 39-87.

SUBUHANA, Carlos. Estudantes moçambicanos no Rio de Janeiro, Brasil: sociabilidade e redes sociais. **Imagário**, São Paulo, v. 13, n. 14, p. 321-355, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ima/article/view/42451>>. Acesso em: 14 jul. 2017.



UNIVERSITY OF OXFORD. **International trends in higher education 2015**. Oxford, 2015.

Disponível em:

<<https://www.ox.ac.uk/sites/files/oxford/International%20Trends%20in%20Higher%20Education%202015.pdf>>. Acesso em: 7 set. 2017.

VINUTO, Juliana. Amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 44, n. 22, p. 203-220, ago./dez., 2014. Disponível em:

<<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/tematicas/article/download/2144/1637>>. Acesso em: 14 set. 2017.

**GT 08 – Migração, mobilidade e deslocamentos: exclusão social, diferenças culturais e ação política.****UNIVERSIDADE E INTERCULTURALIDADE: OS ALUNOS HISPANO-AMERICANOS NA PÓS-GRADUAÇÃO DA UFPA**

Débora Alfaia da Cunha (UFPA)¹,
alfaiadacunha@gmail.com
Fernanda Costa da Silva (UFPA)²
Fernandacostam1@gmail.com

RESUMO

O objetivo do estudo é analisar a inserção de alunos de língua espanhola em cursos de pós-graduação da UFPA. O ingresso desses estudantes é resultado, entre outros esforços de cooperação internacional da UFPA, do Programa dos Estados Americanos: “Alianças para a Educação e a Capacitação”, que visa o desenvolvimento humano, a integração dos Estados e o apoio a qualidade e equidade da educação nas Américas. O estudo volta-se a identificação das estratégias realizadas por esses alunos para preservação e fortalecimento da identidade cultural hispano-americana e para a inserção na cultura brasileira, bem como a avaliação desses sobre barreiras pedagógicas e/ou curriculares encontradas para cursar uma pós-graduação na UFPA. A pesquisa se apoia na contribuição de autores como Candau (2008), Oliveira e Freitas (2017), Santos (2003) entre outros. Do ponto de vista metodológico, o estudo configura-se como uma pesquisa exploratória, na modalidade *survey*. Os resultados revelam que a experiência internacional é avaliada positivamente por esses estudantes, apesar do grande desafio em conciliar os estudos ao aprendizado da língua portuguesa e das dificuldades de adaptação e convivência. Indicam ainda a necessidade do aprofundamento de políticas de inclusão dos discentes hispano-americanos para que estes se sintam mais seguros e valorizados pelos programas de pós-graduação da UFPA, o que inclui a ampliação do uso da língua espanhola e a afirmação de uma identidade latino-americana.

Palavras-chave: Imigração temporária. Cooperação internacional. Pós-graduação.

1. INTRODUÇÃO

A história da universidade evidência o forte atrelamento desta instituição com suas condições políticas, sociais e geográficas. Em seu primórdio, a universidade do século XI impulsionou, como sugere Ullmann (2000), o “renascimento medieval”, iniciado por Carlos Magno no século VIII, do qual se ergueu a cidade e o urbano medieval. A partir do século XVII,

1 Doutora em Educação, Faculdade de Pedagogia, Campus de Castanhal, UFPA, Brasil. Coordenadora do Grupo de Estudo e Pesquisa em Interculturalidade e Educação (GEPIntE).

2 Discente Letras Espanhol, Faculdade de Letras, Campus de Castanhal, UFPA, Brasil. Bolsista do Grupo de Estudo e Pesquisa em Interculturalidade e Educação (GEPIntE).



a universidade superou o espaço da cidade e assumiu seu vínculo com um projeto de nação, de desenvolvimento dos Estados Nacionais, em especial na França, Inglaterra e Alemanha.

No século XXI, a redefinição do espaço geográfico pela globalização e redes internacionais também transformou o cotidiano universitário e sua abrangência geográfica. Não cabe agora pensar exclusivamente na cidade ou país. Problemas continentais e mundiais requerem novas formas de produção e cooperação acadêmica. Neste contexto, a internacionalização surge no horizonte como demanda científica, social, ambiental e pedagógica.

Apesar da mobilidade já existir desde a universidade medieval, pois “havia uma significativa circulação de alunos (ingleses, alemães, franceses, italianos, espanhóis e portugueses) e de professores entre os diferentes centros [universitários medievais]” (TRINDADE, 1999, p. 07), a globalização ampliou as trocas culturais dentro das universidades. Como explicam Oliveira e Freitas (2017) a internacionalização do Ensino Superior, iniciada nos idos de 1990, trouxe à baila a questão da interculturalidade, pela ampliação da convivência de diferentes grupos culturais e linguísticos no cotidiano universitário, por meio de estratégias diversas como projetos interinstitucionais e programas internacionais de mobilidade acadêmica, para a realização de estágios ou cursos de graduação e pós-graduação.

Pensar os desafios postos por essa vivência intercultural é a proposta do presente artigo que se volta para a permanência dos alunos de língua espanhola em cursos de pós-graduação na UFPA. A pesquisa se desdobra em dois objetivos. Primeiro, identificar as estratégias realizadas por esses alunos para preservação e fortalecimento da identidade cultural hispano-americana e para a inserção na cultura brasileira. Segundo, ponderar sobre a avaliação desses discentes sobre possíveis barreiras pedagógicas e/ou curriculares enfrentadas por esses alunos para cursar uma pós-graduação na UFPA.

A pesquisa se apoia nas argumentações de Santos (2003), Oliveira e Freitas (2017) e no debate sobre interculturalidade de Candau (2008). Do ponto de vista metodológico, o estudo configura-se como uma pesquisa exploratória, na modalidade *survey*, que contou com a aplicação de um questionário quantitativo/qualitativo *online* para 63 estudantes hispano-americanos com matrículas ativas em cursos de pós-graduação da UFPA, conforme lista disponibilizada pela Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação. Destes, 32 questionários foram respondidos por estudantes de diferentes cursos de pós-graduação da UFPA.

Os alunos inseridos na amostra são oriundos do Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação (PAEC) da Organização dos Estados Americanos (OEA) junto com o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB). O Programa objetiva dar oportunidades a estudantes dos 34 países membros da OEA de cursar mestrado ou



doutorado em instituições brasileiras integrantes do Grupo Coimbra. Em 2017, tal grupo contava com 77 instituições de Ensino Superior, sendo 35 Universidades Federais, 16 Estaduais e 6 Comunitárias. A região Norte participa com 9 universidades, entre as quais a UFPA.

A internacionalização não é apenas uma consequência de tal programa, mas um objetivo conscientemente assumido pelo Grupo Coimbra, tanto que a missão institucional do grupo destaca o fomento à internacionalização e à cooperação internacional.

Como dito, tais cooperações repercutem no aumento das relações interculturais dentro do espaço acadêmico, o que é salutar, pois mantém a universidade conectada aos processos de globalização, que urgem ser criticamente acompanhados. Contudo, essas relações também trazem desafios pela pluralidade de línguas, saberes, modos de ser e de viver que passam a coexistir no cotidiano dos programas de pós-graduação, exigindo a elaboração de uma pedagogia intercultural.

2. A INTERCULTURALIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

É inegável que a globalização seja um dos fenômenos fundamentais da sociedade contemporânea. Como pondera Santos (1997), muitas vezes se limita esse processo a dimensão econômica, a crescente transnacionalização da produção de bens e a ampliação supranacional dos mercados financeiros. Entretanto, para este autor, a globalização deve ser pensada de forma mais complexa, podendo ser compreendida como um conjunto diferenciado de relações sociais e, “diferentes conjuntos de relações sociais dão origem a diferentes fenômenos de globalização” (SANTOS, 1997, pg. 14). Neste contexto, a globalização torna-se um termo pluralizado. Há “globalizações” em curso que precisam de um acompanhamento crítico, pois essas novas relações sociais envolvem conflitos e contradições de diferentes ordens.

A imigração – temporária ou permanente – constitui uma das realidades da globalização. Guerras, como as de países africanos e asiáticos, a internacionalização da economia e da educação, bem como o desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), que redefiniram o conceito de proximidade e distancia (BOURDIN, 2001), contribuíram no aumento dos processos de imigração. Processo este que envolve dimensões econômicas, sociais, políticas, mas também humanas e culturais. Como afirma Alonso (2006, p 863) não se deve perder de vista que “ Los inmigrantes son personas” e que seus direitos como pessoa humana devem ser garantidos, entre eles o direito a identidade e a diferença. No mesmo sentido, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) evidenciou em seu relatório de 2004 a “ascensão de políticas de identidade”, voltadas



ao reconhecimento e aceitação da diferença, como demanda de diferentes grupos marginalizados, entre estes os imigrantes.

A interculturalidade, como esforço teórico de pensar a convivência democrática com a pluralidade cultural presente na sociedade contemporânea, permite apreender o fenômeno da imigração – temporária ou permanente – como esse encontro entre pessoas, saberes e práticas diferenciadas. Além disso, para Candau (2008, pg 51) a perspectiva intercultural foca na “promoção deliberada da inter-relação entre diferentes grupos culturais”, ou seja, volta-se para os encontros interculturais e para os processos de hibridização cultural, compreendendo a identidade como um processo aberto e dinâmico, atravessado por questões de poder, hierarquia e discriminação, mas também por processos criativos e com potencial dialógico.

Ainda para Candau (2012) a perspectiva intercultural não é neutra, limitando-se apenas a observação do fenômeno cultural. Esta afirma a necessidade de uma educação para o reconhecimento do “outro” e para a construção de um diálogo intercultural, que enfrente os conflitos, desvele as assimetrias e favoreça a construção de um projeto coletivo, que reconhece, integra e valoriza a diferença.

No que se refere aos programas de cooperação internacional, como o PAEC, a perspectiva intercultural permite problematizar a qualidade dos encontros interculturais, a inserção dos imigrantes temporários nas instituições, a manutenção e a construção de antigas e novas redes de relacionamentos pelos bolsistas, etc. Enfim, permite vê-los como pessoas em uma vivência intercultural. Pessoas que buscaram viver o fenômeno da imigração, do ser o diferente, mas que também precisam ser aceitos em suas especificidades e diversidades.

Além disso, urge acompanhar os programas acadêmicos internacionais com os países das Américas, para aumentar a sinergia das universidades latinas. Uma cooperação horizontal, com uma agenda internacional compartilhada, capaz de criar redes de solidariedade entre as universidades latino-americanas é fundamental para a superação das desigualdades e assimetrias de acesso e de produção científica que marcam a história da Educação Superior neste continente. (Cf. ARAGON, 2001 e SANDER, 1995).

3. O GRUPO COIMBRA E O PAEC

O Grupo Coimbra (GCUB) é uma rede acadêmica composta por 77 universidades brasileiras. O grupo foi fundado em outubro de 2008 com a missão institucional de impulsionar a colaboração científica, cultural e acadêmica entre seus associados, bem como fomentar a internacionalização universitária por meio de estratégias de cooperação internacional.

As atividades do GCUB contam com apoio, em nível nacional, do Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Educação e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e



Comunicações (MCTIC) e, internacionalmente, da Organização dos Estados Americanos (OEA). É desta parceria que resulta o Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação (PAEC). (SILVA, 2017).

O programa de bolsas da OEA nasceu em resposta às metas da Segunda Reunião de Cúpula das Américas, que ocorreu na cidade de Santiago (Chile), em abril 1998. Nesta reunião, a educação foi considerada “a chave do desenvolvimento” (CGBU-OEA, 2011), sendo as redes de cooperação acadêmica fundamentais para o nivelamento das oportunidades e aceleração do crescimento econômico de todos os Estados membros da OEA.

O PAEC iniciou em 2011, ofertando apenas bolsas de mestrado. Em 2012 houve a inclusão de bolsas de doutoramento. Em 2014, visando a oferta de cursos estratégicos para o desenvolvimento regional, o programa, em parceria com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS) adicionou bolsas específicas para a área médica. De 2015 a 2016 registrou-se o aumento nas inscrições e na relação candidato/vaga. (SILVA, 2017).

A seleção do PAEC é coordenada pela OEA e pelo GCUB, sendo regulamentada em portaria específica anual e realizada em três fases. A primeira consiste na análise da documentação dos candidatos, de responsabilidade da equipe técnica da OEA e do GCUB. A segunda é realizada pelas comissões das universidades, que com base nos documentos e propostas dos candidatos aprovados na primeira fase, pré-selecionam, no máximo, quatro candidatos por vaga ofertada. Na fase final, os candidatos pré-selecionados são avaliados por uma Comissão designada pela OEA e GCUB, a partir de critérios como: diversificação geográfica e de gênero; docentes com vínculo permanente em instituições públicas de ensino superior; candidatos de países com baixos índices de desenvolvimento humano (IDH) e o impacto social da proposta para o país de origem. (MACIEL, 2014).

Os editais anuais do PAEC deixam claro que o idioma dos cursos é o português, ficando facultado aos programas a oferta de disciplinas e atividades acadêmicas em outros idiomas. Contudo, o domínio da língua portuguesa não é requisito para o candidato no processo de inscrição para a bolsa de estudos. (OEA-GCUB 2014 e 2017).

Ainda segundo os editais, os bolsistas do Programa possuem um prazo para comprovar o domínio da língua portuguesa, por meio da apresentação do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-BRAS) ou certificação equivalente, a critério da universidade, até a defesa da dissertação ou tese.

Como o idioma português acaba sendo uma exigência para a permanência e finalização do curso, todos os editais de 2014 até 2016, indicaram no item 2, denominado “das modalidades de apoio”, no sub tópico h, a garantia de acesso gratuito a estudos da língua portuguesa, sendo observadas as condições de oferta de cada universidade.



4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A coleta de dados se constituiu na aplicação de questionário *online*, sendo enviado o *link* do instrumento por e-mail para 63 estudantes hispano-americanos com matrículas ativas em cursos de pós-graduação da UFPA, conforme lista disponibilizada pela Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação. 32 questionários foram respondidos e integram a presente amostra que inclui 4 doutorandos e 28 mestrandos. 16 homens e 16 mulheres.

Os alunos pertencem a diversos programas da UFPA, sendo 57% de áreas como Ciências Humanas e Ciências aplicadas. 34% são de cursos voltados à temática da Saúde ou do Meio Ambiente. 9% estudam em pós-graduações de Engenharia e Tecnologia. Assim a amostra contempla distintos programas e diferentes experiências interculturais.

Além disso, os alunos são oriundos de 12 países diferentes das Américas. São 8 colombianos, 5 equatorianos, 4 mexicanos, 3 venezuelanos, 3 costa-riquenhos, 2 bolivianos e 2 hondurenhos. Cinco alunos são de países com 1 representante cada, como Argentina, Panamá, Nicarágua e Peru.

Dos pesquisados, 57% realizaram graduação na mesma cidade onde moravam, em especial os que residiam nas capitais. 43% realizou a graduação em uma cidade diferente da qual morava, mas manteve-se em seu país de origem.

A amplitude da faixa etária vai de 22 até 49 anos. Contudo, a distribuição tende a se concentrar entre as idades de 22 a 31 anos, com 22 alunos ou 71% da amostra. A faixa de 32 a 40 anos conta com 7 alunos e a de 41 a 49 anos com 2 estudantes.

O grupo dos mais novos, de 22 a 31 anos, é composto exclusivamente por mestrandos, em sua maioria solteiros, sendo apenas 1 casado. Neste grupo, com 22 integrantes, 12 são mulheres e 10 são homens. Importa destacar que entre esses mestrandos, a maioria possui pouca experiência com deslocamentos acadêmicos, pois realizaram sua graduação na mesma cidade onde moravam, sendo o mestrado umas das primeiras experiências internacionais mais longas.

O grupo de 32 a 40 anos é formado por 3 mulheres e 4 homens. Neste grupo o estado civil é mais heterogêneo. Há 1 casado, 3 solteiros e 2 em união estável. 5 estão cursando mestrado e 2 cursam doutorado. 3 destes estudantes possuem experiência de estudar em uma cidade diferente da sua de origem. Em relação a moradia, a maioria vive com sua família ou sozinho.

O grupo de 41 a 49 anos abriga 1 homem e 1 mulher. 1 casado e 1 divorciado. Ambos cursam doutorado. Estes possuem uma avaliação muito positiva da experiência de intercâmbio, em relação aos grupos mais jovens, em especial os abaixo de 30 anos.



25 alunos informaram estar solteiros. A maioria dos solteiros tem entre 22 a 30 anos, é mestrando e dividi a moradia com outras pessoas. Assim, 17 alunos deste grupo convivem com outros bolsistas, colegas brasileiros de outros programas, república de estudantes, etc. 8 mestrandos solteiros moram sozinhos. 5 destes já possuem experiência de estudar em um local diferente de onde residiam.

6 alunos da amostra estão casados ou em união estável e moram com suas famílias e/ou cônjuges. Deste grupo, 4 alunos estão fazendo doutorado. 3 homens e 1 mulher. Observa-se que os casados pertencem a um grupo mais maduro, acima dos 30 anos.

Todos os alunos da amostra buscaram detalhes sobre o PAEC na *internet*. Contudo, 70% explicam que descobriram a existência do programa também pela *internet*. 21% obtiveram as primeiras informações de amigos que conheciam o Programa e 8% o descobriram a partir da divulgação em suas universidades de origem.

Sobre os motivos que os levaram a ingressar no PAEC e a fazer intercâmbio na UFPA, 37% das respostas indicaram a experiência de viver em um outro país, conhecer uma cultura e um idioma novo como a justificativa da decisão. Como explica um dos pesquisados: *“Porque estudar en otro país posibilita aprendizajes amplios y diversos. Por un lado, el aprendizaje de otro idioma, el conocimiento de una cultura distinta, de otra manera de conocer el mundo y de relacionarse con las personas”* (PG 13).

Além das experiências culturais, a questão financeira também influenciou na decisão de vários alunos. Neste sentido, 14% das repostas indicaram a existência de bolsa como o fator decisivo da escolha do PAEC e outras 14% explicaram ser mais barato, mesmo tendo outras despesas como moradia, custear uma pós-graduação no Brasil. Alunos da Colômbia, Costa Rica e Equador enfatizaram os altos custos para a realização de cursos de mestrados acadêmicos em seus respectivos países.

Outro motivo indicado para a realização de uma pós-graduação no Brasil foi a questão da oferta de programas em diferentes áreas do saber. 14% das respostas indicaram o ingresso no PAEC pela inexistência ou a baixa oferta de cursos de mestrado e doutorado em seus países de origem. Outras 14% das respostas informaram que a diversidade e a qualidade dos programas motivaram a experiência internacional, pois permitiriam melhorar áreas consideradas pouco aprofundadas na formação inicial de graduação. 3% explicou ainda que cursar uma pós-graduação em um programa internacional como o PAEC criava um diferencial importante na vida profissional e no mercado de trabalho.

Todos os alunos da amostra indicaram que pretendem retornar, ao final do curso de pós-graduação, ao seu país de origem, evidenciando uma amostra de 100% de imigrantes temporários. Entre os mestrandos, 57% dos estudantes planejam também realizar o doutoramento, mas não indicam se pretendem fazê-lo no Brasil. Destes, 50% pretendem



cursar o doutorado em outra experiência de intercâmbio, em países da Europa ou América do Norte. Entre os alunos que cursam doutorado na UFPA o retorno ao seu país de origem é o único objetivo declarado.

No que se refere aos motivos para a escolha do programa de pós-graduação na UFPA, 54% das respostas indicaram ser a continuação dos estudos em sua área de atuação profissional ou de pesquisa o fator determinante. Assim, os alunos buscam complementar a formação acadêmica e científica da graduação. Neste grupo, três questões se destacam. Primeiro, porque, para alguns discentes, o programa enfoca assuntos pouco aprofundados em sua formação inicial. Segundo, para outros discentes, porque apesar da graduação ser ofertada em seu país de origem nem sempre o mestrado nesta mesma área também é ofertado, o que obriga a realização da pós-graduação em outro país. Terceiro, porque, segundo alguns pesquisados, a realização de mestrado na sua área de graduação em seu país demanda muito recursos financeiros, com pouca possibilidade de bolsas, o que também obriga a busca por soluções internacionais. Em todo os casos, a seleção no programa de pós-graduação da UFPA permitiu a este grupo continuar sua qualificação acadêmica.

Outro motivo citado por 40% das respostas foi a qualidade e a especificidade do programa de pós-graduação escolhido. Neste grupo, encontram-se alunos que já possuíam informações sobre o programa e que o consideram de alta qualidade, sendo três aspectos enfocados. Primeiro, para alguns alunos deste grupo, o programa de pós-graduação escolhido é uma referência na temática amazônica. Segundo, porque a proposta curricular é flexível e inovadora, permitindo pesquisas importantes à sua área científica. Terceiro, para outros alunos, o programa possui uma reconhecida qualidade internacional, seja pela alta pontuação em avaliações externas, como a CAPES ou pelo reconhecimento dado por especialistas em seu país de origem. Além disso, são cursos que participam de outros programas internacionais, além do PAEC, e integram grupos de pesquisa interinstitucionais, permitindo a esses alunos o contato com centros universitários de referência no Brasil e em outros países. Ainda neste grupo, há alguns alunos que explicam o ingresso no programa como estratégia de melhoria do currículo, para tentar o doutorado em programas da Europa e América do Norte.

Outros motivos para a escolha do programa de pós-graduação surgiram em apenas 6% das respostas, versando, direta ou indiretamente, pela existência da bolsa de estudo, o que evidencia o fator econômico como preponderante na escolha do programa. As bolsas criam as condições financeiras mínimas para que esses estudantes possam continuar sua formação profissional.

Em relação as dificuldades linguísticas de estudar em um país de idioma português, observou-se que os estudantes mais novos (entre 22 a 30 anos) tendem a indicar de duas a



três dificuldade em relação ao domínio da língua português (LP), em especial escrever e falar neste idioma. Por outro lado, os discentes de 32 a 41 anos indicam a produção escrita como o maior desafio, não informando grandes problemas em relação a comunicação oral. No grupo de 42 a 49 anos, um aluno indica ter maiores dificuldades na comunicação oral e outro na compreensão ao ouvir o idioma. Importa destacar que a maioria dos estudantes acima dos 30 anos informaram a realização de cursos de LP como segunda língua, o que explicaria as dificuldades estarem mais concentradas em um aspecto do idioma.

Dificuldades da LP como segunda língua também aparecem quando se pergunta aos alunos pesquisados sobre as dificuldades em cursar o Programa de Pós-graduação na UFPA. Os alunos mais jovens (entre 22 a 30 anos) indicaram 12 dificuldades vivenciadas neste processo, sendo quatro aspectos em relação ao domínio da fala e escrita em LP. Os alunos entre 31 a 40 anos concentraram suas respostas em 7 dificuldades, sendo duas relacionadas a produção textual no idioma português. Os discentes acima de 40 anos limitaram suas respostas a apenas uma grande dificuldade, a financeira. A tendência das respostas sugere que as novas situações criadas pelo processo de estudar em um país com cultura e língua diferentes possui maior impacto sobre os mais jovens.

Observa-se que 42% das respostas dos alunos entre 22 e 30 anos focam nas dificuldades em escrever e se comunicar em LP. A exigência de artigos e provas dissertativas em língua portuguesa, bem como a apresentação de seminários desde o primeiro semestre do curso, geram muitas críticas neste grupo de alunos. Como o domínio do idioma português não é uma exigência para a candidatura ao PAEC, os alunos acreditavam, apesar do edital deixar claro que o curso será em língua portuguesa, que teriam um tempo inicial para se prepararem para avaliações em LP. Outra dificuldade indicada é a produção da dissertação e sua defesa no idioma português que também causa preocupação neste grupo de estudantes, dada a insegurança com o novo idioma.

A adaptação ao Brasil e a cidade do programa também foi indicada como uma dificuldade a ser superada por 26% das respostas dos alunos de 22 a 30 anos. Tal adaptação inclui a mudança de clima, de condições de moradia e relacionamentos interpessoais. No que se refere aos relacionamentos, a ausência de pessoas significativas como parentes e amigos também dificulta a permanência, sendo essa situação enfocada em 16% das respostas. Por outro lado, problemas de criação de novos relacionamentos positivos com professores e alunos do programa de pós-graduação também geraram 3% das respostas sobre as dificuldades vivenciadas nesta experiência intercultural na UFPA.

Dificuldades financeiras apareceram em menor frequência nas respostas dos grupos mais jovens. Apenas 9% das respostas sobre dificuldades vivenciadas versaram sobre o valor da bolsa, apesar de ser este grupo o que mais utiliza estratégias de barateamento da



hospedagem, como o compartilhamento do aluguel. Outra dificuldade citada com menor frequência (4%) inclui a validação de documentos de seu país de origem.

O grupo de 31 a 40 anos também enfatiza as dificuldades em LP, mas as concentra na produção escrita. 32% das respostas desse grupo indicam preocupação com a escrita da dissertação ou tese em língua portuguesa, bem como dos artigos exigidos pelos programas.

A adaptação ao Brasil e a cidade do curso de pós-graduação foi apontada como uma dificuldade vivenciada em 23% das respostas, sendo indicado mais dois aspectos correlatos. Primeiro as dificuldades financeiras, informadas em 18% das respostas e a ausência de pessoas significativas como familiares e amigos que surgiram em 27% das respostas deste grupo, de 31 a 40 anos. Importa destacar que neste grupo encontram-se pessoas casadas, ou em união estável e que, em relação a moradia vivem com seus cônjuges e ou familiares o que cria novas demandas financeiras. Os solteiros deste grupo moram sozinhos o que também aumenta o custo da estadia na cidade do programa. Situação similar ocorre entre os alunos de 41 a 49 anos, para os quais a dificuldade financeira é o principal motivo de preocupação na experiência vivida na UFPA.

Neste contexto, os dados sugerem que apesar dos mais jovens listarem mais dificuldades na vivência de uma experiência acadêmica internacional, estes também elaboram mais estratégias coletivas (incluindo o apoio familiar) para diminuir as restrições financeiras decorrentes do valor da bolsa. Os alunos acima de 30 anos gastam mais para manter uma estrutura mínima de padrão de vida independente e, talvez, mais próxima das condições que viviam em seus países de origem.

A maioria dos alunos se autodeclara parda (16 estudantes), seguidos de brancos (8 alunos), negros (3 discentes) e amarelos (1). A maioria dos alunos que se declaram pardos são de 9 países diferentes e os autodeclarados brancos de 5 países diferentes, não havendo relação entre cor declarada e nacionalidade.

No que tange a vivência de situações de preconceito por serem estrangeiros 9 alunos, entre 26 a 33 anos, relataram a existência desse tipo de situação. 5 mulheres e 4 homens. Observou-se que a vivência de preconceito não se refere a cor declarada pelo aluno. Neste caso, alunos que se autodeclararam negros, brancos ou pardos relataram experiências negativas, bem como discentes negros, brancos e pardos indicaram não ter sofrido constrangimentos em sua experiência de intercâmbio acadêmico, sugerindo que o preconceito relatado é por serem imigrantes.

Os alunos que passaram por constrangimentos fora da UFPA tendem a não transferir essa experiência para a avaliação do intercâmbio acadêmico e nem das experiências vivenciadas no programa de pós-graduação. Contudo, os alunos que sofreram essas



vivências dentro da UFPA tendem a uma avaliação menos positiva dos relacionamentos estabelecidos dentro do programa.

Entre os preconceitos sofridos fora da UFPA, se destaca os problemas com a Polícia Federal para a autorizações de residência. Três alunos relataram ter problemas em obter informações corretas sobre os procedimentos de emissão ou de renovação de documentos, como o Registro Nacional de Estrangeiros (RNE), bem como de serem constrangidos por não dominarem o idioma português. Estes alunos indicam não compreender como um setor que atende imigrantes não possui profissionais que possam se comunicar em espanhol ou em inglês.

Em relação a preconceitos vividos dentro da UFPA se destaca as queixas sobre a existência de estereótipos e de incompreensões sobre o que é o PAEC. Neste sentido, 4 alunos, de três países diferentes, reclamam de piadas e declarações recorrentes que limitam seus países aos pontos arqueológicos ou então a miséria e o narcotráfico.

Outro problema relatado por 3 alunos diferentes, é a percepção de alguns estudantes do programa que as bolsas internacionais diminuiriam a oferta de bolsas nacionais. Um dos alunos pesquisados relata: *“recibir un pésimo trato por parte de algunos colegas por ser bolsista, piensan que los ‘gringos’ venimos a robarles sus bolsas de estudio y a quedarnos en el país para quitarles sus oportunidades de empleo. (PG 23)*. Dois alunos desdobram a questão da dificuldade de relacionamentos também para alguns professores do programa, chegando um pesquisado a considerar a existência de “xenofobia” em alguns poucos professores de seu programa.

Apesar das dificuldades de adaptação e, às vezes de relacionamento, a avaliação da experiência cultural é positiva para a maioria dos alunos pesquisados. O grupo acima de 30 anos demonstra ser o mais satisfeito com o programa e suas relações construídas com os alunos e professores. 74% desse grupo tende a atribuir o conceito “excelente” quando solicitado a avaliar esses quesitos. Importa destacar que entre esses alunos a frequência das respostas se dividiu apenas entre os conceitos “bom” e “excelente”.

Os alunos de 22 a 30 anos concentram a avaliação do programa e dos relacionamentos no conceito “bom”, com 56% das respostas. Além disso, este grupo apresenta maior variabilidade dos conceitos, como “bom” (33%), “regular” (8%) e “insuficiente” (3%). A diferença de opinião pode ser em decorrência de vários fatores, inclusive da idade e das experiências individuais acumuladas. Além disso, pode-se conjecturar que como esse grupo tende a interagir mais com colegas brasileiros, com a cidade e com a UFPA - porque dividem residência, comem na universidade etc - estes tendem a ficar mais expostos a situações de preconceito.



Todos os alunos da amostra indicaram se esforçar para realizar com qualidade seus cursos de pós-graduação e aproveitar ao máximo a experiência internacional. Várias estratégias para o domínio do idioma português são utilizadas, em especial fazer o curso de LP para estrangeiros, realizado por 20 alunos pesquisados, bem como ver filmes e ouvir músicas brasileiras. A tentativa de ampliar o círculo de relacionamentos também é indicada por 81% dos alunos como uma alternativa para melhorar o ouvir e o falar o idioma português, bem como para diminuir a possibilidade de isolamento em sua experiência de intercâmbio. Estudar em grupo e ler textos em língua portuguesa, mesmo que não sejam obrigatórios, são outras estratégias mencionadas sobre essa questão.

Mesmo tentando se inserir na cultura brasileira, esses imigrantes, como já dito, são pessoas e, como tais, não abandonam seus saberes e práticas ao viajar para o Brasil. Na tentativa de se manterem conectados a sua identidade cultural, esses alunos indicam como principal estratégia o constante e forte contato com seus familiares e amigos, por meio de recursos de comunicação como telefone e *internet*, tornando menos solitária a experiência do intercâmbio. Outra estratégia que se destaca em 21 respostas é a realização de encontros com outros estudantes hispano-americanos, mesmo sendo estes de outros programas de pós-graduação e de países diferentes. Observa-se que a língua, mesmo em suas variações entre os diferentes países das Américas, permitiu uma afirmação da identidade cultural dentro desta experiência no Brasil. Além disso, cozinhar, comer comidas típicas de seu país e ouvir músicas em espanhol são momentos importantes nesse processo de afirmação identitária.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados compõem uma pesquisa inicial com os alunos hispano-americanos que cursam pós-graduação em programas da UFPA. Os resultados ainda são parciais, mas sugerem a necessidade do aprofundamento de políticas de inclusão dos alunos hispano-americanos para que estes se sintam mais seguros e valorizados pelos programas de pós-graduação da UFPA, o que inclui, nesses programas, maiores esclarecimentos sobre o PAEC, para evitar as críticas sobre a origem da bolsa de estudo, bem como a ampliação do uso da língua espanhola, pelo menos nas atividades escritas iniciais. Tais encaminhamentos permitiriam aos programas de pós-graduação da UFPA afirmarem uma identidade latino-americana e valorizarem o aluno imigrante temporário.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Rafael Sáez. La educación intercultural. **Revista de Educación**. Madri. Nº 339, pp. 859-881. 2006



ARAGÓN, L. E. **Ciência e educação superior na Amazônia**: desafios e oportunidades de cooperação internacional. Belém: Associação de Universidades Amazônicas – UNAMAZ/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, 2001

BOURDIN, A. **A Questão Local**. Rio De Janeiro, Dp &A, 2001

CANDAU, Vera Maria. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 235-250, jan.-mar. 2012. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 10 de outubro de 2017.

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro. v. 13 n. 37 jan./abr. 2008.

MACIEL, Brenda. **Programa seleciona estrangeiros para cursar pós-graduações na UFPA**. Site da UFPA. 30.10.2014. Disponível em: ww2.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=9575. Acesso em 5 de outubro de 2017.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS; GRUPO COIMBRA DE UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. **Acordo de cooperação** para os programas de desenvolvimento humano que entre si celebram. Brasília, 2011.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS; GRUPO COIMBRA DE UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. **Edital nº 001/2014**. Bolsas Brasil Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação – PAEC OEA-GCUB. 2014.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS; GRUPO COIMBRA DE UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. **Edital nº 001/2017**. Bolsas Brasil Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação – PAEC OEA-GCUB. 2016.

OLIVEIRA, Adriana Leônidas de; FREITAS, Maria Ester de. Relações interculturais na vida universitária: experiências de mobilidade internacional de docentes e discentes. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro. v 22 n. 70. jul.-set. 2017

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO – PNUD/2004**: liberdade cultural num mundo diversificado. Lisboa: Mensagem, 2004.

SANDER. B. **Gestão da Educação na América Latina**: construção e reconstrução do conhecimento. Campinas, SP: Autores Associados, 1995 (coleção educação contemporânea)

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. **Revista crítica de Ciências Sociais**. Coimbra. Nº 48, junho 1997.

SILVA, Rossana Valéria de Souza e. Formação de Mestres e Doutores como vetor para o desenvolvimento da Região das Américas. In: **V Seminário de Internacionalização Universitária e VI Workshop de Trabalho PAEC OEA-GCUB**. 2017. (slides).

TRINDADE, Héglio. Universidade em perspectiva: Sociedade, conhecimento e poder. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro. Nº 10. Jan/Fev/Mar/Abr. 1999



ULLMANN. Reinholdo Aloysio. Humanismo no Medievo. **Revista Dissertatio**. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Filosofia. p58-81. 2000

**GT 08 – Migração, mobilidade e deslocamentos: exclusão social, diferenças culturais e ação política****INCLUSÃO DE DISCENTES VENEZUELANOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DA ÁREA URBANA DE PACARAIMA**

Sandra Elaine Trindade da Paz (UFRR/PRONAT - SEED-RR/CEFRR)¹
sandrinha_elainepaz@hotmail.com

Ana Lia Farias Vale (UFRR/PPGSOF)²
lialuz3@hotmail.com

RESUMO

A pesquisa analisou a inclusão social de crianças, que diariamente cruzam a linha de fronteira, matriculados nas escolas municipais da área urbana de Pacaraima no estado de Roraima, identificando as políticas públicas implantadas no sistema de ensino que consideram a inclusão social desses discentes, analisando as práticas curriculares desenvolvidas no contexto da sala de aula. Como procedimentos metodológicos, fez-se uma busca documental nas escolas municipais da área urbana de Pacaraima, junto às respectivas secretarias, com acesso as matrículas dos discentes. A pesquisa de campo ocorreu através da observação participativa nas escolas municipais Alcides da Conceição Lima e Casimiro de Abreu, em 2016, do qual se fez uso do método indutivo, analisando e descrevendo as ações quanto à inclusão dos discentes venezuelanos no contexto escolar brasileiro, durante o processo ensino aprendizagem.

Palavras-chave: Identidade, Inclusão, Fronteira, Educação

1. INTRODUÇÃO

Pacaraima, fronteira com a República Bolivariana da Venezuela, vivencia intenso e histórico processo de deslocamento de grupos étnicos; grupos nacionais e grupos internacionais, que transitam neste espaço, intercambiando hábitos, costumes, crenças, valores. Sabe-se que, quando se fixa residência em lugar adverso ao de origem, há uma troca cultural, um momento de interação entre grupos étnicos distintos e a inclusão deve surgir a partir destas “diferenças culturais” entre os grupos.

Essa pesquisa procurou analisar o sistema de inclusão social de discentes de origem venezuelana, matriculados em escolas municipais da área urbana de Pacaraima, no estado de Roraima, identificando as políticas públicas implantadas no sistema de ensino que

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Roraima, Professora da Rede Estadual de Ensino de Roraima, integrante dos Grupos de Pesquisa GEIFRON e GEPINTE.

² Doutora em Geografia, professora do CEDUC-PPGSOF/UFRR, líder do Grupo de Pesquisa GEPINTE.



consideram a inclusão social destes discentes, analisando as práticas curriculares desenvolvidas no contexto da sala de aula, com a pretensão de contribuir para ampliar o conhecimento sobre a região e a zona de fronteira e seus processos particulares, fornecendo subsídios às políticas públicas de desenvolvimento da faixa de fronteira e de integração aos países vizinhos, num momento de mudanças políticas e culturais, com valores de transformações, que residem na rearticulação de elementos, que não são nem um (brasileiro), nem o outro (estrangeiro), mas algo a mais, contestando os termos e os territórios de ambos, contribuindo com pesquisas empíricas sobre os fenômenos socioculturais nos espaços transfronteiriços norte.

Quanto à abordagem, o método usado foi o indutivo, permitindo a observação e a descrição de como ocorrem às relações em sala de aula, compreendendo os diversos significados, oferecidos no interior das relações cotidianas escolares. A pesquisa de campo, ocorreu através da observação participativa, no intuito de conhecer as práticas desenvolvidas no contexto da sala de aula, considerando os discentes que possuem como língua materna o espanhol, como um ser pluricultural.

O levantamento dos dados ocorreu na Escola Municipal Alcides da Conceição Lima e na Escola Municipal Casimiro de Abreu, escolas municipais urbanas de Pacaraima, com um registro das atividades e práticas curriculares, exercidas em sala de aula, apreendendo as características presentes na subjetividade dos docentes e discentes venezuelanos e brasileiros, dando a objetividade e a análise consideradas nesse nível de interpretação indutiva e contou com o apoio de docentes, coordenadores e gestores escolares.

Os dados quantitativos coletados através dos documentos foram tabulados e transformados em quadros e gráficos para a análise. Na coleta das informações qualitativas empregaram-se as técnicas de fotografias e cópias digitalizadas, das atividades desenvolvidas pelos discentes, posteriormente analisadas, esforçando-se para compreender o fato, na busca de uma definição para o problema apresentado.

2. ESCOLA E OS VALORES IDENTITÁRIOS NUMA SOCIEDADE PLURAL

No sistema educacional, a escola é um importante condutor de domínio social, pois é uma das instituições responsáveis pela individualização e socialização, sendo, também, agência formadora que ocupa grande parte do tempo do indivíduo durante a fase da vida onde sua formação se dá de forma mais intensa. Assim, os impactos sociais do ensino, valorizando a diversidade identitária e reconhecendo a pluralidade cultural da nação, para a sociedade quando reforçados pela instituição escolar podem contribuir para a formação e manutenção de atitudes das mais diversas.



Portanto, é no contexto escolar, que a sociedade deve ser trabalhada como plural, tanto no campo teórico, como na perspectiva da produção do conhecimento de um currículo com práticas pedagógicas de cunho etnográfico, construindo o saber a partir das diferenças como um fator de positividade social. O desafio da escola está no fato de que, para compreender a cultura do “outro” é necessário olhar a sociedade do “outro”, em que as diferenças ganham sentido e expressão como realidade e definem o papel da alteridade nas relações sociais. Assim, quando se encontram aliadas políticas públicas educativas inovadoras e uma escola desafiadora, ter-se-á uma sociedade em que a visão com relação à diversidade social e cultural se tratará de uma retórica: para o “outro” o diferente sou eu.

Na perspectiva multiculturalista da educação, trabalha-se de forma diferenciada, levando em consideração as especificidades de cada sociedade, relacionando a educação com concepções filosóficas e pedagógicas, a opções políticas e ideológicas e, ainda, a diferentes objetivos e estratégias de atuação da comunidade local.

No entanto, toda e qualquer sociedade, que procura implantar uma educação, que tem como objetivo a socialização, valorização e respeito às diferenças, tem como base, iniciativas e propostas reguladoras dessa mudança. Pinto (1999, p. 200-201) aponta algumas destas iniciativas:

[...] modificações nos conteúdos curriculares com a finalidade de incorporar contribuições de outros grupos culturais e classes sociais aos conceitos abordados nas diferentes disciplinas; introdução de conteúdos específicos visando combater preconceitos, ou de metodologias que garantam o sucesso dos alunos, independentemente de sua origem e classe social; propostas de criação de disciplinas específicas. [...] ações que procuram atingir a dinâmica dos relacionamentos intra-escolares (sic) como as que visam dimensionar as atitudes e expectativas de professores e funcionários com o objetivo de criar um ambiente em que os estudantes de diferentes grupos étnicos e sociais sintam-se valorizados e participem efetivamente das experiências educativas. [...] numa pedagogia que privilegia a troca, [...] o enriquecimento recíproco, processo, no qual, entretanto, as partes envolvidas mantêm a identidade. [...]. Ou seja, a identidade integra o outro, mas é a consciência da unicidade, da subjetividade que permite essa relação com a alteridade.

No Brasil, além das mudanças expostas por Pinto (1999) e do aparato tecnológico imposto pela globalização, há de se considerar, a grande diversidade regional, populacional e religiosa, incorporando reflexões, onde se trabalhem a diversidade étnico-racial, destacando acontecimentos importantes para a sociedade nesse processo, como a presença de descendentes de imigrantes na Região Sul, a comunidade nipônica na Região Centro-Sul, a influência das tradições africanas em diferentes pontos do país e as diversas línguas das variadas comunidades indígenas na Amazônia e Centro Oeste, inspiradas pelo culturalismo antropológico a que propugna o respeito às diferenças culturais.



3. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NA FRONTEIRA: ESCOLAS DE PACARAIMA E A INCLUSÃO NA DIVERSIDADE

A educação no Brasil está diretamente relacionada a situação socioeconômica da sociedade, no que se refere a distribuição de renda e da riqueza, que determina o acesso e a permanência dos discentes na escola. Assim, considerar o contexto socioeconômico da área, pode justificar determinados arranjos sociais que a caracterizam.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Pacaraima tem uma população, com perfil socioeconômico dos mais elevados de Roraima, com um valor de rendimento *per capita* anual³ de 6.134,00 reais correspondentes a 68,8% do estado que é de 8.904,00 reais por ano, além de um índice de *gini*⁴ em 0,74, acima do total do estado que é de 0,64 (IBGE, 2010).

O município de Pacaraima possui 47 escolas cadastradas e reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC) assim distribuídas: 1 escola indígena particular, 2 escolas municipal urbana, 4 escolas municipal rural, 1 escola estadual urbana, 4 escolas estadual indígena e 35 escolas estadual rural.

A educação do município de Pacaraima, majoritariamente se encontra voltada a atender a população indígena, que se encontra distribuída por todo o território municipal, com 5 escolas com língua, currículo e metodologia exclusivamente indígenas ficando evidente a valorização e o respeito pela cultura e diversidade étnica. São 39 escolas rurais, com gestores, docentes e discentes em sua maioria indígenas, que mesclam o currículo indígena com orientações pedagógicas e metodológicas da escola tradicional.

As aulas nas escolas indígenas ocorrem na língua materna, com docentes qualificados, nativos da própria comunidade, com currículos voltados a cultura da comunidade. Os docentes indígenas já se encontram em sua grande maioria, qualificados com uma formação superior na área pedagógica indígena, ou em fase de qualificação, com cursos oferecidos pela Universidade Federal de Roraima (UFRR).

Os cursos de graduação, voltados exclusivamente para a formação de indígenas, ocorrem no Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, que atende as organizações indígenas do estado, que reivindicaram o acesso ao ensino superior. Atualmente o referido instituto conta com três cursos de formação superior para indígenas: Licenciatura Intercultural,

³ O rendimento *per capita* é um indicador que ajuda a medir o grau de desenvolvimento econômico de um país ou região, obtida mediante a divisão da Renda Nacional (isto é, Produto Nacional Bruto menos os gastos de depreciação do capital e os impostos diretos) pelo número de habitantes do lugar.

⁴ O Índice de *Gini*, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda [...]. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um [...]. O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um [...] está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza (WOLFFENBÜTTEL, 2004).



criado em 2001; Bacharelado em Gestão Territorial, criado em 2009 e Bacharelado em Gestão em Saúde Coletiva Indígena criado em 2012⁵.

Tendo como base os dados apresentados no Censo Escolar, promovido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2015, as matrículas efetuadas no sistema público de ensino (escolas estaduais e municipais), o município de Pacaraima teve um efetivo de matrículas iniciais de 4.706 discentes. No ensino infantil, as crianças de zero a três anos de idade, matriculadas na modalidade creche e dos quatro a seis anos, matriculados na modalidade pré-escola, se encontram num total de 626 discentes. As matrículas no ensino fundamental se destacam com um efetivo de 3.212 dentro da faixa etária e mais 114, no sistema educação de jovens e adultos (EJA), perfazendo um total de 3.326 matrículas iniciais no ensino fundamental.

Esse número elevado deve-se ao fato, da obrigatoriedade e permanência das crianças entre sete e quatorze anos, no sistema de ensino pelo governo federal, aliado aos incentivos de programas que estimulam à permanência das mesmas através de recursos financeiros, destinados a família, refletindo no maior número de matrículas entre as modalidades de ensino.

No ensino médio, foram 754 matrículas nas diferentes modalidades (ensino regular, educação especial e EJA). Enfim, em 2015, as 4.706 matrículas efetivadas no município de Pacaraima, encontravam-se assim distribuídas: 4.676 no sistema de ensino público - 3.078 matrículas nas escolas administradas pelo estado e 1.598 matrículas nas escolas administradas pelo município - e 30 discentes matriculados no sistema de ensino particular, na única escola particular indígena rural (INEP, 2015).

O sistema único de ensino na educação brasileira tem como característica o desafio de uma superação da desigualdade, na busca por uma escola única, na tentativa de diminuir a extrema diferença, encontrada nos índices de escolarização. Em Pacaraima, o governo municipal, tem o apoio do governo estadual, trabalhado em parceria na sequência da escolaridade na mudança de modalidade, pois segundo a Secretaria de Educação Municipal de Pacaraima (SEMP), a demanda das escolas administradas pelo governo estadual, sempre atendem a necessidade, referente a quantidade de discentes que mudam de modalidade.

O governo municipal administra todas as escolas com ensino infantil, o governo do estado é responsável pelas escolas com ensino médio e EJA e o ensino fundamental é dividido administrativamente entre os dois governos, ficando a maior responsabilidade para o governo estadual.

⁵ Informações retiradas do sitio do UFRR. Disponível em: <<http://ufrr.br/insikiran>>. Acesso em: 04 jul. 2016.



O número de crianças venezuelanos matriculados nas escolas de Pacaraima, segundo a SEMP, não pode ser diagnosticada com exatidão, pois a origem das crianças precisa ser investigada de forma mais particular. Existe uma miscigenação entre brasileiros e venezuelanos na fronteira com país e filhos que possuem a dupla nacionalidade e que mantem residência nos dois países.

No levantamento feito junto as escolas investigadas, se encontram entre os discentes: pai brasileiro, mãe venezuelana, filho brasileiro; pai venezuelano, mãe brasileira, filho brasileiro; pai brasileiro, mãe venezuelana, filho venezuelano; pai venezuelano, mãe brasileira, filho venezuelano que residem de um ou do outro lado da fronteira, ou mesmo nos dois países. Ainda são encontrados discentes brasileiros com pai e mãe também brasileiros, mas que residem somente na Venezuela e famílias totalmente venezuelanas que têm residência somente do lado do Brasil.

Nas fichas de matrículas, são usados os registros de nascimentos dos discentes, mas não é cadastrada a origem dos pais. Essa identificação pode ser percebida como uma forma de discriminação social e o combate a esse tipo de preconceito deve iniciar no sistema de matrícula. O endereço que consta na ficha vai depender da intenção e dos dados fornecidos por quem efetuou a matrícula, pois, comprovante de endereço consegue-se com parentes que moram do outro lado da fronteira.

Segundo informações o único controle, que existe para efeito de matrícula, ocorre quando é informado que há necessidade do uso do transporte escolar fornecido pelos governos municipal e estadual. Ainda com base em informações, existe um acordo informal entre os governos municipal e estadual e a população, fechados em momentos de eleições políticas, fazendo parte do pacote de programa de governo a ser cumprido com promessas feitas durante o pleito eleitoral.

O traslado de 17 km entre a área urbana de Santa Elena de Uiarén e a área urbana de Pacaraima feita pelos discentes, que estudam em Pacaraima e residem do outro lado da fronteira é custeado pelo governo municipal e pelo governo do estadual, com dois ônibus financiados por cada um, nos dois turnos diurnos, transportando um total de 384 discentes, entre crianças e adolescentes, venezuelanas e brasileiras que moram do outro lado da fronteira. Ainda com base em dados fornecidos pela SEMP, são aproximadamente 600 discentes, que residem na Venezuela e estudam no Brasil, pois possuem aqueles que fazem o traslado em transporte particular.

Um fato inusitado ocorreu durante a coleta de informação documental. Foi observado em um dos documentos, crianças que residem do outro lado da fronteira e usam o transporte escolar coletivo, mantido pelo poder público municipal, com as famílias cadastradas no Programa Bolsa Família, criado pelo governo federal brasileiro, com objetivo combater a fome,



a pobreza e a desigualdade social no País, com transferência de renda para famílias em situação de extrema pobreza (BRASIL, 2014). Somente em uma escola investigada 48 discentes, fazem parte e recebem recursos do referido programa, no entanto residem na Venezuela⁶.

Não há registro de crianças brasileiras que moram em Pacaraima e estudam na Venezuela, isso se deve a variados fatores dentre eles o valor sociocultural atribuído à língua portuguesa, dado ao prestígio micro sociolinguístico desta língua com relação ao espanhol. Outro fator é caracterizado pela situação socioeconômica que vem passando a sociedade bolivariana nos últimos anos e por fim, a ascensão econômica da sociedade brasileira no mercado internacional.

Numa sociedade plural, pois entre os discentes brasileiros e venezuelanos existem várias etnias indígenas, e no reconhecimento da diversidade e da pluralidade no advento global, o próprio Estado passa a perceber a fronteira, como um lugar de ligação, de aproximação, com a possibilidade de uma integração, estimulando e valorizando as escolas ao longo da fronteira a participarem do cotidiano de um e do outro lado dela, com as crianças percebendo o mundo como único e de todos e que as diferenças estão nas expressões culturais e que faz parte de cada indivíduo ser também único, diferente.

3.1 Realidade das escolas municipais da área urbana de Pacaraima: Escola Municipal Alcides da Conceição Lima e Escola Municipal Casimiro de Abreu

Na área urbana do município de Pacaraima são encontradas apenas três escolas de ensino básico: a Escola Municipal Alcides da Conceição Lima e a Escola Municipal Casimiro de Abreu e a Escola Estadual Cicero Vieira Neto, esta última, administrada pelo governo do estado de Roraima e para esta pesquisa, o levantamento de campo foi realizado somente nas escolas municipais.

Os gestores das escolas municipais concederam a relação dos discentes que diariamente atravessam a fronteira para assistir aulas no Brasil e estes se encontram distribuídos homogeneamente em todas as turmas, para que não ocorra uma concentração, pois os docentes demandam mais tempo e atenção, principalmente com as crianças menores, no repasse e entendimento do conteúdo.

As duas escolas municipais da área urbana de Pacaraima estão localizadas no bairro Vila Nova. A Escola Municipal Casimiro de Abreu, possui 74 funcionários, com 12 salas

⁶ O Programa de Transferência de Renda - Bolsa Família é uma ação do Estado que traça o perfil das famílias pobres fazendo um cadastro, para que possam receber o benefício, porém é preciso o cumprimento de algumas condicionalidades por parte das famílias beneficiadas e a frequência escolar é uma delas (BRASIL, 2014).



funcionando nas modalidades Ensino Regular e EJA. A Escola Municipal Alcides da Conceição Lima possui 53 funcionários, com 10 salas funcionando com Ensino Regular.

Na Escola Municipal Alcides da Conceição Lima, das 20 turmas que compõem a escola, 3 são de Jardim I, 6 são de Jardim II, 6 de 1º ano e 5 turmas de 2º ano, onde estudam 195 crianças que residem na Venezuela. Na Escola Municipal Casimiro de Abreu são 24 turmas onde 5 são de 3º ano, 7 são de 4º ano, 6 são de 5º ano, 6 são de 6º ano, com 191 crianças que residem na Venezuela (Quadro 1).

Quadro 1 - Escolas municipais da área urbana de Pacaraima: discentes que residem na Venezuela por nível de ensino - 2016

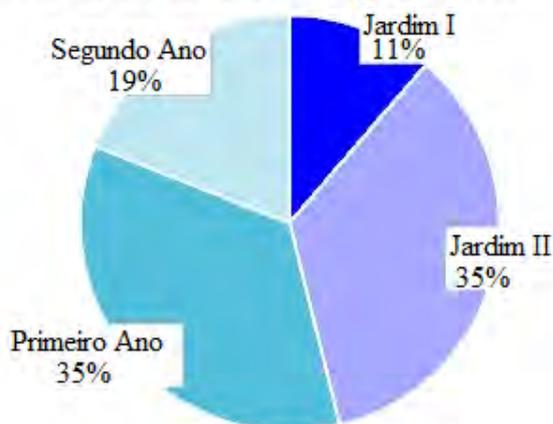
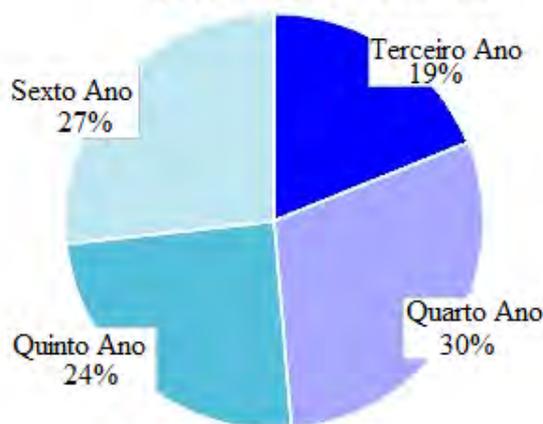
Escolas	Nº. de turmas	Turmas	Quant. de discentes que residem na Venezuela
ESCOLA MUNICIPAL ALCIDES DA CONCEIÇÃO LIMA	3	Jardim I	22
	6	Jardim II	68
	6	1º Ano	68
	5	2º Ano	37
Total	20		195
ESCOLA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU	5	3º Ano	36
	7	4º Ano	57
	6	5º Ano	47
	6	6º Ano	51
Total	24		191
Total geral			386

Fonte: Elaborado partindo de informações fornecidas pelas respectivas escolas.

Ainda com base nos dados coletados, dos 570 discentes matriculados na Escola Municipal Alcides da Conceição Lima e dos 645 discentes matriculados na Escola Municipal Casimiro de Abreu, em torno de 30% residem do outro lado da fronteira.

Analisando a quantidade de discentes, que cruzam a linha de fronteira cotidianamente para frequentarem escolas no Brasil e as diferentes modalidades de ensino oferecidas pelas duas escolas municipais, percebe-se que estes discentes se concentram principalmente nas turmas de 1º ano e Jardim II da Escola Municipal Alcides da Conceição Lima e nas turmas de 4º e 6º anos da Escola Municipal Casimiro de Abreu (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Discentes das escolas municipais da área urbana de Pacaraima que residem na Venezuela: nível de ensino - 2016

**Escola Municipal**
Alcides da Conceição Lima**Escola Municipal**
Casimiro de Abreu

Fonte: Elaborado partindo de informações fornecidas pelas respectivas escolas.

Essa informação é significativa, quando analisado as verbas repassadas pelos governos municipal e estadual, levando em consideração que a inclusão ao sistema de ensino público, gratuito e de qualidade é destinado aos que se encontra em território nacional. No entanto, diariamente, em torno de 30% dos que recebem essa assistência residem do outro lado da fronteira. Seria um aumento equivalente, para elevar a qualidade do ensino àqueles residem no lado da fronteira brasileira, sem distinção de nacionalidade ou etnia, além de contar com a redução do custo do transporte escolar financiado pelo poder público.

Em uma das cinco salas de aula do 2º ano da Escola Municipal Alcides da Conceição Lima, diariamente a docente recebe 15 crianças, metade da turma, que se deslocam de um lado para o outro da fronteira e destes, apenas três alunos ainda falam somente o espanhol. A docente não fala espanhol e ministra aula e participa das atividades escolares, durante todo seu turno de expediente, falando em português e os discentes também.

A justificativa dada por esta é que o entendimento entre ela e os discentes de origem venezuelana é aceitável pelos pais e que em vários momentos ocorrem numa linguagem de símbolos ou numa terceira língua chamada por esta de “portunhol”, e quando não há nas tentativas o mínimo de comunicação, a mesma pede auxílio aos discentes de um nível mais elevado de entendimento, para auxiliá-la.

A linguagem é construída pela acumulação de verbetes que são apreendidos ao longo da infância é pessoal e revelador da cultura e da experiência de vida de cada pessoa, evoluindo permanentemente. Em áreas localizadas próximas a linha de fronteira, que divide os territórios entre países, há no mínimo três línguas vigentes, contando com as línguas oficiais de cada e mais uma que surge do entendimento entre falantes, com códigos e símbolos de entendimento identitário. É uma área caracterizada por uma instabilidade



conflituosa sociolinguística, produzida por fatores de interação influenciados pelos meios de comunicação (rádio, televisão) de um lado e outro da fronteira.

Com base em informações coletadas nas escolas os pais, quando matriculam seus filhos nas escolas brasileiras, já o fazem com o propósito dos mesmos adquirirem a influência na língua portuguesa, com objetivo de proporcionarem maiores ou até mesmo melhores oportunidades. Salientaram que a chance de os filhos chegarem a um nível superior na educação brasileira e mais promissor do que na Venezuela.

Na mobilidade do “ir” e “vir” do cotidiano da fronteira, as crianças constroem de forma mais específica o entendimento sobre espacialidade, que vai além do trabalho docente desenvolvido em sala de aula, com noções que, agregadas pelo discente, tornam-se conceitos. No caso específico das crianças, que residem em áreas de fronteira e que apreendem conceitos de pertencimento do lugar no seio familiar, com expressões como “não pertencemos a este lugar” ou “o nosso país é a Venezuela e não o Brasil”, o conceito de espaço se confunde com o conceito de lugar⁷ e antecede as reflexões iniciais sobre “fechado e aberto”, sugerido por Lesann (2011) e o docente precisará de habilidades pedagógicas para desfazer a confusão subjetiva dos discentes, sem desvalorizar a questão de pertencimento identitário destes.

Ainda com base nas propostas sugeridas por Lesann (2011), sobre práticas metodológicas, o desenho infantil pode revelar o grau de amadurecimento das crianças, com informações que podem ser usados como instrumento de avaliação e entender o desenho infantil, abre uma perspectiva de captar melhor o potencial intelectual em que se encontram os discentes. O amadurecimento da criança é desenvolvido por meio de observações orientadas entre o real e o representado, com percepções das relações vivenciadas por estes. Na fase em que os docentes do 2º ano se encontram, os seus desenhos representam o que eles sabem e não o que veem realmente.

A noção de espacialidade é apreendida a partir da construção do conceito de espaço, nos primeiros anos do ensino fundamental, no entanto ela vai sendo adquirida durante toda essa modalidade de ensino e o domínio de espaço somente se completará no final do ensino médio, com o amadurecimento das competências de cunho geográfico.

Em material coletado dos discentes no 2º ano da Escola Municipal Alcides da Conceição Lima, encontram-se três situações em que as relações identitárias existentes em

⁷ Santos (1997, p. 26-27) afirma que: “O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento”. Para o mesmo autor, “O lugar é um conjunto de objetos que têm autonomia de existência pelas coisas que o formam - ruas, edifícios, canalizações, indústrias, empresas, restaurantes, eletrificação, calçamentos, mas que não têm autonomia de significação, pois todos os dias novas funções substituem as antigas, novas funções se impõem e se exercem (SANTOS, 1997, p. 52).

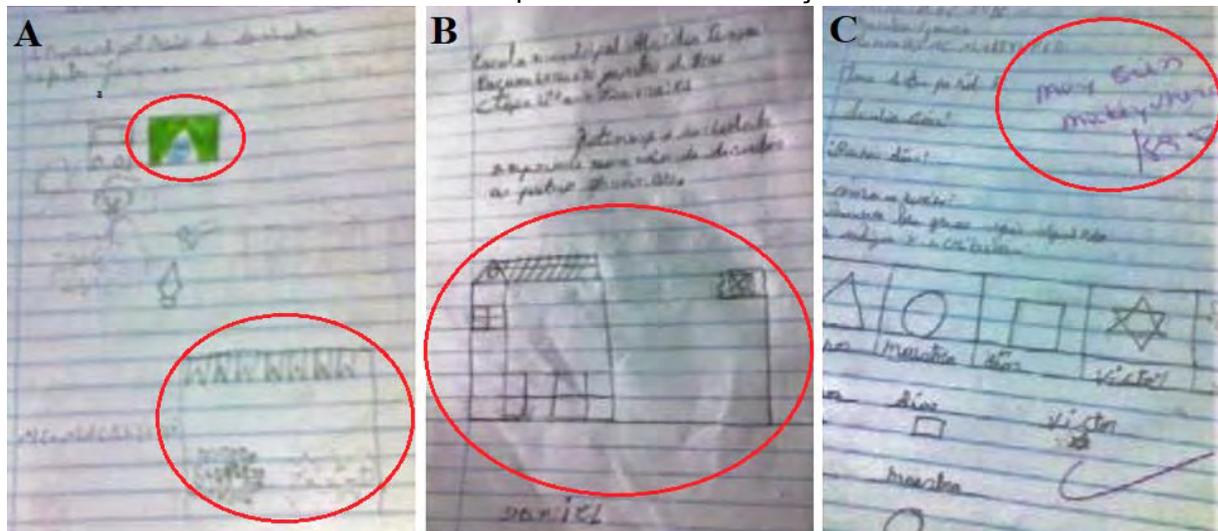


áreas de fronteiras são emblemáticas. Num primeiro momento (Figura 1A), destaca-se a cultura nacionalista brasileira expressa com desenho da Bandeira Nacional Brasileira e a cultura das festas juninas. Esse discente, mesmo tendo nascido na Venezuela, os pais são brasileiros, ambos vindo de estados da Região Nordeste do Brasil e transmite ao filho, valores identitários no núcleo familiar, fortalecidos pelo processo educativo em escola brasileira.

Na atividade seguinte, de outro discente (Figura 1B), destaca-se o valor da identidade venezuelana do discente que desenhou a sua casa e a bandeira do seu país (Venezuela). O tamanho de maior destaque para a casa e do lado um enorme mastro hasteado a bandeira venezuelana, representa que mesmo estudando em território o qual não faz parte, a identidade é expressa pelo espírito nacionalista que prevalece representado através da bandeira, característica da cultura venezuelana, o sentimento de lugar, de acolhimento é intrínseco na criança de forma mais profunda, quando se mora ou estuda do outro lado da fronteira.

Não há como negar que os pais e a criança são de origem venezuelana, mesmo com toda influência do ambiente escolar, há uma expressão de pertencimento ao lugar de origem. Isso também demonstra a liberdade que a criança tem, em poder se expressar sem se expor a transtornos discriminatórios no ambiente escolar, deixando claro como a inclusão, o respeito e a igualdade ao indivíduo é trabalhado no ambiente escolar.

Figura 1 - Atividades desenvolvidas por discentes que residem na Venezuela, em sala de aula do 2º ano da Escola Municipal Alcides da Conceição Lima em Pacaraima



Fonte: Material digitalizado por Sandra Elaine Trindade da Paz, maio 2016.

Ainda na mesma figura, num terceiro momento (Figura 1C), na atividade de outro discente destaca-se a observação, feita pela docente em língua espanhola, para entendimento do discente venezuelano, que ainda não tem domínio da língua portuguesa, mostrando a relação de afetividade que existe entre a docente e o discente.



A relação de respeito mútuo entre docentes e discentes com vínculos afetivos, tem uma reciprocidade no processo de ensino e aprendizagem, onde o docente consegue compreender as necessidades, o comportamento e as limitações dos pupilos, enquanto que para o discente há a valorização, o diálogo e a aceitação das divergências de ideias e estímulo para atividades em grupo, despertando a cooperação entre estes, com propostas que levem os discentes a pensar e pesquisar, além de prevalecer um ambiente favorável a aprendizagem.

No ensino fundamental a aquisição por meio da verbalização constitui uma fase essencial na formação básica de uma criança, mas algumas noções são construídas pela percepção, representadas em sala de aula a partir de maquetes e desenhos expostos, que chamem a atenção dos discentes e para que o docente possa a qualquer momento do ano letivo voltar a trabalhar quando diagnosticado um problema de entendimento por parte do discente (LESANN, 2011).

Na turma do 2º ano da Escola Municipal Alcides da Conceição Lima, destaca-se a organização da sala de aula atendendo aos pré-requisitos exigidos pelo processo de construção conceitual da criança, onde se podem observar os cartazes projetados nas paredes da sala de aula, estimulando as crianças a desenvolverem noções conceituais de “quem somos”, de “quantos somos”, elementos matemáticos, além da formação da identidade religiosa, mas todas em língua portuguesa (Figura 2).

Figura 2 - Material didático exposto nas salas de aula da Escola Municipal Alcides da Conceição Lima



Fonte: Fotografias de Sandra Elaine Trindade da Paz, maio 2016.

Pôde-se observar também, que nas dependências da escola (salas de aula, corredores, banheiros, hall, cantina), não foram encontradas mensagens direcionadas aos discentes, escritas na língua espanhola. Toda a escola se organiza atendendo somente a quem entende a língua portuguesa. Mas durante a pesquisa foi presenciada uma aula de espanhol e somente neste momento os discentes do outro lado da fronteira, tiveram oportunidade de expressar manifestações linguísticas em língua espanhola. Vale destacar que a docente que ministra aula de espanhol é brasileira e reside do outro lado da fronteira.



Nas escolas não somente os discentes fazem parte do contexto da mobilidade fronteiriça cotidiana entre os dois países. Gestores, docentes, coordenadores e demais funcionários mantêm residência de um e do outro lado da fronteira. O relacionamento entre aqueles que compõem o ambiente escolar ocorre numa mescla de identidades, que em diferentes momentos se evidenciam para uma ou outra cultura.

A identidade nacionalista é mais evidente na fronteira, sobrepondo a identidade étnico cultural, cabe a família estimular a percepção da criança como ser único e importante para o contexto social a qual faz parte, pois as escolas que se encontram, na fronteira do Brasil com a Venezuela, mesmo não discriminando os discentes venezuelanos, e já o fazem quando a escola não trabalha nas línguas dos diferentes discente, não promovem atividades que evidenciam a valorização na diversidade do outro. A inclusão acontece de forma integradora quando discentes, docentes e funcionários se relacionam harmonicamente, onde não se percebe, com exceção no momento de expressão da linguagem, quem é do outro lado da fronteira.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas educacionais na fronteira em Pacaraima estão voltadas para a inclusão escolar de venezuelanos e brasileiros que residem do outro lado da fronteira, atuando como um elo de aproximação e integração, com o Estado custeando o deslocamento diário de crianças e adolescentes que residem na Venezuela e estudam no Brasil.

A mobilidade do “ir” e “vir” que ocorre na fronteira com crianças e adolescentes que residem na Venezuela e estudam no Brasil é uma dinâmica intensa e cotidiana configurando-se como relação social em condições estruturais, da qual emerge o fluxo, produzindo um papel determinante no espaço fronteiriço com deslocamento movidos, num primeiro momento por fatores socioeconômicos, decorrentes de crises econômicas e num segundo momento por fatores socioculturais estimulados pela importância do Brasil no contexto econômico internacional, destacando a importância linguística dada ao português na fronteira.

Percebeu-se que o caminho para a inclusão social na fronteira é a escola, vista como um território de trégua, onde “o outro”, não é percebido como “o outro” e onde “o outro”, não se sente como indivíduo do outro lado da fronteira, tornando-se um ambiente sagrado que impera a tolerância, o bom convívio, o conhecimento, a valorização e a reprodução das duas culturas, com práticas de interação e de diálogo no cotidiano escolar.

Detectou-se no ambiente escolar uma dinâmica linguística intermediária, onde se evidencia o hibridismo, do português e do espanhol oculta na prática escolar e que se constitui, de signos interpretados e lidos de outro modo, atribuindo-lhes significados de uma identidade híbrida, construída a partir da assimilação e justaposição das duas culturas, no



entanto, contraditoriamente, dentro do mesmo espaço escolar se observa o poder da identidade nacionalista prevalecendo, sem restrições.

Observou-se que as crianças, através de seus desenhos expressam sentimentos identitários, como a identidade nacionalista, a cultura cultuada no seio familiar, o sentimento de pertencimento de lugar relacionado ao outro lado da fronteira, o sentimento de acolhimento dado a receptividade da escola e afetividade dos docentes, no ambiente escolar, deixando claro como a inclusão, o respeito e a igualdade ao indivíduo é trabalhado no ambiente escolar e durante o processo ensino aprendizagem.

Considera-se portanto, a importância do ambiente escolar, como um espaço, que pode ser trabalhada além da transmissão do conhecimento, a inclusão na diversidade e o respeito e valorização do outro como ser plural e diferente e que a escola é o espaço apropriado para transformar e inserir na criança a tolerância às diferenças culturais, observando-se na fronteira norte de Roraima múltiplas redes de articulação que se sobrepõem ao limite internacional e ampliam as relações das cidades na fronteira e é no circuito educacional, tendo como base a escola à mola modificadora da sociedade, onde se poderá ter uma integração mútua de respeito e tolerância às diversidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. **Bolsa Família**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 28 out. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2010**: nupcialidade, fecundidade e migração - resultados da amostra. Rio de Janeiro, 2010. 349 p. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 06 dez. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. Educação Básica. Censo Escolar 2015. **Resultados finais do Censo Escolar**: redes estaduais e municipais. Brasília, 2015. Disponível em: <portal.inep.gov.br/basica-censo>. Acesso em: 25 mar. 2016.

LESANN, Janine. **Geografia no ensino fundamental I**. 2. reimp. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011. 180 p. (Formação docente, 1).

PINTO, Regina Pahim. Diferenças étnico-raciais e formação do professor. **Cadernos de Pesquisa**, n. 108, p. 199-231, nov. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n108/a09n108.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 124 p.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. O que é? - Índice de Gini. **Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, IPEA/IBAP, a. 1, ed. 4, 01 nov. 2004. (ISSN 2359-5264). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2048:catid=28&Itemid>. Acesso em: 4 jun. 2016.

**GT 08 – MIGRAÇÃO, MOBILIDADE E DESLOCAMENTOS: EXCLUSÃO SOCIAL, DIFERENÇAS CULTURAIS E AÇÃO POLÍTICA.****PESSOAS EM MOVIMENTO E A MIGRAÇÃO INTERNACIONAL DE E PARA O BRASIL: DESLOCAMENTOS, SIGNIFICADOS E POLÍTICAS.**Marcos Murrelle Azevedo Cruz¹
marcosmurrelle@gmail.comLena Cláudia dos Santos Amorim²
amorimesmeralda@gmail.com**RESUMO**

Há algum tempo o tema da migração internacional tem sido amplamente discutido dado a sua relevância no campo político e humanitário. O deslocamento de pessoas entre territórios tem se acentuado em razão de catástrofes naturais, de conflitos armados no oriente médio, no surgimento de grupos radicais, e pela ressurgência de ataques terroristas não somente na Europa, mas em outras partes do mundo. De fato, acredita-se que este contexto tem contribuído para importantes transformações sociais, políticas e culturais que são resultantes do processo de globalização, que por sua vez, recolocaram as contradições e os conflitos sociais acerca deste tema. O fluxo de deslocamentos de e para o Brasil tem se colocado como uma importante questão social que enseja discussões mais profundas, principalmente porque envolvem grupos sociais específicos, especialmente os migrantes não documentados. Por essa razão, o presente trabalho tem por objetivo contextualizar os estudos sobre migração internacional de e para o Brasil, a partir de estudos realizados cuja perspectiva seja a de retomar reflexões sobre as transformações sociais e políticas suscitadas na discussão sobre o fluxo desses deslocamentos. Ademais, o estudo pretende investigar como, a partir da mobilidade dos sujeitos entre estes territórios, emerge uma pluralidade de interpretações particularmente no tocante a identidade, território, colonialismo, cultura, globalização e contemporaneidade. Assim, partindo do método de revisão de literatura, o estudo procura compreender os conceitos fundamentais de migração, identidade, cultura e território mobilizando-os no sentido de estabelecer uma análise comparativa entre a produção de contribuições de caráter teórico e empírico e o universo do sujeito social que vive a ficção e a realidade das migrações. Pelas reflexões empreendidas, é possível observar como o estudo comparativo entre a literatura produzida e os migrantes, mobilizam discussões importantes para pensar temas relacionados como a cidadania, a promoção de políticas públicas, a garantia de direitos humanos, a criação e a consolidação de legislação específica no âmbito das migrações nacionais e internacionais.

Palavras-chave: Migrações internacionais, Territórios, Políticas sociais,

1. INTRODUÇÃO

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia-PPLSA/UFPA.

² Mestre em Antropologia Social e Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. PPGCS/UFPA.



Para situar o contexto da discussão, como se sabe há algum tempo o tema da migração entre território nacional e internacional tem sido amplamente discutido dado a sua relevância no campo político e humanitário. De modo incessante tem sido amplamente noticiado nos meios de comunicação social o grande fluxo de pessoas em direção aos países da Europa, em consequência da deflagração da ofensiva dos Estados Unidos e de países aliados contra os movimentos radicais ligados ao terrorismo. Por outro lado, observa-se o fluxo em média escala de pessoas saindo do Brasil para viver em terras estrangeiras.

Acredita-se que o deslocamento de pessoas entre territórios tem se acentuado também em razão de catástrofes naturais, de conflitos armados no Oriente Médio, no surgimento de grupos radicais, e pela ressurgência de ataques terroristas não somente na Europa, mas em outras partes do mundo. O temor de consequências imprevisíveis tem colocado em marcha populações inteiras para diversos países em busca de melhores condições de vida. De fato, este contexto tem contribuído para importantes transformações sociais, políticas e culturais que são resultantes do processo de globalização, que por sua vez, recolocaram as contradições e os conflitos sociais acerca deste tema, particularmente no que se refere às concepções de território entre nacional e internacional.

Com efeito, no que se refere ao contexto brasileiro, tem se observado um grande fluxo de deslocamentos de e para o Brasil, particularmente para os Estados Unidos e países da Europa, o que tem se colocado como uma importante questão social que enseja discussões mais profundas, principalmente porque envolvem grupos sociais específicos, especialmente os migrantes sem documentação. Por essa razão, o presente trabalho tem por objetivo contextualizar os estudos sobre migração internacional de e para o Brasil, a partir de estudos realizados cuja perspectiva seja a de retomar reflexões sobre as transformações sociais e políticas suscitadas na discussão sobre o fluxo desses deslocamentos.

Ademais, os trabalhos nesta área apresentam como, a partir da mobilidade dos sujeitos entre estes territórios, emerge uma pluralidade de interpretações particularmente no tocante a identidade, colonialismo, cultura, globalização e contemporaneidade. A literatura disponível mostra como o fluxo de pessoas entre os territórios nacionais e internacionais tem evidenciado a recolocação de discursos em torno da migração, de identidade, de cultura e de território, mobilizando-os no sentido de estabelecer uma análise comparativa entre a produção de contribuições de caráter teórico e empírico e o universo do sujeito social que vive a ficção e a realidade das migrações. Pelas reflexões construídas em torno deste tema, é possível observar como o estudo comparativo entre a literatura produzida e os migrantes mobilizam discussões importantes para pensar cidadania, a promoção de políticas públicas,



a garantia de direitos humanos, a criação e a consolidação de legislação específica no âmbito das migrações nacionais e internacionais.

2. ALGUNS ESTUDOS SOBRE A MIGRAÇÃO

As discussões em torno dos deslocamentos de pessoas entre territórios nacionais e internacionais tem sido objeto constante de incessantes discussões especialmente no campo das ciências sociais. Com efeito, pressuponho que o fenômeno do grande fluxo de deslocamento de pessoas entre territórios no âmbito nacional e internacional esteja relacionado a mudanças culturais, sociais e políticas que se processam no interior da globalização e que por isso estão relacionadas ao contexto de mudanças na economia internacional.

Os desdobramentos destas mudanças podem ser percebidos no fluxo contínuo de pessoas entre territórios em razão de vários acontecimentos recentes como a ofensiva militar dos Estados Unidos sobre alguns países do Oriente Médio em razão do alastramento do terrorismo, pelas imagens de desconfiança que foram construídas em torno da figura do migrante particularmente de religião muçumana, pelo temor de atentados terroristas, pelas grandes epidemias, e principalmente pela desigualdade nas condições de sobrevivência em muitos lugares do mundo. Todas estas condicionantes tem feito crescer consideravelmente nos últimos anos o êxodo de pessoas em busca de melhores condições de vida em outros lugares alheios a sua comunidade de origem.

Todos esses desdobramentos tem chamado atenção para a tensão entre as fronteiras geográficas e para as condições de vida na dinâmica destes limites geográficos, o que tem possibilitado uma profícua reflexão sobre as condições de vida, a distribuição de renda, a igualdade de condições e o acesso ao mundo do trabalho e a melhores condições de vida nestes lugares.

Do ponto de vista cultural tem evidenciado o encontro entre tradições e inevitáveis redefinições sobre o sentido de pertencimento, de tradição, e deslocamento se deve observar ao tratar sobre o tema das migrações, e que podem ser definidos pelas mudanças sociais e políticas no cenário internacional que podem ser visualizados pelo fortalecimento das discussões em torno dos direitos humanos, no acesso aos bens e serviços produzidos pelas nações mais ricas e a justa repartição dos benefícios e desenvolvimento destas nações.

Estudos realizados por (SALES, 2005; HARAZIM, 2005; MEDEIROS, 2005) mostram como tem crescido nos últimos anos, particularmente entre os jovens brasileiros que decidem aventurar-se em países de primeiro mundo, a concepção de inserirem-se no



mercado de trabalho dos países desenvolvidos de primeiro mundo, por meio de aquisição de postos de trabalho com a perspectiva de uma colocação permanente ou mesmo temporária no mercado de trabalho internacional. Com efeito, paralelo ao sonho de progresso na carreira profissional, o fluxo de pessoas em outros países tem evidenciado problemas de toda a ordem sofridos por estrangeiros de diversas nacionalidades tais como intolerância religiosa e xenofobia.

Em trabalhos produzidos por (CAFARDO, 2005) é possível observar reflexões construídas a partir de informações jornalísticas. Estas notícias falam do fluxo de sul-americanos que vivem abaixo da linha da pobreza, que deixam suas terras de origem e vem para o Brasil em busca de melhores condições de vida. Trata-se do movimento de imigração dos bolivianos para o Brasil, e demonstra que dentre as motivações do processo migratório estão à busca de melhores condições de vida.

Todavia, os estudos que se seguiram depois mostram que o desvelamento das vicissitudes dos processos migratórios também são compartilhadas por outro movimento inverso que é não somente a saída de brasileiros para o exterior mas a entrada de novos imigrantes no Brasil.

3. CONSTRUINDO ENTENDIMENTOS SOBRE MIGRAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE.

O segundo momento da nossa pesquisa versa sobre questões que caminham *pari passu* com a questão da migração, que compreende as problematizações decorrentes de sua localização histórica e literária por meio de um método das ciências sociais que ficou conhecido como “a biografia reconstituída”.

No entendimento formado por este método, não há como falar do objeto da migração sem levar em consideração seu duplo caráter social e político, observando atentamente as questões que se colocam em torno das classes populares, de suas condições de vida, das classes trabalhadoras e de suas formas de moradia e suas condições sociais. Esta compreensão se torna mais desafiadora na medida em que se percebem lacunas de informações ou mesmo de uma documentação mais extensa sobre a migração que dê conta de analisar novos problemas que se colocam no contexto da contemporaneidade, principalmente no que se refere às redefinições de políticas públicas nesta área.

Ao apresentar de forma breve o panorama da migração observo alguns elementos de uma “ausência” histórica que sejam pontos de partida na compreensão de sonhos e representações construídas entre o universo ficcional e a consciência da realidade vivida por esses sujeitos. Pode-se inferir que estas sejam as condições iniciais para pensar o interior da questão, além do que, para Sayad (1998, p. 3)



“Por não conseguir sempre por em conformidade o direito e o fato, a imigração condena-se a engendrar uma situação que parece destiná-la a uma dupla contradição: não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indeferidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro, mas que se gosta de viver com um imenso sentimento do provisoriedade. Oscilando, segundo as circunstancias, entre o estado provisório que a define de direito e a situação duradoura que a caracteriza de fato, a situação do imigrante se presta, não sem nenhuma ambiguidade, a uma dupla interpretação: ora, como que para não confessar a si mesmo a forma quase definitiva que com frequência cada vez maior a imigração reveste apenas se leva em conta na qualidade de imigrante o seu caráter eminentemente provisório (de direito); ora, ao contrário, como se fosse preciso desmentir a definição oficial do estado de imigrante como estado provisório, insiste-se com razão na tendência atual que os imigrantes possuem de se “instalar” de forma cada vez mais duradoura em sua condição de imigrantes”.

No domínio de uma ordem social, fundada nas relações de troca e produção, essa compreensão tem de certo modo sua razão de ser, se observarmos que nos contextos sociais mais diversos, principalmente aqueles estão atravessados pelas relações da economia capitalista, é muito comum à ideia de que o imigrante é uma figura provisória, que sua realização enquanto ente histórico está na medida em que se constrói a ideologia de que sua mão de obra é necessária, porque vantajosa.

Assim, é no contexto da produção em longa escala, que a figura do imigrante geralmente é entendida: a partir de relações sociais de trabalho e, na escala social. Esta compreensão está travestida por questões em torno dos custos da mão de obra, vantagens que não podem ser entendidas somente do ponto de vista econômico, mas tem a ver com técnicas cujo objetivo é naturalizar a provisoriedade do imigrante. Existe aí um problema de interpretação, se pensarmos que, o universo ficcional do imigrante está para além das relações de trabalho proposta pela conjuntura capitalista.

Para pensar a migração, de outro lado, “ele pode ser visto como aquele que foge e busca, é tangido e extravia-se, ambiciona e frustra-se, resigna-se e realiza-se. São muitos os que perdem a viagem, ficam pelo caminho, regressam e retornam. Parecem tangidos por uma força desconhecida, simultaneamente histórica e telúrica.” (IANNI, 2004, p.93).

Assim como no século XX, ainda no século XXI observa-se que análise sobre os deslocamentos dos migrantes, imigrantes e retirantes está muito relacionado ao contexto do capitalismo e das relações de trabalho. Esta delimitação nega um conjunto de compreensões cristalizadas, posto que esta objetividade travestida por uma “forma moderna” de compreensão da realidade não deixa ver a força criativa, a fabula e o encantamento presente nas sagas destes sujeitos.



Pensar as histórias dos sujeitos somente pela lógica do capital, não é nada razoável se considerarmos que para além dos problemas e desafios enfrentados por estas pessoas, os motivos pelas quais elas são movidas estão muito além deste construto histórico de que o “migrante” é elemento fundamental para manutenção da sociedade capitalista.

Parece que nisto consiste o papel da literatura em relação à história da migração: a de restaurar o caráter criativo e performático da experiência vivida em torno dos deslocamentos destes sujeitos. Sem dúvida, a de rememorar aquilo que foi negado. Para citar uma vez mais Ianni (2004, p.96)

“Cabe reconhecer, no entanto, que a multidão de migrantes que se espalha pelo mundo envolve um vasto processo de *transculturação*. São muitas as culturas que se encontram, acomodam, tencionam, negam e recriam. Recriam-se geralmente em outros e novos termos. São intercâmbios de valores e instituições, formas de sociabilidade e ideais, línguas e religiões; além de mestiçagens e hibridizações.”

Por outro lado, não podemos esquecer que é no contexto do século XX que se fortalece a discussão sobre o multiculturalismo, em razão de problemas relacionados a intolerâncias de toda a ordem, desde o problema das acomodações, até problemas provocados pelo nazi-fascismo e com neonazismo. Neste contexto, é assim que “o debate sobre o multiculturalismo, envolvendo etnicismo e sexismo, logo se torna, não só relevante, mas predominante” (Ibid., p. 98).

4. OS DESLOCAMENTOS E AS AÇÕES POLÍTICAS NO CAMPO DA MIGRAÇÃO

O movimento migratório para além de suas questões de ordem teórica e quantitativa, evidencia um elemento importante que figura como o fator social e político de sua construção e tem a ver com a adoção de políticas públicas que foquem o desenvolvimento econômico e humano centrado nas pessoas. Nesse sentido é possível observar que estudos recentes apresentados nos relatórios da ONU sobre os deslocamentos internacionais mostram que é necessário recolocar o lugar dos sujeitos da migração numa perspectiva de bem estar das pessoas que migram que como recordam,

Será preciso contar com uma base empírica muito mais sólida para compreender adequadamente os vínculos entre a migração e o desenvolvimento. A migração de pessoas tem um efeito acumulativo, em escala nacional, e pode ter repercussões sobre a situação econômica dos países de origem e de destino. A migração pode dar lugar a uma corrente de desenvolvimento que se inicia pelas pessoas, passa pelas famílias e comunidades, até atingir os países. (OIM, 2013, p. 31)



Pensar as políticas públicas no sentido de problematizar as estruturas sociais e políticas excludentes que se negam a reafirmar a alteridade no contexto migratório perpassa pelo combate a todas as formas de discriminação por sexo, etnia, cor ou condição social. A releitura deste tema encontra na perspectiva Marinucci (2013, p.1) diretrizes bem definidas:

“O processo de “criminalização”, geralmente, se reproduz a partir de um círculo vicioso: determinadas ações de “contenção” da imigração são realizadas em nome da “segurança nacional”, da “defesa da identidade cultural” ou da “superação da crise econômica”; essas práticas, *volens nolens*, acabam alimentando estereótipos e tipificações que dificultam ou impedem o delicado processo integrativo dos estrangeiros. A consequente escassa coesão social acaba confirmando os estereótipos e a necessidade de reproduzir com maior amplitude e intensidade as supracitadas práticas”

De fato, esta abordagem ganha fôlego se forem pensadas, por exemplo, as construções em torno do migrante refugiado, particularmente em razões de guerras, epidemias e catástrofes naturais. Já as políticas públicas existentes não conseguem impedir que fossem construídas retóricas que segreguem os migrantes dos direitos fundamentais como moradia, trabalho e auxílios. O fato é que alguns estudos mostram que neste campo existe uma retórica construída em torno da migração e dos refugiados internacionais cuja

a raiz do problema com a migração na economia global é que se trata de uma migração forçada. Uma coalizão por uma reforma deve lutar pelo direito das pessoas a escolher quando e como migrar. A liberdade de mobilidade é um direito humano. Inclusive, em um mundo mais justo, a migração continuará a acontecer porque as famílias e as comunidades atualmente estão conectadas a milhares de quilômetros e através de muitas fronteiras. Uma política migratória deveria, portanto, facilitar este movimento. (BACON, n.d., p. 28)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há algum tempo o tema da migração internacional tem sido amplamente discutido dado a sua relevância no campo político e humanitário. O deslocamento de pessoas entre territórios tem se acentuado em razão de catástrofes naturais, de conflitos armados no oriente médio, no surgimento de grupos radicais, e pela ressurgência de ataques terroristas não somente na Europa, mas em outras partes do mundo.

De fato, acredita-se que este contexto tem contribuído para importantes transformações sociais, políticas e culturais que são resultantes do processo de



globalização, que por sua vez, recolocaram as contradições e os conflitos sociais acerca deste tema.

O fluxo de deslocamentos de e para o Brasil tem se colocado como uma importante questão social que enseja discussões mais profundas, principalmente porque envolvem grupos sociais específicos, especialmente os migrantes não documentados.

Uma das questões que carecem de melhor aprofundamento diz respeito a contextualização dos estudos sobre migração internacional de e para o Brasil, a partir de estudos realizados nas condições da atualidade cuja perspectiva seja a de retomar reflexões sobre as transformações sociais e políticas suscitadas na discussão sobre o fluxo desses deslocamentos.

Ademais, o estudo pretende ainda encaminhar a proposta de investigação como, a partir da mobilidade dos sujeitos entre estes territórios, emerge uma pluralidade de interpretações particularmente no tocante a identidade, território, colonialismo, cultura, globalização e contemporaneidade.

Considerando a literatura disponível, o estudo procura compreender os conceitos fundamentais de migração, identidade, cultura e território mobilizando-os no sentido de estabelecer uma análise comparativa entre a produção de contribuições de caráter teórico e empírico e o universo do sujeito social que vive a ficção e a realidade das migrações.

Pelas reflexões empreendidas, é possível observar como o estudo comparativo entre a literatura produzida e os migrantes, mobilizam discussões importantes para pensar temas relacionados como a cidadania, a promoção de políticas públicas, a garantia de direitos humanos, a criação e a consolidação de legislação específica no âmbito das migrações nacionais e internacionais.

Em face do que foi mencionado, emerge a questão sobre como entender a relação entre o universo ficcional e a consciência da realidade produzidas pelos sujeitos que se deslocam entre/para outros territórios, nisto consiste nossa busca, que considero em partes, esclarecida. Contudo, ainda estamos buscando compreender o seguinte: se é verdade que os sujeitos sociais, se realizam no chão-espaco da cultura, onde fica o lugar espaco-tempo dos sujeitos da cultura?

Além do mais, em que lugar suas tradições, suas memórias e sua história material e imaterial ficarão depois do seu êxodo migratório? Qual o alcance desta ausência? Como podemos entender que a saída de sua terra de origem inaugura uma ausência na dimensão espaco-tempo de cada sujeito social, cujas significações sociais estão presentes na relação que ele estabelece com a sua cultura.



REFERÊNCIAS

ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. (2013). **Declaración del diálogo de alto nivel sobre la migración internacional y el desarrollo a/68/L.5**. Disponível em <<http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/68/L.5>> Acesso em 27/10/2017.

BACON, D. (n.d.). **Desplazados, desiguales y criminalizados. Luchando por los derechos de los migrantes en Estados Unidos**. Fundação Rosa Luxemburgo. Disponível em: <<http://www.movimientomigrantemesoamericano.org/desplazados-desiguales-y-criminalizados/>> Acesso em 28/10/2017.

CAFARDO, R. **Educação, um direito do imigrante**. O Estado de S.Paulo, São Paulo, 20 mar. 2005. Caderno Vida, p. A-22.

CRUZ, Ernesto. **A estrada de ferro de Bragança – visão social, econômica e política**. Belém: SPVEA, 1955.

FONTES, Virginia. **História e modelos**. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História. Rio de Janeiro: Campos, 1997.

HARAZIM, D. **Uma semana de cão**. O Estado de S.Paulo, São Paulo, 20 mar. 2005. Caderno Aliás, p. J5

IANNI, Octávio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MARINUCCI, R. (2013). **A “globalização da indiferença” e a criminalização das migrações**. Disponível em: <<http://bit.ly/1StRTUQ>> Acesso em 27/10/2017.

MEDEIROS, J. **Brasileiros nos Estados Unidos: sinal amarelo**. O Estado de S.Paulo, São Paulo, 20 mar. 2005. Caderno Cidades/ Metrôpoles, p. C3.

MUNIZ, Palma. **Inmigração e Colonização (sic) – História e Estatística 1616-1916**. Belém: Memória Oficial, 1916.

OLIVEIRA, Luciana de Fátima. **O desenvolvimento de Bragança e suas representações: 1885-1908**. Anais de Eventos. I congresso nacional e II regional de História da UFG – Jatai 2008. Disponível em: <[http://www.congressohistoriajatai.org/anais2008/doc%20\(47\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2008/doc%20(47).pdf)>. Acesso em 10/04/2017.

SALES, T. **Eles vestem o avental da América**. O Estado de S.Paulo, São Paulo, 20 mar. 2005. Caderno Aliás, p. J4-5.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Uma tradução de Cristina Murachco. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 1998.

**GT 08 – Migração, Mobilidade e Deslocamentos: Exclusão Social, Diferenças Culturais e Ação Política****MIGRAÇÃO INTERNACIONAL E MOBILIDADE ESPACIAL NA AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA: RESULTADOS DE PESQUISA**

Jonatha Rodrigo de Oliveira Lira (UFRR)¹
rodrigao@hotmail.com

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa sobre migração internacional e mobilidade na fronteira da Amazônia Legal brasileira resultante de minha Tese de Doutorado em Demografia intitulada “Migração e mobilidade na fronteira: concentração de imigrantes internacionais e formação de espaços de vida na Amazônia brasileira”. Este artigo tem como objetivo principal analisar a mobilidade internacional na fronteira a partir da dinâmica social das cidades gêmeas de Guajará-Mirim (Brasil) e Guayaramerín (Bolívia). Conforme os dados do Censo Demográfico Brasileiro de 2010, em termos de migração acumulada, a Bolívia se destaca com os maiores volumes de estrangeiros residentes na Amazônia brasileira, estes, concentrados principalmente em municípios da faixa de fronteira. A configuração espacial destaca a importância de cidades gêmeas como é o caso de Guajará-Mirim (Brasil) e Guayaramerín (Bolívia) nessa dinâmica. Por conta da mobilidade foi utilizado o conceito de “espaço de vida” de Corgeau (1988) adaptado a partir da residência-base como uma proposta teórica metodológica para explicar a dinâmica transfronteiriça e para repensar o papel da fronteira na dinâmica demográfica. Conclui-se a mobilidade na fronteira nos ajuda a entender a dinâmica social das cidades gêmeas, pois possibilita a configuração de um espaço de vida com características específicas configurado pela prática de atividades transnacionais daqueles que ali residem e utilizam a fronteira.

Palavras-chave: Migração internacional, Mobilidade espacial, Amazônia Legal brasileira.

1. INTRODUÇÃO

A faixa de fronteira² corresponde a um importante espaço para a imigração internacional para a Amazônia brasileira. No entanto, a fronteira, em muitos casos, devido à proximidade, corresponde também em um espaço de mobilidade (SIQUEIRA, 2013). Essa mobilidade pode estar relacionada com a imigração estrangeira para a região. Logo, a concentração de estrangeiros em municípios da faixa de fronteira pode revelar tal relação.

No conjunto de municípios da faixa de fronteira, destacam-se as cidades gêmeas³. A seletividade migratória para a Faixa de Fronteira mostra a presença de estrangeiros

¹Doutor em Demografia. Pós-Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima. Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira da Universidade Federal do Amapá. Professor Temporário de Geografia da Universidade Estadual do Pará.

² A faixa de fronteira (Mapa 06) trata-se de uma zona indispensável à defesa do país delimitada por uma faixa interna desde a linha divisória do território nacional com outros países (linha de fronteira) com 150km de largura estabelecida pela Lei 6.634/79 e mantida até os dias atuais (BRASIL, 1979).

³ As cidades gêmeas são núcleos urbanos localizados de um lado e de outro do limite internacional cuja interdependência é, muitas vezes, maior do que de cada cidade com sua região ou com o próprio território nacional, sem que estejam necessariamente em condição de fronteira seca, formando uma conurbação ou



provenientes dos países adjacentes como é o caso da Bolívia da qual os imigrantes se concentram, principalmente, no município de Guajará-Mirim e que, por sua vez, possui uma relação socioeconômica com Guayaramerín (Bolívia). A relação destes municípios os classifica como cidades gêmeas. Temos aqui um caso em que a migração e a mobilidade configuram a dinâmica transfronteiriça neste espaço.

De acordo com os dados censitários de 2010, a Bolívia corresponde ao país de nascimento da maioria de estrangeiros presentes na Amazônia brasileira. A fronteira entre Brasil e Bolívia ultrapassa os limites da região Amazônica, ou seja, nem todos os imigrantes bolivianos no Brasil vieram das regiões de fronteira. Porém, dentro dos limites regionais, temos o destaque das cidades gêmeas de Guajará-Mirim e Guayaramerín sendo, então, os municípios eleitos para análise da mobilidade internacional.

Ressalta-se que a visita de campo⁴ foi realizada apenas do lado brasileiro, pois como se tratava do fluxo de pessoas por barco, ou seja, daqueles indivíduos que chegavam e partiam, era possível concluir a atividade de campo apenas de um lado da fronteira visto que o volume de entradas e saídas do lado brasileiro e boliviano era semelhante.

Conclui-se então que muitos daqueles que chegavam a Guajará-Mirim pela manhã partiam em outro horário enquanto que muitos daqueles que partiam do município brasileiro para o boliviano pela manhã retornavam em outro horário. Esta lógica só foi possível de ser captada após confirmação dos funcionários que trabalhavam na zona portuária com o controle da entrada e saída de pessoas.

Assim, o objetivo deste artigo é analisar a mobilidade internacional de pessoas entre as cidades gêmeas de Guajará-Mirim e Guayaramerín a partir da aplicação de questionários na saída da zona portuária do lado brasileiro. Nesses questionários foi possível detectar se o indivíduo era residente de uma das duas cidades gêmeas e o resultado confirmou nossa escolha em guiar a visita de campo apenas de um lado.

2. BREVE DESCRIÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO

Segundo a Prefeitura Municipal de Guajará-Mirim (2015), o município possui uma população estimada para 2014 de 46.203 pessoas com uma densidade demográfica de 1,68 hab/km². É o segundo maior município em extensão territorial de Rondônia (o primeiro é a capital, Porto Velho) e o nono mais populoso do estado. Guajará-Mirim é reconhecido como

ocupando posições simétricas à linha divisória. Elas têm forte potencial de atuar como núdulos articuladores de redes locais, regionais, nacionais e transnacionais (STEIMAN, 2002).

⁴ Pesquisa exploratória: Os questionários tiveram a função de auxiliar na composição do cenário da formação de espaços de vida.



um dos municípios brasileiros com maior área preservada recebendo o título de cidade verde em 2009 (PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ MIRIM, 2015).

Guajará-Mirim foi fundado em 1929. Anterior a isso era o local aonde culminava a estrada de ferro Madeira-Mamoré que se ligava a Porto Velho que fora importante para o surgimento do município que em 2010, segundo o Censo Demográfico Brasileiro, tinha uma população de 41.656.

Já a origem de Guayaramerín é mais antiga! Foi fundada em 1982 pelos pioneiros da borracha com o nome de Puerto Palmira, posteriormente denominado Puerto Sucre (1905 a 1915) e então pelo nome que hoje é conhecido⁵. Segundo o Censo Boliviano de 2012, sua população é de 41.775 pessoas.

Muito embora a função de Guajará-Mirim no seu surgimento tenha sido associada à defesa territorial em relação ao povoado que surgira no lado boliviano no caso o município de Guayaramerín, a aproximação econômica entre Brasil e Bolívia provocou implicações na forma como são entendidas as fronteiras – da mesma forma como com os demais municípios – cidades gêmeas – localizadas na faixa de fronteira, constituindo-se o que Machado (2005; 2009) chama de espaços estratégicos para o desenvolvimento e integração regional.

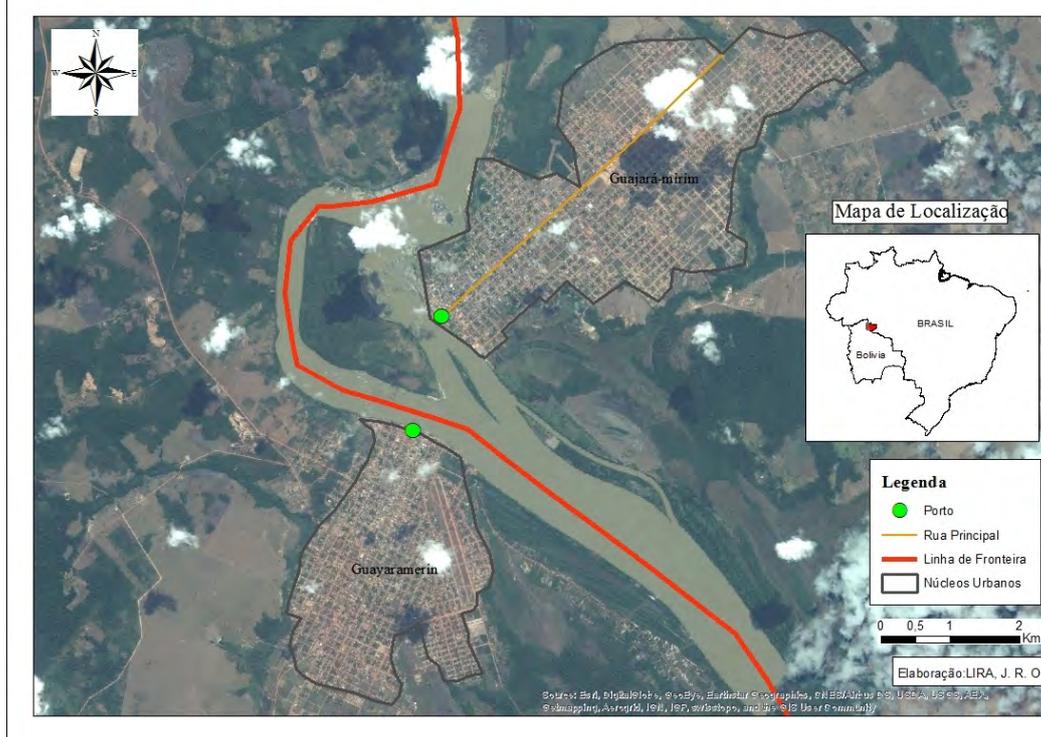
[...] apresentam grande potencial de integração econômica e cultural assim como manifestações localizadas dos problemas característicos da fronteira. Aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania. Por esses motivos é que as cidades gêmeas devem constituir-se em um dos alvos prioritários das políticas públicas para a zona de fronteira” (MACHADO, 2005, p. 260-261)

Um município marcado por uma paisagem rural com alguns pontos urbanizados em torno da Avenida 15 de novembro (rua principal) que leva à zona portuária da cidade e interliga através do rio Madeira-Mamoré com o município de Guayaramerín, Beni, Bolívia (Mapa 01).

⁵ Extraído de <https://guayaramerin.wordpress.com/2007/07/24/breve-historia-de-guayaramerin/>



Mapa 01: Núcleos Urbanos das Cidades Gêmeas de Guajará-Mirim e Guayaramerín.



Fonte: ESRI, 2016. Elaboração do Autor.

Um dos grandes impasses na aproximação entre países amazônicos como Brasil e Bolívia é a questão da articulação física das cidades gêmeas, que no caso estudado é realizado por pequenas embarcações que atravessam diariamente o rio Madeira-Mamoré. Em termos de integração física, a IIRSA trata de questões logísticas entre os países sul-americanos e em conjunto acordos bilaterais como OTCA pretendem acelerar os planos de cooperação internacional na Amazônia (ARAGÓN, 2009).

Tais melhorias de infraestrutura podem gerar desdobramentos significativos para o desenvolvimento da região no futuro, mas, sobretudo do local em questão. Segundo o Ministério da Integração Nacional (2005), a zona de fronteira no Brasil é caracterizada por:

um espaço peculiar, onde se dá o encontro entre dois sistemas sócio-políticos diferentes. Nela se estabelecem relações transfronteiriças de maior ou menor intensidade muitas vezes não previstas pelo marco legal dos países limítrofes, que classificando-as como internacionais, acabam desconsiderando esta peculiaridade. Em geral as interações entre populações de distintos países são mais intensas na Zona de Fronteira em especial nas cidades-gêmeas, que estabelecem intensos laços comerciais e, muitas vezes, afetivos. (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2005. p.169)

Cabe aqui um parêntese para diferenciar faixa de fronteira de zona de fronteira. Conforme Ministério da Integração Nacional (2005) esta diferença está relacionada aos



limites territoriais do poder do Estado de um lado e da materialização de um espaço de interações transfronteiriças.

Enquanto a faixa de fronteira constitui uma expressão de jure, associada aos limites territoriais do poder do Estado, o conceito de zona de fronteira aponta para um espaço de interação, uma paisagem específica, com espaço social transitivo, composto por diferenças oriundas da presença do limite internacional, e por fluxos e interações transfronteiriças, cuja territorialização mais evoluída é a das cidades-gêmeas. (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2005. p.21)

Para melhorar a dinâmica fronteiriça entre Guajará-Mirim e Guayaramerín foi acordada entre as partes a construção de uma ponte que interligaria os dois municípios, assim como já ocorre em outros espaços estratégicos da Amazônia Brasileira como entre Oiapoque (Amapá, Brasil) e Saint Georges (Guiana Francesa); Bonfim (Roraima, Brasil) e Lethem (Guiana); Assis Brasil (Acre, Brasil) e Iñapari (Peru); Brasiléia (Acre, Brasil) e Gobija (Bolívia).

A relação com o país vizinho torna-se necessária nas atividades da vida cotidiana (re) definindo o espaço de acordo com as necessidades locais. Na fronteira podemos identificar práticas transnacionais que não configuram estes espaços em um espaço transnacional. Portanto, identificar a residência base e as práticas transnacionais nos permite compreender distintos movimentos entre as cidades gêmeas.

Contudo, questiona-se: Qual a origem dos indivíduos que transitam pela fronteira? Quais as motivações dos indivíduos que fazem a travessia entre as cidades gêmeas? Pode-se sugerir que tais práticas sejam transnacionais e que constituem o espaço de vida dos residentes de ambos os lados?

3. O USO DO CONCEITO ESPAÇO DE VIDA NA FRONTEIRA

A fronteira possui um papel fundamental na configuração dos espaços de vida, pois, nos auxilia no entendimento sobre a dinâmica social das cidades gêmeas. Assim, o conceito de “Espaço de Vida” de Courgeau (1988) complementado a partir da proposta desenvolvida por Domenach e Picouet (1996) de dar ênfase na residência base dos indivíduos, foi o instrumento que nos auxiliou a identificar e situar a mobilidade espacial na fronteira.

Para Courgeau (1988), o uso do “espaço de vida” na análise da mobilidade espacial da população seria uma tentativa de criar mecanismos de análise longitudinal associando tempo e espaço a partir de uma matriz em que o indivíduo fosse a unidade de análise.

“[...]a porção do espaço onde o indivíduo efetua suas atividades. Esta noção inclui não somente os lugares de passagem e de estadia, mas



também todos os outros lugares com os quais o indivíduo se relaciona” (COURGEAU,1988, p. 17)

Desta forma, a operacionalização proposta do conceito seria capaz de analisar “o território onde o indivíduo desenvolve suas atividades o que responde à rede das relações ou acontecimentos na sua vida familiar, social, econômica e política” (COURGEAU,1988).

No caso das mobilidades entre fronteiras internacionais, a distinção dos tipos de movimentos se torna um elemento de caráter político, sobretudo, pois para o fenômeno da mobilidade moderna, os movimentos respondem aos mesmos aspectos sociais, culturais e econômicos (DOMENACH; PICOJET, 1996).

O “espaço de vida”, na perspectiva da residência base, nos permite identificar as relações que os indivíduos possuem entre idas e vindas sem a preocupação de traçar uma trajetória de vida dos indivíduos o que seria inviável pelo funcionamento da zona portuária com constantes chegadas e saídas de embarcações.

A aplicação deste conceito trouxe-nos uma maneira de avançar nas investigações sobre mobilidade espacial da população. Permitindo o desenvolvimento de uma análise mais eficaz acerca da mobilidade na fronteira entre as cidades gêmeas.

4. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA ATIVIDADE DE CAMPO

A proposta do questionário exploratório teve como objetivo identificar as motivações dos indivíduos que fazem a travessia para o município de Guayaramerín na Bolívia e a frequência com que os indivíduos fazem esse deslocamento. A aplicação do questionário foi feita na área de controle da saída na zona portuária do município de Guajará-Mirim que é a porta de acesso no Brasil entre as cidades gêmeas.

O questionário foi constituído por oito questões sendo todas categorizadas. As questões tinham como objetivo identificar os seguintes itens: 1) a nacionalidade dos indivíduos que transitam na fronteira; 2) a residência base destes indivíduos, mas principalmente daqueles que residiam em uma das duas cidades gêmeas; 3) as motivações do deslocamento para Guayaramerín e; 4) a frequência do deslocamento.

Identificar a nacionalidade dos indivíduos que transitam na fronteira nos permite inferir sobre a relação entre os dois países do ponto de vista de que a mobilidade que existe na fronteira é basicamente entre indivíduos provenientes de Brasil e Bolívia.

O segundo item do questionário corresponde a nossa proposta de análise teórico-metodológica em que a identificação da residência base garante um subsídio para se pensar na formação de espaços de vida e por isso foi priorizada a identificação da residência base dos indivíduos que moravam em uma das duas cidades gêmeas.



Porém, foi feita uma desagregação da residência base em outros níveis que nos possibilitou refletir sobre a importância da residência base dos indivíduos que moram nas cidades gêmeas frente àqueles indivíduos que moram em outras localidades. Assim, a residência base foi desagregada ao nível de: UF's brasileiras, Porto Velho (Capital de Rondônia), Outros municípios de Rondônia, e outros municípios bolivianos.

Os itens 3 e 4 que correspondem respectivamente às motivações e frequência do deslocamento complementam nossa proposta de análise visto que as motivações e as frequências do deslocamento podem reforçar nossa hipótese da formação de espaços de vida entre as cidade gêmeas. Além dos mais, estes itens nos permitem identificar que práticas são exercidas na fronteira frente à importância de tais atividades para a vida cotidiana dos indivíduos que transitam entre a fronteira.

A proposta de um questionário mais curto é relacionada à questão da eficiência na coleta de informações para atingir um maior número de pessoas visto que se trata de uma área de trânsito diário, de idas e vindas entre as cidades gêmeas. Como já havia conhecimento de outra pesquisa feita em área de fronteira e na Amazônia brasileira, parte do questionário desta foi utilizada inicialmente como modelo para a pesquisa (CORBIN, 2007).

Além do mais, um questionário mais extenso poderia gerar outras limitações como perguntas sem respostas por causa do tempo de disponibilidade dos entrevistados e etc. A meta seria aplicar entre 70 a 140 questionários tendo uma média de 10 a 20 questionários por dia num período ininterrupto de uma semana. Com o questionário mais curto foi possível aplicar 298 durante o período.

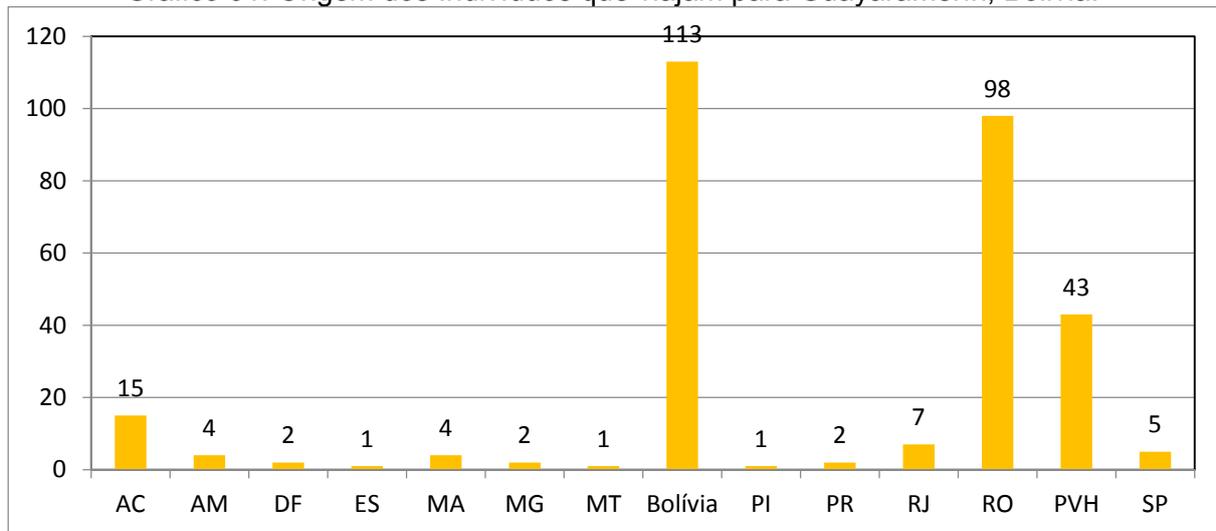
Com o questionário seria possível identificar se os indivíduos que se utilizam desta via de acesso residem do lado brasileiro ou do lado boliviano assim como se o indivíduo é natural das cidades gêmeas ou provêm de outras localidades. Também identificando a frequência e as motivações do traslado.

5. RESULTADOS: ANÁLISE DA MOBILIDADE INTERNACIONAL NA FRONTEIRA

Durante a atividade de campo foram realizadas 298 entrevistas superando a meta pré-estabelecida de 140 entrevistas. Procurou-se realizar as entrevistas em horários diferentes ao longo da semana seguindo as orientações dos indivíduos que trabalham na zona portuária que informaram os horários de maior trânsito de pessoas o que foi confirmado através da pesquisa. Identificamos um número maior de pessoas em horários bem específicos, como no início da manhã por volta de 8hs e no início do período vespertino após as 13hs, independente do dia da semana.



Gráfico 01: Origem dos Indivíduos que viajam para Guayaramerín, Bolívia.



Fonte: Trabalho de campo, 2015.

Um dos primeiros pontos analisados foi a origem dos indivíduos que transitam na fronteira em direção ao município boliviano de Guayaramerín. No gráfico 05 podemos identificar que, com base na coleta de dados da pesquisa empírica e no período de aferimento, a maioria dos que transitam são bolivianos, um total de 112 indivíduos, e de Rondônia são 141 indivíduos (resultado da soma com a coluna PVH – Porto Velho).

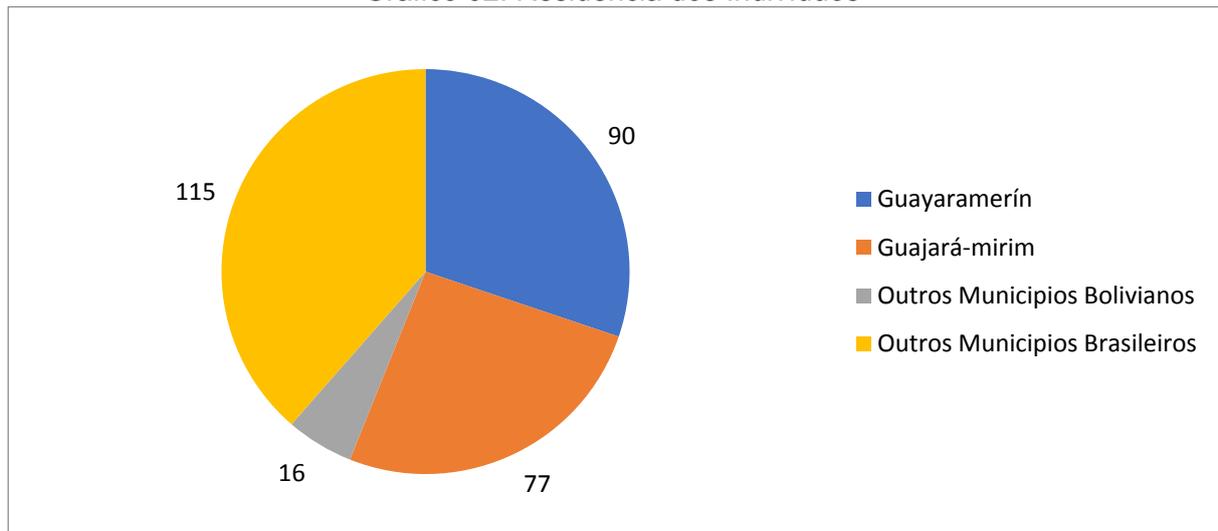
E isto nos encaminha para a questão de que estes indivíduos sejam naturais⁶ e/ou residentes de Guajará-Mirim ou de Guayaramerín. Primeiramente, identificamos no gráfico 06 que não é possível visualizar dentro o conjunto de bolivianos se estes são naturais de Guayaramerín, porém quanto ao conjunto de brasileiros conseguimos identificar que a naturalidade dos indivíduos é oriunda de diferentes Unidades de Federação assim como é dado destaque para os rondonienses nascidos na capital, Porto Velho.

A análise quanto ao município de nascimento dos indivíduos que transitaram pela fronteira durante a atividade de campo apresentou uma série de dificuldades como o número extenso de categorias e por isso optou-se por recortes espaciais maiores, logo esta variável sozinha não é capaz de identificar a moradia em uma das cidades gêmeas.

⁶Ressalta-se que não foi em nenhum momento identificado a origem de bolivianos, pois como o recorte macro espacial da pesquisa era a Amazônia legal brasileira procurou-se identificar apenas a origem do lado brasileiro.



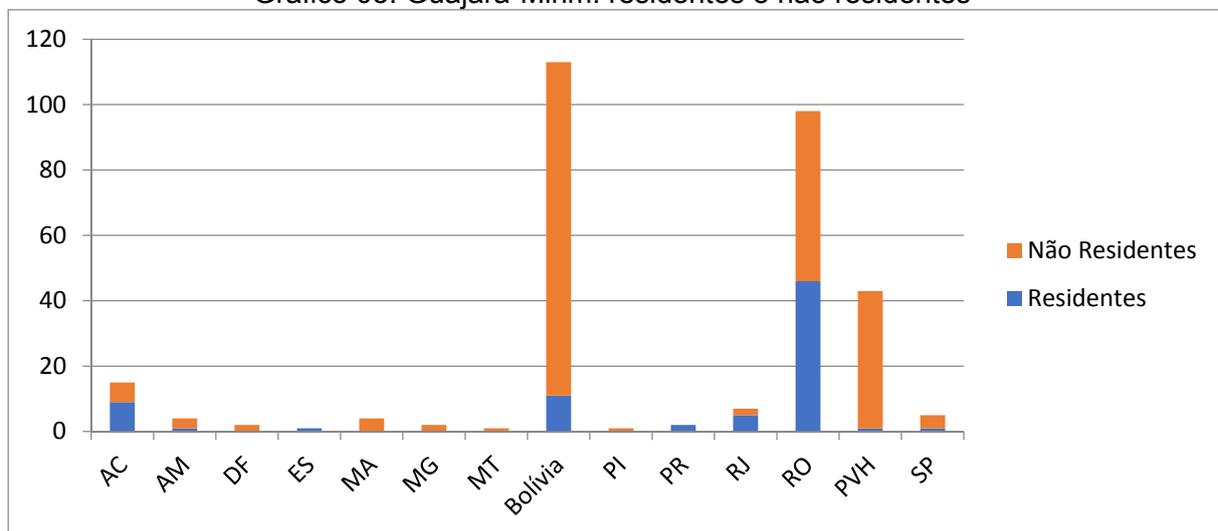
Gráfico 02: Residência dos Indivíduos



Fonte: Trabalho de campo, 2015.

Desta forma, o segundo parâmetro analisado é a residência dos indivíduos. No gráfico 02 pode-se identificar se a residência base dos indivíduos que transitam pela fronteira entre Guajará-Mirim ou Guayaramerín. Assim temos que do total de entrevistados 90 moravam na cidade gêmea boliviana e 77 moravam na cidade gêmea brasileira. No entanto, destaca-se aqui o volume de indivíduos residentes em outros municípios brasileiros, 115, que denota o destaque de outras localidades no Brasil.

Gráfico 03: Guajará-Mirim: residentes e não residentes



Fonte: Trabalho de campo, 2015.

*Dos não residentes, 88 são Bolivianos que residem em Guayaramerín e 4 são Brasileiros que também residem do lado Boliviano.

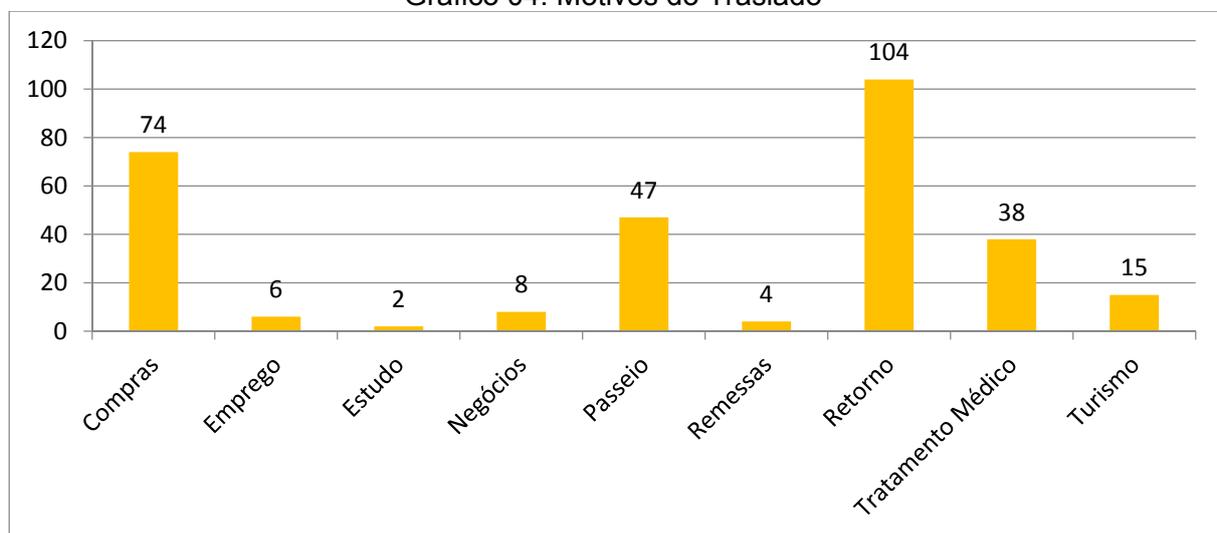
No gráfico 03 identificamos os indivíduos residentes e não residentes em Guajará-Mirim quanto a origem mostrando também as UFs brasileiras de residência dos indivíduos que não moram em Guajará-Mirim. Para o caso de Rondônia, optou-se em destacar a



capital Porto Velho devido o alto número de não residentes em Guajará-Mirim atravessando a fronteira.

Dentre os residentes em Guajará-Mirim, destacam-se aqueles indivíduos oriundos de municípios do próprio estado de Rondônia, da Bolívia e do estado vizinho, Acre. Para os não residentes, o destaque é o mesmo (Rondônia, Bolívia e Acre) sendo que a capital Rondoniense, Porto Velho, é apresentada separadamente no gráfico, pois foi o município brasileiro com maior número de não residentes entre os entrevistados. E isto porque, durante o período da entrevista, pode-se perceber a forte presença de indivíduos residentes em Porto Velho utilizando a fronteira para atravessar para a Bolívia.

Gráfico 04: Motivos do Traslado



Fonte: Trabalho de campo, 2015.

Para além das residências, outro fator importante para se entender o traslado na fronteira são as motivações para cruzar a fronteira. Inicialmente é pensado em fazer a coleta de dados para os itens de compras, empregos, estudos, passeio e outros. No entanto, na categoria outros surgiram subcategorias antes não pensadas como importantes para a análise da mobilidade.

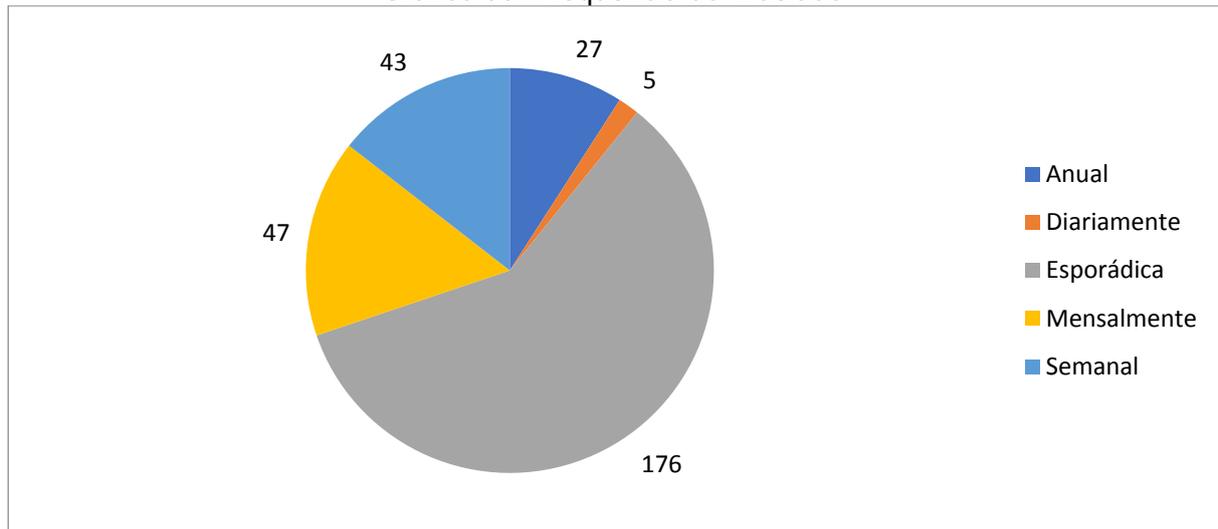
Assim, foi possível também identificar outras categorias distintas como negócios, que correspondia a prestação de algum serviço de caráter temporário; Remessas, que correspondia àqueles indivíduos que atravessam a fronteira para realizar depósitos bancários a parentes que estavam estudando; Retorno, que correspondia a volta daqueles indivíduos que residiam em Guayaramerín e/ou outro município boliviano e que estavam realizando compras do lado brasileiro; Tratamento médico, que correspondia aos indivíduos que era motivados pela realização, muitas vezes, gratuita de serviços médicos em diversas



especialidades; e turismo⁷, que correspondia aos indivíduos que não residiam em Guajará-Mirim e em sua maioria visitava pela primeira vez aquela fronteira.

O resultado foi que “retorno”, “compras”, “passeio” e “tratamento médico” foram os principais motivos do traslado identificado no trabalho de campo. Muito embora como foi observado que dentre aqueles que respondiam “retorno” a atividade que estavam exercendo era, basicamente, “compras”.

Gráfico 05: Frequência do Traslado



Fonte: Trabalho de campo, 2015.

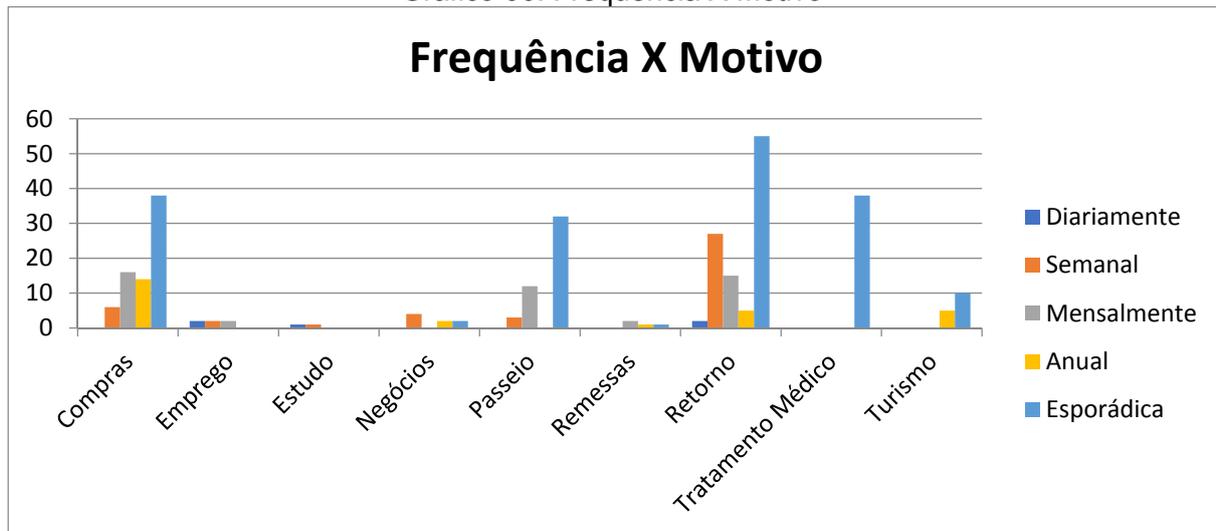
Um último tópico analisado foi a frequência com que os indivíduos transitam pela fronteira para exercer tal atividade. Para este tópico foi analisada as seguintes categorias: Diariamente: para aqueles que faziam o traslado por pelo menos 5 dias da semana; Semanalmente: para aqueles indivíduos que faziam o traslado por 4 ou menos dias na semana; Mensalmente: para aqueles indivíduos que faziam o traslado por pelo menos 1 vez no mês; Anualmente: para aqueles indivíduos que faziam o traslado por pelo menos 1 vez ao ano e; Esporádica: para aqueles indivíduos que não possuem uma determinada frequência no seu traslado, pois não faz parte da rotina destes.

De acordo com os resultados da atividade de campo, temos que a maioria dos que realizam este traslado, durante o período das entrevistas, indicou como esporádica (176 pessoas) enquanto que em menor número identificaram-se os indivíduos que se deslocam diariamente (5 pessoas) dentre as categorias de frequência com que transita pela fronteira. Todavia, que motivos poderiam estar relacionados com os diferentes tipos de frequência no trânsito pela fronteira?

⁷ Diferentemente da categoria Passeio que dizia respeito àqueles que residiam em Guajará-Mirim.



Gráfico 06: Frequência X Motivo



Fonte: Trabalho de campo, 2015.

Para elucidar essa questão, o gráfico 06 apresenta a relação entre os valores absolutos de frequência e motivo do traslado entre Guajará-Mirim e Guayaramerín. É possível identificar que a frequência esporádica é mais comum nos quesitos retorno, compras, tratamento médico e passeio.

Para a questão do retorno, deve-se entender que no período de realização da atividade de campo, a taxa de câmbio era favorável aos bolivianos, ou seja, era muito mais vantajoso realizar compras do lado brasileiro. E por isso, o destaque da variável retorno que corresponde à atividade de compras.

As compras já estão relacionadas com produtos importados comercializados do lado boliviano. O tratamento médico é resultante de excursões. Os passeios têm como destino principal o Hotel Fazenda Itaúnas.

Em resumo, o resultado do questionário para o período analisado – tendo em vista os horários, as taxas de câmbio e a quantidade de indivíduos entrevistados – aponta que a origem dos indivíduos que viajam para Guayaramerín é principalmente de bolivianos e rondonienses sendo que mais da metade dos entrevistados residem em uma das cidades gêmeas onde foi possível identificar um pequeno número de imigrantes bolivianos. O motivo principal do traslado foi compras, tanto na ida quanto na volta, com um número expressivo de pessoas se deslocando com frequência irregular ou esporádica muito provavelmente pela influência da taxa de câmbio.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal atividade exercida é a compra de produtos importados a serem vendidos do outro lado da fronteira e para suprir comércios de outros municípios brasileiros e



bolivianos. No entanto, o câmbio não é o único estímulo para a forte mobilidade de bolivianos para Guajará-Mirim, a qualidade dos produtos brasileiros é muito superior à dos produtos bolivianos o que significa uma vantagem para os comerciantes que transitam pela fronteira.

Por outro lado, essa dinâmica promovida pelas mudanças recorrentes no câmbio financeiro, não evita a saída de brasileiros para o lado boliviano em busca de produtos para seus comércios, no entanto, outras atividades parecem se destacar frente à necessidade de compras, no caso atividades de lazer.

É interessante frisar que o perfil dos indivíduos que viajam para Guayaramerín altera conforme o horário do dia. Enquanto pelo turno da manhã existe um maior número de brasileiros, no período da tarde são os bolivianos que retornam para o lado boliviano. Nos períodos noturnos já são aqueles que estavam em algum passeio ou festa.

Outro motivo de destaque para a ida de brasileiros para o lado boliviano são os atendimentos médicos. Existem diversas excursões provenientes de municípios do interior de Rondônia com esta finalidade. O que se pode extrair dos entrevistados é que existe um serviço de atendimento gratuito em um consultório de oftalmologia que recebe este público. Este consultório, segundo uma organizadora de uma viagem, é mantido por médicos cubanos na Bolívia. Há também excursões para outras especialidades médicas, mas não foi confirmado se trata do mesmo consultório.

Não existem indícios sobre a construção da ponte entre Guajará-Mirim e Guayaramerín, visto que não é do interesse das empresas de transporte marítimo que se construa alternativas para o transporte hidroviário. Existe também uma ponte já construída entre Brasil e Bolívia no Acre (entre Brasiléia e Cobija), nesta, segundo funcionários da SINDINAV, existe uma firma internacional de ônibus que monitora o tráfego de pessoas.

Trazer o discurso da importância da mobilidade não apenas de bens e serviços, mas também de pessoas é importante para os dois lados visto que um recrudescimento na questão de direitos e de acesso pode implicar em efeitos perversos da globalização sobre as condições de vida dos grupos sociais envolvidos (PATARRA; BAENINGER, 2006).

Desta forma foi possível identificar que a fronteira se apresenta como um espaço relevante para a mobilidade internacional com destaque nas cidades gêmeas tanto pela necessidade de cooperação na resolução de problemas comuns que transcendem os limites jurídicos e políticos e fogem do escopo de cada soberania nacional quanto à questão dos direitos e as perspectivas de desenvolvimento local e regional.

Quanto à mobilidade, pode-se identificar que existem práticas transnacionais constante como comércio entre as cidades gêmeas, mas que não transformam uma fronteira histórica (processo de ocupação) em uma fronteira transnacional (cooperação



internacional/globalização). Todavia, no período de coleta de dados no campo identificou que mudanças na taxa de cambio alteram consideravelmente a direção, volume e intensidade dos fluxos.

As cidades gêmeas possuem destaque pela importância das trocas comerciais, de bens e serviço entre si e com influências que vão além dos seus limites municipais. Mas também possuem um papel importante para o planejamento e gestão da região por sua posição geográfica em que as interações entre os países vizinhos são muito mais dinâmicas.

REFERÊNCIAS

ARAGÓN, Luis Eduardo. Aproximação ao estudo da migração internacional na Pan-Amazônia. In: ARAGÓN, Luis E.. (Org.). **Migração Internacional na Pan-Amazônia**. 1ed. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará, 2009, v. 1, p. 11-37.

BRASIL. **Lei** nº. 6.634, de 02 de maio de 1979. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências.

CORBIN, Hisakhana. Pahoona. Brazilian migration to Guyana as a livelihood strategy: a case study approach, **Dissertação** (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. UFPA. Belém, 2007. 177fls.

COURGEAU, Daniel. **Méthodes de Mesure de la Mobilité Spatiale**: Migrations internes, mobilité temporaire, navettes. Paris: Éditions de L'Institut National d'Études Démographiques. 1988. 306p.

DOMENACH, Hervé; PICOUET, Michel. **Las migraciones**. Publicaciones de la Universidad Nacional de Córdoba. Córdoba, 1996.

MACHADO, Lia Osório. Integração na Faixa de Fronteira. **Revista Espaço Regional**, Brasília, v. 4, p. 6-8, 2009.

_____. Estado, territorialidade, redes. Cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In: SILVEIRA, M. L. (org.). **Continente em chamadas**: globalização e território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 243-284.

MIN - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**: Bases de uma Política Integrada de Desenvolvimento Regional para a Faixa de Fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

PATARRA, Neide Lopes; BAENINGER, Rosana. Mobilidade Espacial da População no Mercosul: Metrôpoles e Fronteira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (Impresso), ANPOCS - São Paulo, v. 21, p. 83-102, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ MIRIM. **Dados históricos sobre Guajará Mirim**. Acessada dia 17/08/15. Fonte: <http://www.guajaramirim.ro.gov.br/index.php/s5-flex-menu-1121/2013-02-05-02-06-28/2013-02-05-02-08-18>



_____. **Fundação e nome.** Acessada dia 17/08/15. Fonte:
<http://www.guajaramirim.ro.gov.br/index.php/s5-flex-menu-1121/2013-02-05-02-06-28/fundacao-e-nome>

SIQUEIRA, Juliana Mota. **Fronteira e Mobilidade:** a Amazônia e suas pluralidades. Dissertação (Mestrado em Demografia) - CEDEPLAR/UFMG, 2013.

STEIMAN, Rebeca. A geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia). **Dissertação** (mestrado em Geografia). UFRJ. Rio de Janeiro, 2002.

**GT 08 – Migração, mobilidade e deslocamentos: exclusão social, diferenças culturais e ação política.****FRONTEIRAS E CIRCULAÇÃO: A DINÂMICA DE MOBILIDADE DE BRASILEIRAS NO SURINAME E O COMERCIO DO SEXO**Osvaldina dos Santos Araujo (L'UT2J - USP)¹

osvaldinasaraujo@yahoo.com.br

RESUMO

A presente comunicação se propõe a discutir a dinâmica de mobilidade de brasileiras no Suriname² através da prostituição e a sua conexão com a Guiana e Guiana Francesa. Aborda a situação das mulheres que sabiam, antes de migrar, que iriam atuar na prostituição, mas não conheciam as condições de trabalho e analisa também como o Estado se relaciona com os locais usuais de prostituição no Suriname. Interessa-nos compreender como são estruturadas as diversas lógicas e estratégias de entrada, de circulação e de fluxo fronteiriços na região das Guianas. O estudo demonstra que a mobilidade das mulheres é frequente tanto no que se refere à circulação espacial como à laboral. A saída do clube de prostituição significa uma transição entre *menina de clube* e *ploc*, categorias referenciais para compreender o mercado do sexo no Suriname. A intensificação da circulação de brasileiros nas Guianas propiciou uma dinâmica de mobilidade circulatória na região, contribuindo para a reconfiguração de relações nos territórios de múltiplas fronteiras que a compõem. Vários mercados se estruturaram e estão a todo momento se estruturando nesses territórios abrindo possibilidades para a existência de “um mundo próprio” em torno de redes de troca de bens, de ajuda, materiais, econômicas e simbólicas, as quais giram em torno do deslocamento de pessoas para a lavra do ouro, a prostituição e o comércio, reconfigurando as relações sociais e institucionais. Os instrumentos metodológicos utilizados para coleta de dados e análises baseiam-se, principalmente, em observações etnográficas multisituadas e entrevistas semiestruturadas realizadas na Guiana, no Suriname e na Guiana Francesa.

Palavras-chave: prostituição, fronteiras, territórios circulatórios, garimpo e tráfico de pessoas.

1. INTRODUÇÃO

A mundialização dos fluxos migratórios tem passado por inúmeras transformações no que diz respeito ao papel da migração internacional³. Desde o início dos anos 2000 o termo mobilidade tem se colocado como substituto de análise para as novas formas de

¹ Doutora em Sociologia. Integrante da Linha de Pesquisa Gêneros, Corpos e Sexualidades, do Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes sobre Mulher e Relações de Gênero (GEPEM-UFPA). Tem experiência na área de Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: violência, ouvidoria de polícia, corregedoria de polícia, prostituição, agenciamento e tráfico internacional de pessoas.

² O presente artigo é um recorte da minha tese de doutorado em sociologia, intitulada: *Frontières en mouvement et échanges économique-sexuels. Dynamiques migratoires des Brésiliennes au Suriname, en passant par le Guyana et la Guyane Française*, sob a orientação de Angelina Peralva (L'UT2J) e Marcos César Alvarez (USP). Desenvolvida na Universidade de Toulouse Jean Jaurès em cotutela internacional com a Universidade de São Paulo.

³ PICHÉ, Victor. Les fondements des théories migratoires contemporaines. In: PICHÉ, Victor (Org.). *Les théories de la migration*. Paris: Ined Éditions, 2013. p.19-60.



migração, pois surgiu um novo paradigma de mobilidade migratória que sugere mudanças na maneira de pensar aquela, apontando para três níveis principais: do ponto de vista político, houve diversificação do modo de entrada no país de acolhida e do modo de se controlar o fluxo migratório (abrindo espaço para a circulação e a migração temporária); a gestão da migração é orientada para atender as demandas comerciais e de desenvolvimento econômico no nível regional; a fluidez da circulação de pessoas ganhou ritmo mais passageiro, mas pode se repetir⁴.

A mobilidade de brasileiros nas fronteiras da Guiana, do Suriname e da Guiana Francesa (departamento ultramarino francês) é dinâmica e complexa. Esses três territórios fronteiriços, de encontro de múltiplas etnias e nacionalidades, diferem dos demais países da América do Sul por sua maior proximidade cultural com o Caribe, apesar de fazerem parte da região guianense⁵. Coberta pela densa floresta Amazônica, as Guianas estão separadas da Bacia Amazônica pelo Planalto das Guianas; estão inseridas na Pan-Amazônia, na qual, segundo Luis Aragón, “a maioria de migrantes são originários dos próprios países amazônicos, a migração ilegal é frequente, e a migração transfronteiriça ocorre ao longo da fronteira do Brasil, mas também nas fronteiras dos demais países”⁶. O autor também afirma que os fluxos migratórios, na região pan-amazônica, estão relacionados ao prolongamento de mobilidades internas, à migração de garimpeiros e a rotas de tráfico de ilícitos.

A violência, o tráfico de drogas⁷ e o combate ao tráfico de pessoas⁸ nos municípios de fronteira do Brasil são questões que têm norteados debates e a política governamental brasileira de segurança pública para áreas de fronteiras nacionais, e esta última é “pensada, sobretudo, como uma questão cujo centro são os chamados ‘ilícitos transfronteiriços’”⁹.

Uma expressiva migração de brasileiros para áreas próximas ao limite internacional dos estados do norte do Brasil ocorreu a partir da mobilidade interna impulsionada pela estratégia governamental de ocupação da Amazônia, iniciada na década de 1960, que ganhou folego na de 1970 com a criação do Plano de Integração Nacional (PIN), durante o

⁴ PELLERIN, Hélène. De la migration à la mobilité: changement de paradigme dans la gestion migratoire. Le cas du Canada. *Revue européenne des migrations internationales*, v.27, n.2, p.57-75, 2011.

⁵ A região guianense (ou Planalto das Guianas) engloba parte da Colômbia, da Venezuela, do Brasil, da Guiana, do Suriname e da Guiana Francesa. No Brasil ela é delimitada pelos rios Amazonas e Orinoco, ou seja, abrange apenas áreas dos estados do Amazonas, Roraima, Pará, Amapá.

⁶ ARAGÓN, Luis E. Apresentação. In: ARAGÓN, Luis E. (Org.). *Migração internacional na Pan-Amazônia*. Belém: Naea/UFPA, 2009. p.5-6 (p.5).

⁷ ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando. Estado-Nação, fronteiras, margens: redesenhando os espaços fronteiriços no Brasil contemporâneo. *Civitas*, v.13, n.1, p.9-26, 2013 (p.16).

⁸ PISCITELLI, Adriana. Economias sexuais, amor e tráfico de pessoas: novas questões conceituais. *Cadernos Pagu* [online], n.47, e16475, p.1-31, 2016.

⁹ Segundo Daniel Hirata (Segurança pública e fronteiras: apontamentos a partir do “Arco Norte”. *Ciência e Cultura*, v.67, n.2, p.30-34, 2015 [p.30]), a categoria “ilícitos transfronteiriços [...] associa a insegurança nas fronteiras a certos circuitos mercantis, sobretudo o tráfico de drogas ilícitas, o tráfico de pessoas e o contrabando de produtos informais, assim como as suas conexões reais ou imaginárias com os grandes centros urbanos brasileiros”. Nesta tese, todos os grifos constantes das citações fazem parte do texto original.



governo ditatorial do general Emílio Garrastazu Médici. O PIN objetivava implementar obras de infraestrutura econômica e social nas regiões Norte e Nordeste do país, o que propiciou mudanças econômicas, demográficas e de urbanização, e consolidou a abertura do Estado para o capital nacional e o internacional. Outro elemento de influência nessa migração foi a extração mineral, que atraiu garimpeiros vindos de áreas de saturação de extração de ouro no Brasil. Além disso, os fluxos de brasileiros para os países vizinhos se intensificaram com a fiscalização e o fechamento de garimpos da Região Norte do Brasil na década de 1990¹⁰. Marjo de Theije, em artigo publicado em 2007, diz que o número de migrantes brasileiros na Guiana, no Suriname e na Guiana Francesa, naquela época (2007), era impreciso, sendo possível “existir até 100.000” nos três territórios¹¹.

As migrações internacionais são dinâmicas, redefinem fronteiras nacionais e, em se tratando de mobilidades transfronteiriças, “geram muitas tensões e questionam os limites aparentemente fixos dos Estados nacionais. As imagens cristalizadas e delimitadas dos mapas das nações não correspondem à dinâmica da vida nos espaços fronteiriços”¹². Assim, tratar da dinâmica da mobilidade e as formas de circulação de brasileiros no Suriname pressupõe lidar com espaços, mediações e conexões diversificadas. As regiões de fronteira do Suriname constituem um espaço social complexo, no qual as experiências de mobilidade circulatória são intensas, ambíguas, conflituosas e hierárquicas, propiciando inúmeras interações.

O conceito de transmigrante, como definiu Alain Tarrius¹³, traz a ideia de que na migração há uma mobilidade fluida e organizada em etapas urbanas¹⁴ — concepção que se aproxima da realidade migratória de muitos brasileiros nas Guianas, e exemplos disso são os casos de mulheres brasileiras que transitam em clubes de prostituição no Suriname e na Guiana, com possibilidade de passagem pela Europa ou outros países da América do Sul;

¹⁰ RODRIGUES, Francilene dos Santos. “*Garimpando*” a sociedade roraimense: uma análise da conjuntura sócio-política. 133p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará, Belém, 1996; AROUCK, Ronaldo de Camargo. *Brasileiros na Guiana Francesa: fronteiras e construção de alteridades*. Belém: UFPA/Naea, 2002; THEIJE, Marjo de. Insegurança próspera: as vidas dos migrantes brasileiros no Suriname. *Antropológicas*, v.18, n.1, p.71-93, 2007; ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando. *Violência e fronteiras no Brasil: tensões e conflitos nas margens do Estado-nação*. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 34. Caxambu, 25 a 29 de outubro de 2010. 31p. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/papers-34-encontro/st-8/st37-1>. Acesso: 10 de janeiro de 2016; OLIVEIRA, Rafael da Silva. *Mobilidades transgressoras, geografias ignoradas: itinerários e emaranhamentos envolvendo territorialidades de garimpeiros no Suriname*. 400p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

¹¹ THEIJE, op. cit., p.73.

¹² ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. *Imigração em territórios fronteiriços*. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 6: Mundos sociais: saberes e práticas, Lisboa, 26 a 28 de junho de 2008. 13p. (p.5). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v23n60/v23n60a09.pdf>. Acesso: 12 de julho de 2016.

¹³ TARRIUS, Alain. *Migrants internationaux et nouveaux réseaux criminels*. Canet: Éditions Trabucaire, 2010.

¹⁴ Idem. Territoires circulatoires et étapes urbaines des migrant(e)s. *Regards croisés sur l'économie*, n.8, v.2, p.63-70, 2010 (p.63-64).



ou de mulheres brasileiras que circulam na prostituição entre cabarés¹⁵ de garimpos do Suriname e da Guiana Francesa, cujas idas e vindas aos cabarés e à cidade (Paramaribo), e o período que ficam em ambos, ocorrem de acordo com a demanda de serviços sexuais, que por sua vez tem a ver com a maior ou menor produção de ouro. A mobilidade de homens e mulheres brasileiros tem como itinerário diversos espaços urbanos e rurais, e retornos ao Brasil, ou seja, há um vaivém entre o país de partida e os territórios de acolhida, o que difere da ideia de migração para se instalar nestes últimos por meio da inserção ou integração social.

Nas Guianas o garimpo em pequena escala¹⁶ se impõe como elemento dinamizador dessa mobilidade, alimentando e remodelando o fluxo de milhares de pessoas com capacidade de deslocamento constante tanto no sentido territorial quanto laboral, inserindo novos elementos nos espaços de circulação. A noção de “território circulatório” transnacional, de Alain Tarrius, valoriza os processos de troca e construção de territórios, e contribui como elemento analítico dos mesmos¹⁷, e por isso é importante como referência para entender a mobilidade de brasileiros nas Guianas. Nelas há um vaivém entre o garimpo e a capital, seja ela Georgetown ou Paramaribo, o que, em geral, não se aplica a Caiena, pois a mobilidade dos que estão nos garimpos irregulares da Guiana Francesa se dá principalmente em direção à capital surinamesa, para a venda do ouro adquirido nas trilhas de garimpagem. O ritmo de mobilidade constante também pode ser percebido na dinâmica social, seja nas relações pessoais ou de trabalho. A flexibilidade no mercado de trabalho para migrantes, embora com poucas opções, é dinâmica, sobretudo para as mulheres. Essa migração “circular”¹⁸, independentemente do percurso, afasta-se das definições tradicionais de migração.

1.1 O mercado do sexo no Suriname

No Suriname o mercado do sexo tem endereços e pontos bem definidos, e, de acordo com uma pesquisa realizada pela Maxi Linder, existem três tipos de trabalhadoras/es do sexo no país: trabalhadoras/es de rua; trabalhadoras de clube (estrangeiras); e as *call girls*, que atuam em casa¹⁹. Os serviços sexuais podem ser oferecidos em bares, hotéis,

¹⁵ Cabaré é o nome utilizado pelos brasileiros, no garimpo, para designar o local onde há um bar e trabalhadoras do sexo, ou seja, uma casa de prostituição.

¹⁶ Uma oposição à exploração mineral industrial, gerenciada por grandes empresas nacionais ou multinacionais.

¹⁷ TARRIUS, Alain. Au-delà des États-nations: des sociétés de migrants. *Revue européenne des migrations internationales*, v.17, n.2, p.37-61, 2001.

¹⁸ CORTES, Geneviève; FARET, Laurent. La circulation migratoire dans “l’ordre des mobilités”. In: CORTES Geneviève; FARET Laurent. (Orgs.). *Les circulations transnationales: lire les turbulences migratoires contemporaines*. Paris: Armand Colin, 2009. p.7-19 (p.12) (Collection U. Sciences humaines et sociales).

¹⁹ As chamadas zonas cinzentas, pela sua invisibilidade (STICHTING MAXI LINDER ASSOCIATION, *Profile of clubs and informal sexual locations in Paramaribo and Nieuw Nickerie*. Paramaribo: SMLA, 2001, p.24; 25; 29).



salões de massagens, residências, cabarés, clubes e, menos frequente, há a prostituição de rua, pois esta não é tolerada e a fiscalização sobre ela é rígida. Embora seja fortemente combatida, em algumas ruas de Paramaribo é possível encontrar mulheres surinamesas e de outras nacionalidades (principalmente guianenses) à espera de clientes²⁰, de maneira discreta. Mas mulheres surinamesas que trabalham na prostituição são pouco visíveis, estão em espaços não identificados como de prostituição, de modo que para “sustentar um mercado mais aberto e explícito de prostituição, mulheres de fora da comunidade surinamesa são quase uma ‘necessidade’ para o mercado do sexo”²¹. Contudo, no Suriname qualquer forma de prostituição é ilegal, o que prevalece é uma tentativa “mal-acabada” de seguir o formato empreendido na Holanda²², mas não há qualquer regulamentação a respeito, apesar dos espaços visivelmente destinados a ela como os clubes, de modo que vigora de maneira informal com alguns elementos do formato regulador, sem amparo jurídico, mas tolerada pelos sucessivos governos.

O desenvolvimento do sexo comercial no Suriname está relacionado com questões socioeconômicas. Da década de 1960 até a de 1980, período em que a economia do país passou por relativo crescimento, foram instalados os primeiros clubes de prostituição com mulheres estrangeiras. A partir de meados da década de 1980 e durante a de 1990, a economia passou por uma crise, mas isso não afetou o mercado do sexo, que, ao contrário, teve grande crescimento no período — e o governo optou por não interferir nele, numa atitude de *laissez-faire*²³. A lei surinamesa que trata do sexo comercial (utilização da rua e exibicionismo) é do período colonial, e pune apenas mulheres (com multa e/ou detenção); homens e travestis/transsexuais não são mencionados nela²⁴.

Os clubes de prostituição surinameses funcionam como se fossem aceitos pela sociedade e amparados por lei, e mesmo autoridades representativas do governo brasileiro sediadas naquele país afirmaram, quando foram entrevistadas para a pesquisa, que a prostituição ali só é ilegal quando se trata de menor de idade ou realizada na rua, mas legal nos demais espaços a ela destinados.

Em geral, os clubes concentram trabalhadoras do sexo de uma mesma nacionalidade. O Diamond e o Manilla são os dois maiores de Paramaribo²⁵, e neles as mulheres, em sua maioria, são brasileiras. Também nas festas de bares e hotéis destinados

²⁰ As quais são alvo de ações policiais, sejam para inibir a prostituição, sejam para lhes extorquir dinheiro.

²¹ HAZEU, Marcel Theodoor. *Migração internacional de mulheres na periferia de Belém. Identidades, famílias transnacionais e redes migratórias em uma cidade na Amazônia*. 178p. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2011, p.88.

²² Na Holanda, desde outubro de 2000 a prostituição não é mais uma infração; é regulamentada por lei, para maiores de idade.

²³ STICHTING MAXI LINDER ASSOCIATION, op. cit.

²⁴ Ibidem.

²⁵ O Diamond é o maior clube de Paramaribo; segundo os interlocutores, havia mais de cem mulheres trabalhando ali na época da pesquisa de campo.



ao público brasileiro, mesmo que as brasileiras não tenham negócios com organizadores e proprietários, são sempre convidadas e bem-vindas, pois atraem clientela, e não só de brasileiros — e nos cabarés das áreas de garimpo, elas são maioria. Os valores das relações sexuais não são novidade para aqueles que interagem com elas, sejam pagos em dinheiro, sejam pagos em ouro. As diferenças entre cada espaço do mercado do sexo também não são de conhecimento apenas de quem os frequenta: é como se houvesse a sua incorporação no cotidiano, realçando uma relação capitalista entre as pessoas.

As brasileiras que atuam na prostituição no Suriname costumam dizer que nesse país “é normal a prostituição”, “é um trabalho como outro qualquer”, “aqui não tem problema ser prostituta”, justamente por ignorarem que existe tolerância do Estado, não amparo jurídico. Achem que a prostituição faz parte do cotidiano e é aceita pela sociedade, como se não suscitasse conflitos, estigmas e contradições:

Aqui, a prostituição... para eles, uma mulher de programa, aqui ela é normal. Aqui, todo homem, por exemplo, quando ele se aproxima de uma mulher para ficar com ela, ele já quer dar dinheiro para ela. Aqui, programa aqui é normal; aqui ninguém liga para essas coisas, não. [...] Mulher de programa é uma pessoa normal. (Giovana, 38 anos, dona de loja de roupas)

Carolina Höfs afirma que para manter clubes e bordéis de prostituição em funcionamento, a polícia mantém acordos informais com os seus proprietários, e

Periodicamente, inspeções policiais são realizadas [neles] com o objetivo de garantir a estadia regularizada das mulheres e a observância do seu bem estar físico, assim como, para garantir que não haja menores de idade presentes no local. No entanto, muitas adolescentes têm seus documentos de identidade ou certidões de nascimento falsificadas²⁶.

Tais acordos são evidenciados nas narrativas das interlocutoras desta pesquisa que atuaram ou atuam no mercado do sexo no Suriname, que mostram a estrutura montada nos clubes para que se mantenham dentro da “norma” informal vigente, para garantir um mínimo de regras de funcionamento, mesmo não tendo regulamentação legal que dê respaldo e segurança para as trabalhadoras do sexo que neles atuam — e por isso elas acreditam que ali a prostituição é lícita. No Suriname, a mobilidade das mulheres através da prostituição está arraigada na narrativa dos brasileiros, principalmente na das mulheres, que falam da prostituição abertamente, sem censura, sem medo, sem questionar até que ponto e como essa atividade, tão corriqueira no país, é regulada pelo Estado. Na narrativa delas fica evidente que não sabem que tudo o que ocorre relacionado à prostituição é apenas

²⁶ HÖFS, Carolina Carret. *Yu kan vertrouw mi: você pode confiar*. 174p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006, p.67.



tolerado, e que, dependendo do seu papel nesse mercado, podem ser implicadas legalmente.

O acordo informal que possibilita a prostituição no Suriname faz com que a fiscalização se limite à verificação do passaporte (se o carimbo, que autoriza a estadia no país por três meses, está atualizado), à verificação da realização de exames para detectar doenças sexualmente transmissíveis (que são realizados mensal ou quinzenalmente), à verificação da existência ou não de menores nos clubes e se há violência contra as migrantes que estão neles.

A proposição de Veena Das e Deborah Poole, na introdução da coletânea *Anthropology in the margins of the State* [Antropologia nas margens do Estado], de se lançar mão de uma estratégia descritiva e analítica para pensar o Estado distante da imagem consolidada da “forma administrativa racionalizada da organização política que se torna enfraquecida ou menos articulada ao longo de suas margens territoriais ou sociais”²⁷, analisando-se a forma como “as práticas e políticas da vida cotidiana nessas áreas moldam as práticas políticas, regulatórias e disciplinares do que constituem essa coisa que chamamos de “Estado”²⁸. Nessa perspectiva, é frutífero pensar a imbricação dos limites “entre o centro e a periferia, o público e o privado, o legal e o ilegal” que está incorporada nas práticas do Estado²⁹, e que se apresentam na narrativa das/os interlocutoras/es desta pesquisa.

As práticas de agentes do Estado na fiscalização “oficial” dos clubes, no Suriname, vão além do que é legal ou ilegal, estão inseridas em ações cotidianas, em um trânsito entre procedimentos extralegais e instâncias legais, ou seja, o Estado não está alheio ao que acontece, e, sim, presente através da polícia e do órgão da Imigração, por exemplo. São práticas cotidianas “dentro e fora da lei”³⁰. Neste cenário, o mercado do sexo no Suriname é moldado conforme as circunstâncias e o modo como as normas jurídicas são acionadas.

1.2 A menina de clube e a ploc

As mulheres entrevistadas que migraram para o Suriname via clube de prostituição seguem caminhos que se bifurcam, e essas bifurcações precisam ser observadas para que se evidenciem as configurações e reconfigurações da prostituição, que vai se desvencilhando do clube para outras possibilidades de economias sexuais — e o trabalho

²⁷ DAS, Veena; POOLE, Deborah. State and its margins: comparative ethnographies. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah. (Eds.). *Anthropology in the margins of the State*. Santa Fé: School of American Research Press, 2004. p.3-33 (p.3).

²⁸ Ibidem, p.3.

²⁹ Ibidem, p.4.

³⁰ Ibidem.



do sexo em cabaré tem sido um dos elementos significativos enquanto um dos caminhos seguidos, e não se pode esquecer, que, nessa mobilidade, existem tensões, conflitos, negociações e tomadas de posição.

A atividade exercida tanto no clube como no cabaré é a mesma, mas as regras são outras. A/O proprietária/o do cabaré cria toda uma logística para receber e manter uma mulher, mesmo que fique pouco tempo — principalmente porque não tem a dívida para controlar o tempo da sua estadia. E é porque precisam dela para ter lucro que oferecem o transporte, a estadia e a alimentação. Como elas dizem, tem que “sustentar a mulher”:

Não, a gente não paga, a gente tem direito; eles têm que te dar, sustentar mulher, porque a mulher, lá, fica acordada a noite toda, ela bebe pra dar lucro pra eles, né, tudo isso. Aí, isso já é por conta deles. (Núbia, 38 anos, cozinheira no garimpo)

O “não pagar nada”, “eles te dão comida”, “eles têm que sustentar a mulher” não significa que não seja necessária uma contrapartida, e como fica evidente na fala das interlocutoras, elas compreendiam muito bem a troca de favores: se a mulher não paga em espécie pela utilização do local para atuar na prostituição, paga com o jogo de conquista que faz com que os homens consumam bebidas alcoólicas e que as paguem para ela, gerando lucro para o cabaré.

Embora não seja dito pelas proprietárias de cabaré que as mulheres devam consumir bebidas, há cobrança para que elas façam o cliente consumir o máximo possível e, implicitamente, faz parte das regras beber com ele, porque ele sozinho não conseguirá consumir o esperado. Aquelas que bebem muito durante o horário de atendimento são sempre mais procuradas pelos cabarés. Os quinze dias que em geral as trabalhadoras do sexo ficam em um cabaré significam trabalho intenso e cansativo, uma vez que as atividades ocorrem sobretudo à noite e o consumo de bebida pelas mulheres é esperado pela proprietária. Qualquer pessoa que consuma álcool diariamente em grande quantidade terá sua saúde comprometida, mas poucas entrevistadas falavam sobre isso. O intervalo de repouso gira em torno de uma semana, tempo curto para recuperação — e com um intervalo de tempo tão pequeno sem bebida, muitas destas mulheres podem desenvolver problemas de alcoolismo.

As mulheres que partem para trabalhar em cabaré têm conhecimento do lugar para o qual estão indo, e o fazem porque, da mesma forma que as que saem do clube e decidem prosseguir na prostituição em bares e hotéis, estão atentas a outras possibilidades de



trabalho³¹. A perspectiva é ter mais lucro, pois no clube trabalham muito mas têm que pagar a dívida³², a comida e o aluguel dos quartos em que moram, além de terem o passaporte retido. No “mato” ou na “rua” a mobilidade delas é frequente, tanto no que se refere à circulação no território como laboralmente. A saída do clube significa transição entre *menina de clube* e *ploc*, categorias referenciais para compreender o mercado do sexo no Suriname.

As mulheres que migram via clube, que ocupam a posição de *meninas de clube*, estão atreladas às regras daquele e a uma dívida; têm pouca mobilidade e poucas perspectivas de mudança no que diz respeito às condições de trabalho à saída dele antes do pagamento da dívida. Já a *ploc*, estabelece uma negociação econômica com maior margem de lucro. Pela forma como as entrevistadas se referiam ao *ploc*, fica claro que essa categoria está relacionada a autonomia, a não estar atrelada à dívida do, e às regras rígidas estabelecidas pelo clube de prostituição; também se refere ao temporal e ao ocasional, e, sobretudo, à independência e à liberdade de fazer sexo por dinheiro sem as amarras do clube, de escolher o parceiro, o local, o dia e a hora. O “fazer um *ploc*”, não necessariamente fora de um estabelecimento definido para prostituição, uma vez que elas atuam em espaços como cabarés, hotéis, bares e cassinos — em cabarés e hotéis, por exemplo, ela pode impor regras ou aceitar as regras, o que é diferente do clube, onde é obrigada a aceitar.

Na prostituição profissional, a prostituição é a atividade principal ou única³³. No Suriname, quando as interlocutoras falavam das mulheres que atuam nos clubes, empregavam categorias como trabalho, chegando a dizer “prostituta aqui é normal”, como se reconhecessem a prostituição nesse tipo de estabelecimento como um trabalho e elas como trabalhadoras do sexo. O proprietário é chamado de patrão, como se houvesse um vínculo empregatício, o que não ocorria quando se referiam à/ao proprietária/o do cabaré. Na fala delas, “patrão” não parecia um tratamento pejorativo, mas o reconhecimento de uma atividade/relação laboral, e, por outro lado, elas evocavam a ideia de alguém (uma mulher) que estava precisando, naquele momento, passar por isso. No entanto, a compreensão das

³¹ Em clubes, hotéis, bares e restaurantes de Paramaribo sempre há pessoas em busca de mulheres dispostas a seguir caminho rumo a algum cabaré na floresta, seja em garimpos no Suriname, seja em garimpos ilegais na Guiana Francesa. Algumas mulheres vão ao garimpo por conta própria e pedem para ficar no cabaré: “Elas me procuram, porque elas já me conhecem” (Cláudia, 32 anos, dona de cabaré/cantina e de máquina no garimpo). Outras vão com roupas e cigarros para vender e pedem para se hospedar no local para trabalhar, vender sua mercadoria, e se aparecer clientes, atendem. Quando vendem tudo, vão a Paramaribo comprar mais, depois voltam para o garimpo, nem sempre para o mesmo garimpo ou o mesmo cabaré, normalmente vão para onde tem a fofoca do ouro. Desse modo, passam de um garimpo a outro como sacoleiras e/ou trabalhadoras do sexo.

³² A dívida estão relacionados sobretudo a despesas com taxas para solicitação de documentos (inclusive do passaporte), a passagem de avião, a moradia e as multas por descumprimento das regras estabelecidas pelo clube (pagar a dívida inicial em até três meses, não se ausentar ou dormir fora do clube durante o expediente sem pagar a saída, não usar drogas ilícitas dentro do clube, não chegar atrasada ao clube, circular no salão durante o ciclo menstrual, fazer exame ginecológico regularmente, pagar o aluguel do quarto no sábado, não brigar dentro do clube ou moradia e não passar mais de 30 minutos com cliente no quarto).

³³ Ibidem.



mulheres de que no Suriname a prostituição é um trabalho não se dá, necessariamente, porque elas acreditam nisso, mas pelo fato de que não existe nenhuma ação estatal que a coíba; mais que isso, as frequentes fiscalizações realizadas pela polícia em clubes reforçam a ideia de que tudo está em conformidade com a lei.

Na pesquisa de Leticia Tedesco em garimpos do Tapajós, no Brasil, o termo *ploc* também aparece como referência de sexo por dinheiro de forma autônoma; diferente de quando estão nas boates, nele as mulheres escolhem com quem sair, mas é sempre exercido fora do estabelecimento de prostituição³⁴, o que não acontece nas Guianas, onde também acontece em cabarés.

No Suriname, *ploc* também serve para nominar a pessoa que vende sexo: “a *ploc*”. Nesse caso, a expressão é utilizada quando querem demarcar o que a mulher faz, sobretudo no sentido pejorativo, com o intuito de afetar a sua integridade moral. Carolina Höfs tratou da categoria *ploc* vinculada à imagem da migrante brasileira no Suriname juntamente com a de peão (o garimpeiro) nesse país, e, segundo ela, ambas afetam a construção da identidade dos brasileiros, que “têm sua imagem associada à garimpagem e ao sexo, sendo essas referências para as relações interpessoais”³⁵. E Rafael Oliveira afirma que no Suriname os meios de comunicação contribuem para reforçar estigmas e estereótipos de brasileiros presentes na sociedade, dificultando a sua integração³⁶.

O “fazer *ploc*” está atrelado à concepção de que quem o faz quer ganhar a vida de maneira “fácil”, não sendo reconhecido como trabalho, por isso é estigmatizado. Quando “fazer *ploc*” é para mandar dinheiro para o Brasil, isso é até respeitado, e muitas vezes a mulher recebe solidariedade, o que não ocorre quando aparenta ser encarado como atividade laboral — como os homens diziam, quando “a mulher gosta” —, pois aí ela é vista como alguém que não quer trabalhar e aflora toda a gama de preconceitos e estigmas que a prostituição carrega.

A diferença turva que existe entre as mulheres que atuam na prostituição nos clubes e as que atuam na prostituição fora deles define o ser brasileira no Suriname, não pelo que elas fazem, mas dependendo do espaço e das circunstâncias. Elas deixam de ser *meninas de clube* para se tornarem *plocs*, uma transição que nem sempre é evidente (a não ser o fato de estarem dentro ou fora do clube), e poucas que passam à condição de *ploc* retornam

³⁴ TEDESCO, Leticia da Luz. *No trecho dos garimpos: mobilidade, gênero e modos de viver na garimpagem de ouro amazônica*. 420p. Tese (Doutorado em Antropologia Social e Antropologia Social e Cultural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Vrije Universiteit Amsterdam. Amsterdam, 2015.

³⁵ HÖFS, Carolina Carret. *Yu kan vertrouw mi: você pode confiar*. 176p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, 2006, p.77.

³⁶ OLIVEIRA, Rafael da Silva. *Mobilidades transgressoras, geografias ignoradas: itinerário e emaranhamentos envolvendo territorialidades de garimpeiros no Suriname*. 400f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.



à de *menina de clube*, já que esta é uma condição mais burocrática, tem dívida e multas para pagar.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existe adaptação da prostituição conforme a sociedade na qual ela está sendo exercida³⁷, o que aponta para a necessidade de considerar o fato de que cada país tem seus instrumentos normativos, os quais facilitam ou dificultam o exercício daquela. Não se pode perder de vista que existem conflitos entre os diversos atores envolvidos nas relações estabelecidas durante a mobilidade, e é importante pensar nos que surgem entre as estruturas administrativas do Estado e o mercado do sexo. Nas Guianas, as brasileiras que migram para atuar no mercado do sexo se adaptam a ele e o recriam, contornando os meandros legais e simbólicos que o envolvem. Por sua vez, o mercado do sexo cria e recria estruturas que tentam distanciar as trabalhadoras do sexo dos marcadores ou dos indícios de tráfico de pessoas mencionados no *Protocolo de Palermo*, entre eles o engano, a ameaça e a violência — por isso, o controle das mulheres pelo clube se dá, em geral, por meio de multas, de descontos semanais dos valores que elas recebem dos clientes, pela retenção do passaporte e pela pressão para que aumentem o número de clientes, e a justificativa é de que os valores do aluguel aumentarão caso diminuam os lucros do estabelecimento.

Na Guiana e no Suriname, os clubes, que são registrados como hotéis e/ou bares, estão constantemente mudando sua estratégia de funcionamento para se desvencilhar de situações que possam lhes trazer problemas legais. O cenário observado nos clubes é uma tentativa de camuflar o tipo de serviço que vendem, num evidente desrespeito às trabalhadoras do sexo, que, por desconhecerem o idioma e o aspecto jurídico da prostituição no país, aliando-se a isso o fato de que há um comprometimento moral de pagar a dívida “combinada” com quem as “ajudou”, acreditam ter contratos que precisam ser cumpridos, abrindo caminho para reais e potenciais procedimentos criminais contra elas, afinal nunca precisam esconder das autoridades que elas ofertam serviços sexuais, mesmo que em ambos o exercício da prostituição seja ilegal. Nesse contexto estão presentes jogos de poder interagindo com componentes transgressores que são sustentados por elementos econômicos, normativos e políticos.

A migração via prostituição, na voz da maioria das interlocutoras, aparece sob o tripé do conhecimento prévio, do consentimento e do provisório, o que pode ser traduzido como

³⁷ WELZER-LANG, Daniel; BARBOSA, Odette; MATHIEU, Lilian. *Prostitution: les uns, les unes et les autres*. Paris: Éditions Métailié, 1994.



uma estratégia de emancipação econômica e de mobilidade social, em vez de “aptidão” ou projeto para atuar no mercado do sexo. Elas não aceitavam a condição de vítimas, seja do tráfico de pessoas, seja da prostituição, principalmente porque não foram enganadas e não sofreram violência física. Para brasileiros e brasileiras entrevistados, conhecimento prévio significa que não houve engano, e consentimento significa que não houve uso da força, ou seja, trata-se de prostituição “livre” — o que não quer dizer que elas não tiveram seus direitos humanos desrespeitados, pois embora afirmassem que em nenhum momento de sua trajetória como *meninas de clube* ou *plocs* tenham sofrido violência física por parte das/dos donas/os de clubes ou cabarés, em suas narrativas aparecem elementos de coerção, intimidação, manipulação e vigilância constante por parte daqueles. Nesse contexto, é de fundamental importância analisar os processos migratórios ligados ao mercado do sexo nas Guianas a partir da experiência das pessoas que vivenciaram o universo das economias sexuais dessa região, uma vez que nela há trajetórias e situações diversas, que não podem ser tratadas de forma homogênea. O campo mostrou que, ao tratar da questão da migração para prostituição na atualidade, é preciso prudência, não dá para tomá-la simplesmente como sinônimo de tráfico de pessoas — isso, sem esquecer que existem vítimas de tráfico de pessoas para fins sexuais.

No Suriname existem diversas formas de migração de brasileiros, relacionadas ao comércio, a serviços domésticos, à estética³⁸ e ao garimpo, entre outras atividades, as quais alimentam parte do fluxo migratório das profissionais do sexo e de mulheres que atuam na prostituição não em uma perspectiva laboral, mas para sanar uma necessidade econômica imediata, tanto em garimpos como nas áreas urbanas. Verifica-se que nesse processo migratório as estratégias de permanência no país de acolhida ultrapassam os contextos formais da burocracia e das normas jurídicas. Procedimentos legais e extralegais colocados em prática nas fronteiras beneficiam donos/as de clubes de prostituição do Suriname e da Guiana, que podem manter legalmente no país trabalhadoras do sexo sem registro de trabalho, sem direitos previdenciários e sem documentação de permanência, mas com certa liberdade administrativa de ir e vir, como turistas, mesmo que o exercício da prostituição seja ilegal. A dinâmica presente nos modos de funcionamento dos clubes está imbricada em um sistema de trocas, de redes sociais e relações de poder.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. *Imigração em territórios fronteiriços*. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 6: Mundos sociais: saberes e práticas,

³⁸ Serviços principalmente de manicure, pedicure e cabelereira/o.



- Lisboa, 26 a 28 de junho de 2008. 13p. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v23n60/v23n60a09.pdf>. Acesso: 12 de julho de 2016.
- ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando. Estado-Nação, fronteiras, margens: redesenhando os espaços fronteiriços no Brasil contemporâneo. *Civitas*, v.13, n.1, p.9-26, 2013.
- ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando. *Violência e fronteiras no Brasil: tensões e conflitos nas margens do Estado-nação*. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 34. Caxambu, 25 a 29 de outubro de 2010. 31p. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/papers-34-encontro/st-8/st37-1>. Acesso: 10 de janeiro de 2016.
- ARAGÓN, Luis E. Apresentação. In: ARAGÓN, Luis E. (Org.). *Migração internacional na Pan-Amazônia*. Belém: Naea/UFGA, 2009. p.5-6.
- ARAUJO, Osvaldina dos Santos. *Frontières en mouvement et échanges économique-sexuels. Dynamiques migratoires des Brésiliennes au Suriname, en passant par le Guyana et la Guyane Française*, 501 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Université de Toulouse Jean Jaurès/Universidade de São Paulo, França, 2017.
- AROUCK, Ronaldo de Camargo. *Brasileiros na Guiana Francesa: fronteiras e construção de alteridades*. Belém: UFGA/Naea, 2002.
- BRASIL. Ministério da Justiça. *Segurança pública nas fronteiras: sumário executivo: estratégia nacional de segurança pública nas fronteiras*. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania- Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016.
- CORTES, Geneviève; FARET, Laurent. La circulation migratoire dans "l'ordre des mobilités". In: CORTES Geneviève; FARET Laurent. (Orgs.). *Les circulations transnationales: lire les turbulences migratoires contemporaines*. Paris: Armand Colin, 2009. p.7-19. (Collection U. Sciences humaines et sociales)
- DAS, Veena; POOLE, Deborah. State and its margins: comparative ethnographies. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah. (Eds.). *Anthropology in the margins of the State*. Santa Fé: School of American Research Press, 2004. p.3-33.
- HAZEU, Marcel Theodoor. *Migração internacional de mulheres na periferia de Belém. Identidades, famílias transnacionais e redes migratórias em uma cidade na Amazônia*. 178p. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.
- HIRATA, Daniel. Segurança pública e fronteiras: apontamentos a partir do "Arco Norte". *Ciência e Cultura*, v.67, n.2, p.30-34, 2015.
- HÖFS, Carolina Carret. *Yu kan vertrouw mi: você pode confiar*. 174p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.



- OLIVEIRA, Rafael da Silva. *Mobilidades transgressoras, geografias ignoradas: itinerários e emaranhamentos envolvendo territorialidades de garimpeiros no Suriname*. 400p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- PELLERIN, Hélène. De la migration à la mobilité: changement de paradigme dans la gestion migratoire. Le cas du Canada. *Revue européenne des migrations internationales*, v.27, n.2, p.57-75, 2011.
- PICHÉ, Victor. Les fondements des théories migratoires contemporaines. In: PICHÉ, Victor (Org.). *Les théories de la migration*. Paris: Ined Éditions, 2013. p.19-60.
- PINTO, Manoel de Jesus de Souza. Por uma “sociologia da clandestinidade” no estudo da presença de brasileiros na Guiana Francesa. In: ARAGÓN, Luis E. (Org.). *Migração internacional na Pan-Amazônia*. Belém: Naea/UFGPA, 2009. p.237-253.
- PISCITELLI, Adriana. Economias sexuais, amor e tráfico de pessoas: novas questões conceituais. *Cadernos Pagu* [online], n.47, e16475, p.1-31, 2016.
- RODRIGUES, Francilene dos Santos. *“Garimpando” a sociedade roraimense: uma análise da conjuntura sócio-política*. 133p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará, Belém, 1996.
- STICHTING MAXI LINDER ASSOCIATION. *Profile of clubs and informal sexual locations in Paramaribo and Nieuw Nickerie*, July 2001, 44p.
- TARRIUS, Alain. Au-delà des États-nations: des sociétés de migrants. *Revue européenne des migrations internationales*, v.17, n.2, p.37-61, 2001.
- TARRIUS, Alain. *Migrants internationaux et nouveaux réseaux criminels*. Canet: Éditions Trabucaire, 2010.
- TARRIUS, Alain. Territoires circulatoires et étapes urbaines des transmigrant(e)s. *Regards croisés sur l'économie - Économie politique des migrations*, v.2, n.8, p.63-70, 2010.
- TEDESCO, Leticia da Luz. *No trecho dos garimpos: mobilidade, gênero e modos de viver na garimpagem de ouro amazônica*. 420p. Tese (Doutorado em Antropologia Social e Antropologia Social e Cultural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Vrije Universiteit Amsterdam. Amsterdam, 2015.
- THEIJE, Marjo de. Insegurança próspera: as vidas dos migrantes brasileiros no Suriname. *Antropológicas*, v.18, n.1, p.71-93, 2007.
- WELZER-LANG, Daniel; BARBOSA, Odette; MATHIEU, Lilian. *Prostitution: les uns, les unes et les autres*. Paris: Éditions Métailié, 1994.

**GT 08 – Migração, mobilidade e deslocamentos: exclusão social, diferenças culturais e ação política****IMIGRANTES INDOCUMENTADOS E O DIREITO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE BRASIL E ARGENTINA**Federico Ariel Vaschetto (Universidad de Buenos Aires)¹

federico.vaschetto@gmail.com

Caroline Figueiredo Lima (OAB/PA)²

carolinelimaa@live.com

RESUMO

Com o crescente movimento de imigrantes recém-chegados na América do Sul, é possível verificar o despreparo de alguns países do continente com relação às políticas públicas voltadas para este grupo de pessoas. Além disso, tanto Brasil quanto Argentina apresentam uma série de modificações recentes em sua legislação para atender a esta realidade cada vez mais presente. Este artigo se propõe a realizar um breve intercâmbio de estudo comparado entre ambos países, com relação a situações específicas de indivíduos que por uma série de razões não possuem os documentos exigidos para ingresso e/ou permanência no país de origem e por consequência, tem seus direitos constitucionais violados.

Palavras chave: Imigrantes Indocumentados. Direitos Humanos. Direito Internacional Privado. Direito Constitucional. Direito Comparado.

1 INTRODUÇÃO

O direito migratório, a par de muitas outras questões intimamente relacionadas ao direito internacional dos direitos humanos, modificou-se à luz de alguns pronunciamentos de organismos e instituições nacionais, debilitando a vigência do direito internacional dos direitos humanos no território argentino.

Preliminarmente, ao falar de migração é necessário destacar que o território, a fronteira e os limites políticos-geográficos, são delimitações que os Estados estipulam, além

¹ Advogado. Especialista em Direito Penal pela Universidade de Buenos Aires- UBA. Especialista em Administração da Justiça pela Universidade de Buenos Aires. Mestrando em Direito Penal-UBA. Mestrando em Magistratura-UBA. Docente da Universidade de Buenos Aires e Universidade do Museu Social Argentino. Coordenador do Grupo de Pesquisa "*Derechos Humanos. Una Plataforma necesaria*"- *Universidad de Buenos Aires*.

² Advogada, membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB/PA e membro do grupo de pesquisa em Direito Internacional dos Direitos Humanos. Atua como Advogada Voluntária na Defensoria Pública da União- DPU. Integra atualmente os grupos de trabalho referentes à Educação e Povos Indígenas da Comissão de Direitos Humanos da OAB/PA. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais/UFPA e do Grupo de pesquisa "*Derechos Humanos. Una plataforma necesaria*"- *Universidad de Buenos Aires*. Membro do Grupo de pesquisa de Direito Internacional dos Direitos Humanos- GPDIDH/LAJUPA.



de não serem bem-sucedidos como barreiras infranqueáveis de "soberania" que impeçam o pleno desenvolvimento do projeto de vida das pessoas.

Este trabalho se propôs ao ambicioso objetivo de comparar a política migratória da República Federativa do Brasil e da República Argentina. Por isso, ao tomarmos por base o que acontece no território argentino, é necessário deter-nos e analisarmos as mudanças legislativas que aconteceram em 2017 por meio do *Decreto de Necesidad y Urgencia (DNU) 70/17, modificadorio de la Ley 25.871*.

Ato contínuo, no contexto brasileiro, tivemos no mesmo ano de 2017 uma série de inovações através da Lei 13.445/17 (Lei de Migração), que alterou consideravelmente o antigo "Estatuto do Estrangeiro". Dentre as principais modificações, temos a primeira vez o Devido Processo Legal e o Contraditório garantidos no território nacional, no tocante à este grupo específico de indivíduos.

O atual panorama do séc. XXI guarda algumas especificidades relativas a questões de mobilidade humana e deslocamento forçado. Desde as revoltas sócio-políticas que ficaram conhecidas como "Primavera Árabe", intensificaram-se os movimentos de pessoas com a intenção de deixar seu país de origem e passar a residir em Estados com melhores condições humanas de qualidade de vida.

A Assembleia Geral das Nações Unidas, na Resolução sobre "Migração Internacional e desenvolvimento" (A/RES/54/212, de 1º de fevereiro de 2000), considerou como alguns dos motivos do deslocamento humano ter se intensificado nos últimos anos, as questões de disparidade econômica e social acompanhadas da marginalização de alguns grupos.

De acordo com a Resolução:

(...) entre outros fatores, o processo de mundialização e liberalização incluindo a crescente disparidade econômica e social entre muitos países e a marginalização de amplos segmentos da população da economia mundial, contribuiu a criar grandes movimentos de população entre os países e a intensificar o complexo fenômeno de migração internacional.

Na maioria das vezes, estes imigrantes se deslocam forçadamente, pois são vítimas de perseguições políticas ou vivem em condições de extrema vulnerabilidade social. Em decorrência destas situações, tais indivíduos chegam ao país de destino sem a documentação necessária de ingresso e/ou permanência exigidos, fato este que representa uma série de lacunas legislativas sobre como o país deve tratar estas situações específicas.

Conforme será possível depreender ao longo do estudo realizado, a problemática que envolve a questão dos indocumentados não é exatamente discutir a competência do Estado em punir aqueles que ingressam de forma ilegal em seu território. O cerne da



questão, está no tratamento desarrazoado, desproporcional e discriminatório que estes indivíduos sem a documentação exigida se encontram.

Neste sentido, a Comissão Africana sobre Direitos Humanos e dos Povos, reitera por exemplo o entendimento de que não considera errônea a decisão de um Tribunal deportar um imigrante ilegal de seu território. Mas sim, prolatar tal decisão sem o respeito ao devido processo legal, sem as devidas observâncias às necessidades humanas.

O Parecer Consultivo nº 18/03 solicitado pelo Estado do México, sobre “condição jurídica e direitos dos migrantes indocumentados” reforça o entendimento supracitado. Não se questiona a necessidade de mecanismos de controle dos Estados, mas se os procedimentos de contraditório e ampla defesa estão sendo respeitados, fato este que conforme analisaremos posteriormente, é extremamente desrespeitado.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos (2014, pág. 139) afirma neste parecer que:

Os Estados, portanto, não podem discriminar ou tolerar situações discriminatórias em detrimento dos migrantes. Entretanto, o Estado sim pode conceder um tratamento distinto aos migrantes documentados a respeito dos imigrantes indocumentados, ou entre migrantes e nacionais, sempre que esse tratamento diferenciado seja razoável, objetivo, proporcional, e não lese os direitos humanos. Por exemplo, podem ser realizadas distinções entre as pessoas migrantes e os nacionais quanto à titularidade de alguns direitos políticos. Além disso, os Estados podem estabelecer mecanismos de controle de ingresso e saída de imigrantes indocumentados de seu território, os quais devem sempre ser aplicadas com apego estrito às garantias do devido processo e ao respeito da dignidade humana.

A realidade brasileira, em particular na região norte por apresentar uma ampla rede de acesso através das bacias hidrográficas, bem como pela proximidade geográfica de países com altos índices de deslocamento forçado humano como Venezuela e Haiti, recebe anualmente cada vez mais indivíduos em condições de extrema vulnerabilidade.

Recentemente, o Estado do Pará recebeu um grande grupo de indígenas venezuelanos, que ingressaram de forma ilegal no país. Por motivos culturais, estes indígenas não possuíam a documentação exigida pela Venezuela para retirarem-se de seu país, tampouco documentos que garantissem a sua permanência no Brasil.

As autoridades em respeito ao princípio da não devolução, receberam estes indivíduos em seu território. Contudo, atualmente carece de políticas públicas efetivas para que seja garantida a dignidade humana deste grupo que sequer consegue comunicar-se no idioma local.

Desta forma, poderemos verificar na prática a importância de um estudo comparado, em que possamos somar as políticas públicas e experiências internacionais



para construirmos um senso crítico de aperfeiçoamento das medidas de proteção. A partir desse momento, façamos um breve estudo entre a Lei brasileira 13.445/17 (Lei de Migração) e o *Decreto de Necesidad y Urgencia (DNU) 70/17, modificadorio de la Ley 25.871*.

2 ANÁLISE DO DIREITO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL E CONTRADITÓRIO, BEM COMO DAS DEMAIS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS AOS IMIGRANTES INDOCUMENTADOS

A fim de esclarecer a legitimidade do decreto argentino, bem como atendendo à realidade de que alguns dos leitores não estão familiarizados com este sistema jurídico, é oportuno destacar que a legitimidade se deriva do artigo 99 da Constituição Nacional. Precisamente esse artigo dispõe que o Presidente tem a atribuição de promulgar e publicar leis, exceto emitir diretamente disposições de caráter legislativo (estas, sob pena de nulidade absoluta).

Somente em circunstâncias excepcionais, é possível que o executivo emita decretos por motivos de necessidade e urgência. Tal instituto se compara às Medidas Provisórias emitidas pelo Presidente da República do Brasil, nos termos do art. 62/CF.

A partir deste momento, contextualizemos o leitor sobre a problemática argentina, através da apresentação de alguns pontos centrais e problemáticos das instituições de proteção argentinas e suas respectivas posições.

A Defensoria do Povo –DDP- (órgão independente constitucionalmente criado pelo artigo 86) analisou o DNU 70/17 emitido pelo Poder Executivo Nacional da Argentina e propôs sua imediata revisão: determinou que fosse modificada a maneira de resolver problemas de macro criminalidade, ou seja, o tratamento a estes indivíduos.

Em outras palavras, o DDP afirmou que o Decreto de necessidade e urgência afetará “*a população especialmente vulnerável que se encontre envolvida em delitos menores*”. O mais interessante neste ponto, é a sua reflexão ao questionar a maneira pela qual será utilizada esta ferramenta para modificar a Política Migratória Argentina.

A Realidade Migratória Argentina traz o que a sua legislação interna chama de “Procedimento migratório especial sumaríssimo”. Este procedimento permite um enquadramento legal –inconstitucional e inconveniente desde nossa perspectiva-, que adota algumas medidas que vão em detrimento das garantias constitucionais que amparam aos imputados em procedimentos penais.

Em outras palavras, de forma sumária, os migrantes tem os fatos e procedimentos unicamente tramitados na esfera administrativa. Além de não terem defesa judicial, existem



uma série de outras complicações penais que são abarcadas na nova lei de migração argentina, como:

- I. Prazos improrrogáveis (art. 69, último §).
- II. Possibilidade de retenção, inclusive preventiva, e possível em qualquer momento do procedimento (art. 69 *bis*), ainda sem resolução de mérito (art. 70, §2).
- III. Prazo de produção de prova testemunhal ou informativa de 3 dias (art. 69 *ter*, apartado b).
- IV. Vista concedida por 3 dias, notificada de pleno direito (art. 69, *quater*).
- V. A não existência de recursos de reconsideração nem de alçada.
- VI. Prazos de retenção indeterminados (art. 70, §3).
- VII. Caso o imigrante faça uso da defesa, será “suspense” o computo dos prazos de retenção (art. 70, *párrafo* 5).
- VIII. A assistência jurídica gratuita do Defensor é “opcional”, e não indispensável, sob a justificativa da falta de recursos econômicos. Se não houverem provas, o procedimento segue normalmente, sem mais trâmites (art. 86).

Conforme fora possível verificar, a Argentina além de enfrentar problemas de cunho legislativo, vícios formais, apresenta uma série de entraves processuais que causam morosidade à apreciação da situação destes imigrantes.

No contexto brasileiro, com as alterações feitas no ano de 2017, conseguimos superar a carência de proteção específica a estes grupos de indivíduos que ingressam no território nacional sem a documentação necessária. Os entraves brasileiros, portanto, não se referem pontualmente a vícios formais ou garantias penais, e sim a sua plena efetividade, conforme analisaremos a seguir.

O Art.4º da Lei brasileira 13.445/17, traz uma importante premissa que rege todo o ordenamento referente aos imigrantes, qual seja: o tratamento igualitário de nacionais e estrangeiros. Este amparo é de suma importância para que possamos compreender um pouco mais, o contexto que se insere o Devido Processo Legal e o Contraditório aos indocumentados (que pela primeira vez, tem esses princípios a seu favor).

Ao contrário da lei argentina mencionada allures, podemos constatar no Art. 51 da Lei brasileira nº 13.445/17, que a Assistência Jurídica do Defensor no Brasil é de fundamental importância nos casos de Deportação. Ora, após o ingresso em território nacional e a posterior constatação pela Polícia Federal de que o estrangeiro está de forma irregular, a Defensoria Pública da União- DPU deve ser imediatamente acionada.

Caso a fiscalização brasileira entenda pela deportação deste indivíduo, este órgão judicial deve ser imediatamente notificado para prestar-lhe assistência judiciária gratuita,



bem como zelar pelo pleno respeito ao Devido Processo Legal e o Contraditório. Ocorre que, o Art.51, §2º causa estranheza quanto à proteção previamente mencionada no *caput*.

Se a defensoria for acionada, mas não se manifeste, ainda assim a Deportação poderá ser realizada. Ora, a Lei entra em extrema contradição quando garante a proteção legal, e após afirmar que ainda sem a manifestação da DPU, ou seja, sem uma defesa formal, o estrangeiro poderá ser retirado imediatamente do território nacional.

Com relação a este dispositivo, precisamos atentar para o fato de que atualmente, o Brasil vive um momento de crise econômica e política, que inviabiliza sobre maneira, a nomeação de defensores quantos forem suficientes para a proteção dos cidadãos. Além disso, o não domínio do idioma por parte dos imigrantes, bem como o desconhecimento do sistema jurídico e administrativo brasileiro, prejudica demasiadamente que seja feita uma defesa pessoal digna.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos entendeu que o DNU argentino que autoriza a deportação imediata de pessoas indocumentadas, é equivocado. Além disso, adicionalmente, o Centro de Estudos Legais e Sociais (CELS) chamou a atenção para que as justificativas nacionais não fossem as mesmas no plano doméstico e no internacional, e também assinalou que o Estado Argentino não conseguiu demonstrar a necessidade da urgência para emitir o DNU.

Ainda é mais extremo o que sustentou o membro do Instituto Argentino para a Igualdade, Diversidade e Integração (IARPIDI) ao referir-se a um racismo institucional ao associar a migração com a delinquência.

Sustenta FERRAJOLI (2009) que o garantismo –não apenas na esfera penal-, não é uma opção, senão um modelo de justiça. Um modelo que pondera o desequilíbrio entre as partes do processo penal. Esse processo encontra no imputado o extremo mais vulnerável da relação, e por isso necessita de uma proteção especial.

No mesmo sentido pronuncia-se MAIER (2004) ao desenvolver os princípios relativos ao processo penal. Se concentra no Princípio de Inocência e as repercussões legais que de ele se desprendem: *in dubio pro reo*, *onus probandi* e o trato de inocente e os limites à coerção processual, adicionalmente com os princípios do direito de defesa.

O instituto da Expulsão no Brasil, diz respeito ao exercício de livre poder discricionário do Presidente da República em retirar compulsoriamente um estrangeiro do território nacional e/ou retirada do estrangeiro no caso de sentença penal condenatória transitada em julgado.

Ao contrário da norma interna argentina, o Brasil garante um recurso de pedido de reconsideração desta decisão. Além disso, a defensoria também deve ser acionada para proceder com a defesa do expulsando (Art. 58, Lei 13.445/17). Existe uma doutrina pacífica



argentina, que entende que o exercício de defesa em matéria de recursos nunca poderia piorar a situação do imputado. Entre estes, se encontra HENDLER (2004) e SOLIMINE (2008 e 2003).

Um dos pontos positivos com relação a Expulsão, e que pode ser aplicada no caso dos imigrantes indocumentados, é o fato de que estes não poderão ser expulsos caso estejam aguardando decisão sobre a sua regularização no Brasil (Art.59, Lei 13.445/17), pois serão considerados como regulares no território.

Na realidade do Estado da Argentina, o fato que mais preocupa é que os agregados à lei de migrações argentina, introduzidos por meio de um mecanismo não legitimado para esse fim, modificaram substancialmente a lei em detrimento das pessoas indocumentadas, no tocante ao regime legal aplicável.

Da compilação de antecedentes e doutrina, adverte-se com facilidade que essas modificações estão orientadas, quase de forma exclusiva, a reduzir a um mínimo inaplicável às liberdades processuais dos sujeitos afetados, praticamente eliminando a defesa técnica e colocando as pessoas em um contexto de indefesa extrema, que não se corresponde com os pronunciamentos da Corte Interamericana de Direitos Humanos e que não deveria existir em uma paisagem de direitos humanos como a que rege o continente americano.

Nesse sentido, da leitura de seu preâmbulo da Constituição é advertido que *“los representantes del pueblo de la Nación Argentina... con el objeto de (...) asegurar los beneficios de la libertad, para nosotros, para nuestra posteridad, y para todos los hombres del mundo que quieran habitar el suelo argentino (...).”*

Adicionalmente a este trecho, o conglomerado formado pelos artigos 14, 14 bis, 15, 16, 17, 18 e 19 desenvolvem uma série de direitos que assistem as pessoas que habitam em solo nacional. Estes direitos se transladam aos estrangeiros que gozam de uma idêntica proteção.

Nos termos do artigo constitucional 20:

Los extranjeros gozan en el territorio de la Nación de todos los derechos civiles del ciudadano; pueden ejercer su industria, comercio y profesión; poseer bienes raíces, comprarlos y enajenarlos; navegar los ríos y costas; ejercer libremente su culto; testar y casarse conforme a las leyes. No están obligados a admitir la ciudadanía, ni a pagar contribuciones forzosas extraordinarias. Obtienen nacionalización residiendo dos años continuos en la Nación; pero la autoridad puede acortar este término a favor del que lo solicite, alegando y probando servicios a la República.

Por outro lado, complementando essa proteção, o artigo 72, inciso 22 da Constituição Argentina incorpora tratados internacionais ao bloco de constitucionalidade e os outorga hierarquia superior às leis, alcançando inclusive a hierarquia constitucional quando se trata de instrumentos de direitos humanos especificamente reconhecidos. Tudo



isso faz com que a legalidade e o Devido Processo Legal na Argentina sejam o resultado de uma cuidadosa combinação de padrões domésticos e internacionais de proteção de direitos.

Isso significa que todas as pessoas gozarão de garantias mínimas como: a) **juízo prévio como requisito à imposição de uma Sentença**; b) **princípio de inocência durante todo o procedimento** (incluindo a presunção de inocência, a carga de prova por quem acusa e o benefício da dúvida em valoração dos elementos probatórios); c) **direito de defesa** (incluindo imputação necessária, conhecimento dessa imputação, audiência, correlação entre a imputação e o fato, defesa técnica, paridade de armas com o Estado, impossibilidade de ser julgado sem um juiz competente, incoercibilidade do imputado, impossibilidade de perseguição penal múltipla, publicidade e oralidade do juízo, perseguição penal de ofício, averiguação da verdade como objetivo do processo, direito ao recurso, imparcialidade e independência judicial e juiz natural nomeado antes dos fatos do caso).

Dessa forma, hipoteticamente, se uma pessoa chega sem a documentação exigida perante a República da Argentina e tivesse intenções de permanecer de maneira regular, poderia, de acordo com o caso, solicitar a condição de Refugiado (dependendo do contexto) ou iniciar o trâmite migratório “comum”.

Isso significa que deve solicitar a Direção Nacional de Migrações a residência temporária ou permanente, segundo assim se trate, acompanhando de uma certidão de antecedentes penais da Argentina emitido pelo Registro Nacional de Reincidência.

A regularidade documental não se constitui em si mesma um delito ou ofensa que mereça a deportação. A esse respeito, a Lei argentina 25.871 tem desenvolvido extensamente as causas que justificam esta medida. A justificativa necessária é separar aqueles casos em que a pessoa não tem documentos daqueles que pretendem fazer uso da documentação falta; este último, constitui-se como um delito e muito provavelmente desencadeará o procedimento de expulsão.

Na Argentina, em qualquer procedimento legal, tanto administrativo quanto judicial, em que a pessoa se veja afetada, em seus direitos terá a possibilidade de recorrer a *Defensoría Oficial Pública*, que conduzirá a defesa técnica de forma gratuita quando se comprove a falta de recursos econômicos da parte.

3 CONCLUSÃO

Conforme exposto, podemos verificar alguns pontos de extrema importância e que apresentam diferenças significantes na comparação entre ambos Estados: Brasil, e Argentina. Prosseguiremos na conclusão, perpassando pela defesa elaborada pela



Defensoria Pública em casos de imigrantes que não possuem a documentação exigida no País de destino, defesa e tramite no procedimento de deportação e expulsão, bem como o procedimento migratório especial sumaríssimo argentino, que não encontra correspondência na legislação brasileira.

A lei argentina prevê que toda pessoa "em julgamento" deve ter representação legal. Em **processos judiciais**, as pessoas que não têm os recursos econômicos para enfrentar essa possibilidade podem solicitar a defesa do defensor oficial (por acreditar que este não possui ativos disponíveis para os fins). Os **procedimentos administrativos** na argentina, não requerem patrono legal obrigatoriamente, sob a justificativa de que eles são o resultado da relação entre a Administração e a administrada (a pessoa).

O procedimento de imigração neste caso, não constitui uma suposição de "procedimento judicial" e, portanto, a participação do Ministério Público não é obrigatória. Este piso intervém a pedido do interessado, mas se a pessoa não invoca esse direito (por não saber, por exemplo), o processo progride normalmente.

Com relação à esfera administrativa, podemos ver claramente uma nítida diferença com relação à lei brasileira. De acordo com a Lei brasileira nº 13.445/17, em seu art. 33 temos o "(...) cancelamento da autorização de residência em razão de fraude ou de ocultação de condição impeditiva de concessão de visto, de ingresso ou de permanência no País, observado procedimento administrativo que garanta o contraditório e a ampla defesa" e, além disso o art. Art. 107 que dispõe: "As infrações administrativas previstas neste Capítulo serão apuradas em processo administrativo próprio, assegurados o contraditório e a ampla defesa e observadas as disposições desta Lei".

Contudo, a problemática neste ponto, com relação ao território brasileiro, é o fato de que algumas referências na lei de migração trazem que apesar de ser obrigatória a intimação da defensoria em casos específicos, esta não se vincula à obrigação de manifestar-se. Ou seja, resta completamente prejudicada uma defesa técnica de qualidade, até mesmo por conta das barreiras do idioma.

O Contraditório se manifesta através das oportunidades processuais das partes para pronunciar dentro desse processo ou procedimento. É a "possibilidade" e na eloquência concreta desse direito, que na Argentina, processualmente falando, há encargos e obrigações. Os encargos são imperativos no próprio interesse; isso quer dizer que se a pessoa interessada não impulsiona o processo, não o apresenta, não o defende, quando tiver a oportunidade de fazê-lo, o trâmite pode avançar sem problema algum já que se entende que não foi seu desejo opor-se.

O estrangeiro pode ser expulso quando ele entra na República da Argentina, pela autoridade com permissão a fazê-lo, evitando qualquer forma de controle de imigração



(artigo 37, Lei 25.871). Por outro lado, o **Procedimento de Imigração Especial Sumaríssimo** será aplicado em todos os casos contidos no artigo 29: a) Documentação falsa; b) Ter uma entrada proibida, c) Ter condenações penais na Argentina; ou e) Ter participado de crimes de guerra, atos de terrorismo, (f) (d) (d) (itens anteriores sobre tráfico de armas, pessoas, narcóticos, órgãos ou tecidos, lavagem de dinheiro ou investimentos em atividades ilícitas); g) Tráfico de pessoas; h) Condenação por o uso de informações falsas; i) Promoção da prostituição; j) Delitos de corrupção; e k) Contornar o controle migratório.

Este procedimento é deveras interessante, pois não guarda relação de semelhança com o Brasil. Não temos, na atualidade um procedimento sumaríssimo de imigração, fato este que ao nosso ver, prejudica em muito o exercício da ampla defesa na Argentina, pois permite uma proibição direta de permanência no território.

Com relação ao instituto da expulsão, a Direção Nacional de Migração Argentina pode cancelar a residência e dispor da expulsão da pessoa quando: Art.62:

- a) Con la finalidad de obtener un beneficio migratorio o la ciudadanía argentina se hubiese articulado un hecho o un acto simulado o éste hubiese sido celebrado en fraude a la ley o con vicio del consentimiento o se hubiese presentado documentación material o ideológicamente falsa o adulterada o hubiese omitido informar sobre la existencia de antecedentes penales, condenas y/o requerimientos judiciales o de fuerzas de seguridad);
- b) El residente hubiese sido condenado, en la REPÚBLICA ARGENTINA o en el exterior, aunque dicha condena no se encuentre firme, respecto de delitos de tráfico de armas, de personas, de estupefacientes, de órganos y tejidos, o por lavado de dinero o inversiones en actividades;
- c) El residente hubiese sido condenado, en la REPÚBLICA ARGENTINA o en el exterior, aunque dicha condena no se encuentre firme, respecto de delitos distintos a los enumerados en el inciso b) y que merezcan para la legislación argentina penas privativas de la libertad; (...)

Na nova Lei de migração brasileira conseguimos conquistar um grande avanço com relação às expulsões em massa de grupos recém-chegados no país. Temos atualmente, a consolidação expressa do repúdio às práticas de deportação ou expulsão, como um dos corolários da proteção estes indivíduos considerados como vulneráveis. Tal fato é de suma relevância, pois na maioria das vezes, os imigrantes indocumentados chegam em grupos e foram deslocados forçosamente de seu país de origem.

Além disso, o art. 48 da lei afirma que no caso de expulsão ou deportação, o chefe da Polícia Federal deve respeitar o devido processo e a ampla defesa.

Por fim, não restam dúvidas da extrema importância de fomentar o debate sobre os deslocados forçadamente, e que além disso, estão em uma condição de extrema vulnerabilidade, sem condições mínimas para manter a sua sobrevivência, o que dirá estar munido da documentação legal exigida. É necessária a aplicação dos princípios da



razoabilidade e manutenção da ordem jurídica, através das garantias constitucionais aplicáveis, como Devido Processo Legal e o Contraditório.

Os Estados têm se movimentado no sentido de apresentar respostas à sociedade, contudo, nem sempre estas respostas são positivas ou garantidoras da Dignidade Humana, do núcleo duro e intangível do ser humano. Apesar de alguns avanços serem constatados, ainda há muito que lutar e concretizar.

REFERÊNCIAS

ARGENTINA, **Decreto de Necesidad y Urgencia (DNU) 70/17**, modificatorio de la Ley 25.871.

BRASIL. **Lei nº N° 13.445 de 24 de maio de 2017**. Institui a lei de Migração.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, **Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos** / Secretaria Nacional de Justiça, Comissão de Anistia, Corte Interamericana de Direitos Humanos. Tradução da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

MAIER, Julio. **Derecho Procesal Penal**, 3ra reimp, Editorial Del Puerto, Buenos Aires, 2004.

HENDLER, Edmundo. **Las Garantias penales y procesales**. Enfoque histórico-comparado, 1 reimp, Editorial Del Puerto, Buenos Aires, 2004.

SOLIMINE, Marcelo. **Recursos y otros remedios para el control de las decisiones de los jueces y fiscales**, 1 ed, Editorial Ad Hoc, Buenos Aires, 2008; y Tratado sobre las causales de excarcelación y prisión preventiva en el Código Procesal Penal de la Nación, 1 ed, Editorial Ad Hoc, Buenos Aires, 2003.

FERRAJOLI, Luigi. **Derecho y Razón**, 9 ed, Editorial Trotta, España, 2009.

ACHPR, African Commission of Human and Peoples Rights, Communication No: 159/96-**Union Inter Africaine des Droits de l' Homme, Federation Internationale des Ligues des Droits de l'Homme, Rencontre Africaine des Droits de l'Homme, Organisation Nationale des Droits de l'Homme au Sénégal and Association Malienne des Droits de l'Homme au Angola**, decision of 11 November, 1997, para. 20.

G1, Globo. **Índios venezuelanos se espalham pelo Norte e autoridades suspeitam de exploração por brasileiros**. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/indios-venezuelanos-se-espalham-pelo-norte-e-autoridades-suspeitam-de-exploracao-por-brasileiros.ghtml>, acesso em 12/10/2017.

**GT 08 – MIGRAÇÃO, MOBILIDADE E DESLOCAMENTOS: EXCLUSÃO SOCIAL, DIFERENÇAS CULTURAIS E AÇÃO POLÍTICA.****TRANSGREDINDO FRONTEIRAS: TRAJETÓRIAS DE REFUGIADOS NIGERIANOS EM BELÉM**

Angélica Gonçalves (SODIREITOS)

E-mail: angel.socorro@gmail.com¹Andréa Silva (SODIREITOS)²E-mail: anpa23@yahoo.com.brRodrigo Peixoto (UFPA)³E-mail: rodrigopeixoto1810@gmail.com.**RESUMO**

Neste artigo objetivamos discutir a realidade dos refugiados nigerianos em Belém. Apresentaremos uma análise sobre o atendimento dos refugiados nigerianos acompanhados pelo Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante- PAAHM -, mapeando os casos entre 2013 a 2017. Espaço gerenciado pela Secretaria de Estado, Justiça e Direitos Humanos- SEJUDH. A entrada em território nacional ocorre por via fluvial, através dos portos públicos. Também pelo aeroporto internacional de val de cans e pela via terrestre no Terminal Rodoviário de Belém. Há um constante fluxo migratório, do total de atendimentos no PAAHM, foram atendidos 53 brasileiros e 41 imigrantes, totalizando 94 atendimentos pela PAAHM. Destes, 15 casos de refugiados (sendo 4 colombianos, 1 angolano, 3 haitianos, 2 venezuelanos e 5 nigerianos). Neste sentido, interessa saber a trajetória de fuga e as modificações que os levaram a transgredir fronteiras culturais e territoriais dos Estados nacionais, para se instalar em outro lugar, mesmo que de forma precária e ilegal. A violência acompanha suas trajetórias de vida, tanto no local de origem como no de destino, em outro país. As fronteiras, território corroborado de preconceitos e racismos aos imigrantes refugiados negros, que as atravessaram clandestinamente para buscar melhores condições de vida em um outro lugar que não é o seu. José Martins (2016) considera que: “a fronteira tem caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina e explora” (...). Para os refugiados, a fronteira não pode ser concebida apenas como um aspecto territorial ou físico, mas como uma barreira cultural, étnica, regional e racial. Tais refugiados convivem com a situação de xenofobia, expressada pelo seu não reconhecimento na sociedade brasileira, devido a sua condição de imigrante e refugiado. A negação do outro e de sua vida. Então interrogamos: se o mercado global impõe a necessidade de escolaridade e qualificação para o sucesso profissional, por que os refugiados que detêm esse perfil não conseguem inserção no mundo do trabalho no local de destino, especialmente em Belém? Neste sentido, o mito da sociedade embranquecida e com características eurocêntricas e maniqueístas destacadas na obra de Frantz Fanon: “*Pele negra, máscaras brancas*”, que argumenta sobre a condição dos negros como “não-humanos”, realidade vivenciada pelos refugiados em questão. É preciso dar visibilidade a essa realidade de aviltamento que sofrem os refugiados nigerianos na cidade de Belém, assim como em outras partes do mundo. No artigo, advogamos pelo respeito ao multiculturalismo e à condição de solicitante de refúgio no país de destino, assegurando a sua permanência e a vida do outro, que tem uma outra cultura.

Palavras-chaves: fronteiras, refugiados, xenofobia.**1. INTRODUÇÃO**

¹ Diretora financeira da ONG SODIREITOS, Mestranda do Programa de Pós Graduação em Ciência Política, UFPA, Brasil. E-mail: angel.socorro@gmail.com.

² Coordenadora técnica da ONG SODIREITOS, Brasil. E-mail: anpa23@yahoo.com.br.

³ Docente do Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia- PPGSA, UFPA, Brasil. E-mail: rodrigopeixoto1810@gmail.com.



O presente artigo tem por finalidade enfatizar a situação dos refugiados nigerianos que estão residindo atualmente nesta cidade. O foco da análise centra-se na demanda de refugiados nigerianos que foram atendidos no Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante- PAAHM, serviço administrado pela Secretaria de estado de Justiça e Direitos Humanos-SEJUDH. Considerando que é um serviço específico no atendimento a esta demanda.

Contudo o que motivou a realização do presente trabalho é a experiência profissional desempenhada no PAAHM, como técnicas de Direitos Humanos na função de Assistentes Sociais na realização do atendimento psicossocial a estes refugiados. A finalidade do PAAHM é o atendimento humanizado aos migrantes, o atendimento é realizado por demanda espontânea, ou referenciada por algum outro órgão governamental ou não governamental, o serviço foi efetivado em 2013, fazendo parte do Plano Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, com funcionamento no Aeroporto Internacional de Belém (Val de Cães), faz parte do Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e do Comitê Estadual de Enfrentamento ao tráfico de pessoas.

O fenômeno da mobilidade faz parte da história da humanidade, impulsionadas no período pós-revolução industrial, motivadas por várias situações que vão desde a intenção e busca por emprego/trabalho como por desastres ambientais, ou busca por melhorar qualidade de vida. Essas mobilidades sejam individuais ou coletivas são inerentes ao ser humano, ou seja, o ato de migrar é um ato humano, seja individual ou coletivo. O que nos chama atenção na contemporaneidade é que este fenômeno está sendo motivado como forma de deslocamentos forçados na maioria das vezes realizados em massa. Contudo o motivo agora dos deslocamentos forçados são impulsionados por fatores de interesses políticos, econômicos, religiosos. Trazendo a tona uma outra realidade social pautada no aumento da população de refugiados no mundo todo.

A realização deste trabalho pauta-se na realidade destes refugiados do século XX, com o aumento desta população segundo a ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), que representa os interesses dos refugiados, deslocados internos e apátridas, existe mais de 20 milhões de refugiados no mundo (dados de 2016).

Dados da agência da ONU para Refugiados aponta um total de 65,3 milhões de pessoas deslocadas por guerras e conflitos até o final de 2015 – um aumento de quase 10% se comparado com o total de 59,5 milhões registrado em 2014. Esta é a primeira vez que o deslocamento forçado ultrapassa o marco de 60 milhões de pessoas. No final de 2005, o ACNUR registrou uma média de seis pessoas deslocadas a cada minuto. Hoje, esse número é de 24 por minuto.



Importante salientar que o Brasil integra o Comitê executivo do ACNUR desde 1958⁴, por este motivo assumiu o compromisso conceder a solicitação de refugio em território nacional.

De acordo com esses tratados, poderá solicitar refúgio no Brasil o indivíduo que, devido a fundado temor de ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a grupo social específico ou opinião política, encontre-se fora de seu país de nacionalidade (ou, no caso de apátridas, de seu país de residência habitual) e não possa ou, devido a tal temor, não queira retornar a ele. (CONARE, 2016. p. 1).

Para gerenciar a política direcionada aos refugiados em território brasileiro, foi criado o Comitê Nacional para Refugiados- CONARE, órgão que é responsável pela análise das solicitações de refugio, é coordenado pelo Ministério da Justiça.

Apesar de o Brasil ter sua história marcada por fluxos migratórios, observa-se segundo Menezes (2001) pouco de fato se tem alcançado em termos de garantia de direitos a população imigrante. A política migratória assumida pelo Brasil corrobora-se pela predominância da xenofobia e a criminalização dos imigrantes, principalmente com a promulgação do Estatuto do Estrangeiro em 1980, em plena Ditadura militar, dificultando consideravelmente a regularização e com isso o aumento considerável da vulnerabilidade de muitos que buscavam em território nacional fixar moradia.

No estado do Pará o PAAHM foi implantado em 2009 pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH) em parceria com o Ministério da Justiça e a sociedade civil. Desde sua implantação no Aeroporto Internacional de Belém – PA o posto vem realizando o enfrentamento ao tráfico de pessoas nas três vertentes estabelecidas no II Plano Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, através do prevenção, atendimento e produção de diagnóstico.

Na área do atendimento presta apoio humanizado aos viajantes que tiveram seus direitos violados, inadmitidos, deportados, repatriados, migrantes irregulares e tráfico de pessoas e auxiliá-los de maneira específica (encaminhamentos para abrigos, Polícia Civil, Polícia Militar, contato com a família, entre outros).

O PAAHM absorveu a demanda de atendimento aos refugiados no estado do Pará, imigrantes de diversos lugares do mundo que devido inúmeras ameaças a sua integridade biopsicossocial buscam em outras localidades refúgio. Em decorrência desse cenário mundial de conflitos por territórios, seja de cunho ideológico, como no caso dos nigerianos atendidos pela equipe técnica do PAAHM, que por motivo da fuga da Nigéria em

⁴ Ver Estatuto dos Refugiado.



decorrência de perseguição do grupo terrorista *Boko Haram*- este por sua vez no intuito de dominação do território das cidades cometiam assassinatos em massa- espalham o terror, segundo relato dos jovens nigerianos, com a finalidade de perseguir os cristãos e difundir a religião mulçumana pelo território.

Durante a narrativa dos fatos verbalizados pelos jovens nigerianos, resguardaremos alguns fatos considerados de foro íntimo, a fim de respeitar aqui o sigilo profissional (de acordo como o Código de ética Profissional do Assistente Social de 1993), relatos colhidos durante exercício profissional em momento de atendimento psicossocial.

2. Transgredindo fronteiras: o direito incompleto de migrar

A migração é um processo natural que ocorre desde a origem da formação das sociedades, através do processo de socialização humana. Deste modo, o ato de migrar é impulsionado pelas relações sociais entre indivíduos, grupos, guetos ou comunidades, ocasionando impactos nos espaços em que ocorre essa migração. Essa diversidade de informações trocadas através das relações sociais em sociedade trazem subsídios para a formação da regionalidade local ou global ocasionando a transformação social no meio social em que esses grupos são formados.

Contudo este conjunto de fatores corroboram para a formação dos estados, municípios e países, o deslocamento em massa em uma região configura em um processo de ocupação do território. Todavia esse processo de transformação social é norteada por um objetivo em comum em uma sociedade.

Para Cohen (2003), a formação do Estado – Nação, a expansão colonial e o imperialismo implicaram em conflitos, violência, deslocamentos pelo desenvolvimento e o crescimento da migração forçada. A migração no período colonial apresentou tanto a forma de mobilidade de administradores, comerciantes e militares (em linguagem moderna a mobilidade profissional), quanto a migração baseada na desigualdade e coerção: escravos, trabalhadores contratados , etc.

Para entender esse fenômeno de transformação social devemos considerar as dinâmicas existentes na sociedade, na contemporaneidade um fator social relevante para explicar essas transformações é a expansão da globalização na sociedade capitalista.

Para Castles (2010) os processos intimamente ligados da acelerada globalização econômica e de reconfiguração das relações de poder político e militar, desde o fim da Guerra Fria, representam uma “mudança radical contemporânea” – uma nova “grande transformação”. Estas mudanças econômicas e políticas fundamentais estão interligadas com a transformação das relações sociais. Portanto na contemporaneidade os constantes



fluxos migratórios são impulsionados por esta nova ordem econômica, deste modo a globalização é fruto do estado neoliberal que visa o estado mínimo, a privatização dos serviços públicos e a disputa pelo poder econômico, neste cenário surgem as empresas multinacionais, a cobiça dos empresários pela matéria prima que pode resultar em lucro com a intensificação da produção e da exploração da mão de obra do trabalhador. Esta ideologia neoliberal visa à dominação também de territórios considerados “minas de ouro” para os donos do capital, no caso as empresas no contexto capitalista. Com isto ocorrem impactos sociais consideráveis como degradação ambiental, destruição de comunidades tradicionais, impulsionando o deslocamento em massa da população local que busca novas oportunidades de vida em outros territórios, muitas vezes clandestinamente.

O ato de migrar é direito inalienável, como muito bem preconizado no artigo XIII da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

1. Toda pessoa tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado; 2. Toda pessoa tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar. (Declaração Universal de Direitos Humanos).

Apesar do ato de migrar ser considerado um direito humano, o ato de ultrapassar fronteiras de forma clandestina é considerada ilegal no Brasil, exceto em caso de refugiados, que devem ser avaliados pelo órgão competente na solicitação de refugio que é o CONARE.

As motivações para migrar não se reduzem somente a causas socioeconômicas, mas também por questões subjetivas, pessoais, como muito bem enfatizam Milesi & Marinucci (2008):

As migrações não são apenas acontecimentos individuais, biográficos. Não decorrem simplesmente da livre e incondicionada escolha de indivíduos ou grupos de indivíduos, independentemente das influências que as dinâmicas geopolíticas e econômicas planetárias exercem. [...]. (MILESI & MARINUCCI. p. 28, 2008).

Para as autoras em um contexto neoliberal, a imposição de políticas imigratórias seletivas estabelece ao migrante que para obter êxito em seu deslocamento em grandes capitais necessitam de capital para consumir ou investir considerável recurso. Este grupo de imigrante é representado por empresários ou pessoas que detêm de qualificação profissional (estas por sua vez produzem simbolicamente capital), o migrante produtor não encontra dificuldade em se deslocar, consegue atingir as exigências impostas pelo mercado global. Ao deter pouca qualificação profissional, o migrante apresenta situação de extrema vulnerabilidade, tendo que aceitar péssimas condições de trabalho e remuneração. Quando não detém recursos para se manter no contexto do capital neoliberal (consumidor) e tão



pouco tem qualificação profissional (produtor) o migrante torna-se mercadoria, isso ocorre, principalmente no tráfico de pessoas, na qual, sua dignidade é amplamente violada e o mesmo torna-se produto negociável.

Existe ainda segundo Zygmunt Bauman em seu texto “Vidas despedaçadas” de 2005 uma provável subclasse de migrantes, salientando que estes não se encaixam em nenhum contexto do capital, ou seja, são dispensáveis. Neste sentido não há espaço para todos que buscam o mercado neoliberal sendo apenas sobra. Os imigrantes “descartáveis” demandam atenção dos estados nação, o que em muitos casos não acontece, permanecendo em situação de extrema vulnerabilidade social.

Em nome da chamada “segurança nacional” alguns países, principalmente os desenvolvidos, acabam restringindo o acesso de migrantes, impondo regras que poucos (somente os que possuem recursos financeiros) conseguem alcançar para ascender essas localidades. Com isso as barreiras migratórias tornam-se estratégicas e contraditórias, de um lado têm-se os países periféricos pressionados a abrirem suas fronteiras e do outro os países desenvolvidos impondo condicionantes que impedem a migração maciça. As autoras ainda salientam:

Atualmente, por diferentes fatores, a situação é diversa. Podemos citar apenas um desses fatores que, embora não seja o único, é mais específico do contexto contemporâneo: a transformação do Estado social e Estado Policial. Afastado cada vez mais de questões econômicas- de acordo com os ditames neoliberais do estado mínimo- o Estado encontra sua legitimação na defesa da segurança individual de seus cidadãos. Para isso- como diz Bauman citando Albrecht- são necessários criar um clima de “realidade de perigo”, de constante terror entre as populações nativas, um clima que legitime a ação policial estatal. (MILESI & MARINUCCI. p. 31, 2008).

Na medida em que impõem-se regras que dificultam o deslocamento em direção aos países desenvolvidos, acentua a migração irregular, na qual, o migrante no desejo de ascender aos países de primeiro mundo, procuram meios de burlar tais regras. As fronteiras expressam para muitos migrantes a possibilidade de mudar de vida ou satisfazer um desejo pessoal, no entanto os países receptores nem sempre garantem o exercício do direito de migrar:

Os migrantes, neste sentido, se tornam verdadeiros bodes expiatórios, *demonizados*, consoantes a povos que há séculos atravessam fronteiras, de repente, são “considerados” criminosos, às vezes detidos e deportados e, outras vezes, mantidos sob uma verdadeira espada de Dâmocles: a condição de irregularidade. (MILESI & MARINUCCI. p. 31, 2008).

Isso acentua o índice de inadmitidos, e com isso, na verdade percebe-se que as justificativas não detêm argumentos plausíveis para o impedimento de entrada do deportado no país. Neste sentido, abrem-se brechas para o abuso de autoridade e a discriminação. (ASBRAD, 2011).



Neste sentido, as fronteiras se apresentam como um processo que culmina com o impedimento da livre circulação de pessoas. Martins (2016) enfatiza em sua obra que as fronteiras ultrapassam a lógica geográfica, pelo contrário, expõe que estas podem ser apresentar como a “fronteira da civilização”, demarcada pelas artimanhas da barbárie invisibilizada. As fronteiras para o autor representam: “fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade de homem. É sobretudo, fronteira do humano” (MARTINS, 2016. p. 11).

2.1 A Fuga do lar: Nigerianos fugindo do terror rumo ao Ocidente.

Durante a experiência no atendimento de migrantes no PAAHM, foi interessante observar o *fluxo migratório* existente, considerando que o aeroporto é um local de constante fluxo de viajantes, que estão realizando este deslocamento em ritmo frenético. O caso dos refugiados, que vivenciam situação de violação dos direitos humanos, na maioria dos casos, realiza essa trajetória de forma clandestina, desprovidos de bagagens materiais, como roupas, moveis, recursos monetários, deste modo trazem consigo toda a “bagagem emocional” armazenada na memória, que deve ser considerada para realização de toda pesquisa, análise e elaboração de Políticas Públicas no que tange a estes refugiados. Para Assis e Sasaki (2000. p. 1):

Os migrantes de todos os tempos evocam diversas imagens. A partida, a viagem, o trajeto e a chegada a uma nova terra constroem um fio e uma trajetória que nos inquieta. Nos perguntamos por que migraram, quem deixaram, o que mudou em suas vidas. Estas imagens, quando associadas aos migrantes da virada do século XIX para o século XX, sugeriam desagregação social, quebra de laços familiares, guetos, criminalidade. Estes processos e problemas decorrentes da urbanização que emergiram nas cidades receptoras de grande contingente de migrantes de diversos lugares, muitas vezes foram associados à presença desta população.

Aos refugiados resta apenas a luta pela sobrevivência, buscando reconstruir suas histórias em outros territórios. É importante destacar que a realidade brasileira foi permeada de racismo, principalmente a partir do fomento da imigração em massa de imigrantes europeus a partir do embasamento de cunho ideológico de superioridade europeia, marcando a busca pelo direcionamento civilizatório de embranquecimento, reduzindo o negro e ao amarelo às condições cruéis de exclusão social. (MENEZES, 2001).





Imagem 1: Em fuga de seu país, Michael Nwaeke, 26 anos, (à esquerda), e John Emmanuel, 28 anos, perderam contato com familiares que também fugiram para outras partes do mundo. (Fonte: Dantas, 2016)

Estes jovens nigerianos foram entrevistados por um veículo de comunicação local, ao chegar a terras paraenses, importante descrever seus relatos a fim de compreender o cenário na qual impulsionou este deslocamento forçado, assim como a trajetória destes jovens nesta cidade, o que passaram, de que forma foram “acolhidos” em nossa região, assim como as estratégias de atuação dos gestores das políticas públicas no atendimento a estes. No que concerne a estes fatos, segue o trecho de reportagem mencionada com dois jovens nigerianos refugiados:

Alguns instantes são necessários para que M possa referir-se à situação atual de seu país. Em silêncio, com claros sinais de dúvida se quer falar, prefere mostrar algumas fotos de pessoas, crianças inclusive, mutiladas ou mortas, em seu celular. “Antes a Nigéria era um bom país, mas eles (Boko Haram) estão matando muito, matando as pessoas, botando bombas em igrejas. É triste dizer isso, mas hoje eu quero que o meu país seja dividido”, afirma, com tom de voz embargado, mas incisivo. Segundo ele, hoje já não é possível andar em grupo nas cidades ou simplesmente estar parado nas ruas sem correr risco de vida. “Acredito que a única solução seja separar o país, pois parece que o Boko Haram quer matar todo mundo”, completou. (Dantas, 2016).

O deslocamento forçado a outro país, e o ato de transgredir fronteiras, de forma clandestina, impulsionados pela fuga de um lugar, por questões ideológicas – neste caso há questões diversas que justificam tal cenário, seja por questões de poder econômico como dominação do território para apropriação do petróleo, ou de cunho fundamentalista religioso, onde o grupo *Boko Haram* busca a predominância da religião mulçumana, eliminando todo os nigerianos que se denominam cristãos - no caso dos refugiados nigerianos é cercado por uma trajetórias considerada *desumana/não humanas* em busca da sobrevivência, quando chegam ao destino de origem ou destino final que muitas vezes não são planejados, ainda enfrentam muitos desafios, a primeira é a fiscalização dos órgão públicos, no caso do setor de imigração da Polícia Federal. Uma vez descoberta a situação do embarque clandestino pode resultar num processo de deportação, que é o ato compulsória de retorno para o país



de origem. Neste caso, ao desembarcar em Barcarena, no porto na Vila do Conde, em novembro de 2015, dos 15 nigerianos, 08 foram deportados pela Polícia Federal, 03 fugiram em território brasileiro, e 04 escolheram fixar residência nesta cidade.

Nesse caso a Polícia Federal atua na segurança pública com a finalidade da repressão a esse fluxo migratório, com o discurso de controle das fronteiras. No que tange a esta finalidade repressora, seguindo a teoria do “viés sedentário” de Castles (2010), após a revolução industrial, o processo de globalização neoliberal, traz a tona a predominância do discurso político em que enxerga a migração como um problema, que deve ser corrigido com leis apropriadas de controle. Para Castles (2010, p. 3):

A Variante repressiva é o controle fronteiriço rígido, enquanto que a variante mais liberal busca enfrentar as “causas fundamentais” da migração – especialmente a pobreza e a violência nos países de origem de modo que as pessoas não tenham que migrar.

Todo deslocamento forçado possui causas conjunturais que precisam ser levados em consideração, principalmente para não incorrer no equívoco de individualizar a responsabilidade aos imigrantes, principalmente em relação aos negros, amarelos e indígenas. Neste sentido, torna-se indispensável às análises de Jessé Souza (2003) construiu-se uma falácia em torno do fato de que a solução dos problemas sociais estava alicerçada no “fetichismo” do crescimento econômico, no entanto, diversas experiências, principalmente em países periféricos demonstram que mesmo em pleno aquecimento a economia, problemas relacionados a marginalização, desigualdade social e subcidadania tivessem de fato sido solucionadas.

Para que ocorra de fato a tematização dos aspectos socioculturais das causas estruturantes da desigualdade social. Para tal ensaio, o autor alicerça sua análise a partir dos conceitos de Charles Taylor, levando em consideração as singularidades culturais, morais e simbólicas sobre o mundo moderno. Também analisa criticamente as análises e Florestan Fernandes, evidenciando que as causas centrais a marginalização do negro no Brasil estruturou-se em duas concepções:

- 1) A “escravidão interna” o homem, portanto é inerente ao homem, o impedindo de pensar e agir segundo a nova configuração da ordem social;
- 2) E a segunda estrutura-se pelo preconceito da cor da pele que influenciam decisivamente na sociedade competitiva.

Concordar com a análise de Florestan Fernandes seria tão somente individualizar a “culpa” pela marginalização dos negros no Brasil. Jessé Souza, aponta que as reais causas que levou a marginalização os negros foi o abandono secular que estes sofrem. A partir da adjectivação do termo “precário”, nosso autor demonstra como se constitui um determinado



tipo de *habitus* que reproduz, de forma sucessiva, o processo de inadaptação de amplos setores das classes populares aos padrões jurídicos, políticos, culturais e econômicos afirmados pelo Estado racional e pelo Mercado competitivo.

Na crítica a estas formulações, Jessé vai utilizar as formulações do norte-americano Charles Taylor, em especial as trabalhadas em sua principal obra, “As fontes do self”, publicada em 1989 e ainda não traduzida em português. Nesse trabalho, Taylor afirma a necessidade de se compreender a experiência humana de forma contextualizada e situada. Essa prática exige a interpretação e ressignificação da vida cotidiana, o que se torna, de certa maneira, complicado nos dias atuais, em função da naturalização da vida e sua desvinculação da ação e experiência humana.

3. Trajetória dos “invisíveis” da sociedade

Para os nigerianos que decidiram estabelecer residência fixa em Belém, suas trajetórias na capital foi cercada por varias formas de violações dos direitos humanos, como xenofobia, no caso de preconceito contra estrangeiro, considerada muito recorrente entre o cidadão brasileiro, outra violação existente foi o preconceitos racial por serem negros, na entrevista realizada relataram que em um abrigo a gerente expulsou os mesmo, alegando que eram “brigões”, entretanto foi comprovado postura racista da gestora do espaço, devido não simpatizar com africanos, testemunhas afirmam que esta dava preferência a outros imigrantes, tais como os venezuelanos.

Para a ONG Repórter Brasil, através do Projeto Escravo Nem Pensar (Caderno Migração, 2012) muitos migrantes sofrem com **o racismo, a xenofobia e outras formas de discriminação**, principalmente se forem pobres e com baixa qualificação; são vistos como sujeitos, arruaceiros e preguiçosos. Vistos com desconfiança, recebem a culpa por todo tipo de problema que possa aparecer: crises econômicas, desemprego, aumento da criminalidade e, até mesmo, para a ocorrência de catástrofes naturais. Por isso, comumente são **criminalizados** e podem se tornar vítimas de abuso por parte de autoridades locais. A Xenofobia é um sentimento de aversão aos estrangeiros, de desconfiança, medo e antipatia pelo que vem de fora, que se manifesta em **atitudes discriminatórias e violentas** contra os migrantes de outro país ou mesmo de outra região. Muitas pessoas xenófobas defendem a expulsão dos migrantes e a proibição da entrada de estrangeiros no país.

Outro tipo de violação dos direitos humanos sofrida pelos jovens nigerianos foi a exploração da sua mãe de obra. Importante salientar que os refugiados que foram atendidos pelo PAAHM relataram a mesma situação de trabalho degradante e trabalho análogo de escravo em muitos casos. Para a ONG Repórter Brasil (2012), que realiza no Brasil o



Projeto Escravo Nem Pensar, as maiores vítimas do trabalho escravo na Amazônia são migrantes internos e refugiados. Para estes existe o mal migrante e o bom migrante, como podemos ver:

Nem sempre os migrantes são mal vistos. Os que são ricos podem ser encarados pela população local como os “bons migrantes”, aqueles que contribuem para o crescimento econômico, que investem em melhorias no local de chegada, que ajudam a aumentar o nível dos trabalhadores. Podemos ver isso, por exemplo, no contraste entre a forma como são tratados os executivos vindos de países europeus e os bolivianos que trabalham nas confecções em São Paulo. Outro exemplo é a diferença que se faz entre os migrantes do Sul e do Sudeste e os nordestinos que migraram para a Amazônia. Enquanto os sulistas são vistos como pioneiros, colonizadores, os “bandeirantes” que foram desbravar a floresta e levar prosperidade, os que saíram do Nordeste são encarados como pobres coitados fugindo da seca, que foram se aproveitar das riquezas do local, levando os problemas. (ONG Repórter Brasil, 2012. p. 5).

Durante o período em que foram atendidos pelo PAAHM, após realização de visita domiciliar (instrumental técnico utilizado pelo Assistente Social) foi observado que ambos estavam vivenciando situação socioeconômica precária, residindo em espaços muito pequenos, que eram alugados, recebiam doações de roupas e de alimentos, pois o dinheiro que recebiam somente daria para pagar o aluguel, viviam em condições de trabalho degradante através da superexploração da sua mão de obra, um estava desempregado, estavam exercendo trabalho na área da construção civil e em uma serralheria não recebiam um salário mínimo como os brasileiros, exercendo jornada exaustiva, caracterizando trabalho degradante, já possuíam Carteira de trabalho, mas nunca foi assinada.

Essa atitude nos quais estão sujeitos é considerada violações dos direitos humanos, e infringem o Estatuto dos Refugiados de 1961:

Art. 24 - Legislação do trabalho e previdência social

1. Os Estados Contratantes darão aos refugiados que residam regularmente no seu território o mesmo tratamento dado aos nacionais no que concerne aos seguintes pontos:

a) Na medida em que estas questões são regulamentadas pela legislação ou dependem das autoridades administrativas: a remuneração, inclusive adicionais de família quando estes adicionais fazem parte da remuneração, a duração do trabalho, as horas suplementares, as férias pagas, as restrições ao trabalho doméstico, a idade mínima para o emprego, o aprendizado e a formação profissional, o trabalho das mulheres e dos adolescentes e o gozo de vantagens proporcionadas pelas convenções coletivas.



No decorrer do acompanhamento do caso dos jovens nigerianos, realizado pela Secretaria de Direitos Humanos do estado do Pará, foi garantido o acesso (através do encaminhamento) aos serviços das Políticas Públicas, nas áreas da Assistência Social, para serem inseridos nos programas sociais, devido à situação de vulnerabilidade econômica e social, Trabalho através da Superintendência Regional do Trabalho para emissão da CTPS, e solicitação de Refugio deferida pelo CONARE. Segundo a Lei 6.815/1980, o Estatuto do Estrangeiro afirma que: “o estrangeiro residente no Brasil goza de todos os direitos reconhecidos aos brasileiros” Todavia, percebemos em nossa pesquisa que ainda há muito que fazer na questão dos nigerianos refugiados em Belém, na realidade, estes ainda não conseguiram todos os direitos garantidos, como equidade nas condições de trabalho com os brasileiros e as mesmas condições de acesso ao mercado formal, é uma disputa desigual, onde o estrangeiro é sempre diferenciado, não existe competitividade, existem sempre os interesses do capital para explorar sua mão de obra.

No que concerne ao acesso às serviços das políticas públicas implementadas pelo estado, pensamos nas várias políticas como direitos básicos e universais, como saúde, habitação, emprego e renda, qualificação profissional, educação, direitos até de estabelecer a comunicação com a população local, com a facilidade de cursos de línguas portuguesas para refugiados que na atualidade não existe essa especificidade, é válido ressaltar que a dificuldade de comunicação é apontada pelos refugiados e imigrantes, como um dos maiores entraves para o acesso ao mercado formal nos espaços institucionais e nas empresas brasileiras.

A discussão sobre as desigualdades enfrentadas por migrantes e refugiados requer uma visão abrangente sobre as políticas migratórias. Estas não são somente as políticas que respondem à questão sobre quem pode ou não entrar no Brasil e em quais condições. A política migratória inclui também toda a preocupação para que a população migrante que escolheu o Brasil para viver tenha acesso às políticas públicas universais, pensadas e implementadas no país, além de ações, programas e políticas que enfrentam os desafios específicos da população migrante (LUSSI, 2015).

É preciso o reconhecimento do outro como sujeito de direitos, infelizmente a situação de imigrantes refugiados no Brasil reflete a situação de extrema violação de direitos humanos, a estes é negado o acesso aos serviços públicos, o emprego formal, ou seja, a garantia de qualidade de vida. A fuga do país de destino como único meio de sobrevivência a chegada no país receptor acaba não sendo a ruptura com o contexto de degradação humana, principalmente para os refugiados oriundos de países africanos, como no caso em particular estudado, os nigerianos. Estes são



considerados inumanos, convivendo com a xenofobia e o racismo, invisibilizados pelas políticas públicas, vivenciando condições análogas de escravo em plena contemporaneidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ato de migrar nem sempre pode ser exercido de maneira integral, principalmente pelo fato dos fluxos migratórios estarem atrelados aos interesses econômicos dos países receptores. O direito de ir e vir, consagrados em protocolos internacionais e assumidos por quase todos os países como um direito inalienável acaba sendo considerados migrantes descartáveis, como muito bem demonstrado no artigo, este grupo de migrantes busca em outros países as oportunidades negadas em seu país de origem, entretanto, enfrentam inúmeros obstáculos, dentre eles pode-se destacar as barreiras linguísticas, culturais, raciais e sociais. Lançados “a própria sorte”, os refugiados no Brasil, realidade também presente em Belém-PA, lançam-se no mercado informal ou trabalhos análogos a escravidão, tão somente devido a descondições dos mesmos como cidadãos de direitos.

Os refugiados, em sua grande maioria, são marginalizados dentro da lógica do capital, também são invisibilizados pelas políticas sociais, que por definição deveriam atendê-los. A sua mobilidade e o tipo e lugar do trabalho nos quais são inseridos passam despercebidos, não entendidos e não priorizados para o poder público e nos serviços públicos.

Ressalta-se a importância de uma articulação no âmbito das relações internacionais, visto a necessidade de uma pactuação de direitos humanos aos migrantes, considerando que quanto mais os países impõem barreiras para o processo migratório ou se omitem de oferecer políticas sociais, mais a rede criminosa do tráfico de pessoas, trabalho escravo e contrabando de migrantes se fortalecem na clandestinidade.

As próprias redes migratórias podem ser potencializadas para pensar e implementar políticas sociais voltadas para os trabalhadores em movimento e suas famílias.



Referências

ASSIS, Gláucia de Oliveira & SASAKI, Elisa Massae. **Teorias das migrações internacionais**. XII Encontro Nacional da ABEP 2000. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/144531228/Teorias-das-migracoes-internacionais>. Acesso em: 10 de julho de 2017.

Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude- ASBRAD. **A experiência da ASBRAD no Atendimento às vítimas e na capacitação das redes de atenção**. Seminário Tráfico de Pessoas - Caminhos do Atendimento Humanizado às Vítimas. FIG-UNIMESP, Guarulhos-SP, Setembro de 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas despedaçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005.

BRASIL. Lei nº 50.2015 de 28 de janeiro de 1961. **Promulga a convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50215-28-janeiro-1961-389887-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 5 de outubro de 2017.

CASTLES, Stephen. **Entendendo a migração global**: Rev. Inter. Mob. Hum, Brasília, Ano XVIII, Nº 35, p. 11-43, jul./dez. 2010.

COHEN, Jean. **Sociedade Civil e Globalização**: Repensando Categorias. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 46, nº 3, 2003.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, ONU, 1948.

LUSSI, Carmen. **Políticas públicas e desigualdades na migração e refúgio**. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v26n2/0103-6564-pusp-26-02-00136.pdf>. Acesso em 15 de agosto de 2017.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. 2º ed. 3º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

MENEZES, Lená Medeiros de. Movimentos e políticas migratórias em perspectiva histórica: um balanço do século XX. In: CASTRO, Mary Garcia (coord.). **Migrações internacionais**: contribuições para políticas. Brasília: CNPD, 2001.

MILESI, Ir. Rosita; MARINUCCI, Roberto. Migrações contemporâneas: Panorama, desafios e prioridades. IN: **Mercosul e as Migrações**: os movimentos nas fronteiras e a construção de políticas públicas regionais de integração. Brasília, 2008.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Refugiados e CONARE**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/153-refugiados-e-o-conare>. Acesso em: 10 de julho de 2017.

ONG Repórter Brasil. **Caderno temático Migração**: O Brasil em Movimento, 2012. Disponível em: http://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2015/02/10.-caderno_migracao_baixa.pdf. Acesso em: 25 de setembro de 2017.

DANTAS, Abílio. **A população da República Federal da Nigéria sofre atualmente constantes massacres e perseguições lideradas pelo grupo fundamentalista Boko Haram**. Disponível em: <http://www.outros400.com.br/especiais/3961>. Acesso em: 24 de julho de 2017.

SOUZA, Jessé. **A Construção Social da Subcidadania**: para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

**GT 08 – Migração, mobilidade e deslocamentos: exclusão social, diferenças culturais e ação política.****TRÁFICO DE PESSOAS TRANSEXUAIS NA ADOLESCÊNCIA PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL NO BRASIL: ENFRENTAMENTOS A PARTIR DA DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL**

Yasmim Pamponet Sá (CESUPA)¹
yasmimpamponetsa@gmail.com

Andreza do Socorro Pantoja de Oliveira Smith (UFPA)²
andrezapantoja@gmail.com

RESUMO

O tráfico de pessoas para exploração sexual é uma realidade observada em escala global (Leal; Leal, 2005), possuindo, na Amazônia, expressivas rotas (Smith, 2017). A globalização é fator que contribui para a migração interna, regional e internacional de pessoas que buscam melhores condições de vida (Bauman, 1999). O tráfico de pessoas para exploração sexual está diretamente ligado a tal processo, pois a lógica do mercado se expressa nas forças globais e consequências sociais que acarreta (Hazeu, 2004). Assim, mercados globalizados propagam a noção de consumo como forma de inserção social, movimento perverso que não poupa nem mesmo corpos. Apesar de envolver pessoas em contextos diversos, a questão atinge a juventude cruelmente, criando redes de exploração de adolescentes em contexto de vulnerabilidade social, configuradas a partir de componentes culturais e econômicos (Faleiros, 2004). Nesse universo, estão pessoas transexuais na adolescência, a quem a lei brasileira assegura proteção integral (Saraiva, 2010), o que se torna inviável em face da ausência de políticas públicas especializadas no país (Carvalho; Cardoso; Silva; Braga; Galvão, 2008). Neste trabalho, analisamos o tráfico de pessoas transexuais adolescentes no Brasil a partir da influência da globalização, dos processos migratórios e da exclusão social. Problematicamos a crise da proteção à criança e ao adolescente diante da necessidade de enfrentamento do tema principal, em um contexto de indiferença social, lançando mão do debate acerca de como (e se) a doutrina da proteção integral resiste a esse quadro. Partimos da pesquisa bibliográfica e da legislação pátria e internacional que regem a matéria.

Palavras-chave: Tráfico de pessoas, Exploração sexual, Adolescentes transexuais, Doutrina da proteção integral.

¹ Pós-graduanda em Ciências Criminais pelo Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA). Pesquisadora do Grupo Cabano de Criminologia (GCCrim). Advogada.

² Doutora em Direito. Professora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará. Integrante do Grupo de Pesquisa Cidade, Aldeia & Patrimônio.



1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a definição de tráfico de pessoas foi construída na legislação penal e, desde 1940, acompanha a tendência internacional, pelo que a primeira preocupação se centrava no tráfico de mulheres para exploração sexual e, em seguida, houve a substituição do termo “mulher” por “pessoa”. No entanto, a finalidade do tráfico esteve centrada na exploração da prostituição ou outra forma de exploração sexual.

Apenas em 2016, com a promulgação da Lei 13.344, de 06 de outubro, ocorreu a inserção de outras finalidades do crime no ordenamento jurídico brasileiro, compatibilizando o tratamento nacional do problema com os compromissos assumidos a partir da ratificação do Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças em 2004.

Nesse cenário, a produção de pesquisas tem sido importante para revelar a realidade social das pessoas vitimadas pelos agentes criminosos e, também, para dar conhecimento à sociedade de como eles operam.

É a partir de estudos e diagnósticos produzidos (Leal³, 2002; OIT⁴, 2005; GAATW⁵, 2006; UNODC⁶, 2009) que surge a compreensão de que as principais vítimas são mulheres, crianças e adolescentes, especialmente em face das situações de vulnerabilidade enfrentadas por elas.

No entanto, é preciso destacar estudos (SMITH, 2017, Vasconcelos⁷, Piscitelli⁸) que apontam a existência de tráfico de pessoas transexuais para exploração sexual. No presente trabalho, adotaremos o recorte de gênero e etário para realizar estudo acerca do tráfico de pessoas transexuais adolescentes no Brasil a partir da influência da globalização, dos processos migratórios e da exclusão social.

Assim, problematizamos a crise da proteção à criança e ao adolescente diante, da necessidade de enfrentamento do tema principal, em um contexto de indiferença social,

³ Cf. LEAL, Maria Lúcia. Leal, Fátima (Org.). Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil. Brasília: Cecria, 2002. Disponível em: <http://www.cecria.org.br/pub/livro_pestraf_portugues.pdf>. Acesso em: 14 Out. 2006.

⁴ Cf. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Uma Aliança Global contra o Trabalho Forçado. 2005. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/trabalho_forcado/oit/relatorio/relatorio_global.php. Acesso em 19 mai. 2010.

⁵ Cf. ALIANÇA GLOBAL CONTRA TRÁFICO DE MULHERES (GAATW). *Direitos Humanos e tráfico de pessoas*: um manual. Rio de Janeiro: GAATW, 2006.

⁶ Cf. UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. Global Report n Trafficking in Persons. Disponível em http://www.unodc.org/documents/Global_Report_on_TIP.pdf Acesso em 05 Ago. 2010.

⁷ Cf. VASCONCELOS, Karina Nogueira (coord.). *Tráfico de Pessoas*: pesquisa e diagnóstico do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e de trabalho no Estado de Pernambuco. Recife: SNJ/SENASP/UNODC/Governo do Estado de Pernambuco, 2009.

⁸ PISCITELLI, Adriana. *Corporalidade em confronto*: brasileiras na indústria do sexo na Espanha. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092007000200002&script=sci_arttext.



lançando mão do debate acerca de como (e se) a doutrina da proteção integral resiste a esse quadro. Partimos da pesquisa bibliográfica e da legislação pátria e internacional que regem a matéria.

2. TRÁFICO DE PESSOAS TRANSEXUAIS ADOLESCENTES NO BRASIL

Com a edição da Lei 13.344 em 2016, a qual se debruça sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas, o crime de tráfico de pessoas passa a ser toda conduta de:

Art. 149-A. Agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de:

I - remover-lhe órgãos, tecidos ou partes do corpo;

II - submetê-la a trabalho em condições análogas à de escravo;

III - submetê-la a qualquer tipo de servidão;

IV - adoção ilegal; ou

V - exploração sexual.

Assim, a conduta criminosa se consubstancia em ações que estão configuradas nos verbos do tipo (agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa), mediante a utilização de meios (grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso), com a finalidade de exploração humana em diversos segmentos, conforme acima demonstrado.

Parte importante dessa construção e sobre a qual há bastante produção acadêmica nacional diz respeito à exploração sexual. Para a consecução do presente estudo, após a compreensão do significado de tráfico de pessoas no âmbito jurídico, torna-se imprescindível tecermos breves considerações acerca da expressão “pessoa transexual adolescente” utilizada neste trabalho.

Partimos dos estudos feministas de gênero, especificamente sobre a identidade de gênero. Isto porque, no Brasil, há uma pluralidade de terminologias utilizadas para se referir às identidades de gênero.

De início, devemos esclarecer que estamos tratando de transmulheres jovens. A categoria transmulher foi cunhada por Smith (2016) a partir dos estudos realizados nas ciências sociais, campo em que se identifica a transexualidade como uma experiência de conflito em que não há correspondência entre o sexo biológico e o gênero assignado no nascimento.

Para Arán, a transexualidade “é considerada um fenômeno complexo. Em linhas gerais, caracteriza-se pelo sentimento intenso de não-pertencimento ao sexo anatômico”. (2006, p. 50)



Da afirmação acima, é preciso reconhecer a existência do que Ávila & Grossi denominam “transexperiência” (2010), observando-se as singularidades existentes entre a transexperiência feminina (mulheres em corpos de homens) e a transexperiência masculina (homens em corpos de mulheres), com a devida atenção às interseccionalidades presente na vida de cada pessoa em relação às demais dimensões constitutivas da identidade, como a cor da pele, a classe social, a etnia e a idade, entre outros.

Para Berenice Bento, a transexualidade pode ser entendida como “uma experiência identitária, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero”. (2008, p. 15) A adoção da ideia de experiência é propositalmente eleita pela autora em contraposição à construção patologizante da transexualidade feita ao longo dos tempos pela medicina, pela psicologia e pela psiquiatria, estas chamadas de ciências “psi”.

Assim, usamos a expressão transmulheres por concordar que transexualidade não deve ser considerada um adjetivo que se atribui às pessoas, mas sim deve ser tomada como uma característica do sujeito, daí o termo ser o mais adequado, pois se torna um substantivo. (Ávila & Grossi, 2013).

No que tange à adolescência, tomamos por base a construção da Lei 8.069/90, que, em seu artigo 2º, define que é considerado adolescente a pessoa “entre doze e dezoito anos de idade”. Apesar da escolha pautada na legislação estatutária, não deixamos de atentar aos questionamentos produzidos sobre o termo “adolescente”⁹ para refletir que a juventude é uma experiência bastante complexa e heterogênea as diferentes pessoas, especialmente aquelas sobre as quais trabalharemos neste texto.

Smith (2016) aponta que as motivações que levam transmulheres, na cidade de Belém, a se inserirem nas rotas de exploração sexual, por vezes pela via do tráfico de pessoas, são muito diversas. Mas elas passam pela mesma questão: a dificuldade de as famílias entenderem a “diferença” do filho ainda muito jovem quanto à sua orientação sexual e identidade de gênero.

Isto porque as transmulheres, ainda no início da juventude, quando começam a sair da infância, percebem o desejo que apresentam pelos meninos e não pelas meninas. E não só, elas tomam consciência de que não se sentem com o corpo adequado ao que entendem ser. Assim, quando conhecem outras pessoas como elas, buscam as informações de como começar o processo de modificação corporal, que fazem lentamente, desde a adoção de posturas mais femininas, utilização de roupas e acessórios considerados de mulher, até

⁹ Para aprofundamento, conferir em: AUGUSTIN, Débora. GEARA, Gabriela. KESSLER, Helena. CASTRO, Rosane. *Desnaturalizando o conceito de Juventude através dos tempos*. Disponível em <http://www.ufrgs.br/e-psico/subjetivacao/tempo/juventude-texto.html> Acesso em 05 Out. 2017.



chegarem ao ponto da utilização de hormônios, implante de silicone e demais cirurgias que entendam necessárias.

Como na maioria das vezes elas não encontram amparo familiar para a realização de tais modificações e, ao mesmo tempo, começam a sofrer discriminação e agressões psicológicas e físicas no ambiente doméstico e, também, escolar, elas fogem desse sistema discriminador em busca de se tornarem quem desejam ser, construindo o corpo adequado à identidade de gênero que adotaram.

Nesse momento, muito jovens e sem dinheiro, elas encontram alguém que as “ajuda” com informações, acolhimento e dinheiro. É a cafetina. No Brasil a figura da cafetina está relacionada com a pessoa que submete transmulheres à exploração sexual, mediante pagamentos diários de parte dos ganhos com os programas sexuais realizados. Vale dizer que a cafetina nem sempre agencia os encontros, mas muitas vezes ela administra o dinheiro, o acesso às tecnologias de modificação corporal, e a moradia das transmulheres que estão sob seu teto.

Para as transmulheres entrevistadas, ir parar na casa da cafetina é uma regra, pois não há outro espaço em que encontram, depois de serem expulsas ou fugirem de casa, moradia, alimentação e inserção no mercado sexual que as possibilitará angariar recursos financeiros para modificarem o corpo e adquirirem os produtos e bens desejados.

É interessante notar que o aliciamento das jovens transmulheres se dá de modo bastante diferenciado quando comparado ao demais casos estudados de tráfico de pessoas no Brasil. Aqui não há engano quanto à destinação, elas sabem que serão levadas para São Paulo, de ônibus ou de avião, para trabalhar na prostituição. Mas o convite é feito de modo a iludir as jovens, pois são ofertadas possibilidades de ganhos altos, que as permitirá fazer tudo o que quiserem, ir para a Europa, juntar dinheiro para a aquisição de bens.

É bem verdade que as entrevistadas relatam que sabiam que iam ter que pagar de volta à cafetina o que ela gastou com a passagem de Belém para São Paulo, trecho que a maioria fez sozinha, sem qualquer acompanhante, sendo recebidas na cidade de destino por pessoa designada pela cafetina.

Entretanto, todas relataram sentir-se exploradas quando tomaram conhecimento de que deveriam pagar duas ou três vezes mais do valor real da passagem, acrescido sempre de multas impostas pela cafetina sempre que ela entendia pertinente, sob a desculpa de “manter a ordem” entre as hospedadas na sua casa.

Assim, havia multa quando brigavam, quando deixavam a casa bagunçada, quando não pagavam as diárias da hospedagem em dia, quando usavam roupas consideradas inadequadas, entre outras coisas. Os valores não estavam em uma tabela, era sempre uma surpresa, definido na hora, de acordo com o “humor” da cafetina.



Apesar das entrevistadas afirmarem que não se sentiam presas à rede de exploração, em todos os relatos aparece a dívida como uma condição de impedimento de ser ver livre da cafetina, que sempre ameaçava de mandar dar uma surra ou mandar matar.

Aliás, a cafetina não age sozinha, ela dispõe do serviço de homens para a realização das ameaças. E os casos de assassinato de jovens transmulheres que não pagaram a cafetina, seja em razão da passagem, das diárias ou do financiamento das cirurgias plásticas, é uma constante.

As jovens que conseguiram se livrar da rede de exploração, na grande maioria dos casos, ou fugiram, ou conseguiram pagar as dívidas. Muitas delas afirmam que não deixaram problemas para trás e que, se quiserem e precisarem, podem voltar a contatar as redes e viajar novamente.

Estas são possibilidades quando, após voltarem para Belém, elas não conseguem trabalho formal e as atividades na prostituição não rendem os lucros que geravam em São Paulo ou em cidades da Europa. Assim, reinserir-se nas redes de tráfico para exploração sexual é sempre uma possibilidade.

Porém, muitas aprendem o funcionamento do mercado sexual, o que permite que elas façam a migração para o referido trabalho sem inserção nas redes de tráfico. Mas isso geralmente só ocorre na segunda ou terceira vez que decidem viajar.

Apesar dos relatos de violência, agressões físicas e verbais, tanto pelas cafetinas, quanto pelos homens que circulam nas noites em busca de favores sexuais, transmulheres não demonstram arrependimento. Elas afirmam que escolheram seguir este caminho, pois era o único disponível para se tornarem quem queriam ser, mesmo que isto custe muito caro e gere ainda mais dificuldades de relação com as famílias.

3. A DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL COMO FERRAMENTA DE PREVENÇÃO AO TRÁFICO DE PESSOAS TRANSEXUAIS ADOLESCENTES NO BRASIL

A doutrina da proteção integral dos direitos da infância e adolescência diz respeito a uma série de instrumentos jurídicos internacionais, com princípios incorporados pelo nosso ordenamento jurídico pátrio, que, ao proteger prioritariamente a criança e o adolescente, elevou-os ao patamar de sujeitos de direito, rompendo com a doutrina da situação irregular. Assim, superou-se o paradigma da incapacidade e adotou-se o paradigma da peculiar condição da pessoa em desenvolvimento, resultando em um modelo de proteção integral do adolescente.



Essa mudança de paradigma trouxe verdadeiro sistema de garantia de direitos às crianças e adolescentes, com importantes alterações no sistema de atendimento dessa população, o qual foi totalmente reestruturado, passando a constituir um sistema de garantia de direitos, que visa a proteção máxima daqueles, dentro dos ditames legais.

A solução para os problemas da infância e adolescência ganha nova roupagem, inclusive com participação ativa da própria sociedade no que tange as políticas voltadas a esse público, ponto de extrema relevância para uma possível prevenção ao problema abordado no presente trabalho, qual seja o tráfico de pessoas transexuais adolescentes, uma vez que tal situação ultrapassa a esfera privada da vítima e se torna uma séria questão social a ser combatida.

Importante destacar que o novo paradigma trazido pela proteção integral, consolidada nas novas regras estatutárias, vai além de garantias meramente processuais, incluindo em nosso ordenamento jurídico a necessidade de políticas sociais básicas (saúde, educação, cultura, esporte e lazer), políticas assistenciais (abrigo, transporte, capacitação ao trabalho, etc) e políticas de proteção especial (atendimento especializados a crianças e adolescentes em situação de risco, aplicação de medidas protetivas e socioeducativas).

Esse novo sistema permitiu traçar o objetivo de que a proteção integral, por não apenas definir direitos, como também mecanismos de garantia destes, não fosse mera retórica, a partir da integração de órgãos e agentes na busca pelo objetivo precípua de atendimento às necessidades de crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos. Surge, no entanto, um paradoxo entre teoria e prática, o qual nos permite problematizar a crise da proteção à criança e ao adolescente, diante da necessidade de enfrentamento do tema principal do presente trabalho, em um contexto de indiferença social, lançando mão do debate acerca de como (e se) a doutrina da proteção integral resiste a esse quadro.

No plano internacional, diversos documentos permitiram que a doutrina da proteção integral ganhasse força, tornando-se parâmetro para a resolução de questões envolvendo crianças e adolescentes. Importante citar os principais: Declaração de Genebra (1924), Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Declaração dos Direitos da Criança (1959), Pacto San José da Costa Rica (1969), Regras de Beijing (1985), Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade (1990) e Diretrizes de Riad (1990).

Tais documentos trouxeram em seu bojo determinações que demonstram que crianças e adolescentes devem ser tratados com dignidade, considerando-se, sempre, a condição peculiar da pessoa em desenvolvimento, o que construiu cenário favorável à maior



proteção dessas pessoas. Assim, crianças e adolescentes passaram a desfrutar de proteção especial, o que inclui adequada proteção jurídica antes mesmo do nascimento, configurando importante avanço na consideração social da infância e adolescência. Trata-se do nascimento de uma nova forma de perceber a condição da infância e adolescência, garantindo às pessoas menores de 18 anos direitos fundamentais de toda ordem.

O relatório da oficina da justiça da infância e juventude no seminário latino-americano de direitos da criança realizou importantes considerações acerca da doutrina da proteção integral, demonstrando a importância de consolidá-la em nosso ordenamento. Concluiu que o sistema baseado na doutrina da situação irregular não era suficiente para atender às necessidades dos países latinos, já que a justiça de menores e todas as questões envolvendo tais pessoas eram tidas como de pouca importância e, com isso, os direitos fundamentais da pessoa humana não eram garantidos de forma satisfatória a crianças e adolescentes.

A mudança paradigmática, então, foi necessária até mesmo para que princípios da Convenção Internacional fossem respeitados e incorporados pelos países signatários, com o intuito de se garantir às crianças e adolescentes uma gama de direitos antes ignorada, o que passou a ser possível graças ao implemento da ideologia de proteção integral.

Diante de todos esses direitos alcançados, ao menos em tese, pela adolescência brasileira, fato é que, ao nos depararmos com situações como a de adolescentes transexuais traficados, impossível não se atentar para as falhas em sua aplicação. Ora, se a doutrina da proteção integral é o meio de combater tal problema, a partir do momento em que ele se afirma em escala global como prática diária, abre-se espaço para questionar até que ponto o avanço nos direitos dessas pessoas não passou, verdadeiramente, da teoria à prática.

Destaca-se que, em termos legais, a doutrina da proteção integral foi consagrada no Art. 227 da Constituição Federal de 1988, que, ao fazê-lo, passou a considerar que todas as crianças e adolescentes são sujeitos detentores de direitos, os quais possuem prioridade absoluta no atendimento de seus interesses, bem como determinou que a responsabilidade de garantir seus direitos fundamentais é da família, da sociedade e do Estado, os quais devem atuar em conjunto na busca desse objetivo. Essa ação integrada é, talvez, a maior arma trazida pela doutrina na prevenção ao tráfico de adolescentes, uma vez que obriga todos os citados agentes a tomarem uma postura ativa para tal fim.

Dentre a vasta gama de direitos a serem garantidos, destaca-se a convivência familiar e comunitária e o dever dos agentes envolvidos de colocar tais pessoas a salvo de



qualquer exploração e violência. O poder familiar, aqui, ganha importância imensurável, por ser a família o primeiro ente responsável à garantia de medidas que impeçam o tráfico, violência essa que agride em todos os níveis possíveis a proteção integral da qual devem ser garantidores.

No caso dos adolescentes transexuais, a importância da família atinge proporções determinantes, uma vez que a aceitação dessas pessoas no âmbito familiar e social é, sem dúvida, o meio mais eficaz de se evitar que aquelas precisem buscar formas de inserção em meios violentos e violadores de todos os direitos que a doutrina propõe.

A nossa Constituição Federal, ainda, adotou diversos princípios expressos que reconhecem os direitos integrais e fundamentais das crianças e adolescentes, sendo a primeira vez na história de nosso país que uma Constituição deu prioridade absoluta para tais sujeitos, determinando, como dito, dever de proteção e responsabilidade em cooperação entre família, sociedade e Estado, passando a serem inseridos definitivamente no ordenamento jurídico de maneira integral e tendo reconhecida sua condição especial de pessoa em desenvolvimento.

Conforme se depreende do texto constitucional, os direitos das crianças e adolescentes devem ser reconhecidos de forma universal, devido ao seu caráter especial e específico, uma vez que se passou a levar em consideração a condição peculiar da pessoa em desenvolvimento, sendo esta uma característica inerente a esses sujeitos.

Após o advento da Constituição de 1988, tivemos, em 13 de julho de 1990, a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual regulamentou os princípios expressos no art. 227 daquela, de forma que tais disposições foram reproduzidas, com uma maior explanação do conceito da doutrina da proteção integral nos seus artigos iniciais.

Dispõe o ECA que os adolescentes, gozando de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sob a égide da proteção integral, devem ter assegurado o pleno desenvolvimento em condições de liberdade e dignidade. O tráfico de adolescentes transexuais, por óbvio, é exemplo máximo da não aplicação da doutrina de forma satisfatória, uma vez que tal prática precisa ser exterminada ante o que preconiza os próprios direitos fundamentais citados e reafirmados pela doutrina.

Como se observa, tanto o ECA quanto a Constituição Federal implantaram a proteção integral como pilar de nosso sistema, tornando responsabilidade de todos a garantia dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, a serem tratados com prioridade, entendidos como pessoas em desenvolvimento e que, por isso, gozam de maior



proteção jurídica. Assim, o Estatuto determina, em seu primeiro livro, os direitos fundamentais das crianças e adolescentes e, no segundo, os mecanismos e agentes necessários para a garantia destes direitos.

O Estatuto reforça a ideologia da proteção integral, ainda, ao trazer nova política de atendimento, enfatizando o dever de cooperação, também, de todos os entes federados nas políticas envolvendo crianças e adolescentes, conforme destaca Bentes:

O Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe uma nova política de atendimento, que está prevista no art. 86 e dispõe que a responsabilidade pelas políticas afetas à criança e ao adolescente é das três esferas, União, estados e municípios, bem como pela participação das entidades não governamentais. Nesta nova política de atendimento é imprescindível a ação solidária da rede de serviços que atuam de forma articulada, totalmente diferente dos atendimentos anteriores, que eram filantrópicos, isolados e fechados em si mesmos. Cada um faz a sua parte e estimula e cobra que o outro faça a dele, pois existe uma saudável interdependência, baseada na descentralização, participação popular efetiva e na responsabilização pelo atendimento ausente ou deficiente prestado pelos entes responsáveis. (BENTES, 2013, p. 123)

Importante salientar que a doutrina da proteção integral, em que pese estar consolidada nos discursos sociais, por vezes, parece mera retórica quando, na prática, verifica-se situações de indiferença e descaso em relação à nossa população juvenil. Em se tratando de pessoas transexuais adolescentes, a discriminação sofrida é dupla, tanto pela condição sexual, quanto pela questão etária. O tráfico dessas pessoas, ora analisado, é apenas uma das expressivas formas de violência a que são submetidas, prática essa que vai na contramão de todos os direitos que a proteção integral visa garantir.

O novo formato da proteção integral objetiva uma mudança real de paradigma, e não meramente teórica. Assim, os adolescentes precisam ser devidamente incluídos na sociedade, e não mais serem esquecidos e marginalizados, o que se faz a partir de uma implementação real da doutrina da proteção integral a fim de que seus direitos fundamentais sejam atendidos, bem como que o termo “sujeitos de direitos” não seja mera ficção jurídica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a doutrina da proteção integral preceitua a igualdade de direitos entre todas as crianças e adolescentes, que devem ser protegidos sem qualquer forma de distinção, bem como uma integralidade desses direitos. Tudo isso deve ser elaborado com um viés de política pública, tratando-as como direito subjetivo desta população e preconizando seu implemento como dever do Estado em parceria com a sociedade.



Só a partir de uma real implementação da proteção integral é que se torna possível utilizá-la como ferramenta de prevenção ao tráfico de pessoas transexuais na adolescência em nosso país. Para tanto, a convivência familiar e comunitária se revela como melhor forma de proteger essa parcela da população, passando a acolhê-la no âmbito social, permitindo que protagonizem suas narrativas e evitando, assim, que essa prática tão perversa continue a vitimar corpos que nem mesmo finalizaram seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ALIANÇA GLOBAL CONTRA TRÁFICO DE MULHERES (GAATW). **Direitos Humanos e tráfico de pessoas**: um manual. Rio de Janeiro: GAATW, 2006.

BENTES, Nadia M. **Defensoria Pública: Desafios Institucionais para a Defesa da Criança e do Adolescente**. In: HAMOY, Ana Celina B. (org). *Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes Nos Dias de Hoje: Entre o Ideal e o Real*. 1ª ed. Belém: Movimento República do Emaús, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: As consequências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

CARVALHO, Quitéria Clarice Guimarães. CARDOSO, Maria Vera Lúcia Moreira Leitão. SILVA, Maria Josefina da. BRAGA, Violante Augusta Batista. GALVÃO, Marli Teresinha Gimenez. **Violência Contra Criança e Adolescente**: reflexão sobre políticas públicas. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3240/324027962018/>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

FALEIROS, Eva T. Silveira. **A Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes no Mercado do Sexo**. In: LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra. SOUSA, Sônia M. Gomes (org.). *A Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil: Reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

HAZEU, Marcel Theodor. **Direitos Sexuais da Criança e do Adolescente**: Uma visão interdisciplinar para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Belém: Movimento República do Emaús, 2004.

LEAL, Maria Lúcia. Leal, Fátima (Org.). **Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil**. Brasília: Cecria, 2002. Disponível em: <http://www.cecria.org.br/pub/livro_pestraf_portugues.pdf>. Acesso em: 14 Out. 2006.

_____. **Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial**: Um fenômeno transnacional. Disponível em: <<http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2002/1/wp200504.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Uma Aliança Global contra o Trabalho Forçado**. 2005. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/trabalho_forcado/oit/relatorio/relatorio_global.php>. Acesso em 19 mai. 2010.



PISCITELLI, Adriana. **Corporalidade em confronto:** brasileiras na indústria do sexo na Espanha. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092007000200002&script=sci_arttext>.

SARAIVA, João Batista Costa. **Compêndio de Direito Penal Juvenil:** Adolescente e ato infracional. 4ª ed. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

SMITH, Andreza do Socorro Pantoja de Oliveira. **Tráfico de Pessoas para Exploração Sexual.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Global Report in Trafficking Persons.** Disponível em: <http://www.unodc.org/documents/Global_Report_on_TIP.pdf> Acesso em 05 Ago. 2010.

VASCONCELOS, Karina Nogueira (coord.). **Tráfico de Pessoas:** pesquisa e diagnóstico do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e de trabalho no Estado de Pernambuco. Recife: SNJ/SENASP/UNODC/Governo do Estado de Pernambuco, 2009.

**GT 08 – Migração, mobilidade e deslocamentos: exclusão social, diferenças culturais e ação política****PRÁTICAS DE BEIRA: O RESISTIR AOS DISCURSOS HEGEMÔNICOS E O ATUALIZAR PRÁTICAS COTIDIANAS DEPOIS DE ALAGAREM AS CIDADES DO SERTÃO**

Jurema Moreira Cavalcanti (USP)¹
cavalcanti_ju@yahoo.com.br
Thais de Bhanthumchinda Portela (UFBA)²
taiportela@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho parte do confronto entre narrativas criadas sobre as cidades reconstruídas no sertão da Bahia/Brasil, após a implantação da usina hidrelétrica de Sobradinho (1973-1979) que fez submergir cidades, povoados e extensas áreas de cultivo, além de provocar o deslocamento de grande contingente populacional. Tais narrativas articulam discursos (FOUCAULT, 2009) formulados em diversas instâncias que, por vezes, se contrapõem, por vezes, se apoiam mutuamente, ainda que resguardadas as suas diferentes escalas de ação. De um lado, temos os discursos hegemônicos que emergem das políticas estatais de promoção do desenvolvimento. De outro, temos os enunciados de pessoas que vivem nas cidades reconstruídas e que fazem emergir a vida urbana praticada (CERTEAU, 1998) nestes lugares. A partir do tensionamento entre os pontos de conflito e apoio mútuo que os diversos discursos geram na ação dos sujeitos surge o que foi chamado no trabalho de *práticas de beira*. Tais práticas se estabelecem ao tomar de empréstimo as “maneiras de fazer” definidas por Certeau (1998), entendidas como as formas táticas pelas quais o sujeito se apropria do espaço e desenvolve “minúsculos” e “cotidianos” processos que alteram os mecanismos da ordem estabelecida. Para entender a dimensão temporal que permeia as *práticas de beira* foi proposta a *fabulação*; uma narrativa construída que ajuda a problematizar aquilo que escapa à dicotomia estabelecida entre real e fictício, que emerge dos relatos das pessoas, que cria possibilidades de enunciados e que, junto às *práticas de beira*, produz desvios para as práticas operadas pelo discurso hegemônico.

Palavras-chave: Práticas de beira, Discursos em disputa, Políticas de auxílio, Fabulação.

1. INTRODUÇÃO [OU ALGUMAS PRODUÇÕES DE DISCURSO QUE POSSIBILITARAM A CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS NO BRASIL]

¹ Doutoranda, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU-USP).

² Professora Doutora adjunta da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA), Coordenadora do Grupo de Pesquisa CIPOs.



Pode-se afirmar que a produção de barragens no Brasil está, de alguma forma, relacionada com a aceleração dos processos de urbanização. Embora se saiba que a implantação de usinas hidrelétricas e o crescimento das cidades atinjam seus ápices em espaços temporais específicos – que variam de acordo com as regiões do país em que estão localizadas, com o grau de investimentos aplicados e com os processos históricos que as permeiam – sabe-se também, que foi para acelerar os processos de industrialização (principalmente da região sudeste) que o aumento da produção de energia se tornou, ainda nos anos 1950, importante meio para alcançar o desenvolvimento nacional.

Este modelo de desenvolvimento pretendido não surge no país de forma isolada das políticas mundiais em jogo. Desde o período entre guerras (1918-1939), governos nacionais, juntamente com a Organização das Nações Unidas (ONU), agências nacionais e internacionais de fomento, estabeleciam critérios e políticas de desenvolvimento como meio de balizar as relações entre os países capitalistas de forma a garantir, dentre outras coisas, a hegemonia econômica, política e cultural em relação aos países de regime comunista por meio do controle das políticas de crescimento econômico.

Assim, pretendido como meta generalizada a ser alcançada no mundo capitalista, o desenvolvimento se apresenta enquanto um discurso produzido sobre a construção de uma verdade socialmente aceita. Segundo Michel Foucault, o discurso é configurado por uma “sequência de signos”, por um “conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação” (FOUCAULT, 2008, p.122); o discurso é construído e produzido de acordo com os saberes que podem ser assimilados em determinado momento histórico; ele vai além da palavra escrita ou falada – ultrapassando a forma que se apresenta – para estabelecer a potência das verdades que cria (FOUCAULT, 2009).

Para além disso, é importante também, introduzir o conceito de dispositivo definido como “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos [...]. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos” (FOUCAULT, 2001, p.138). De natureza estratégica ele está inserido em relações de poder que o condicionam ao tempo em que são produzidas por ele.

Assim, o discurso de desenvolvimento, formulado sobre uma configuração de pensamento (política, social e econômica), inserido no contexto internacional que pressupõe relações de dependência entre os países, estabelece os parâmetros (condições de verdade) que devem ser seguidos e os dispositivos a serem implantados pelos governos nacionais, para que os temas que envolvem este discurso, como os ideais de progresso, modernidade, civilidade, urbanidade, etc., possam ser propagados enquanto verdade positiva e inquestionável.



No Brasil, assim como em outros países considerados subdesenvolvidos, para que o discurso de desenvolvimento, em termos econômicos capitalistas, pudesse ser operacionalizado, foi necessário que o jogo político internacional, do que se chamava à época bloco capitalista, promovesse aliados em governos nacionais que tomassem o poder do Estado obtendo os meios capazes de empreendê-lo. O desenvolvimentismo surge, assim, como discurso com condições de verdade para que seus agentes afirmem que possuem o instrumento capaz de superar a condição de atraso que caracteriza boa parte das sociedades capitalistas, ao apoiar-se numa “expectativa de mudança de trajetória, *path dependency*, em uma perspectiva de alteração do passado (atraso) e construção de futuro (progresso, autonomia, soberania e nação)” (CEPÊDA, 2012, p.81, grifos da autora).

A par e passo com esta construção de futuro e com o discurso vigente massificado pelos meios de comunicação da época, tinha-se no Brasil, o ideal de modernização estabelecido através de duas vias principais: a da urbanização que “passou a ser vista cada vez mais como uma necessidade de transformação das sociedades em busca de um futuro moderno (e melhor), com [...] libertação das amarras da vida rural, sua complexificação e integração à vida cidadina.” (MONTE-MÓR, 2006, p.7) e a do crescimento industrial – como condição para deixar para trás o atributo de país agrário que, por tantos anos, o caracterizou.

Pelo potencial hidráulico disponível no Brasil, a forma econômica mais viável para apoiar o crescimento do setor industrial consistia na implantação de hidrelétricas, cujo número de construções, a partir dos anos 1960, aumentou paralelamente à diversificação da indústria e às parcerias com bancos financiadores das ações necessárias à continuidade do desenvolvimento. “Vivia-se um clima de ‘futuro’, de modernidade, de identificação por parte da população com o Estado Nacional, que surgia disposto a tomar as rédeas do país e conduzi-lo à condição de potência industrial moderna” (MONTE-MÓR, 2007, p. 77).

Tal quadro leva às condições que possibilitaram a construção da barragem de Sobradinho em acordo com os discursos hegemônicos das políticas estatais para promoção do desenvolvimento, que fizeram submergir cidades e povoados, forçando violentamente o deslocamento da população ocupante das terras inundadas.

2. BARRAGEM DE SOBRADINHO: IMPACTOS FÍSICOS E SOCIAIS

Este trabalho analisa as práticas atuais desenvolvidas pelas pessoas que vivem nas cidades reconstruídas após a implantação da barragem, abordando os desdobramentos físicos e sociais decorrentes de sua instalação e traz as formas pelas quais o discurso que a tornou possível incide, ainda hoje, na região afetada.



Implantada 40km a montante (rio acima) das cidades de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), na atual divisa dos municípios de Sobradinho e Casa Nova, a barragem (1973-1979) causou o represamento de parte do Rio São Francisco e a formação de um lago artificial que chega a atingir 300km de extensão e larguras variáveis de 5 a 40km (CEEIVASF, 1987).

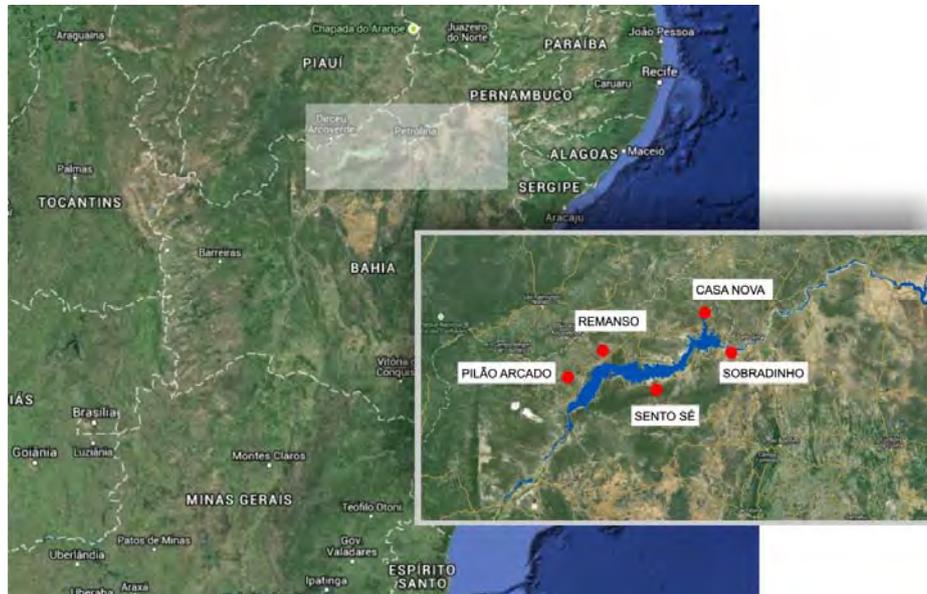


Figura 1: Localização da Barragem de Sobradinho em relação ao estado da Bahia e identificação das cidades reconstruídas. Embora esta figura indique a localização da cidade de Sobradinho, ela não entra neste estudo, pois a criação deste município se deu após a construção da barragem. (Fonte: Google Maps, 2015. Edição: Joaquim Nunes, 2015).

No ano de 1979 a usina entrou em operação e o reservatório alcançou os municípios de Juazeiro, Xique Xique, Casa Nova, Remanso, Pilão Arcado e Sento Sé, inundando 26 povoados rurais e as sedes municipais das últimas quatro cidades (CEEIVASF, 1987), causando o deslocamento de 70 mil pessoas que, além de terem que deixar os lugares em que viviam, precisaram reformular toda a sua lógica de produção e organização social (MARTINS COSTA, 2013; ESTRELA, 2004; SILVA, 2009).

Deste contingente populacional, uma pequena parte habitava as áreas urbanas, configuradas pelas sedes dos municípios; a outra parte (cerca de 80% das famílias) ocupava as áreas rurais – beiras do rio, ilhas, áreas de caatinga e povoados. Para cada uma delas, deveria ser dada uma alternativa que “compensasse” as perdas sofridas, entretanto, o Decreto-Lei nº 1.207, de 1972,³ estabelecia os recursos para a construção da barragem e para a “Reurbanização ou relocação de cidades e vilas” (BRASIL, 1972), mas nada constava a respeito dos custos para o trabalho a ser realizado com a população rural.⁴

³ Este Decreto criou o Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE) e destinava recursos para a construção da eclusa e urbanização das cidades, que seriam construídas em função da implantação do reservatório de Sobradinho (BRASIL, 1972).

⁴ Alternativa que só foi apresentada em 1975 (dois anos após o início das obras), quando foi proposto o Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho (PEC/Serra do Ramalho), localizado no município de Bom Jesus



As novas cidades eram um dispositivo de poder, uma vez que sua reconstrução simbolizava o ideal de modernidade e desenvolvimento que se vinculava à produção de energia e ao progresso do país. A retórica de governo, segundo Siqueira (1992, apud SILVA 2010), apresentava o ideal de “uma nova cidade e novas terras numa era de desenvolvimento, empregos, modernidade, sem precedentes, marcados pela fartura de peixe, de eletricidade, em casas confortáveis, ruas espaçosas e planas” (p.204).

Para alcançar esse ideal de modernidade foi preciso romper com a relação, antes existente, entre as cidades e o rio. Neste sentido, o rodoviarismo foi incentivado em detrimento do transporte fluvial e, embora as cidades tenham sido reconstruídas nas imediações do reservatório - devido à ampla variação do nível d'água e da necessidade de localizá-las acima da cota de alagamento -, todas resguardam uma grande distância, até a sua margem, alterando completamente sua relação com a água.

Com a alteração da relação entre a água e as cidades, foram modificadas as relações das pessoas com seus espaços de produção. Por isso, após muitas reivindicações organizadas, principalmente, pela Igreja e pelos sindicatos rurais e pelas pressões dos bancos que financiavam a obra, alguns programas e projetos começaram a ser implantados, como forma de apoiar as pessoas afetadas e “compensá-las” pelas alterações ocorridas.

Ainda durante a obra da barragem foram instituídos os salários-auxílios pagos aos produtores deslocados, como forma de indenizá-los pelas safras perdidas. Em novembro de 1977, a CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco)⁵ proibiu a pesca no lago pelos quatro meses seguintes, correspondentes ao período da desova. Pela primeira vez, aqueles que pescavam, se viram periodicamente proibidos de realizar a atividade que era a fonte perene de alimentos, mesmo em anos difíceis para a agricultura (MARTINS COSTA, 2013). De todo modo, a suspensão da atividade seria compensada com o pagamento do defeso⁶ durante os meses correspondentes à sua interrupção.

Não poderia precisar se o defeso inaugura, naquela região, o tempo dos auxílios, mas sem dúvida representa um ponto de inflexão na forma como tal prática havia sido conduzida até então. De modo tal, que a atuação de outros programas na região tornou-se fundamental para a permanência das pessoas ali. Um deles é o Projeto Lago de Sobradinho⁷ desenvolvido pela CHESF em convênio com a Embrapa Semiárido, desde

da Lapa, distante cerca de 700 Km da região de Sobradinho. Embora, inicialmente, as famílias tenham se recusado a aceitar a alternativa apresentada, cerca de 1.000 famílias acabaram mudando-se para o PEC, por falta de opção em permanecer nas novas cidades.

⁵ Empresa subsidiária da Eletrobrás, responsável pela construção de Sobradinho e pela geração, transmissão e comercialização de energia elétrica. Disponível em: <<https://www.chesf.gov.br>>. Acesso em: 16 out. 2017.

⁶ Este seguro “é pago ao pescador que exerce a atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, no período de proibição da pesca para determinadas espécies”. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/defeso>>. Acesso em 17 ago. 2017.

⁷ Disponível em: <<http://projetolagodesobradinho.blogspot.com.br/p/acoes.html>>. Acesso em 03 jan. 2015.



2005. O Projeto tem como finalidade trabalhar com pequenos produtores e pescadores que vivem nos municípios afetados pela barragem de forma a fixá-los no lugar em que produzem ao vincular novas técnicas às formas de produção tradicionais. Outros benefícios, embora não incidam exclusivamente na região, também são apropriados pelas pessoas como forma de associá-los às suas práticas (como veremos adiante). São eles: o garantia-safra⁸ - benefício fornecido aos agricultores que vivem em locais atingidos por mudanças climáticas, como secas prolongadas, para subsidiar a renda familiar apesar da queda na produção e o Bolsa Família - responsável pelo atendimento à população através da transferência direta de renda, articulando o repasse monetário à prestação de serviços sociais.⁹

Todos estes auxílios são necessários na medida em que dão suporte às famílias que necessitam de renda complementar e/ou que vem sofrendo com a seca dos últimos anos. E se antes da barragem, o que prendia as pessoas ao lugar eram as práticas ali desenvolvidas, hoje essa permanência, parece estar associada às “ajudas” que chegam de fora. Para entender como se dá a atualização destas práticas, é importante perceber como aconteciam antes da implantação da barragem.

3. DAS PRÁTICAS ANTES DA BARRAGEM

Distribuída ao longo das margens do rio, a população rural desenvolvia ali, além de atividades produtivas (pesca e plantio de vazante), toda a organização social que permeava a vida das beiradas sanfranciscanas (ESTRELA, 2004), abrigando desde as moradias permanentes e temporárias,¹⁰ aos festejos e eventos religiosos (MARTINS COSTA, 2013).

A formação do lago alterou significativamente a relação estabelecida entre os espaços de rio, vazante e caatinga.¹¹ Originalmente a vazante era o entreposto dos outros dois; área constantemente inundada, onde se desenvolvia a agricultura – beneficiada pela proximidade da água e pelo movimento do rio. A caatinga, por sua vez, era o espaço aonde o rio não chegava, o lugar não inundável, da criação de animais e do plantio de sequeiro –

⁸ Consiste num Programa lançado, em 2012, pelo Governo Federal, através da Casa Civil. Atualmente, o valor do benefício é R\$850, pago em cinco parcelas de R\$170. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-garantia/sobre-o-programa>> Acesso em: 17 out. 2017.

⁹ Existem ainda outros programas atuantes na região, como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), o Programa Milho Estiagem, etc., mas que não estão tratados aqui por não terem sido citados pelas pessoas entrevistadas.

¹⁰ As moradias permanentes eram caracterizadas pelos abrigos fixos, mais resistentes, localizados nos povoados; os chamados “lugar das casas”. A elas, se opunham as barracas, de caráter provisório, que ocupavam o “lugar do retiro” – local para onde as famílias partiam durante os períodos de cheias do rio (MARTINS COSTA, 2013).

¹¹ Bioma ao qual pertence a região estudada. Neste caso, o uso do termo, faz referência ao espaço físico, colocado em contraposição em relação ao espaço da vazante.



que depende diretamente da incidência de chuvas – e que pelo tipo de vegetação existente marcava, com a vazante, uma delimitação fronteira.

Em épocas de cheias do rio, a população da vazante recuava para a caatinga, num movimento denominado retirada (MARTINS COSTA, 2013) que consistia basicamente na saída temporária, deixando para trás os lugares inundáveis da vazante – para aonde sempre poderiam retornar após o recuo das águas. Da mesma maneira, em anos de seca, os catingueiros, em movimento inverso, levavam os animais para pastarem nas vazantes, já que a falta de chuvas não permitia produzir, no sequeiro, alimento suficiente para a criação.

O espaço da caatinga era conhecido por nunca ser atingido pelo rio (espaço do seco e do alto), enquanto a vazante estava sujeita às suas inundações periódicas (lugar do molhado e do baixo). “Pode-se dizer que tanto a vazante quanto a caatinga eram dotados de uma dupla significação, num sistema em que o valor maior estava condensado na **noção de beira**. Era este o valor que impunha uma ordenação hierárquica na classificação dos espaços sociais” (MARTINS COSTA, 2013, p.50-1, grifos nossos).

Assim, se o alto e seco se opunha ao baixo e molhado ou, se a caatinga se opunha à vazante, com a construção da barragem essa relação de contraposição desaparece, pois, as vazantes naturais foram encobertas pelas águas que avançaram até os espaços de caatinga. Há neste processo de encobrimento das vazantes naturais uma importante transformação da organização social: A nova vazante (agora regulamentada pelas comportas da hidrelétrica) é também parte da caatinga, da caatinga mais baixa. Com isso, o que ocorria como uma atividade eventual, a retirada, passa a ser definitiva, uma vez que o rio já não retornará ao seu curso normal nem permitirá os processos cíclicos de plantio de vazante, dando início a uma nova atividade de produção: a agricultura irrigada.

Ao considerarmos que as práticas desenvolvidas se estabeleciam a partir do lugar ocupado, tem-se neste processo de transformação forçado - de caatinga em vazante - uma alteração, não só nas formas de produção, como também nos processos de auto reconhecimento dos sujeitos, pois era a partir das práticas desenvolvidas que se definiam as categorias de reconhecimento que permeavam cada um deles.

No entanto, em 2013, ao chegar em Remanso – primeira cidade visitada para iniciar os trabalhos de campo,¹² – percebemos nas conversas tidas com os moradores da cidade que, muitas vezes, independente da atividade exercida naquele momento, eles continuavam a se reconhecer em categorias vinculadas às práticas desenvolvidas nas cidades velhas, ativando neste processo a memória que remetia ao período anterior à implantação da

¹² O trabalho de campo desenvolvido nas cidades de Remanso, Casa Nova, Sento Sé e Pilão Arcado, constituiu parte integrante da pesquisa de mestrado, orientado pela Professora Thais de Bhanthumchinda Portela e intitulado: Práticas de beira das cidades antes navegáveis às cidades transpostas pela barragem de Sobradinho (2015).



barragem. A partir de então ficou claro que não importava saber a que categoria pertenciam as pessoas, mas entendê-las como sujeitos construídos historicamente, que fazem suas autoafirmações a partir da memória atravessada pela atualização das práticas realizadas nas novas cidades.¹³

4. PRATICAS DE BEIRA

Como dito anteriormente, as práticas desenvolvidas nos velhos povoados guiavam-se pelas variações da linha d'água que definiam a vazante. Se o rio estivesse em seu curso habitual as práticas (sociais e de trabalho) eram realizadas naquela beira/vazante imediata. Nos momentos das cheias, em que suas águas avançavam, esta beira se deslocava para um ponto mais alto, mais próximo da área de caatinga; era neste outro espaço que as pessoas se abrigavam e desenvolviam as atividades de sequeiro até que a água retornasse ao seu curso normal. Assim, a beira não estava situada num ponto fixo, mas nos lugares que variavam em função do tempo – dos ciclos do rio (MARTINS COSTA, 2013).

As práticas desenvolvidas acompanhavam o movimento da beira; a beira era, por excelência, o lugar das práticas. Se a cheia era habitual, elas aconteciam nos espaços imediatos da ilha, da roça mais próxima, mas se fosse excepcional,¹⁴ eram elaboradas a partir do deslocamento feito em direção aos retiros. As práticas eram atualizadas em função da localização da beira que se movia de acordo com o alcance da vazante. Práticas, beira e vazante estiveram, por muito tempo, ancoradas umas nas outras; inseridas numa lógica reconhecida e assimilada por todos. No momento em que a barragem se impôs, não como vontade de poder, mas como dispositivo de poder (FOUCAULT, 2009), as transformações aconteceram. Por isto, a beira¹⁵ deixou de existir naquela configuração variável em função dos ciclos do rio e a vazante já não se faz pelo avançar de suas águas, mas pelo seu recuo - regulado pelas comportas da barragem, pela necessidade de gerar mais ou menos energia.

Com tantas mudanças físicas, as práticas acabaram se modificando; transformaram-se e continuam sendo atualizadas a partir das novas configurações espaciais, sociais e subjetivas (GUATARRI, ROLNIK, 1996), ainda que de modo muito

¹³ Na tentativa de constituir uma referência temporal com as cidades alagadas, a população adotou o adjetivo "nova" para designar todas aquelas sedes municipais que foram reconstruídas, como forma de marcar que elas sempre fariam um contraponto com as anteriores, nunca se confundindo com as primeiras. Assim, passariam a ser informalmente chamadas de Nova Casa Nova, Nova Remanso, e assim por diante.

¹⁴ As cheias excepcionais além de inundarem as áreas de vazante, como era esperado, alcançavam também os povoados ribeirinhos, de onde seus moradores realizavam os movimentos de retirada (MARTINS COSTA, 2013).

¹⁵ Para o entendimento das transformações da beira, tomo de empréstimo a *noção de beira* definida por Martins Costa (2013).



relacional com as práticas anteriores à barragem. Elas acontecem entre os espaços do lago, da caatinga e das cidades refeitas; se estabelecem entre eles, articulando-os. É certo que a beira do rio desapareceu, mas não seria *beira*,¹⁶ também, os percursos ou movimentos, realizados através das práticas? E quando o sujeito praticante da ação atua nestes espaços, não cria novas *beiras*? Para esclarecer estas questões é importante introduzir o conceito de subjetividade.

Segundo Guattari e Rolnik (1996), a produção de subjetividade está ligada à “maneira de perceber o mundo” (p. 67); cada período histórico produz subjetividades vinculadas aos interesses econômicos, políticos, ou de mídia vigentes para que sejam assimiladas pelos indivíduos; para impor modos de vida que estejam de acordo com o sistema aplicado. Subjetividade é produção social e, assim sendo, está suscetível a apropriar-se daquilo que o pensamento hegemônico produz, se apropriar das identidades criadas no âmbito deste pensamento. Quando reivindicamos nossos direitos enquanto cidadãos ou quando os pescadores, acionam esta categoria para reivindicar benefícios fornecidos pelo governo, são produzidas subjetividades referenciadas na lógica identitária hegemônica, pois tanto cidadão, quanto “pescador profissional artesanal”, são categorias apropriadas pelo Estado e transformadas em identidades regulamentas – a primeira, pela Constituição Federal, a segunda, pelo Decreto nº 8.425, de 2015.¹⁷

Em sentido inverso, a partir desta *produção* de subjetividade hegemônica pode-se desviar para a *criação*¹⁸ de uma subjetividade singularizada que consiste numa recusa daquilo que chega pronto e decodificado “para construir de certa forma, modos de sensibilidade, modos de relação com o outro, modos de produção, modos de criatividade que produzam uma subjetividade singular. Uma singularização existencial que coincida com um desejo, [...] com uma vontade de construir o mundo no qual nos encontramos” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.17).

Outros dois conceitos que precisam ser esclarecidos para se chegar às *práticas de beira* são: território e movimentos de territorialização. Suas definições extrapolam o processo de delimitação espacial/geográfico para se configurar através dos agenciamentos produzidos nas suas ilimitadas possibilidades de criação. O território aqui trazido “pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito

¹⁶ Aqui o termo aparece em itálico, para diferir da beira que se formava a partir do movimento do rio.

¹⁷ Decreto publicado em 31 de março de 2015. Regulamenta parágrafo único do art. 24 e o art. 25 da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para dispor sobre os critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira e para a concessão de autorização, permissão ou licença para o exercício da atividade pesqueira.

¹⁸ Os termos *produção* e *criação* aparecem em itálico para enfatizar as diferenças existentes entre os processos de reprodução das subjetividades fabricadas pelo poder hegemônico e os processos de criação de subjetividades singularizadas.



se sente 'em casa'. O território é sinônimo de apropriação [...]” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.323).

O território pode ser a categoria que ativamos para nos sentir reconhecidos ou a tática (CERTEAU, 1998) usada para encaixar-se num grupo identitário legitimado pelo Estado – cidadão e “pescador profissional artesanal”, por exemplo. As territorialidades, por sua vez, podem ser uma brecha criada, um escape encontrado para iniciar um movimento; elas são territórios em linhas de fuga, pois toda territorialidade tem uma duração, um fim, um limite... e inúmeras possibilidades de refazer-se (sempre de outro jeito). Disto depreendem-se os movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. É através desses movimentos que o território “pode se desterritorializar, isto é abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair de seu curso e se destruir. [...] A reterritorialização consistirá numa tentativa de recomposição de um território engajado num processo desterritorializante” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.323). As territorialidades se apresentam, como possibilidades de fazer novas articulações, de criar novos territórios sempre que houver desejo e necessidade.

Assim, quando as *práticas de beira* são realizadas, distintos processos de subjetivação são acionados. A prática da pesca vinculada à identidade do “pescador profissional artesanal” – subjetividade produzida pelo poder hegemônico que estabelece os parâmetros para esta identidade – cria um território reconhecido que garante àquele sujeito o recebimento do seguro-defeso durante a piracema. Por outro lado, a subjetividade singular produzida pelo sujeito cria territorialidades múltiplas, que promovem uma constante invenção do pescar, do territorializar, do fazer *beira* – por mais que ela possa estar associada às identidades e aos programas de governo. Não importa se o sujeito de fato pesca ou não, não importa se é legítimo que ele receba o benefício do governo durante o período do defeso, mesmo que não pratique a atividade – não se trata de fazer julgamento de valor –, importa apenas considerar que esta configuração de fatores cria territorialidades nas quais ele consegue estabelecer suas práticas, ou apenas manter-se financeiramente.

As *práticas de beira* tomam de empréstimo as maneiras de fazer, definidas por Certeau (1998) como as inúmeras formas pelas quais o homem comum se apropria do espaço e desenvolve “minúsculos” e “cotidianos” processos que alteram os mecanismos da ordem e da disciplina estabelecidos. São antes de tudo, táticas, que nascem da necessidade de criação e, porque não, subversão das circunstâncias postas pelo pensamento hegemônico; se desenvolvem por ações, operam através das práticas e das articulações que fazem.

Os sujeitos agenciam o que encontram disponível. Se num momento só conseguem acionar as atividades ligadas ao trabalho que desenvolvem, é isso que fazem; se em outro



momento, surge um programa de governo em que possam inscrever-se, acionam a identidade correspondente (pescador, agricultor rural, pequeno criador, etc.) e articulam o benefício recebido às atividades cotidianas, para assim, constituir suas *práticas de beira*. No fim, o que fazem é acionar suas táticas – mesmo que estas coadunem com os discursos hegemônicos, pois, “Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas. Ele o consegue em momentos oportunos onde combina elementos heterogêneos [...], mas a sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a ocasião” (CERTEAU, 1998, p.47).

É comum, entre as pessoas que vivem nas cidades reconstruídas, o exercício de distintas práticas auto referenciadas numa única categoria; suas práticas podem transitar entre as de pescador, comerciante, pedreiro, mas a subjetividade assimilada, acionada, continua ativando a identidade do “pescador”, criando nesta superposição de coisas, territorialidades diversas. É desta forma que as práticas criam movimentos de territorialização; elas se fazem com o que parece oportuno no momento, e se desfazem se as condições já não são favoráveis.

A *beira*, por sua vez, constitui o campo fronteiro onde as práticas se efetuam. Possui uma dimensão espacial – uma vez que as práticas precisam de um lugar para serem efetivadas –, mas ultrapassa esta dimensão, para incorporar as ações dos sujeitos – nas ilimitadas possibilidades de criar suas práticas –, e se constituir ou se desfazer, assim que a ação é modificada ou interrompida. A *beira* é ainda atravessada pelo tempo, que modifica os espaços (na época de seca ou de chuvas) e sinaliza o momento de acionar as políticas de auxílio, articulados pela subjetividade hegemônica.

A *beira* torna-se, assim, o lugar do fluxo, do movimento continuado que só toma forma a partir da aplicação das *práticas de beira* – e praticar a *beira* é poder tensionar as relações que se estabelecem entre os espaços (do lago, da nova vazante, da cidade e da caatinga), criando territorialidades – que ultrapassam a delimitação física ao articular-se às identidades assimiladas e às singularidades produzidas; fazer *beira* é, por fim, abrir-se para os movimentos de desterritorialização e reterritorialização.

E se antes da barragem as práticas explicavam os processos de ocupação dos espaços e as relações estabelecidas entre sujeito, rio, vazante, cidade e caatinga, as *práticas de beira* incorporam os atravessamentos das políticas de auxílio – entendidas como uma atualização do discurso de desenvolvimento aplicado atualmente na região – para se constituírem. Este processo ocorre sem descolar-se das cidades encobertas, uma vez que o tempo presente é, quase sempre, atravessado pela memória da vida pregressa e, claro, por tudo o que esta memória é capaz de criar, de fabular, passados quase 40 anos desde a implantação da barragem.



Entendendo que as práticas cotidianas ali existentes são permeadas por esta memória ativa, concluímos ser importante considerar a dimensão fabulatória que lhe perpassa, entendendo a fabulação como elemento que ultrapassa a dicotomia estabelecida entre real e fictício, para deixar passar as contradições que emergem das narrativas. Ao considerá-la, abandona-se a busca por uma suposta veracidade nos relatos, para possibilitar os atravessamentos do tempo. Não é à toa que quando do encontro com as pessoas nas cidades visitadas, muitas vezes, as ações relatadas não coincidem com o tempo cronológico usado como referência: Nas “cidades de Sobradinho”, o passado inundado era quase sempre melhor e farto que o momento presente. Há uma espécie de saudosismo presente nesta construção narrativa, que traz em si, múltiplas verdades (individuais e coletivas), atravessadas por subjetividades e claro, pelo tempo.

A partir disto, entendemos mais uma dimensão que perpassa as *práticas de beira*: a memória (fabulação). Com ela, torna-se possível relacionar as práticas desenvolvidas (no plantio, na pesca, no comércio) com as políticas de auxílios (o seguro-desemprego, o Bolsa Família, o seguro-safra, as políticas públicas em geral), com o atravessamento do tempo (tempo de acionar a memória da vida pregressa, que garante a identidade de “atingidos pela barragem”; tempo de acionar as políticas públicas; tempo de lembrar as práticas de plantio, quando chega o período das chuvas, etc.). Nesta sucessão de cruzamentos as *práticas de beira* acabam por atualizar as dinâmicas desenvolvidas naqueles lugares, tensionando os sentidos de urbanidade e ruralidade ali presentes.

6. O QUE FICA DESTA ESCRITA?

Pelas *práticas de beira* foi possível observar como se articulam as políticas de auxílio, as subjetividades produzidas e apropriadas pelos sujeitos; e como os limites entre áreas urbanas e rurais deixam de existir pela qualidade fronteira que as práticas conferem a estes territórios. Elas os atravessam, porque diferente das polarizações institucionais – que tentam inserir urbano e rural em territórios distintos – a necessidade de sobrevivência “obriga” os sujeitos a articularem todas as possibilidades de ações existentes; seja nas cidades ou nas roças de sequeiro; na vazante ou no lago de Sobradinho; com o apoio das políticas de auxílio ou com a ausência delas.

Ao articular as *beiras* produzidas pelas pessoas que se dispuseram a falar de suas práticas é possível perceber que o que dá potência para continuarem naquelas cidades é o atravessamento das políticas de auxílio nas práticas desenvolvidas. É a prática acionada pelo recebimento da aposentadoria que garante a um sujeito as condições para a realização do plantio no próximo período de chuvas; é a prática articulada com o seguro-defeso que



permite a outro, poder contar com uma renda fixa por quatro meses – ainda que não mais exerça a atividade da pesca –; e é a ausência de qualquer tipo de auxílio que ativa em um terceiro a necessidade de sobrepor uma infinidade de práticas (plantio de sequeiro, plantio de vazante na cidade, plantio em roça de ilha) para conseguir manter a sua criação.

A prática torna-se a potência tática desenvolvida. Não importa se o auxílio é recebido por direito ou contravenção, o que importa considerar é que esta prática, evidencia os atravessamentos entre os discursos produzidos nas diferentes escalas de ação: os programas e políticas instaurados para dar continuidade à produção do desenvolvimento – que demandam a realização de cadastros dos beneficiários e seu enquadramento nas regras estabelecidas – não conseguem captar as táticas empreendidas pelos sujeitos que, no ato mesmo de fazê-las, criam a potência para desenvolver suas práticas e poderem manter-se ali. Os sujeitos vão criando suas *beiras* na medida em que agenciam as territorialidades necessárias para tocar a vida. Enquanto não é chegado o tempo de chuvas para iniciar o plantio de sequeiro, eles desenvolvem práticas paralelas – venda de café na feira, serviço de pedreiro, faxinas, exercício da pesca, etc. –; ao articular estas práticas com as políticas de auxílio (Bolsa Família, aposentadoria, seguro-defeso, etc.) e com as identidades que lhe são próprias – aposentado, pescador, mãe-de-família-e-dona-de-casa, etc. – empreendem os seus movimentos de territorialização.

Quando a chuva (meses de novembro a março) é boa e o plantio pode ser iniciado – e mesmo quando a sua chegada coincide com o recebimento do seguro-defeso (novembro a fevereiro) – os territórios criados no período seco (abril a outubro) se desfazem para serem reterritorializados a partir de novas práticas: A mãe-de-família-e-dona-de-casa aciona a identidade de pescadora para receber o seguro; o aposentado ativa a singularidade do ribeirinho – guardada num canto da memória – para iniciar o plantio; o pedreiro volta a reconhecer-se na identidade do pescador... Assim vão se fazendo e desfazendo as *beiras* criadas, articulando, ora lugares com práticas próprias, ora espaços de caatinga com processos de singularização, ora espaços de lago com as identidades correspondentes, ora tudo isso se sobrepõe, ora se desfaz e vira outra coisa.

O que importa é poder manter-se nos lugares fabulados pela memória daqueles que ali vivem e recriam suas práticas – mesmo colocando-as em relação às que foram interrompidas pela construção da barragem. Se há necessidade de permanecer ali, não é porque não lhes resta outra opção, mas porque é lá que, por insistência e repetição, se aproximam da vida pregressa e do lugar onde o umbigo foi enterrado.

E se não é possível encerrar esta escrita com uma conclusão é porque há sempre atualizações a serem feitas. Como estarão hoje as pessoas com quem conversamos naquelas cidades, em 2013? As práticas de vazante, rio e sequeiro, ainda são possíveis de



serem realizadas? As *práticas de beira* têm-se restringido ao recebimento dos auxílios de governo? Como estes auxílios se sustentam dadas as nossas condições políticas atuais?

Há cinco anos a região vivencia um extenso período de seca, o lago de Sobradinho chegou, neste mês de outubro, a 4% de sua capacidade de reserva, deixando entrever, bancos de areia, aumentando ainda mais as distâncias entre a água e as cidades e permitindo que os pescadores abandonassem seus barcos e fizessem a pesca a pé (G1 BA, 2017). Para os projetos de irrigação continuarem funcionando, é preciso, a cada ano, aprofundar as alturas dos canais de irrigação ou aumentar a extensão das tubulações até que alcancem a nova cota d'água. A barragem – devido à sua baixa vazão, decrescente a cada mês – já não produz energia elétrica e se limita a fazer o controle de vazão das águas destinadas à hidrelétrica de Paulo Afonso (localizada à jusante). Isto tudo faz pensar que se até a barragem de Sobradinho já sente o impacto da falta de chuvas, o que esperar da situação enfrentada pelas pessoas cuja relação com a água se torna cada vez mais distante?

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.207, de 07 de Fevereiro de 1972.** Cria Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE) e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1207-7-fevereiro-1972375304-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 18 ago. 2014

CEEIVASF. **O reservatório de Sobradinho:** Problemas decorrentes do seu deplecionamento. 1987.

CEPÊDA, Vera Alves. Inclusão, democracia e novo desenvolvimentismo - um balanço histórico. **Estudos Avançados** (USP. Impresso), v. 26, p. 77-90, 2012.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. Trad. Ephraim Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

ESTRELA, Ely Souza. **Três Felicidades e um Desengano:** A experiências dos *beraderos* de Sobradinho em Serra do Ramalho-BA. 2004. 253 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2009.

_____. **Arqueologia do saber.** Trad. Luiz Felipe Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.



_____. **Microfísica do Poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 16 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

G1 BA. Barragem do Sobradinho tem menor vazão em 37 anos e opera com pouco mais de 4% da capacidade. **Globo.com**. 09 out. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bahia/noticia/barragem-do-sobradinho-opera-com-pouco-mais-de-4-da-capacidade-vazao-e-reduzida.ghtml>>. Acesso em: 17 out. 2017

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica. Cartografias do desejo**. Ed. 4. Petrópolis: Editora Vozes, 1996

MARTINS COSTA, Ana Luiza. **Uma retirada insólita**: Rio São Francisco - Barragem de Sobradinho. 1. ed. Rio de Janeiro: IPPUR, 2013

MONTE-MÓR, Roberto. Planejamento Urbano no Brasil: Emergência e Consolidação. In: **etc..., espaço, tempo e crítica**. UFF, 2007, v. 1, p. 71-96

SILVA, Edcarlos Mendes da. **Desterritorialização sob as águas de Sobradinho**: Ganhos e Desenganos. 2010. 322 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.



II SIALAT BELÉM 2017

Belém - Pará - Brasil

REALIZAÇÃO



PATROCÍNIO



PARCERIAS

